

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

44

Ano XIX - N° 44 - Julho de 2009

CRISE:

- Desafios e oportunidades
- Universidade pública na crise atual
- Sartre para enfrentar a crise

DOSSIÊ:

- REPRESSÃO INSTITUCIONALIZADA

A grande crise do capital

Sumário

3 EDITORIAL

A GRANDE CRISE DO CAPITAL

9 Capital, Estado e Sociedade no século XXI

Aécio Alves de Oliveira e Júlio Ramon Teles da Ponte

25 Três hipóteses incômodas sobre a situação mundial aberta pela recessão em 2007/08

Valerio Arcary

37 A crise do capital e seus reflexos na sociedade atual

Antônio da Silva Câmara e Altair Reis de Jesus

49 A crise na economia capitalista e os desafios da classe trabalhadora

Zé Maria de Almeida

61 Crise: desafios e oportunidades

Ladislau Dowbor

75 Universidade pública na crise atual

Marina Barbosa Pinto, Sonia Lucio Rodrigues de Lima e Juliana Fiúza Cislaghi

83 A crise da realização do valor com uma epiderme financeira (E os seus reflexos na Universidade Pública e na Sociedade Brasileira)

Elisabeth Orletti

95 Sartre para enfrentar a crise: o reencontro com a história

Paulo Gajanigo

103 DOSSIÊ - REPRESSÃO INSTITUCIONALIZADA: acontecimentos na USP, junho de 2009

DEBATES CONTEMPORÂNEOS

147 Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF

Kátia Lima

159 O movimento estudantil não é coisa do passado: do maio de 1968 às mobilizações e ocupações de 2007 e 2008

Raquel Dias Araujo

173 Conquistas e reafirmações do Estatuto do Idoso

Simone Kelly Cetolin, Sirlei Favero Cetolin, Clarete Trzcinski

195 O trabalho escravo e a geografia da miséria: os desafios da indignação necessária

Paulo Henrique Costa Mattos

RESENHA

210 Cuba – 50 Anos de Revolução

Waldir José Rampinelli

Capital, Estado e sociedade no século XXI

Aécio Alves de Oliveira

Professor da Universidade Federal do Ceará
E-mail: aecioeco@ufc.br

Júlio Ramon Teles da Ponte

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: ramonponte@bol.com.br

Resumo: O texto discute a relação entre Estado e sociedade, mediada pela dominação emanada da lógica do *capital*. A partir do final da década de 1930, a conjuntura decorrente da Grande Depressão e da segunda guerra mundial ensejou o enquadramento do Estado e da sociedade nos limites da ordem do *capital*, proporcionando-lhe espaços ampliados para sua acumulação. A análise indica que o Estado transforma-se crescentemente num “órgão” que absorve a “sociedade civil”, como uma correia de transmissão e de imposição da lógica paralisante do *capital*. As desregulamentações e privatizações, patrocinadas por Thatcher e Reagan, consolidaram a divisão internacional do trabalho, com a qual os países do centro são “financiados” pelo enorme esforço produtivo dos países da periferia do sistema. Está demonstrado que as necessidades humanas e da biosfera são incompatíveis com acumulação de *capital* à escala mundial e esvaiu-se a crença de que o desenvolvimento científico-tecnológico seria suficiente para proporcionar aos habitantes do Planeta condições de vida decentes, não sendo possível conciliar capitalismo com emancipação humana. Neste contexto, apresenta-se um esboço de projeto emancipatório, com um ponto de partida estratégico: a negação do *trabalho*, para colocar em seu lugar uma forma de *atividade produtiva sensível e reflexiva*, que seja prazerosa e exercida de tal modo que cada indivíduo despenda um mínimo de esforço à reprodução de suas condições materiais e imateriais da existência social.

Palavras-chave: Sistema do capital; Estado e sociedade; Fetichismo; Emancipação humana.

1. Introdução

Quando a economia oprime a sociedade, esta entra em ebulição; pode explodir organizadamente ou não. A física da revolta, como sempre, obedece a uma lógica imprevisível. Em cada país percebem-se respostas diferenciadas. Os movimentos sociais protestam, ora pacificamente, ora com ações diretas, destruindo símbolos ou mesmo o que identificarem materialmente como causas da opressão. Algumas vezes levantam bandeiras contra as políticas econômicas, ditas neoliberais, concebidas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), exigindo, por exemplo, a redução da taxa de juros; ou em defesa enfática de suas raízes étnicas e culturais, exigindo a cidadania republicana. Muitas vezes a sociedade se mantém em completa apatia, mesmo diante de violentas agressões ao ambiente natural ou de prolongados períodos de recessão e desemprego. Mais estarrecedor é ver o *mundo todo* pagando um elevado preço, em virtude da livre movimentação de capitais transnacionais; assistindo, perplexo, à orgia praticada por governantes, eleitos democraticamente, que canalizam recursos públicos para o sistema financeiro; sendo vítima do desmonte dos sistemas públicos de saúde e educação e da falta de habitação; e atingido, violentamente, por ondas de reestruturação produtiva, que se impõem com o intuito de restabelecer margens de lucro de capitais em desvario.

Tudo se apresenta como o resultado de uma espécie de promiscuidade entre “sociedade civil” e “sociedade política”. Por que essa simbiose se mantém, mesmo sabendo-se dos profundos desgastes, humanos e ambientais, e das dissociações, de todos os tipos, que provoca? Que espécie de dominação é essa, que se abate sobre a humanidade, levando-a a praticar ações e a organizar estruturas que reduzem, cada vez mais, os espaços de liberdade e do bom viver? Por que, então, o Estado se torna, cada vez mais, eficaz no trato das questões que interessam ao *capital* e,

menos, quando trata de reais necessidades de muitos, respondendo sempre com medidas compensatórias ou ampliando o aparelho da repressão, institucionalizada ou mais direta, para conter o *animus* social? E, ao mesmo tempo, por que os administradores do Estado se curvam diante de pressões e chantagens promovidas pelos capitais, em momentos de crise de realização?

Portanto, qualquer discussão da relação entre Estado e sociedade, em todas as eras, passa pela compreensão do caráter da dominação emanada da lógica do capital. Ademais, também é preciso compreender os canais que conduzem à conformação do Estado, do modo de produção e de vida da sociedade a essa dominação abstrata e quase objetiva (POSTONE, 1996). Para tal, a tese aqui esboçada é a de que a dominação social, que se constitui ao longo do desenvolvimento do capital – dominação que se projeta sobre o Estado, os indivíduos, as classes sociais e a natureza –, decorre do caráter do *trabalho* que produz a riqueza capitalista (OLIVEIRA, 2003). E que o sujeito da dominação não pode ser discernível a partir da realidade concreta, pois está sintetizado no *capital*.

Nesse sentido, e em busca de mediações, dois pressupostos básicos orientam as argumentações aqui contidas. Em primeiro lugar, considera-se o *trabalho* que produz o *capital* como o cerne da sociabilidade das sociedades capitalistas, ao mesmo tempo que estrutura e desestrutura a vida das pessoas. De

um lado, apresenta-se como o principal meio para “ganhar a vida”; de outro, como centro de irradiação de inseguranças generalizadas, de doenças e de desrealização profissional (insatisfação no trabalho). Em geral, as significações latentes e subjetivas são superadas pela necessidade das pessoas de se inserirem no mercado de consumo (ganhar a vida).

O segundo pressuposto refere-se à finalidade da produção de *valores-de-uso*. Esta somente será compreendida caso seja rentável, ou seja, somente quando e onde proporcionar lucro ao capital investido, na medida socialmente determinada. Dentro dessa lógi-

Estarrecedor é ver o mundo todo pagando um elevado preço, em virtude da livre movimentação de capitais transnacionais; assistindo, perplexo, à orgia praticada por governantes, eleitos democraticamente, que canalizam recursos públicos para o sistema financeiro; sendo vítima do desmonte dos sistemas públicos de saúde e educação e da falta de habitação.

ca, é possível que, se algo for crucial para satisfazer necessidades humanas importantes, mas não for rentável, não será produzido. À atividade produtiva é dado o caráter supremo de ser o meio para gerar lucro: se o produto (*valor-de-uso*) não for portador de *valor-de-troca* (*valor*), não será útil para o *capital*. De maneira análoga, algo que seja danoso à vida será produzido, caso seja rentável. Logo, a produção efetiva de mercadorias é realizada pelos vários capitais (empresas) rentáveis. Quando uma empresa recorre à falência, significa que este *capital* não se valorizou na medida requerida pela rentabilidade socialmente vigente. Tornou-se não-rentável; terá que ser destruído.

Para a lógica do *capital*, os mercados deverão funcionar de tal modo que as empresas se organizem atendendo a uma estrutura setorial “equilibrada” que lhes permita uma expansão sustentada. Pode-se dizer que o crescimento econômico é impulsionado por uma divisão do trabalho social que possibilita a reprodução ampliada do sistema na escala considerada (nacional ou internacional).

Sendo o *trabalho* a fonte da riqueza capitalista, trabalhadores(as) serão contratados(as) somente quando proporcionarem lucro. A lógica do sistema é bastante clara. Trabalhadoras e trabalhadores *do mundo todo* somente serão contratadas(os) se forem rentáveis. Caso determinada empresa não esteja sendo lucrativa, trabalhadoras e trabalhadores serão demitidas(os), pois se tornaram *não-rentáveis*.

Se trabalhadores e trabalhadoras estiverem em situação desfavorável – numa quantidade superior à que as empresas necessitam, ficarão à margem do mercado de trabalho, como uma reserva inibidora de reivindicações por maiores salários, como uma sombra ameaçadora sobre aqueles e aquelas que estiverem trabalhando (para ganhar ou perder a vida). Seu acesso ao consumo ficará impossibilitado, pois lhes faltará a “senha” que, magicamente, sacia desejos e necessidades.

Ao excedente de mão-de-obra, já existente, outros(as) trabalhadores(as) ainda foram agregados

A tese aqui esboçada é a de que a dominação social, que se constitui ao longo do desenvolvimento do capital – dominação que se projeta sobre o Estado, os indivíduos, as classes sociais e a natureza –, decorre do caráter do trabalho que produz a riqueza capitalista.

nas últimas décadas. Trata-se dos “eliminados” pelos processos de reestruturação produtiva que acompanharam o *capital* ao longo de seu desenvolvimento. Desde a seqüência histórica - *Cooperação Simples; Manufatura e Grande Indústria* (MARX, 1978) -, hoje, com formas mais sofisticadas de consumo de força-de-trabalho, acentua-se a tendência de redução da importância dos(as) trabalhadores(as) nos locais de trabalho, não apenas na indústria, mas também nos setores da produção imaterial e da esfera financeira e bancária.

A história recente da humanidade tem mostrado um percurso eivado de ameaças e temores. Se, antes, havia o medo cósmico, agora prevalece uma espécie de insegurança social planetária. No lugar de *trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos* – ou seja, a colaboração da classe –, a competição entre eles se impõe, no afã de cada um “ganhar a vida”. O cenário parece muito mais propício a um convite para que os *não-rentáveis* do mundo inteiro se unam. Aos desempregados – a população excedente para o *capital* – juntam-se aqueles com o temor da perda do trabalho. E, sobre todos, replicam novas formas de controle que submetem esses “escravos” da modernidade a imposições do crescimento econômico. Com isso, avolumam-se problemas de todas as ordens, que passam a exigir respostas urgentes dos administradores da crise. Os gestores públicos são chamados a dar respostas imediatas, pois o temor da ocorrência de conflitos e convulsões sociais está sempre presente ou latente.

Direitos individuais e coletivos, Estado de Direito, democracia, regulação de conflitos e da economia, sociedade, repressão, esfera pública: como problematizar tais questões e onde situar os espaços das soluções exigidas?

Para não “atormentar” ainda mais o(a) leitor(a) com a história da constituição do Estado Moderno (e menos ainda dos Estados Nacionais), tentaremos apenas estabelecer algumas relações entre Estado, economia e democracia, no contexto da sociedade capitalista, no horizonte temporal que se

inicia a partir da década de 1930. Este marco tem a importância histórica de ser o cenário montado pela Grande Depressão, que desembocou na segunda guerra mundial e ensejou o enquadramento do Estado e da sociedade nos limites da ordem do *capital*. Lá se inicia a intervenção deliberada na economia a fim de proporcionar espaços para acumulação de capital. Podemos dizer que se afirma, mais nitidamente, a expansão da influência da economia na esfera estatal e nas várias dimensões da vida em sociedade.

2. Capital, crise e financeirização: partes de um mesmo sociometabolismo

Com o capitalismo, o *dinheiro* entra definitivamente no circuito da vida, realizando e frustrando sonhos, desumanizando os indivíduos, como apontara Marx, (MARX, 2003), já em seus escritos da juventude. Com efeito, o sentido da mera posse do dinheiro tende a tornar as relações intersubjetivas, gradativamente, egoístas e sem escrúpulos. Nesse sentido, as relações sociais no capitalismo acabam por escravizar o homem à esfera do valor-de-troca, de forma “quase objetiva” e irreversível. Na sociedade hodierna, portanto, a dominação heterônoma do *capital* é levada às últimas conseqüências, refletidas na corrida pela acumulação de *dinheiro*, numa dinâmica frenética de encarnação coletiva do fetichismo da mercadoria.

Em tal contexto social, o *trabalho* somente se reconhece como meio para aquisição de *dinheiro*, ou seja, somente ganha sentido, se gera *dinheiro*. Em particular, o *trabalho que produz o capital*, somente é organizado se encontrar as condições que possibilitem a expansão do *dinheiro*, numa escala ampliada. No âmbito da produção material, a reprodução ampliada impulsionará a tendência à substituição do trabalho vivo pelo *trabalho morto* (objetivado). Junto à chamada produção imaterial, algo semelhante também se desenvolve. Assim, a *força-de-trabalho* vai se tornando, cada vez mais, supérflua para a produção da riqueza capitalista.

A base constitutiva da sociedade capitalista impõe, diuturnamente, uma série de disputas entre as perso-

nificações do *capital*. As disputas ocorrem entre os próprios capitalistas (opponentes semelhantes), ou entre capitalistas e trabalhadores (opponentes dessemelhantes). O “mercado”, por sua vez, tem como função primordial servir como arena abstrata das disputas em prol da acumulação incessante e da distribuição das riquezas produzidas. Por esse caminho, o imperativo mercadológico impõe à sociedade uma dominação heterônoma, em que a lógica da produção do *valor-mercadoria* sufoca as possibilidades de um ordenamento social baseado na autodeterminação consciente dos homens. Essa é a essência da natureza de uma dominação que não exige, necessariamente, figuras discerníveis de dominadores, nem de dominados, posto que as classes sociais e os indivíduos vão sendo condicionados, histórica e socialmente, a cumprir as normas da valorização do *capital* e do modo de vida a este mais adequado.

Em outros termos, o *poder social do dinheiro* evolui para a condição de expressão abstrata e concreta dessa dominação avassaladora. É riqueza abstrata porque, em si e para si, não contém um átomo de “sensibilidade”, mas, sim a capacidade de provocar transgressões junto às várias esferas da sociedade – nas mídias, na economia, nas instituições, nos aparelhos do Estado – e corrosão do caráter. É expressão concreta porque se insinua como *um*

poder social particular para seu possuidor.

Desse modo, a condição de “divindade visível” legítima a importância “vital” do *dinheiro* e do sistema financeiro mundial. Ambos compõem a representação moderna do metabolismo do *capital*. Quando este “organismo” sente algum estresse ou qualquer mal-estar, logo são disparados sinais no sistema financeiro. Na seqüência, o lado real da economia manifesta suas agruras, lançando infortúnios e inseguranças sobre bilhões de pessoas, em todo o mundo.

De onde se originam as conseqüências sociais e pessoais do “novo capitalismo” (SENNETT, 2003)? Por que podemos falar de precarizações? As respostas a estas e outras muitas perguntas terão que considerar o cerne do modo de produção do *capital*;

Trabalhadoras e trabalhadores “do mundo todo” somente serão contratadas(os) se forem rentáveis. Caso determinada empresa não esteja sendo lucrativa, trabalhadoras e trabalhadores serão demitidas(os), pois se tornaram não-rentáveis.

terão que ser buscadas no desenrolar da “contradição em processo”.

Conforme já argumentado, a tendência à incorporação dos avanços científico-técnicos à base técnica do *capital* desenvolve uma tendência à redução do *trabalho vivo*, relativamente ao *trabalho morto*. Com efeito, por conta dessa incorporação, cresce a *composição técnica do capital* e, com ela, a *produtividade do trabalho*. Esses processos têm por conseqüência uma desmedida e crescente produção de mercadorias, com influências negativas sobre a capacidade de realização da *mais-valia* produzida. Existe, então, uma estreita conexão entre a dificuldade crescente de realização da *mais-valia* e as crises de superprodução. Daí, a tendência decrescente da taxa geral de lucro. São esses os processos em que subjaz a “contradição em processo” do *capital*. O *capital rentista* entra em cena como o financiador por excelência do *capital produtivo*, sobretudo, subsidiando-o nas constantes substituições e atualizações tecnológicas.

Com as crises, as soluções das “prateleiras” existentes nos manuais de economia são visitadas de imediato. Misturam-se ortodoxia e outras medidas paliativas, sem garantias de que o processo de recessão será evitado. Em geral, os administradores da crise diminuem as taxas de juros e ampliam o crédito; intensificam os investimentos públicos em infra-estrutura e reduzem impostos. Enfim, voltam às terapêuticas da política econômica anticíclica. Os processos de dissociação que acompanham as crises do *capital* podem até mesmo se agravar. Mas, importa reacender o ímpeto da acumulação de *capital*.

As respostas óbvias deste socio-metabolismo são as de sempre: um acirramento da disputa incansável pelas esferas remanescentes da valorização do valor. Acentuam-se os movimentos de concentração e centralização do capital, em termos planetários, e se insinuam novas ofensivas no sentido da eliminação de conquistas históricas do movimento sindical e dos movimentos sociais. Tudo em nome da redução de

custos e da competitividade internacional. A submissão a rotinas mais extenuantes, do ponto de vista físico e mental, é imposta a parcelas crescentes de trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo, das regiões mais pobres do Planeta. A lógica do *capital* mostra toda sua insensibilidade e violência, apesar de ser operada por homens e mulheres. As necessidades verdadeiramente humanas e a biodiversidade do Planeta se dobram diante do sujeito-capital. O sujeito é o *capital* e a dominação sem sujeito se afirma em toda sua plenitude (KURZ, 2000). Desse modo, para atingir sua finalidade, o sociometabolismo do *capital* digere nossa criatividade e os recursos naturais.

A “contradição em processo” se radicaliza pelo crescente incremento do *capital morto*, em detrimento do *capital vivo*, com o conseqüente aumento da produtividade (PONTE, 2004). Na circulação, o aumento generalizado da produtividade aciona a lei da tendência decrescente da taxa de lucro. O *capital financeiro*, por sua vez, reveste-se da qualidade de pretender ser uma das trincheiras para preservação do metabolismo orgânico do *capital*. Nesse sentido, tem se constituído como a esfera capaz de concentrar uma significativa parcela da *mais-valia*, globalmente produzida e a ser produzida. Com efeito, ao se tornar “tutor” das poupanças acumuladas pela sociedade em geral, o *capital financeiro* afirma-se como fonte crucial de recursos

para manutenção da reprodução ampliada do *capital produtivo*. Por outro lado, também se torna agente de especulações financeiras, adquirindo mobilidade em tempo “real”, enlaçando os sistemas nacionais. Ao mesmo tempo, é a esfera financeira, guardiã do sistema de reprodução do *capital*, que, contraditoriamente, ameaça esta reprodução.

Os enlances, contudo, exigem uma moeda mundial “forte”, que expresse consenso e coerção, e não admita outras moedas. Desde o descolamento do dólar (agosto de 1971) – o presidente Nixon anunciou que o dólar não mais seria conversível em ouro –, a moeda norte-americana tem assumido essa condição. Agora, o lastro é: o PIB (consenso) e o poderio militar dos USA (coerção).

O sentido da mera posse do dinheiro tende a tornar as relações intersubjetivas, gradativamente, egoístas e sem escrúpulos. Nesse sentido, as relações sociais no capitalismo acabam por escravizar o homem à esfera do valor-de-troca, de forma “quase objetiva” e irreversível.

Os enlances financeiros acabam corroborando uma divisão internacional do trabalho, com a qual os países centrais do sistema são “financiados” pelo enorme esforço produtivo dos países da periferia, os países pobres ou em desenvolvimento. Todos estes países se vêem incluídos na globalização do *capital*, no emaranhado de uma teia que os impede de organizar um desenvolvimento autônomo e sustentável, com características próprias. Crescem – quando crescem economicamente – ao participarem da divisão do *trabalho*, determinada pelas economias centrais, ou seja, as dos países mais expressivos do ponto de vista da produção mundial. Sem dúvida, os Estados Unidos, a União Européia e o Japão são as sedes geográficas dos grandes conglomerados capitalistas, embora importantes *loci* da produção se situem em outros países, os chamados “países hospedeiros”, que oferecem condições socioeconômicas mais favoráveis para os investimentos diretos.

O *capital financeiro*, portanto, afirma-se como um “bloco de poder” dentro da burguesia (HARVEY, 1990). A forma como tal poder se constitui e qual a necessidade de sua existência, é uma discussão que exige uma compreensão mais alargada da relação entre Estado e sistema do *capital* (moeda e crédito incluídos).

Do ponto de vista da lógica do *capital*, a busca da máxima rentabilidade, por cada fração particular, faz emergir a competição intercapitalista. A acumulação de *capital* individual é regra geral, acompanhada de inovações tecnológicas, e decorre de decisões isoladas, que acabam por explicitar as chamadas “desproporções setoriais”. Isso se deve à não-simultaneidade desses processos, aos ritmos e intensidades de expansão de cada capital particular. O sistema de crédito entra em cena justamente para amenizar os desequilíbrios que se instalarem. Podemos dizer que essa é sua função primordial.

O sistema de crédito é uma espécie de lubrificante necessário para “clarear” a relação entre produção e

consumo. A separação entre compras e vendas pode ser resolvida pelo crédito. Por exemplo, não adianta assegurar recursos para a construção de moradias se não houver um financiamento hipotecário para facilitar a compra de casas. O problema é que o sistema de crédito terá que ser adequadamente dimensionado para atuar nas duas pontas (produção e consumo), de maneira sincronizada.

Quando o financiamento se destina à compra de máquinas e equipamentos, o resultado esperado é um aumento de capacidade produtiva. Se não houver poder de compra ou crédito para absorver o acréscimo de produção, tem-se um quadro de crise de realização. Logo, o sistema de crédito é o mecanismo para resolver as diferenças entre produção e consumo; produção e realização da *mais-valia*; entre produção e distribuição.

Crise de realização e crise financeira são as dimensões ou as faces de um mesmo processo. No entanto, o *sistema de crédito* pode encurtar o *timing* da *crise de realização*, porém, esta pode se desdobrar em *crise financeira*. Rigorosamente, a primeira é o determinante, de última instância; a segunda, a manifestação mais visível do arrefecimento da acumulação de capital. A redução da taxa de crescimento econômico é a síntese de todo o processo.

Para Harvey (1990), as crises financeiras têm como função racionalizar e reestruturar a produção, a fim de eliminar elementos estranhos, antigos ou novos. No final, submetem a vida social a determinações do *capital*, funcionando como um argumento de contraponto a

qualquer tipo de resposta organizada por segmentos da sociedade que venham a defender suas posições. Nos momentos de crise, o *capital* expõe uma ofensiva que neutraliza a reação defensiva da sociedade. Em particular, questiona as relações de trabalho para adequá-las às novas exigências sistêmicas.

No âmbito internacional, as economias nacionais da periferia do sistema, cada vez mais, se assemelham a terminais de redes transnacionais que determinam

As soluções das “prateleiras” existentes nos manuais de economia são visitadas de imediato. Misturam-se ortodoxia e outras medidas paliativas, sem garantias de que o processo de recessão será evitado. Acentuam-se os movimentos de concentração e centralização do capital, em termos planetários, e se insinuam novas ofensivas no sentido da eliminação de conquistas históricas do movimento sindical e dos movimentos sociais.

os movimentos frenéticos do “capital volátil”. Por participarem da divisão internacional do trabalho, sofrem pressões, caso tentem impedir ou dificultar os fluxos de entrada e saída de capitais forâneos. Não importa o matiz dos governos ou dos governantes, se são de esquerda, de direita ou de centro. O “bloco de poder”, que o *capital financeiro* representa, exige “dedicação” e “competência” dos governos para atrair um volume maior possível de capitais e, assim, contribuir para a administração da crise imanente ou da própria irracionalidade do sistema.

Se a sociedade se submete a uma estrutura de dominação sem sujeito, como transparece, cabe indagar se é possível resolver a crise no âmbito dos circuitos da *mercadoria* e do *capital*. Por outro lado, de maneira radical, cabe afirmar que, se os interesses propriamente humanos são incompatíveis com a acumulação de *capital*, a crise é insolúvel. Certamente, essa é uma polêmica que está longe de um consenso, num horizonte de médio ou curto prazo, mesmo que as manifestações da crise, em processo, mostrem que se acentua a incapacidade do cumprimento das promessas, objetivando a satisfação das necessidades humanas, sobretudo, em tempos de insegurança no emprego, de oscilações das bolsas de valores e de retração do crédito. E, isto, apesar de se ampliar a compreensão de que a referência central é a acumulação de *dinheiro*, em detrimento da satisfação das necessidades verdadeiramente humanas e a despeito da crescente parcela da população mundial tornada *não-rentável*, portanto, descartável. Importa saber, contudo, que a contradição imanente ao sistema metabólico do *capital* não o levará à autodestruição, mas que, certamente, continuará disseminando inseguranças para bilhões de trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro.

A volúpia da acumulação do *capital* impulsiona sua contradição interna. Ao mesmo tempo, o sistema do *capital* e de parceria com o Estado aciona forças de contratendência. O *capital financeiro* é uma delas,

pois se mostrou, ao longo do tempo, como uma das importantes trincheiras frente aos problemas advindos das crises de realização. Percebem-se, porém, sinais concretos de enfraquecimento desse guardião, desde a quebra do padrão-ouro, mais visíveis na primeira década do segundo milênio. Todavia, não está descartado que o metabolismo do *capital*, em algum momento, poderá acionar novas estratégias, objetivando fazer perdurar seu domínio, mesmo que, para tanto, produza um indescritível número de novas vítimas. Como reagirão os trabalhadores e os movimentos sociais?

Crises submetem a vida social a determinações do *capital*, funcionando como um argumento de contraponto a qualquer tipo de resposta organizada por segmentos da sociedade que venham a defender suas posições. Nos momentos de crise, o *capital* expõe uma ofensiva que neutraliza a reação defensiva da sociedade. Em particular, questiona as relações de trabalho para adequá-las às novas exigências sistêmicas.

3. Capitalismo e a impossibilidade da emancipação humana

Como marcas temporais, para além do “breve século XX” (HOBSBAWM, 1997), sobressaem-se a liberalização financeira patrocinada pelo governo Reagan (1981), as privatizações impulsionadas quando do “reinado” de Thatcher (1979), os processos de reestruturação produtiva desencadeados no mundo capitalista e a readequação do Estado para dar suporte à dominância financeira, ao longo dos anos de 1990. Em tal contexto, o dinheiro sacramenta sua condição de “divindade visível” e mostra seus liames destrutivos, também à escala global. A biosfera e seus habitantes pagam a conta da exuberância da acumulação rentista e do “capitalismo do desastre” (KLEIN, 2005).

O sistema do *capital* reafirma sua natureza incontrolável (MÉSZÁROS, 2002) e sua incapacidade de resolver problemas, produzidos por seu próprio funcionamento. No afã de transformar tudo o que existe entre o céu e a terra em *mercadoria*, a acumulação de *capital* com dominância financeira expõe desigualdades que se distribuem, também desigualmente, pelo mundo afora. A crise estrutural do sistema a que assistimos nesse momento, mostra sua face como crise financeira, exigindo medidas de socorro, sob a forma de generosos créditos, originados de recursos públicos, para indivíduos, empresas industriais e bancos, principalmente nos países do

centro capitalista. O ponto de partida das causalidades, contudo, encontra-se no cerne do sistema, no modo de constituição do valor e da autovalorização.

A dimensão mundial alcançada pelo capitalismo, por sua vez, afirma o sistema do *capital* como modo de controle das relações sociais, nesta escala. Por ser um sistema de “dominação sem sujeito”, terá que mobilizar suas dedicadas personificações para traduzirem seus imperativos em termos práticos, englobando todos os países e retirando destes a plena capacidade de definir políticas econômicas e sociais autônomas. O sistema-mundo desloca a “territorialidade” da política a tal ponto que justifica a “oblação” de fabulosas quantias a banqueiros, sob o pretexto de evitar o colapso do sistema financeiro internacional. Não se sabe de quem esse sistema foi vítima; apenas se aceita que precisa ser voluptuosamente “irrigado”.

Desse modo, com suas imposições, o sistema do *capital* dobra os controles existentes, mesmo quando admite controles, porém, que estes colaborem para a continuidade de sua reprodução ampliada, num tempo menor possível, nas circunstâncias históricas existentes. Tudo se conforma e se justifica como uma questão de governança, privada ou pública. Os controles serão bem-vindos, uma vez que colaborem para preservar as estruturas da reprodução sistêmica. As personificações que se situam no comando do sistema aceitam, de bom grado, os necessários corretivos, desde que acompanhados de recursos públicos generosos, vale repetir.

Em sua etapa atual, o capital reafirma seu potencial de (des)integração global, quando impõe a necessidade de intervenções dos Estados das principais economias, a fim de que se corrijam as distorções, ditas conjunturais. Seus imperativos terão que ser traduzidos em termos práticos no mundo da produção e das finanças para que se retome a trajetória expansionista do *capital*. As ordens prescritas devem ser adequadas à lógica suprajacente, que exige ações concertadas de todas as personificações: indivíduos, classes sociais e Estado. Todos os campos sociais, não somente os situados na esfera econômica são intimados a se adap-

tar às novas exigências do imperativo do *capital*. Tal fenômeno é percebido, por exemplo, na arte, na cultura e na literatura, em face dos vasos que interligam essas esferas aos interesses comuns do *capital*.

Muitos já admitem que o contexto socioeconômico em que vivemos delimita as ações das classes empíricas. Diante de adversidades, padrões e trabalhadores assalariados estabelecem relações contratuais de convivência pacífica que abrandam interesses, porventura, conflitantes. De um lado, os detentores de *força-de-trabalho* arrefecem seus ânimos para a luta por maiores salários, pois o “mar não está pra peixe”. A calma é propiciada pelos mercados em convulsão e pela função histórica que as inovações tecnológicas desempenham, com a substituição do *trabalho vivo* pelo *trabalho morto*. De outro lado, os detentores do *capital* pressionam o Estado em busca de intervenções que lhes permitam recompor a “taxa média de lucro” ou frear a queda de rentabilidade, fazendo uso, inclusive, de chantagens à base de ameaças de demissões. As principais energias são despendidas no âmbito da concorrência intercapitalista, sem a necessidade de preocupações no embate com a classe trabalhadora.

A crença de que o desenvolvimento, científico-tecnológico seria suficiente para proporcionar, aos habitantes do Planeta, condições de vida decentes esvaiu-se. O desenvolvimento econômico observado conformou uma realidade em que se acentuam os processos de concentração e de centralização de capitais¹. Pontificam os grandes grupos econômicos de atuação transnacional.

O Estado, por seu lado, redefine sua forma de atuação e, de certo modo, se transforma em um “órgão” que absorve a “sociedade civil”, disseminando a lógica paralisante do *capital*. As formas de coerção institucional, veladas ou explícitas, refreiam o ímpeto de rebeldia ou de contestação social; esfumaçam-se os diálogos transformadores. Há, então, um embotamento de quaisquer proposições que cogitem uma transformação sistêmica radical. Em geral, tais

Não está descartado que o metabolismo do capital, em algum momento, poderá acionar novas estratégias, objetivando fazer perdurar seu domínio, mesmo que, para tanto, produza um indescritível número de novas vítimas. Como reagirão os trabalhadores e os movimentos sociais?

discursos são considerados, pela esfera pública oficial, “pessimistas”, “delírios anacrônicos”, “farsas inconsequentes” ou “utopias não exequíveis”. Diante do quadro de crises, os administradores dedicados, e competentes aos olhos dos organismos multilaterais internacionais, ganham lugar de destaque na condução do destino da humanidade, produzindo fetiches e ilusões de um futuro seguro e feliz².

Mesmo assim, os fetiches não impedem que o universo entre em desencanto e que desabe a cultura racional da modernidade: as forças produtivas que impulsionaram o desenvolvimento econômico do *capital* tornaram-se destrutivas, posto que estimuladas pela máxima rentabilidade, pela valoração de tudo em *dinheiro*. A “doutrina do choque” e o “capitalismo do desastre” aparecem como métodos de disciplinamento para tornar “flexíveis” (SENNETT, 2003) os desejos e vontades dos indivíduos. Nem mesmo escapam as relações afetivas, pois também são submetidas ao cálculo de custos e benefícios. O mercado racional apenas administra a própria irracionalidade.

O avanço científico-técnico, desde os anos de 1980, afirma-se como resposta a exigências econômicas do *capital*, aprofundando a dominação (sem sujeito) sobre suas diversas personificações: capitalistas, administradores da crise e trabalhadores. Como regra geral, este avanço *desqualifica o trabalho e desvaloriza a força-de-trabalho*; exige uma gestão impessoal do processo de valorização, de modo que as relações na produção e na sociedade se tornem objetificadas. Mesmo em setores em que se exige elevado conteúdo científico, o grau de especialização, neles atingido, é um indício da fragmentação do conhecimento e da relativa desqualificação que afeta suas atividades.

Ao lado e do lado desse avanço, acentuam-se as formas de controle do Estado sobre a sociedade, que conjuram contra manifestações ou mobilizações que tenham conteúdos contestatórios ou perspectivas de desenvolver uma consciência crítica que ponha em questão o modo de produção do *capital* e o mo-

O Estado, por seu lado, redefine sua forma de atuação e, de certo modo, se transforma em um “órgão” que absorve a “sociedade civil”, disseminando a lógica paralisante do *capital*. As formas de coerção institucional, veladas ou explícitas, refreiam o ímpeto de rebeldia ou de contestação social; esfumaçam-se os diálogos transformadores.

do de vida que lhe faz companhia. Muitas vezes, os controles se fazem de maneira sub-reptícia em que o “big brother” desempenha um papel crucial de convencimento nas várias mídias: “consuma, você está sendo filmado” é a expressão que melhor sintetiza a coerção do *trabalho* na esfera do consumo. É o *valor-mercadoria* impondo o modo de vida que interessa à acumulação de *capital*.

Nesse cenário dantesco, de horror econômico e político, a construção de uma alternativa social exige um esforço muito maior do que aquele despendido pelos contendores da histórica “luta de classes”. Sem dúvida, o caráter radical de tal agenda sugere que ela não pode ser esboçada apenas pelos tradicionais representantes da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, é problemático antecipar uma formação “ideal” para além do *capital*. Contudo, conforme Marx (1985), a transição para a nova sociabilidade deverá ocorrer tendo por base os “produtores livremente associados”.

4. Como pensar o impensável?

Se disse e se pode voltar a dizer que a beleza e a grandeza deste sistema residem precisamente neste metabolismo material e espiritual, numa conexão que se cria naturalmente, de forma independente do saber e da vontade dos indivíduos, e que pressupõe precisamente sua indiferença e independência recíprocas. E seguramente esta independência material é preferível à ausência de relações ou a nexos locais baseados nos vínculos naturais de consanguinidade, ou em [relações] de senhorio e servidão. É igualmente certo que os indivíduos não podem dominar suas próprias relações sociais antes de tê-las criado. Porém, é também absurdo conceber esse *nexo puramente material* como tendo sido criado naturalmente, inseparável da natureza da individualidade e imanente a ela (indiferentemente do saber e da vontade reflexivas). O nexo é um produto dos indivíduos. É um produto histórico. Pertence a uma determinada fase do desenvolvimento da individualidade. O caráter alienado e

a autonomia com que esse nexos existe frente aos indivíduos demonstram apenas que estes ainda estão em vias de criar as condições de sua vida social em lugar de tê-las iniciado a partir de ditas condições. É o nexos criado naturalmente entre os indivíduos envolvidos em condições de produção determinadas e estreitas (MARX, 1986, p. 89, tradução livre do autor).

Marx aclara com maestria por que não é possível conciliar capitalismo com emancipação, qualquer que seja o sentido que se atribua a este vocábulo. Na verdade, assinala que a sociedade capitalista se desenvolveu com os indivíduos, e independentemente dos indivíduos, amoldando sua individualidade, seu saber e sua vontade, exigindo destes a busca da independência material e a indiferença de todos com relação ao que fazem no *trabalho*. Ao mesmo tempo em que assinala a independência material como vantagem, como sendo superior aos nexos baseados no senhorio ou na servidão, Marx (1985) também considera absurdo este mesmo nexos material, pois é a expressão da alienação e da falta de autonomia. Conclui, dizendo que os indivíduos ainda não criaram suas próprias condições de vida social. Marx sugere, portanto, o sentido da emancipação humana.

Na sociedade capitalista, o *trabalho* identifica-se com dispêndio de energias físicas e mentais, com a finalidade de proporcionar ganhos para o *capital*. Logo, tem por função social expandir o *dinheiro* e, por isso, se torna condição de vida e de morte dos indivíduos. Na verdade, o *trabalho* é o meio pelo qual capitalistas e trabalhadores assalariados são subsumidos à lógica da valorização do *valor-mercadoria*: exige de ambos todos os esforços para a reprodução do *capital*, em escala ampliada. O *trabalho* que reproduz a relação social do *capital* não possui sequer um átomo de conteúdo da necessária emancipação da humanidade do enredamento no tecido social por ela mesma entrelaçado.

Que condições se desenvolvem na

sociedade capitalista que expõem a necessidade da abolição do trabalho, como condição essencial inerente à “grande transição” (OLIVEIRA, 2006) para o terceiro estágio³? E por que se pode dizer que neste estágio se iniciaria a história da humanidade?

Não há como não admitir que a natureza coercitiva do *trabalho* impede o pleno exercício da liberdade de criação, impondo a separação entre atividade intelectual e manual e a fragmentação de seu conteúdo. Mais ainda, como um resultado, estabelece um processo de qualificação-desqualificante, acentuando o estranhamento daqueles que participam da produção socializada para com o produto obtido. Além do estranhamento, exige a indiferença dos indivíduos, entre si e com relação ao que fazem nos locais da produção.

Mesmo sendo o *trabalho* o terreno de um processo que atende ao objetivo da expansão do *dinheiro*, sua realização depende inteiramente da rentabilidade que conseguir proporcionar. Não sendo rentável, será paralisado. Do lado daqueles que não dispõem de meios de sobrevivência – a classe dos despojados de meios de produção –, a coerção econômica os obriga a vender sua *força-de-trabalho* para participar da “festa”. Se o trabalhador livre não encontrar quem compre sua mercadoria, ficará fora da esfera do consumo e terá sua cidadania comprometida. Assim, o *trabalho* torna-se o cerne da crítica: sua abolição é condição e o real objetivo da emancipação humana.

No contexto capitalista, a produção sempre atenderá a objetivos externos, e não a desejos daqueles e daquelas que nela se envolvem – capitalistas e trabalhadores(as) assalariados(as) –, e muito menos terá como prioridade necessidades humanas reais. A sociabilidade que prevalece nesse contexto é mediada pela necessidade de cada indivíduo ganhar *dinheiro*, e sempre mais, para assim adquirir valores puramente simbólicos que lhe são ofertados e que

Na sociedade capitalista, o trabalho identifica-se com dispêndio de energias físicas e mentais, com a finalidade de proporcionar ganhos para o capital. Logo, tem por função social expandir o dinheiro e, por isso, se torna condição de vida e de morte dos indivíduos.

Na verdade, o trabalho, é o meio pelo qual capitalistas e trabalhadores assalariados são subsumidos à lógica da valorização do valor-mercadoria: exige de ambos todos os esforços para a reprodução do capital, em escala ampliada.

estimulam a cultura do supérfluo e do efêmero. Como regra geral, o *trabalho* que produz valor não é auto-realização, não é liberdade ou felicidade, mas repulsivo, como “trabalho forçado”, tal qual o trabalho-escravo ou servil, como já afirmado por Adam Smith.

Assim, o “desenho” do projeto de emancipação humana tem um ponto de partida estratégico: a negação do *trabalho* para pôr em seu lugar uma concebível forma de *atividade produtiva sensível e reflexiva*. Uma atividade que seja prazerosa e conscientemente exercida, na qual cada indivíduo despenda um mínimo de tempo à reprodução das condições materiais da existência social.

Para tal atividade, importa a ampliação do tempo livre, e não do tempo excedente para o *capital*, como condição necessária para a emancipação da coerção do *trabalho* e da alienação que lhe é própria. Todos os membros da sociedade dedicariam a maior parte do tempo à educação artística, científica, tecnológica e ambiental, a fim de cultivar e alargar o conhecimento, no contexto de uma organização composta de sujeitos individuais e coletivos. Cada indivíduo teria as condições necessárias que o tornariam capaz de dominar a totalidade das condições de existência, antes sob o domínio do *capital*. O sujeito coletivo, o “indivíduo social”, sintetiza essa condição. Não se trata de uma civilização baseada na propriedade coletivizada dos meios de produção, mas, sobretudo, na apropriação reflexiva de todo o desenvolvimento científico-técnico acumulado pela humanidade⁴. A emancipação humana não se coaduna com sociedades nas quais o excedente é criado por escravos, servos ou trabalhadores assalariados. Na formação social capitalista, no entanto, desenvolvem-se as condições históricas de superação, para outra de qualidade superior.

Por outro lado, a crise estrutural do *capital* que vem se configurando, desde as duas últimas décadas do século passado, sugere indícios de que se reduz, relativamente, o ritmo de incorporação generalizada de inovações tecnológicas à produção de mercado-

O “desenho” do projeto de emancipação humana tem um ponto de partida estratégico: a negação do trabalho para pôr em seu lugar uma concebível forma de atividade produtiva sensível e reflexiva. Uma atividade que seja prazerosa e conscientemente exercida, na qual cada indivíduo despenda um mínimo de tempo à reprodução das condições materiais da existência social.

rias. (Estas são as inovações de processos.) Atualmente, as empresas capitalistas, nos embates de mercado, têm feito uso intenso das inovações e obsolescência precoce dos produtos. (Estas são as inovações de produtos.) Há uma grande preocupação das empresas em agregar valores simbólicos a seus produtos, que possibilitem um sobrepreço. As fusões e aquisições, bem como a financeirização da economia (CHESNAIS, 1997 e 1998), são também expressões concretas desse relativo esgotamento. Ao lado de subterfúgios do mercado, estão as precárias relações de trabalho, a perda de estabilidade no emprego, o desmantelamento da proteção social, a mercantilidade da vida. O “horror econômico” (FORRESTER, 1997) ganha novas forças.

Nesse ambiente insalubre, instala-se uma espécie de insegurança “cósmica”, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das forças produtivas poderia proporcionar benefícios materiais para todos os habitantes do Planeta. É evidente que esses benefícios não poderiam ser proporcionados na mesma magnitude do consumo (ou do desperdício) agregado que prevalece nos USA.

Sem dúvida, os argumentos até aqui desenvolvidos sugerem que a emancipação humana corresponde à superação do sistema do *capital*. E, mais ainda, que esta superação apresenta-se como necessidade vital de encontrar outra forma de organização social. Não se justifica por razões morais, relacionadas à exploração dos trabalhadores, mas sim em virtude de seus limites internos e externos, que se projetam na forma de sofrimentos evitáveis, no mundo inteiro. Se a expansão capitalista põe a biodiversidade em questão, é urgente que a humanidade tenha o comando sobre as condições materiais de sua existência. A questão ambiental põe, decisivamente, os limites externos, acionados pela continuada expansão da relação social do *capital*.

Evidentemente, o sentido geral da emancipação humana pressupõe outro princípio organizador da vida social, que não o *valor-mercadoria* e a acumula-

ção de *capital*. Como se sabe, a produção capitalista é orientada por um princípio tautológico: o uso do *dinheiro* para produzir mais *dinheiro* (para acumular *capital*). Para que se tenha outro princípio, a utilização das forças produtivas deverá ser balizada pela biodiversidade e estar a serviço da liberação do trabalho físico, cansativo, repetitivo e alienado.

No âmbito da atual organização da sociedade não há condições práticas para a emancipação humana, pois a mediação das relações sociais se efetiva pelo poder totalizador do *dinheiro*. De acordo com Marx:

Estas relações de dependência *materiais*, em oposição àquelas *personais* (a relação de dependência material não é senão [o conjunto de] vínculos sociais que se contrapõem automaticamente aos indivíduos aparentemente independentes, vale dizer, [ao conjunto dos] vínculos de produção convertidos em autônomos com respeito aos indivíduos) se apresentam também de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações, enquanto que antes dependiam uns dos outros. A abstração ou a ideia não é contudo nada mais do que a expressão teórica dessas relações materiais que as dominam. (1986, p. 92. Tradução livre do autor, grifo nosso).

O *dinheiro*, que sintetiza a dominação sem sujeito, afirmado como nexos social predominante, historicamente produzido, apenas demonstra que a humanidade ainda não criou as condições necessárias para o exercício pleno da liberdade, da “livre individualidade”.

Pela sua grandiosidade, o enfrentamento da racionalidade prevalecente exige a convergência das várias lutas (em escala mundial): as sindicais e aquelas que compõem a diversidade dos demais movimentos sociais. É preciso que as lutas se voltem para contestar, radicalmente, em termos teóricos e práticos, a sociabilidade coerciva que envolve todos os indivíduos. Parece então que, do ponto de vista estratégico, torna-se fundamental que cada luta específica exercite uma crítica que possibilite

**Cresce o
descontentamento
com as várias formas
de trabalho e com as
escalas de valorização
social existentes. Do
mesmo modo, acentua-
se o desconforto com
o avanço da contenção
da liberdade, da
repressão institucional
legalizada e da perda
de credibilidade
da democracia
representativa. (Será
o “fim” da política ora
praticada?)**

contextualizar seu lugar, suas possibilidades e limites, na teia aprisionadora do metabolismo social do sistema do *capital*.

Se a sociedade não “cresce” (saúde, educação, moradia, segurança, ambiente natural, equidade) junto ao crescimento econômico capitalista, mas a este se subordina – se a eliminação de muitos “postos de trabalho” e as precárias “relações de trabalho” geram insegurança, produzem desigualdades e empobrecimento – têm-se fortes indícios de que o sistema de *trabalho assalariado* dá demonstrações de esgotamento como organizador de mediações sociais.

Inúmeros são os problemas com os quais se defronta a humanidade e que estão a exigir uma crítica, cada vez mais profunda, ao progresso e ao modo de crescimento da riqueza. Acumulam-se

denúncias acerca dos problemas ecológicos; amplia-se a luta pela igualdade de oportunidades e de tratamento para todas as pessoas. Ao mesmo tempo, cresce o descontentamento com as várias formas de *trabalho* e com as escalas de valorização social existentes. Do mesmo modo, acentua-se o desconforto com o avanço da contenção da liberdade, da repressão institucional legalizada e da perda de credibilidade da democracia representativa. (Será o “fim” da política ora praticada?)

Ademais, constata-se a crescente importância dada à busca de identificações sociais não baseadas em classe, mas de gênero ou de etnia ou ao redor das atividades que se desenvolvem por coletivos de indivíduos. Nessa busca, parece ganhar expressão política o reconhecimento dos “novos movimentos sociais”⁵ quanto à percepção de que importantes aspectos da vida moderna tenham sido modelados e se tornado subordinados aos imperativos de forças sociais abstratas e impessoais. Por esse motivo, emergem a possibilidade e a necessidade de que as transições particulares – existentes ou a se desenvolverem – ampliem sua percepção crítica e seu lugar diante do modo alienante de produzir, que dá sustentação à sociedade capitalista.

Os seres humanos parecem irremediavelmente envoltos por um sistema-mundo mais complexo do que nunca. Ao mesmo tempo, no entanto, a complexidade atingida comprova que se trata de uma maneira irracional de “conduzir” o mundo, pois que submete a satisfação das necessidades humanas aos “humores” do mercado das finanças⁶. Embora tenha sido obra das ações e das estruturas criadas pelas pessoas, pelas classes sociais, a complexidade apresenta-se com um poder cada vez mais incontrolável.

A incontrolabilidade desse sistema, contudo, não é absoluta, pois tem sido possível administrá-lo, até certo ponto, desde que em atendimento a pressões importantes, e por condutores dedicados. Porém, isto não significa que se possa prever por completo nem o caminho que toma, nem o ritmo que adquire. Na verdade, a incontrolabilidade projeta-se sobre as várias esferas da vida de tal modo que todas as pessoas são afetadas, direta ou indiretamente, e levadas a não mais se sentirem seguras. Contudo, tornam-se sujeitas a vulnerabilidades e a incertezas que são socialmente produzidas e assimiladas como determinações “naturais” do mundo da vida.

Desemprego, perda de direitos individuais e coletivos, desastres ecológicos ou, até mesmo, nucleares, disputas interestatais, dentre outras manifestações da crise estrutural, são questões que passam a conformar uma espécie de “horror econômico e político” do cotidiano de habitantes de importantes partes do mundo.

Sobre o mundo todo paira a ameaça dos efeitos da deterioração do ambiente natural. Os aspectos destrutivos do crescimento econômico ilimitado do *capital* estão presentes e visíveis de maneira tal que nenhum país poderá ignorá-los. Em todo o mundo cresce a sensação de que há uma grande produção de supérfluos e com métodos de produção que destroem seus meios de reprodução. A contaminação da água e do ar, a devastação de florestas, o esgotamento de fontes de energia, tudo isso impõe, embora paradoxalmente, o compartilhamento de interesses entre ricos e pobres, pois se trata de uma questão vital, em âmbito planetário. Até mesmo os segmentos privilegiados começam a tomar consciência de que os processos de acumulação de riqueza abstrata (*dinheiro*) ameaçam ou destroem modos de vida valiosos,

cujas conseqüências econômicas, sociais e ambientais são completamente indesejáveis.

Diante dessas considerações, já se pode afirmar que o sistema cava sua própria sepultura ou que está cavando a sepultura da humanidade? Pode-se afirmar que existem evidências de experiências e tendências que apontam para outro modo de reprodução material e cultural, diferenciado, oposto ao do sistema do *capital*? Que outras possibilidades existem?

As contradições produzidas pelo desenvolvimento do *capital* apontam para a necessidade de transformações profundas da sociabilidade prevalecente. A forma social que venha a se configurar dependerá, certamente, e como sempre, do incitamento das mentes e dos corações daqueles que compõem os segmentos organizados interessados na questão das respostas que os movimentos sociais venham a formular a essas contradições.

O capitalismo desenvolveu-se a partir das entranhas do feudalismo até que seus mecanismos se firmassem com vigor suficiente para fazer saltar os vestígios mais importantes da antiga ordem. A ultrapassagem da ordem atual, no entanto, é reconhecidamente muito mais complexa. (A mesma coisa poderia ser dita à época feudal.) O sistema do *capital* desenvolveu uma teia social tão envolvente que é capaz de capturar movimentos e lutas sociais e alternativas que se lhe contraponham. Tal capacidade encontra seu momento de ativação nos meandros da grande circulação monetária e de mercadorias, juntamente com o acionamento dos fetiches criados e disseminados pelos aparelhos ideológicos e pela repressão sub-reptícia ou institucionalizada. Isso dificulta o desenvolvimento de mecanismos que se convertam em força objetiva, voltada a “destruir” sua lógica. Porém, isto não implica que experimentações radicais não possam e não sejam tentadas. Se o forem, no mínimo, servirão como “semente” de que é possível, mas principalmente necessário, um novo modo de vida.

Marx, na passagem a seguir, sugere alguns fundamentos do processo de transição de um modo de vida heterodeterminado para outro em que o desenvolvimento da individualidade se afirme como saber e vontade coletiva.

Os indivíduos universalmente desenvolvidos, cujas

relações sociais como relações próprias e coletivas estão já submetidas a seu próprio controle coletivo, não são um produto da natureza, senão da história. O grau da universalidade do desenvolvimento das faculdades, nas quais se faz possível *esta* individualidade, supõe precisamente a produção baseada no valor-de-troca, que cria, pela primeira vez, ao mesmo tempo que a universalidade da alienação do indivíduo frente a si mesmo e aos demais, a universalidade e a multilateralidade de suas relações e de suas habilidades. (MARX, 1986, p. 89-90, tradução livre do autor).

5. Um desfecho pensável

Diante da incontornabilidade do sistema do *capital*, as soluções que são apresentadas, em momentos de crise profunda, apenas revelam um esforço final de glorificação do capitalismo por parte de seus apologistas. Evidentemente, nos dias de hoje, não assistimos simplesmente a falhas de mercado ou a contratempos que podem ser resolvidos definitivamente. Estamos diante da crise estrutural do sistema, que tomou impulso nos últimos trinta anos, com um sério agravante. Além de sua abrangência global, agride profundamente nossa relação com a natureza, pondo em questão as condições fundamentais da sobrevivência humana.

Juntam-se, ao mesmo tempo, crises econômicas e ambientais, para as quais não cabem as soluções simplistas dos manuais da teoria econômica burguesa. Com a dominação do *capital*, as fraudes de mercado e a exploração da classe trabalhadora caminham de mãos dadas e já demonstram que não podem continuar para sempre. E, também, que as crises não se resolvem com a mudança das personificações do *capital*. O Estado, no lugar de capitalistas, cedo ou tarde, levaria ao mesmo desastre da restauração do capitalismo, como aconteceu no leste da Europa.

O sistema do *capital* encontra seus limites históricos. As fraudes e corrupções (vale repetir) que se generalizam e o desemprego massivo que aterroriza a humanidade exigem, não apenas, controles sobre bancos e instituições financeiras, como muitos apregoam, mas sobre tudo o mais. A alternativa a ser buscada exige, na verdade, uma profunda transformação no modo de produção e de distribuição de nossas condições materiais de existência, contudo, orientada, so-

bretudo, pela biodiversidade que ainda nos resta. Nas demais esferas, há a necessidade do desenvolvimento de uma sociabilidade fundada nos princípios da igualdade substantiva. Essa é uma idéia vital para nossa sobrevivência. Em Marx (1985) “produtores associados” e “indivíduo social” são as expressões desse caminho radical, exigido para a emancipação humana das formas fetichistas, que fazem a “sociedade do espetáculo” e causam sofrimentos evitáveis.

NOTAS

1. As fusões e aquisições são as formas concretas que expressam o movimento abstrato da valorização. O avanço das forças produtivas consigna uma base técnico-material que potencializa as capacidades instaladas. No entanto, a lei da produtividade crescente, no contexto da sociedade capitalista, não conduz à emancipação da humanidade, pois nem mesmo dissemina condições materiais de vida para toda a população. No lugar de liberar, de ampliar o espaço das liberdades individuais, as forças produtivas aprisionam o homem e degradam a natureza.

2. Barak Obama conseguiu penetrar agudamente o imaginário da sociedade norte-americana durante a corrida presidencial naquele país, neste ano de 2008. Evidentemente, a crise financeira de 2008 não “nasceu” no período da campanha; seu “estouro” era um acontecimento já esperado muitos anos antes. A insegurança que envolvia os diversos segmentos sociais, o intenso processo de concentração de renda e riqueza que se desenvolvia, a instabilidade dos empregos e a precariedade das relações de trabalho, desde os anos de 1990, eram as questões que afligiam a quase totalidade da população daquele país. O lema da campanha sintetizado pelo vocábulo CHANGE foi suficientemente forte para mobilizar os eleitores, que tiveram um comparecimento recorde na história política dos EUA. Que mudanças serão introduzidas, não cabe aqui analisar; mas cabe dizer que aquela sociedade está sob pressão e contaminada por um intenso clamor por segurança do qual nem mesmo escapam os protagonistas de Wall Street.

3. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels, com o propósito de desmistificar a postura idealista de Feuerbach, resgatam a primeira natureza do devir humano, relacionado à própria sobrevivência do homem como espécie, ou seja, a garantia de sua manutenção vital. A segunda natureza refere-se ao primeiro “ato histórico” do homem em seu sentido genérico, ao produzir e sofisticar continuamente instrumentos capazes de garantir a sobrevivência, ao mesmo tempo possibilitando o surgimento de novas possibilidades e necessidades. Paralelo a esse aperfeiçoamento das ferramentas e dos instrumentos úteis ao homem, em seu decurso histórico, desenvolve-se uma constelação de formas fetichistas que engendram a dominação heterônoma de forças estranhas ao ordenamento social, mas por ele incorporado. Assim, Marx e Engels chegam à conclusão de que “a soma do conjunto das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o seu estado social” (MARX e ENGELS, 2007, p. 34). Nos *Grundrisse*, Marx, reforça que a terceira natureza humana advém do próprio desenvolvimento do indivíduo social e da progressão das forças produtivas, apontando para a possibilidade da superação da pré-história da humanidade, marcada pelo imperativo dos fetichismos. Marx e Engels, ainda

em *A Ideologia Alemã*, inferem que a divisão do *trabalho* segue o avanço da produtividade e do progresso de novas necessidades do homem, em sintonia com o aumento da população. O motor de tal divisão é a cisão entre o trabalho material e o trabalho espiritual, ou seja, o momento da transcendência, da teleologia e da representação de algo que pode vir-a-ser concebido no plano ideal, mas que somente se materializa pela intervenção do trabalho (práxis). A divisão natural do trabalho é a fonte primeira da submissão do homem ao poder do mais forte, levando ao estranhamento da atividade produtiva. Assim, a cooperação impõe-se como dominação externa, heteronômica.

4. O rápido avanço do conhecimento científico e tecnológico alcançado no capitalismo, não significa progresso linear na direção da emancipação (POSTONE, 1996, p. 134). Na realidade, esse avanço desenvolve um processo de qualificação-desqualificante que leva à fragmentação e esvaziamento do trabalho e à subsunção real do trabalho ao capital (OLIVEIRA, 2006). No entanto, o outro lado da questão é que também cria condições para que a humanidade venha a utilizar esse desenvolvimento de maneira reflexiva, sob uma nova base de produção, na qual não haja a necessidade de *trabalho* direto na produção de riqueza material.

5. Conforme Bihl (1998, p. 143-155), “novos movimentos sociais” e “práticas alternativas”, que surgiram na década de 1970, “situam-se geralmente fora da esfera imediata do trabalho e da produção para concernir a aspectos da vida social que não *parecem* diretamente determinados pelas relações capitalistas de produção”. Pode-se acrescentar que, além de se situarem fora da esfera do *trabalho* e da produção, eles tinham em comum a desconfiança para com o Estado, desenvolviam uma ação crítica e contestatória relacionadas a aspectos particulares da existência (daí as “práticas alternativas”) e exprimiam uma nova cultura política centrada no conceito de *autogestão*. Bihl reconhece que os “novos movimentos sociais” e as “práticas alternativas” são credores do fato de chamar a atenção de que “as condições da reprodução do capital ultrapassam hoje amplamente seu simples movimento econômico (seu ciclo de “valor em processo”) para se estender à totalidade das condições sociais de existência”. Porém, “seu fechamento em práticas estreitamente localizadas”, os impedia de perceber que a superação de seu particularismo “só era possível se identificassem sua questão em jogo comum: a reapropriação de condições sociais de existência alienadas pela submissão às exigências da reprodução do capital, a construção de uma sociedade liberta da dominação capitalista”. O autor, contudo, sugere que “uma ligação orgânica entre os ‘novos movimentos sociais’ e a luta de classe do proletariado”, concretizaria a superação. No que concerne ao conteúdo das argumentações apresentadas na presente investigação, tal “ligação orgânica” precisa ser precedida de uma crítica social profunda a qual não reconhece o proletariado como sujeito *a priori* da emancipação. Bihl, ao sugerir a “ligação orgânica”, no entanto, parece reconhecer a insuficiência da luta de classe do proletariado para concretizar a superação. Seja como for, a “ligação orgânica” não pode estabelecer qualquer sentido hierarquizante ou de primazia entre os movimentos sociais.

6. Uma matéria da revista *Carta Capital* de 25 de maio de 2005, chama a atenção para “uma massa de dinheiro desgovernada ameaçando a estabilidade das finanças mundiais.” O total de recursos, “altamente especulativos” atingiu US\$ 1 trilhão no primeiro trimestre daquele ano. São fundos “com pouca ou nenhuma regulação e controle”.

REFERÊNCIAS

- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa** – O movimento operário europeu em crise. Coleção Mundo do Trabalho. Tradução de Wanda Caldeira Brandt. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- CHESNAIS, François. “A emergência de um regime de acumulação financeira”. *Revista Praga* - Estudos Marxistas n. 1 3. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização Financeira** – Gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã Editora, 1998.
- FORRESTER, Viviane. **O Horror Econômico**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- HARVEY, David. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos** - O breve Século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita e revisão técnica de Maria Célia Paoli. 2. ed. e 8ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KLEIN, Naomi. *Carta Capital* – Política, Economia e Cultura, São Paulo, 3 de agosto de 2005.
- KURZ, Robert. “Dominação sem sujeito: sobre a superação de uma crítica social redutora”, *in* PAIVA, Jorge (org.). *Teoria Crítica Radical, a Superação do Capitalismo e a Emancipação Humana*. Fortaleza: Instituto Filosofia da Práxis, 2000.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)** – 1857~1858, vol. 2, 10 ed. México: Siglo Veintiuno, 1985.
- _____. **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)** – 1857~1858, vol. 1, 10 ed. México: Siglo Veintiuno, 1986.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Martins e Martin Claret. São Paulo, 2003.
- _____; ENGELS, Frederic. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital** – Rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial e Editora da UNICAMP, 2002.
- OLIVEIRA, Aécio Alves de. “A dialética do “fim” do trabalho”. *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, n. 34, p.78-98, 2003.
- OLIVEIRA, Aécio Alves de. **Para uma socioeconomia política da transição: possibilidades e limites da economia solidária**. Tese de Doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2006.
- PONTE, Júlio Ramon Teles da. **Fragmentação do Saber e Simplificação do Trabalho na Nova Ordem do Capital: A Experiência do Banco do Brasil**. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2004.
- POSTONE, Moishe. *Time, labour, and social domination - A reinterpretation of Marx's critical theory*, Cambridge University Press, New York. A tradução do capítulo 1 encontra-se *in* J. Paiva (org.). **Teoria Crítica Radical, a Superação do Capitalismo e a Emancipação Humana**. Fortaleza: Instituto Filosofia da Práxis, 1996.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter** – Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 

Três hipóteses incômodas sobre a situação mundial aberta pela recessão em 2007/08

Valerio Arcary

Professor do IF/SP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo).

E-mail: arcary@uol.com.br

A tendência objetiva da evolução capitalista para tal desenlace (uma crise última) é suficiente para produzir muito antes uma tal agudização social e política das forças opostas que terá de pôr fim ao sistema dominante [...] Se, pelo contrário, aceitarmos, como os “especialistas”, que a acumulação capitalista pode ser ilimitada, desmorona para o socialismo o solo granítico da necessidade histórica objetiva. Nós nos perderíamos nas nebulosidades dos sistemas e escolas pré-marxistas, que queriam deduzir o socialismo unicamente da injustiça e perversidade do mundo atual e da decisão revolucionária das classes trabalhadoras.

Rosa Luxemburgo

Resumo: A última crise do capital não será a crise última do capitalismo. O capitalismo não terá “morte natural”, mas seus limites históricos são cada vez mais amplos. As operações estatais de assistência aos mercados pretendem impedir que a recessão se transforme em depressão, mas podem estar alimentando uma longa recessão. Existe um temor profundo entre as classes dominantes de que uma depressão, como nos anos trinta, poderia deixar várias regiões do mundo ingovernáveis. Mas, um endividamento estatal desproporcional às receitas fiscais, em queda, pode transformar a recessão em estagnação crônica e, ainda, trazer como efeito colateral uma desvalorização do dólar, com conseqüências imprevisíveis. O lugar dos EUA no mercado mundial diminuiu ao longo das mais de seis décadas que nos separam das negociações de Bretton Woods, em 1944. Sua posição no sistema mundial de Estados, todavia, permaneceu incólume. Esta contradição se manifestará com máxima intensidade durante a crise. Não parece provável que a crise venha a favorecer “a frio” uma melhor inserção dos países da periferia, inclusive do Brasil, no mercado mundial e no sistema de Estados.

Palavras-chave: Limites do Capital; Imperialismo; Sistema Internacional de Estados; Países Periféricos no Capitalismo.

A crise econômica deu um salto de qualidade em 2008, com a falência do Lehman Brothers e a confirmação de que os EUA estavam atravessando a mais séria recessão desde os anos trinta do século XX¹. A quebra do Lehman Brothers detonou uma semana de pânico no mercado financeiro mundial e esteve na raiz da decisão do governo Bush de intervir, nas semanas seguintes, na seguradora AIG. Na seqüência, o secretário do Tesouro dos EUA, Paulson, anunciou, também, uma intervenção nas empresas Freddie Mac e Fannie Mae, duas das maiores empresas de financiamento imobiliário, porque seriam “grandes demais para quebrar”.

Todos os indicadores econômicos, do primeiro trimestre de 2009, sobre a retração da atividade industrial, redução do comércio mundial e resgate estatal emergencial de corporações ameaçadas de falência, como a General Motors - entre outras - e bancos como o Citi Group - entre muitos outros - permitem concluir que se trata da recessão mais séria depois do final da Segunda Guerra Mundial. Quando a crise é inserida nas hipóteses de cenários previsíveis, liberais e keynesianos, não pode ser descartada a possibilidade de uma depressão mundial. Economistas insuspeitos quanto a antipatias pelo capitalismo, como Joseph Stiglitz e Edward Prescott, admitem que a economia norte-americana pode ter pela frente uma década inteira de estagnação, como o Japão nos anos noventa². Os marxistas não podem ser, portanto, acusados de catastrofismo.

Desemprego ou inflação?

O epicentro da crise continuam sendo os EUA, mas o contágio global foi fulminante e atingiu a Europa e o Japão, já no segundo semestre de 2008. O Brasil não foi poupado e aqueles que se dedicaram durante meses a defender a tese do descolamento refugiam-se, discretamente, no elogio à redução das taxas de juro pelo Banco Central, confortando-se com o argumento de que poderia ser pior. O quadro já é suficientemente grave, contudo, para colocar na ordem do dia a discussão

sobre o futuro da atual ordem mundial.

O mais importante, como ponto de partida de uma análise séria, é que a crise confirma o prognóstico marxista sobre os limites históricos do capital. A crise é um processo de regulação destrutivo. É um processo, também, cego, porque incontornável. Em outras palavras, a própria crise é a demonstração de que o capitalismo não é regulável. Não se trata somente da desvalorização de capitais fictícios: ações depreciadas, créditos irrealizáveis, títulos inegociáveis. A recessão é um ajuste que exige destruição de forças produtivas, portanto, desperdício de capital imobilizado em fábricas e desemprego em massa para que o sistema encontre de novo um equilíbrio interno.

A propaganda de um capitalismo invencível, trombeteada nos vinte anos que nos separam da queda do muro de Berlim, desmorona como um castelo de areia. A gravidade da crise já mudou a relação de forças entre as classes. A derrota de Bush nos EUA, rebelião juvenil culminando com greve geral na Grécia, greve geral de um mês em Guadalupe, mobilizações de massas em Madagascar, mobilização de massas dos professores em Portugal, dias de greve geral em vários países da Europa, resistência operária contra o desemprego com ocupação de fábricas, são sintomas das mudanças.

A derrota político-ideológica das premissas neoliberais não deveria ser, contudo, exagerada. A crise econômica mundial, aberta em 2007/08, confirma a caracterização marxista de que estamos em uma época histórica de decadência do capital: as contra-tendências - flexibilizações trabalhistas, deslocalizações industriais, barateamento das *commodities*, aceleração das inovações tecnológicas, financeirização - não conseguem conter a queda da taxa média de lucro. Permitem ao sistema ganhar tempo de sobrevivência, mas não invertem a tendência histórica. A sobre-acumulação de capital inibe os investimentos produtivos, que receiam que não alcançarão taxas de valorização.

A história, contudo, não se faz a si mesma. Não existem limites fixos ou

O mais importante, como ponto de partida de uma análise séria, é que a crise confirma o prognóstico marxista sobre os limites históricos do capital. A crise é um processo de regulação destrutivo. É um processo, também, cego, porque incontornável. Em outras palavras, a própria crise é a demonstração de que o capitalismo não é regulável.

pré-determinados para a acumulação capitalista. Esses limites são móveis, o que não significa que inexistam. Ampliam-se ou reduzem-se em função da luta de classes. O capitalismo não é imbatível. A acumulação fica mais lenta, e as interrupções são mais frequentes, mas o capital não terá morte natural. Seu destino depende da luta de classes. Porque são os sujeitos sociais que transformam o mundo. Enquanto os trabalhadores e seus aliados sociais não se mobilizarem e organizarem, em especial nos países centrais, para derrotá-lo, o capital permanecerá, não importa quantos abalos e turbulências econômicas ele venha a sofrer. Revolução ou contra-revolução são os termos da disjuntiva histórica. Mesmo nas mais difíceis situações, sempre houve uma saída econômica para as classes proprietárias. Mesmo que o custo destrutivo ameace os alicerces do que entendemos como civilização. As leis econômicas não governam imperativamente a história, são tendências, como nos recorda Rosdolsky:

Na realidade, porém, a queda da taxa de lucro é apenas uma tendência, como ocorre com todas as leis econômicas, sendo inibida por numerosas influências que atuam em sentido contrário [...] Dentro de determinados limites, o capital pode compensar a queda da taxa de lucro, mediante o aumento da massa de lucro (2001, p. 317).

Esta última crise não será, portanto, a crise última. Se a desvalorização de capitais que está acontecendo se mantiver tão intensa nos próximos meses como no último ano, a saída poderia ser menos longa, embora ao custo de um desemprego catastrófico. Mas, se as intervenções estatais conseguirem diminuir o processo de falências, ainda que ao custo de injeções de liquidez que ameaçam uma forte desvalorização do dólar, o intervalo entre esta e a próxima será, provavelmente, mais longo, ainda que com efeitos imediatos menos calamitosos sobre as taxas de desemprego. Por um lado, o governo dos EUA parece mais preocupado com o desemprego, por outro, o governo alemão insiste no perigo das intervenções

São os sujeitos sociais que transformam o mundo. Enquanto os trabalhadores e seus aliados sociais não se mobilizarem e organizarem, em especial nos países centrais, para derrotá-lo, o capital permanecerá, não importa quantos abalos e turbulências econômicas ele venha a sofrer.

que podem precipitar a inflação. Os governos improvisam, pelo método das aproximações sucessivas, erros e correções, preocupados com as condições de sua governabilidade interna, mas todos orientados pelo critério de salvar os bancos e grandes corporações nacionais. Desemprego ou inflação, não haverá parto sem dor. Vejamos, então, três questões teóricas decisivas.

Existem ou não limites para o aumento do endividamento estatal dos Estados?

Sim, há limites econômicos, portanto, políticos e sociais. A crise colocou o capital e os governos do mundo diante de um dilema: a escolha entre

o ruim e o muito ruim. O keynesianismo fiscal de emergência é uma resposta preventiva ao temor de uma reação operária e popular ao desemprego em massa, se a recessão degenerar em depressão. Melhor desvalorização do dólar do que desemprego, acima de 20%, da população economicamente ativa (PEA), nos EUA. Melhor emissão de títulos e aumento da dívida, do que fábricas ocupadas. Melhor pressões inflacionárias, do que marchas de centenas de milhares nas ruas. Melhor déficits fiscais, do que greves gerais. Melhor políticas sociais compensatórias, do que a queda de governos.

O endividamento do Estado não é senão a antecipação para o presente de receitas fiscais futuras, os impostos que serão pagos nos anos por vir e, em prazo mais longo, pelas futuras gerações. Ao contrário de empresas, Estados não podem falir, mas podem cair em situação de inadimplência por incapacidade de rolagem dos juros, com moratória das dívidas. Foi o que aconteceu com o Brasil durante o governo Juscelino Kubitschek, nos anos cinquenta, e José Sarney, nos anos oitenta. Isso significa que Estados, mesmo os Estados centrais, não conseguem se endividar, além de sua capacidade de pagamento, porque os investidores perderão a confiança nos títulos e exigirão, em contrapartida, juros mais elevados para a renovação dos empréstimos. Um maior endividamento se traduzirá em um comprometimento de despesas que impedirá

investimentos futuros e provocará recessão crônica, ou desestabilização política, pelos cortes nas despesas dos serviços públicos, com seqüelas sociais imprevisíveis.

A expectativa dos rentistas condicionou, historicamente, o volume de estoque das dívidas públicas e o custo de rolagem dos empréstimos. A financeirização transformou os títulos públicos de qualquer Estado - inclusive, no limite, os dos EUA - em papéis que podem, também, apodrecer, desde que os investidores percam a confiança de que o Estado poderá honrar seus compromissos. Não há qualquer garantia, a priori, de que os títulos públicos não virem tóxicos. A parasitagem das dívidas públicas foi um dos negócios mais rentáveis da expansão mundial da liquidez das últimas três décadas.

Os credores dos títulos públicos se entesouraram nestes papéis, buscando a máxima rentabilidade e a máxima segurança. O aumento da dívida do Estado em relação ao PIB eleva, contudo, o custo da rolagem da dívida. O que se revelou, no passado, incompatível com a preservação dos gastos públicos e traz como ameaça um agravamento da recessão. Desde que Washington renunciou à convertibilidade fixa do dólar, em 1971, e preferiu que ela flutuasse livremente, em função da oferta e procura, o Estado aumentou as possibilidades de endividamento. Foi uma resposta fiscal de tipo keynesiano à desaceleração do crescimento do pós-guerra, nos anos setenta. A moeda norte-americana desvalorizou-se, porém preservou o seu papel de moeda de reserva mundial. O mercado de títulos agigantou-se, mas, na virada da década dos setenta para a dos oitenta, Paul Volker, à frente do Banco Central dos EUA, o FED³, se viu obrigado a elevar a taxa de juros para acima de 20% ao ano; conseguiu, assim, aspirar trilhões de dólares da burguesia mundial para financiar os anos de déficit crônico dos gastos militares de Reagan e seu discurso apocalíptico contra a URSS. Em contrapartida, levou

os países periféricos endividados junto ao capital financeiro dos EUA, em especial a América Latina, às moratórias catastróficas e à superinflação.

Todos os Estados, mesmo aqueles que têm uma posição dominante no mercado mundial, estão condicionados pela pressão do capital financeiro. Os mágicos keynesianos substituíram os artistas neoliberais à frente de vários governos, mas enfrentam muitas dificuldades para “salvar” o capitalismo dos capitalistas. Os impostos futuros, consumidos no presente, comprometerão a possibilidade de emissão de novos títulos amanhã, sob pena de uma desvalorização da moeda, ou seja, o perigo de inflação. A proporção da dívida em relação ao PIB é um indicador muito conhecido na América Latina, porque a redução do peso das dívidas públicas em relação aos PIBs foi o argumento esgrimido pelos ajustes neoliberais para justificar os superávits primários. Quando o estoque das dívidas públicas - emitidas em moeda nacional ou em dólares - se aproxima de 100% do respectivo PIB, o risco aumenta e os credores exigem um aumento correspondente das taxas de juro, o que eleva o custo da rolagem das dívidas e reduz a capacidade de custeio e de investimento do Estado.

A decisão de intervenções de socorro trilionárias, iniciada por Paulson do FED norte-americano, nos últimos meses do governo Bush, reafirmada, na Inglaterra, por Gordon Brown e intensificada por Geithner, depois da posse de Obama e, depois, generalizada em escala mundial por muitos outros governos, poderia sugerir que não haveria limites para o crescente endividamento⁴. As compras de ações de companhias e bancos por preços fictícios, arbitrados politicamente, ou seja, ignorando o preço de mercado, só merece ser descrita como a socialização das perdas. Estamos assistindo a uma injeção de liquidez inusitada e obscura, seja pela forma, a compra pelo valor de face de papéis inegociáveis, seja pela escala mundial, que já supera os US\$3 trilhões e poderá ir muito além.

A financeirização transformou os títulos públicos de qualquer Estado - inclusive, no limite, os dos EUA - em papéis que podem, também, apodrecer, desde que os investidores percam a confiança de que o Estado poderá honrar seus compromissos. Não há qualquer garantia, a priori, de que os títulos públicos não virem tóxicos. A parasitagem das dívidas públicas foi um dos negócios mais rentáveis da expansão mundial da liquidez das últimas três décadas.

O plano consiste na idéia de que um mega-Proer⁵ nos EUA poderia evitar a estatização dos bancos, contornar as falências de grandes monopólios e diminuir o pessimismo que inibe investimentos e consumo. Desde a posse de Obama, a regulação dos fluxos internacionais de capitais, inclusive nos paraísos fiscais e *off-shores*, e a inibição dos movimentos especulativos que explicam o chamado efeito-bolha dos preços dos ativos passaram a ser um dos desafios centrais do governo dos EUA. A expectativa seria de que, em um cenário de recuperação econômica, no futuro, os títulos tóxicos recuperarão o valor nominal e o Estado recuperaria os fundos agora investidos. Mas, na realidade, como é quase certo que as perdas serão, em maior ou menor parte, irreversíveis, a injeção de liquidez nos bancos ambiciona recuperar o crédito para evitar a falência das grandes corporações e a depressão. Acontece que mandar imprimir trilhões de dólares – uma moeda fiduciária sem lastro –, elevando vertiginosamente a dívida do Estado nos EUA (uma dívida que se aproxima vertiginosamente de 80% do PIB), é uma aposta perigosa. Teria que ser compensada por um aumento da demanda mundial pelo dólar, o que pode se demonstrar duvidoso⁶.

Nos primeiros meses da crise houve fuga para a liquidez e a demanda pelos títulos do FED aumentou. No entanto, o governo chinês, que tem sido, há décadas, um resignado comprador de papéis do Estado norte-americano, já fez declarações sugerindo que poderia deixar de fazê-lo. No passado, quando foi impulsionada por Nixon, no início dos anos setenta, a desvalorização do dólar significou inflação de dois dígitos no centro da economia mundial. Por outro lado, o custo de uma inflação mundial pode não ser suficiente para evitar uma recessão longa.

Está ameaçada a supremacia dos EUA no Sistema Internacional de Estados?

A indústria dos EUA diminuiu, proporcionalmente, o seu peso no mercado mundial em compa-

As compras de ações de companhias e bancos por preços fictícios, arbitrados politicamente, ou seja, ignorando o preço de mercado, só merece ser descrita como a socialização das perdas. Estamos assistindo a uma injeção de liquidez inusitada e obscura, seja pela forma, a compra pelo valor de face de papéis inegociáveis, seja pela escala mundial, que já supera os US\$3 trilhões e poderá ir muito além.

ração ao período do pós-guerra. A evolução desfavorável desse indicador, entre outras variáveis, tem alimentado discussões sobre o seu declínio relativo e a capacidade maior ou menor dos EUA manterem a posição de supremacia no sistema internacional de Estados. Wallerstein, Arrigui e Gunder Franck, entre outros, defenderam que uma lenta decadência da hegemonia norte-americana teria se iniciado nos anos setenta⁷. No entanto, em comparação com a etapa política entre 1945-89, o papel dos EUA como defensor da ordem imperialista aumentou desde 1991, como se verificou nas guerras dos Balcãs, do Afeganistão e do Iraque.

A responsabilidade que cabe a Washington na coordenação internacional da resposta à crise, preservando o privilégio de ser o Estado que pode emitir a moeda de reserva mundial, será

colocado à prova. As vantagens relativas dos EUA, a partir de 1945, explicam a sua superioridade no sistema de Estados e Obama não deixará de defendê-la, a qualquer custo. Em primeiro lugar, os EUA ainda são, comparativamente, a maior economia nacional. Sua produção industrial deixou de corresponder à metade da capacidade mundial instalada, como em 1945, mas seu PIB, de estimados US\$14 trilhões, em relação a um PIB mundial de aproximadamente US\$55 trilhões, corresponde a mais de um quarto da riqueza mundial.

Não obstante, esse recuo relativo foi compensado pela importância do seu capital financeiro. Ela é avassaladora: o capital financeiro dos EUA opera em escala mundial e seus fundos de investimentos controlam corporações em todos os continentes. Controlam parcelas gigantescas dos PIBs das maiores economias do mundo, em especial, na China. No entanto, a estabilidade do sistema de Estados, que garante a segurança dos negócios, é muito menor do que antes de 1991. A restauração capitalista na ex-URSS e na China foram derrotas do proletariado mundial – derrotas históricas, em especial, dos trabalhadores russos e chineses. Mas, paradoxalmente, o sistema de Estados

era mais estável entre 1945 e 1989/91, porque os condicionamentos da coexistência pacífica induziam movimentos como a Organização pela Libertação da Palestina, a OLP, nos territórios ocupados por Israel, ou partidos leais a Moscou, como na França e na Itália, a cumprirem um papel de preservação da ordem política.

Não existem, contudo, possibilidades para uma renegociação, do alcance de Bretton Woods⁸, ou seja, a refundação de um novo sistema monetário internacional. Não existem, porque não interessa a Washington, e sua liderança permanece intacta. Não haverá refundação do capitalismo. Não haverá *New Deal* nos EUA⁹. O plano de trilhões de Obama não é senão um Proer para salvar o capital financeiro de Wall Street.

Nenhum Estado, na história do capitalismo, renunciou às vantagens de sua posição dominante no sistema mundial sem imensas resistências. As lutas dentro do sistema europeu de Estados pela hegemonia levaram Amsterdã a entrar em guerra com Londres, no século XVII, Londres com Paris, no XVIII, Paris com Berlim, no XIX, e Berlim com Londres, no XX. As Províncias Unidas – hoje a Holanda – aceitaram um papel complementar com o da Inglaterra, depois de perderem três guerras: selaram o acordo quando, depois da chamada revolução gloriosa, a última herdeira Stuart se casou com um príncipe holandês, que nem sequer sabia inglês¹⁰. Portugal aceitou um papel de submetrópole inglesa, desde o Tratado de Methuen, nos primeiros anos do século XVIII¹¹. A orgulhosa Grã-Bretanha aceitou um papel associado aos EUA, depois das duas guerras mundiais do século XX.

Assim como a desigualdade entre as classes, em uma nação, explica a luta de classes, a disparidade entre os Estados explica uma inserção mais ou menos favorável no mercado mundial. Uma luta constante dos Estados para preservar ou ganhar posições relativas, uns em relação aos outros, e das grandes corporações, umas contra as outras, foi o centro dos conflitos internacionais dos últimos dois séculos. Uma das obras do capitalismo foi a

Uma luta constante dos Estados para preservar ou ganhar posições relativas, uns em relação aos outros, e das grandes corporações, umas contra as outras, foi o centro dos conflitos internacionais dos últimos dois séculos. Uma das obras do capitalismo foi a construção do mercado mundial, a partir do século XVI.

construção do mercado mundial, a partir do século XVI. Ao longo deste processo foi se estruturando um Sistema Internacional de Estados, a partir da organização pioneira de um sistema europeu de Estados. Depois, o sistema assumiu dimensões mundiais. Um sistema é um conjunto em que o todo é maior do que a soma das partes. A medida da saúde do sistema não é, no entanto, dada pela força do capitalismo nas suas fortalezas históricas, os EUA por exemplo. Nenhum sistema é mais forte do que seu elo mais fraco.

O lugar de cada imperialismo no Sistema Internacional de Estados dependeu, historicamente, de um conjunto de variáveis: (a) as dimensões de sua economia, ou seja, os estoques

de capital, os recursos naturais – como o território, as reservas de terras, os recursos minerais, a auto-suficiência energética etc... - e humanos – entre estes, o peso demográfico e o estágio cultural da nação – assim como a dinâmica, maior ou menor, de desenvolvimento da indústria; (b) a estabilidade política e social, maior ou menor, dentro de cada país, ou seja, a capacidade de cada burguesia imperialista para defender o seu regime político de dominação diante de seu proletariado; (c) as dimensões e a capacidade de cada um destes impérios em manter o controle de suas colônias e áreas de influência; (d) a força militar de cada Estado, que dependia não só do domínio da técnica militar ou da qualidade das Forças Armadas, mas do, maior ou menor, grau de coesão social da sociedade, portanto, da capacidade do Estado de convencer a maioria do povo da necessidade da guerra; (e) as alianças de longa duração dos Estados imperialistas, uns com os outros, e o equilíbrio de forças que resultavam dos blocos formais e informais etc..

Se considerarmos estes cinco critérios, não parece provável que a liderança dos EUA venha a ser desafiada, porque suas vantagens relativas são insuperáveis. Ela veio se exercendo no interior da Tríade (EUA, Europa Ocidental, Japão), ou seja, na colaboração de Washington com Londres, Paris, Berlim e Tóquio, há décadas, desde o final da Segunda Grande Guerra, em

função das condições da coexistência pacífica com a ex-URSS. A eleição de Obama, depois de oito anos de unilateralismo de Bush, muda o tom das relações entre EUA e Europa, mas o tom não é a música.

As únicas alternativas que poderiam ser, potencialmente, consideradas à dominação norte-americana seriam a União Européia ou o Japão. Mas, a União Européia não é um Estado, ou sequer uma Federação de Estados. E o Japão aceitou, resignado, após a tragédia da II Guerra Mundial, um papel complementar à economia dos EUA, sendo um dos financiadores da dívida pública dos EUA. O Estado chinês, uma potência nuclear em uma das nações mais pobres do mundo - uma das últimas sociedades de maioria camponesa -, conformou-se com um lugar complementar na relação com os EUA, porque aceita o papel econômico de semicolônia privilegiada que, na dimensão regional, tem função de submetrópole. O regime ditatorial do Partido Comunista se manteve, depois do massacre da Praça Tian An Men, porque se apoiou, além do terror, no crescimento intenso de duas décadas, apesar de maior desigualdade social. Quando esse crescimento for bloqueado, ficará patente a baixa coesão social interna e o regime será desafiado pelo imponente novo proletariado, como aconteceu com as ditaduras sul-coreana e brasileira, que fomentaram industrialização acelerada. Não é, portanto, sequer razoável imaginar que um processo dessa amplitude pudesse ser resolvido sem uma comoção que exigiria, possivelmente, uma guerra mundial, o que na atualidade não interessa a nenhum Estado.

A reunião, em abril de 2009, do G-20¹² em Londres, anunciada como o embrião de um novo Bretton Woods, não produziu as novidades esperadas. A proposta de regulação dos paraísos fiscais ou de controle sobre os mercados de derivativos ficou suspensa no ar¹³. Já, a decisão de elevar as participações dos Estados no Fundo Monetário Internacional (FMI),

comprometendo os Estados periféricos, como o Brasil, na solidariedade com a defesa do sistema financeiro mundial, estruturado em torno do dólar como moeda de reserva mundial, não parece muito animadora. A necessidade intransferível de uma coordenação internacional, algo que seria o mais próximo de um governo mundial, parece urgente. Mas, a montanha pariu um rato. A coordenação, que foi ensaiada no G-20, se choca com as assimetrias que dividem o mundo em países centrais, rivais, e países periféricos. O governo da Alemanha não parece disposto a aceitar uma redução da taxa de juros do euro para patamares negativos, como os do dólar, e prefere conviver com um crescimento do desemprego na Europa a arriscar-se em operações de keynesianismo fiscal, que poderiam turbinar uma inflação descontrolada.

Poderia mudar o lugar subordinado dos países da periferia no mercado mundial e no Sistema Internacional de Estados?

O imperialismo não é somente uma política, mas uma ordem estatal internacional. Existe um centro restrito de Estados onde se centraliza a acumulação de capital, porque domina uma periferia grande de Estados em variados graus de dependência. Há Estados de nações opressoras e Estados de nações oprimidas. A ordem imperialista é um sistema hierarquizado que não favorece a mobilidade ascendente das nações periféricas. A Tríade – EUA, Europa Ocidental e Japão – mantém a sua dominação como um “clube reservado” de Estados que exercem controle sobre a ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o FMI, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o G-8¹⁴, o Banco Mundial e, portanto, sobre o sistema mundial de Estados.

Desde o final do século XIX, somente o Japão se elevou à condição de Estado central e teve que lutar várias guerras para o conseguir. Ao contrário

A decisão de elevar as participações dos Estados no Fundo Monetário Internacional (FMI), comprometendo os Estados periféricos, como o Brasil, na solidariedade com a defesa do sistema financeiro mundial, estruturado em torno do dólar como moeda de reserva mundial, não parece muito animadora.

A necessidade intransferível de uma coordenação internacional, algo que seria o mais próximo de um governo mundial, parece urgente.

da ilusão de uma passagem pactuada e “indolor” de alguns Estados periféricos ao “Primeiro Mundo”, a perspectiva da história sugere que, sem grandes lutas, a rigor sem processos revolucionários, o lugar dos países dependentes e semicoloniais tendeu a degradar-se. A onda de luta pela descolonização, após a Segunda Guerra Mundial, impulsionada pela independência da Índia (1947) e a revolução chinesa (1949), que se estendeu com a revolução cubana (1959) e a derrota dos EUA em Saigom (1975) e culminou com as quedas das ditaduras de Somoza na Nicarágua e do Xá no Irã (1979), foi a última janela de oportunidade para as colônias e se-micolônias se libertarem do domínio dos Estados centrais.

O tema do lugar dos Estados periféricos no Sistema Internacional ganhou relevância significativa nos últimos anos quinze anos, depois da dissolução da URSS e com o processo de restauração capitalista na China. Uma ofensiva mundial recolonizadora atingiu a Ásia, o Oriente Médio e a América Latina. Aconteceu, também, uma latino-americanização da Rússia e do Leste europeu. Os Estados independentes, híbridos muito instáveis, ou seja, aqueles que, mesmo tendo uma inserção econômica dependente no mercado mundial, tinham conseguido, temporariamente, em função de processos revolucionários, uma posição de autonomia política no Sistema Internacional de Estados – como foi a Nicarágua, depois da revolução sandinista – reduziram-se a poucas exceções: Rússia, China, Cuba, Irã, Coreia do Norte.

Durante décadas, em função da influência dos critérios campistas¹⁵ na esquerda e na intelectualidade marxista, confundiram-se, abusivamente, duas dimensões diferentes na análise da situação mundial: as relações entre os Estados, dentro do sistema inter-Estados, ou seja, entre a URSS, China e Cuba, por exemplo, e os Estados imperialistas; e as relações entre as classes em luta. O erro consistiu em considerar

as segundas, sempre, subsumidas nas primeiras. Essa linha de análise subordinava uma apreciação sobre a relação de forças na luta de classes, à escala internacional, às flutuações dos conflitos inter-Estados, uma das suas variáveis, mas não a única, e, seguramente, não a mais importante.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os marxistas da América Latina, entre outros, tiveram que voltar ao tema do nacionalismo, porque o lugar periférico do continente, da Ásia e da África ordenava a luta de classes em seus países. Movimentos nacionalistas ganharam poderosa influência de massas, rivalizando com os socialistas, mesmo no interior do movimento operário.

As pressões campistas reapareceram: as frentes antiimperialistas não poderiam ser ameaçadas pela independência das reivindicações dos trabalhadores, que afastavam os capitalistas “progressivos” da luta em defesa da nação oprimida.

A partir do legado das gerações anteriores, os marxistas se lançaram na investigação da história de seus países para explicar as causas do atraso. Perceberam a necessidade da elaboração de conceitos que fossem ferramentas teóricas adequadas à compreensão da inserção das nações coloniais ou semicoloniais no Sistema Internacional de Estados. Surgiram diferentes caracterizações para definir o que seriam países dependentes, semicolônias, colônias, protetorados, enclaves. Toda esta elaboração foi, prudentemente, exploratória. Admitia que o lugar de cada país no Sistema Internacional era dinâmico, acompanhando as oscilações

das relações de forças, e resultava de um processo histórico de luta política e social. Moreno (1975), por exemplo, em seu livro *Método para la interpretación de la Historia Argentina*, sugeriu:

Há décadas que os marxistas estão discutindo a definição adequada para os países atrasados [...]. A esse respeito, temos proposto três categorias: dependentes, semicoloniais e coloniais. Dependente é o país que, politicamente, é independente, isto é, elege seus gover-

A ordem imperialista é um sistema hierarquizado que não favorece a mobilidade ascendente das nações periféricas. A Triade – EUA, Europa Ocidental e Japão – mantém a sua dominação como um “clube reservado” de Estados que exercem controle sobre a ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o FMI, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o G-8, o Banco Mundial e, portanto, sobre o sistema mundial de Estados.

nantes, mas desde o ponto de vista dos empréstimos, do controle do comércio ou da produção depende, economicamente, de uma ou várias potências imperialistas. Semicolonial é aquele que assinou pactos de tipo político ou econômico que cerceiam sua soberania, sem perdê-la totalmente. E Colonial é aquele que nem sequer elege seu governo, já que o mesmo é imposto ou controlado por um país imperialista (MORENO, 1975, p. 90, tradução nossa).

Moreno procurou destacar, com esta conceituação, que existiram, historicamente, diferentes graus de maior ou menor subordinação dos países periféricos em relação às metrópoles imperialistas, correspondendo às flutuações na relação de forças no Sistema Internacional. Parece existir um padrão histórico recorrente nos países periféricos de economia agrária ou em processo de urbanização. Em situações de crise econômica mundial, como na década de setenta do século XIX, ou nos anos trinta do século XX, enquanto a debilidade da dominação burguesa é grande e o Estado Nacional ainda está em construção, diante dos constrangimentos imperialistas e do perigo das rebeliões populares, mesmo quando a forma republicana se impôs, frações da classe dominante favoreceram a instalação de regimes bonapartistas, levando os governos a se perpetuarem, com reeleições mais ou menos fraudadas, quase como monarquias. Na seqüência da crise de 1929, em alguns países do continente, como o Brasil e o México, as burguesias nacionais se aproveitaram da crise de liderança imperialista no Sistema Internacional de Estados, herdada pela Primeira Guerra Mundial – crise da supremacia inglesa –, para conquistar um posicionamento econômico e político mais favorável. Cárdenas¹⁶ e Vargas, por exemplo, suspenderam o pagamento das dívidas externas, por mais de dez anos, e exigiram a anulação de uma parte significativa dos juros pendentes para voltar a pagar, durante a Segunda Guerra Mundial.

Nações, ainda majoritariamente agrárias, Brasil e México passaram incólumes pela I Guerra Mundial, mas estavam diante de graves crises sociais, depois da crise de 29. O tenentismo e a Coluna Prestes, no Brasil, tinham expressado o mal-estar de novas camadas das classes médias urbanas e, em menor medida, o desconforto de algumas oligarquias regionais com o domínio paulista na República Velha.

Nações, ainda majoritariamente agrárias, Brasil e México passaram incólumes pela I Guerra Mundial, mas estavam diante de graves crises sociais, depois da crise de 29. O tenentismo e a Coluna Prestes, no Brasil, tinham expressado o mal-estar de novas camadas das classes médias urbanas e, em menor medida, o desconforto de algumas oligarquias regionais com o domínio paulista na República Velha. A revolução politicamente democrática e socialmente camponesa, no México, entre 1910 e 1917, foi consequência da radicalização social contra Porfírio Dias e seu sistema monolítico de reeleições fraudadas¹⁷. Ambas as nações estavam diante do desafio da industrialização. A pressão histórica para a saída do atraso não podia, contudo, ser respondida sem uma inserção menos dependente no Sistema Internacional de Estados.

Moreno (1975) defendeu, também, que os conceitos usados pelo marxismo para descrever as relações das partes com o todo, ou seja, dos Estados dentro do Sistema Internacional, seriam insuficientes e acrescentou que o lugar dos Estados no Sistema Internacional precisaria ser analisado considerando as relações recíprocas, levando em conta, contudo, que o todo é maior do que as relações entre as partes:

No entanto, como toda definição, a nossa é superada pela realidade [...]. Existem casos contraditórios, como o Canadá, que é uma semi-colônia política, mas economicamente é uma das potências [...] imperialistas mais fortes [...]. O mesmo ocorre com a Austrália. São grandes países exportadores de capitais [...]. Poderíamos mencionar na atualidade a Espanha e Portugal, classificados como países semi-metropolitanos. Argentina e Brasil cumprem papel similar: são semi-colônias dos Estados Unidos, mas, ao mesmo tempo são, ou foram, metrópoles na relação com nações [...], como Paraguai e Bolívia (MORENO, 1975, p. 91, tradução nossa).

Trotsky usou a categoria de *bonapartismos sui generis* para tentar analisar estes processos, nos anos

trinta, em alguns países periféricos, como o México, com Cárdenas, e Vargas, no Brasil. Diante das pressões do imperialismo, por um lado, e das classes populares, por outro, a fragilidade relativa das forças sociais burguesas favoreceu o surgimento de regimes com discurso nacionalista – e práticas cesaristas-, que procuravam se equilibrar entre duas forças muito mais poderosas. De um lado, o imperialismo e, do outro, as classes populares. Arbitrando entre as duas, surgem governos que reduzem as liberdades democráticas, mas podem se apoiar na mobilização popular, na busca de uma inserção mais favorável no Sistema Internacional de Estados. A semelhança histórica com Chávez na Venezuela, parece razoável.

Assim como nos anos trinta, a vaga revolucionária anti-imperialista do pós-II guerra, que sacudiu a Ásia e a África, na luta pelas independências nacionais, levou ao poder regimes como o de Nasser, no Egito, ou o de Ben Bella, na Argélia, que preservaram o capitalismo, mas procuraram se apoiar na mobilização nacionalista popular, por um lado, e, de outro, na presença da URSS, no Sistema Internacional de Estados, para conquistar espaços mais independentes.

A onda de revoluções, que sacodiu a América Latina, entre 2001/2005, reabriu, necessariamente, discussões estratégicas sobre o futuro da luta socialista. Partidos associados aos ajustes neoliberais da década de noventa foram, uns após os outros, sendo derrotados, levando ao poder Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia, Daniel Ortega na Nicarágua, Rafael Correa no Equador, além da reeleição de Hugo Chávez na Venezuela. Fernando Lugo foi eleito no Paraguai. O processo de luta de classes que permitiu derrubar mais de dez presidentes eleitos na América Latina, mas foi absorvido, até o momento, nos limites dos regimes democrático-eleitorais, poderia avançar até que limites? Governos nacionalistas, com políticas sociais compensatórias, poderão estabilizar os seus países, mesmo depois que se inverteu a tendência do ciclo econômico e que a crise mundial precipita o continente em uma nova recessão generalizada? O capitalismo andino de Morales não deverá ter um futuro muito superior às experiências dos governos militares no Peru, no início dos anos setenta. Chávez não parece querer ser um novo Fidel. As diferenças entre o castrismo dos anos sessenta e o chavismo

remetem à relação de forças no Sistema Internacional de Estados. Cuba não pode ocupar, face à Venezuela, o papel que a URSS ocupou em relação a Cuba. Ao contrário, é tal a fragilidade de Cuba que os planos de restauração capitalista “a la chinesa”, em Havana, fazem a pequena ilha do Caribe, que alimentou tantas esperanças, depender, crescentemente, da Venezuela.

NOTAS

1. O Lehman Brothers, uma instituição de 158 anos e quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos - um banco especializado em operações como fundos de hedge ou securitização - pediu concordata em setembro de 2008, após perdas bilionárias. Entre 2007 e 2008, suas ações despencaram mais de 95%. Nesta crise não ocorreu corrida bancária porque os depósitos estão assegurados, até uma certa quantia, em cada país. No Brasil, o seguro bancário foi elevado para R\$50.000,00 em setembro de 2008. Mas, a concordata do Lehman Brothers foi o momento de pânico no mercado inter-bancário, quando os bancos suspenderam as operações de empréstimos mútuos e o crédito desapareceu.
2. “Crise causará década perdida, dizem Prêmios Nobel de Economia”, in *Folha de São Paulo*, 12 de maio de 2009, Caderno de Economia, p.B3.
3. Ben Bernanke é o atual presidente da Federal Reserve (FED), o Banco Central norte-americano que mantém independência em relação ao governo de Washington. Alan Greenspan foi o presidente responsável pelas taxas de juros baixas que permitiram uma saída rápida da crise de 2000/01, ainda que ao custo da expansão da liquidez nos anos que precederam a atual crise.
4. Timothy Geithner é o secretário do Tesouro dos EUA na administração Obama. Gordon Brown, do Labour Party - sucedeu Tony Blair - é o primeiro ministro do Reino Unido e realizou a primeira nacionalização bancária da atual crise. A falência do Northern Rock provocou a única corrida bancária de correntistas, quando o pânico pela iminente falência veio a público. O plano do Governo britânico para salvar o banco Northern Rock deverá custar um total de 110 mil milhões de libras (146 mil milhões de euros) ao Estado britânico, cerca de 4660 euros por cada contribuinte. “Northern Rock custa 4660 euros a cada inglês” in *Diário de Notícias*, 19 fevereiro de 2009. Disponível em http://dn.sapo.pt/especiais/interior.aspx?content_id=980935&especial=crise%20do%20subprime&secao=economia. Acessado em: 25 de maio de 2009.
5. O Proer foi uma intervenção no sistema financeiro do governo Fernando Henrique Cardoso, quando da falência dos bancos Nacional e Econômico. Na ocasião os títulos “podres” – os créditos que dificilmente seriam resgatados – foram separados dos ativos, quando da liquidação, e assumidos pelo Estado.
6. Segundo projeções da Standard & Poors, a dívida pública dos EUA como proporção do PIB deve alcançar 77% nos próximos quatro anos, no Reino Unido deve atingir 97%, e na Alemanha 72%. “Endividados, países têm recuperação lenta”, in *Folha de São Paulo*, 24 de maio de 2009, Caderno de Economia, p.B1.
7. O debate entre Arrigui e Gunder Frank pode ser encontrado em **Reorientation? The World According to Andre Gunder Frank** in *Review of the Fernand Braudel Center for the Study*, 1999; 22 (3) que pode ser consultado in www.binghamton.edu/fbc. O debate entre

Arrighi e Robert Brenner pode ser consultado em **Adam Smith em Pequim**, 2008.

8. Entre os dias 1 e 22 de Julho de 1944, no calor da Segunda Guerra Mundial, em Bretton Woods, New Hampshire, nos EUA, por iniciativa de Roosevelt, reuniram-se 44 países, entre eles o Brasil, mas sem representação da URSS, em uma Conferência, sob a liderança de Keynes, que discutiu o futuro da ordem econômica internacional, decidindo-se a formação do FMI (Fundo Monetário Internacional).

9. O *New Deal* (em português, novo acordo), inspirado nas idéias keynesianas de regulação estatal do mercado, é o nome do programa do governo do Presidente Roosevelt com o objetivo de recuperar a economia norte-americana durante a depressão dos anos trinta. Entre 1933 e 1937 os investimentos do Estado agigantaram-se, provocando grandes déficits públicos, e a economia dos EUA voltou a crescer, mas a depressão só foi superada durante a II Guerra Mundial.

10. William e Mary, o casal da revolução gloriosa de 1688 pertencem à dinastia Stuart, cujo último representante é a Rainha Ana, filha de James II, que lhes sucedeu. A ela segue-se George I, eleitor de Brunswick, coroado em 1714 e fundador da dinastia chamada “hanoveriana”, que se mantém até hoje, mas mudou de nome. A dinastia chamada de Windsor começa com George V, coroado em 1910. A mudança de nome – que remete ao Castelo que é residência oficial – se deveu à inconveniência de a monarquia inglesa ser, durante a I Guerra Mundial, de origem germânica.

11. O Tratado de Methuen, de 1703, foi um acordo diplomático entre a Grã-Bratânia e Portugal. O nome do célebre acordo remete a John Methuen que representou os ingleses. Os portugueses se comprometeram a consumir os têxteis britânicos e, em contrapartida, os britânicos, os vinhos de Portugal. Desde o século XVIII, Lisboa aceitou as condições da aliança estratégica com Londres, que reduziram sua autonomia à condição de submetrópole para compensar as pressões de Madri. A ameaça espanhola permaneceu muito intensa, mesmo depois da restauração de 1640 que levou ao poder a dinastia de Bragança, quando se dissolveu a União Ibérica (1580/1640), período em que o Rei de Espanha assumiu a Coroa portuguesa.

12. O G-20 é um grupo de Estados que une alguns países centrais com alguns Estados dos principais países periféricos, criado em 20 de agosto de 2003. Disponível em: http://www.g-20.mre.gov.br/history_port.asp. Acesso em: 15 maio de 2009.

13. Derivativos são ativos financeiros que derivam do valor de outro ativo financeiro ou mercadoria. Podem ser, também, operações financeiras que tenham como base de negociação o preço de um ativo – títulos de dívidas públicas ou privadas, moedas, *commodities* – negociado nos mercados futuros. De todos os derivativos, os mais perigosos parecem ser os *swaps* (em inglês, *credit default swaps*, CDS). Os *swaps* são uma cobertura de risco, algo parecido a uma apólice de seguro para cobrir (em inglês, fazer *hedge*) uma possível moratória de dívida. Mas, há grandes diferenças com os seguros. Estas operações não estão reguladas. As instituições que oferecem este tipo de contratos não estão obrigadas a manter reservas relacionadas com estas operações. Os CDS foram inventados pelos bancos, precisamente, para evitar as exigências sobre reservas. Se outra instituição absorvia o risco (em troca de um prêmio), o banco podia liberar suas reservas. Os CDS foram usados, também, para contornar as restrições que os fundos de pensão tinham para emprestar recursos a empresas com uma qualificação de risco insuficiente. A crise atual se manifestou como crise financeira quando ocorreu a desvalorização destes papéis, ou seja, quando começaram a derreter os capitais fictícios. Um estudo do banco Morgan Stanley informa que o volume dos contratos de

CDS chegará, em 2012 e 2013, a uma altura, respectivamente, de 3,2 y 3,3 trilhões de dólares. Em 2010 e 2011, estes estoques serão de até de 1,3 e 1,6 trilhões. Disponível em: www.alencontre.org/index.html. Acesso em 25 de maio de 2009

14. O G-8 é formado pelas sete maiores economias industrializadas – Japão, Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha, França, Canadá, Itália – e pela Rússia. Disponível em: www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=41506. Acesso em: 20 maio de 2009.

15 O *campismo* ou teoria dos campos foi uma das doutrinas mais influentes na esquerda do século XX. O mundo estava dividido em dois campos em luta, o capitalista e o socialista. Seria uma questão de tempo para que a superioridade do socialismo fosse arrasadora. Revoluções sociais tinham sido enterradas pela história, porque o arsenal nuclear do imperialismo ameaçava a própria existência da civilização. Logo, toda a tática consistia em ganhar tempo para que a transição ao socialismo por via pacífica, respeitando as formas democráticas das Repúblicas burguesas, fosse iniciada. A coexistência pacífica favorecia, presumia-se, a passagem ao socialismo. A luta de classes deveria estar subordinada aos interesses diplomáticos da URSS nas relações com os EUA: a situação mundial se resumia a uma luta entre Estados.

16. Lázaro Cárdenas foi presidente do México entre 1934 e 1940. Desenvolveu um plano sexenal de reforma agrária para distribuir terras aos camponeses. Nacionalizou vários setores da economia, em particular, o petróleo. Consolidou a estrutura do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que se manteve no poder, ininterruptamente, até à virada do século XX em 2000.

17. Porfirio Diaz chegou à presidência do México em 1876 e governou até 1880. Entre 1880 e 1884 exerceu de fato o poder, sem ocupar a presidência. A partir de 1884 foi reeleito presidente por seis vezes consecutivas até 1911, tendo sido derrubado pela revolução dirigida por Francisco Madero, apoiado pelas colunas militares camponesas dirigidas por Pancho Villa e Emiliano Zapata.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.

GUNDER-FRANCK, André. **ReOrient: Global Economy in the Asian Age**. Berkeley: University of California Press, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. *El problema en discusión (Anticrítica)* in: **La acumulación de capital**. México: Siglo XXI, 1980. (Cuadernos de pasado y presente, 51) p. 31, tradução nossa.

MORENO, Nahuel. **Método para la interpretación de la Historia Argentina**. Buenos Aires: Ediciones Pluma, 1975, p. 90.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

TROTSKY, Leon. *Sobre o Segundo Plano Sexenal de México*, in: **Escritos**, Tomo X, volume 2, 1938-39. Bogotá: Pluma, 1979.

UDRY, Charles-André. “Una crisis duradera” in: **Revista La Breche** n° 5. Lausanne: La Brèche, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Os Estados Unidos e o mundo: hoje, ontem e amanhã*, in: **Após o liberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002. **US**

A crise do capital e seus reflexos na sociedade atual

Antônio da Silva Câmara

Professor da UFBA
E-mail: adscamara@yahoo.com.br

Altair Reis de Jesus

Professor do Programa de Educação do Governo Federal Pro-Jovem
E-mail: altairreis2006@hotmail.com

Resumo: A atual crise do capitalismo tem sido tratada como um fenômeno tópico, circunscrita aos desequilíbrios do capital e iniciada nos EUA. Neste texto refletimos sobre esta crise para além do seu momento cíclico, entendendo que desde o início da era imperialista o capitalismo encontra-se imerso em profunda crise de caráter civilizatório, que põe em risco a sobrevivência da humanidade no planeta. Por isso, entendemos os seus fundamentos econômicos e suas repercussões nas demais esferas da existência humana.

Palavras-chave: Imperialismo; Capitalismo; Crise Civilizatória; Crise da Razão.

1. Introdução

A discussão sobre a atual crise do capitalismo aponta para os motivos imediatos da *débâcle* do capital financeiro e suas conseqüências sobre a atividade produtiva; alguns analistas vão mais longe e relacionam a atual crise com situações precedentes, com destaque para a grande depressão de 1929 e suas conseqüências sobre a economia, bem como para situações mais recentes, como as vistas nas décadas de 1970 e 1990. No entanto, na maioria das vezes, perde-se de vista que as crises econômicas cíclicas, são apenas a ponta do iceberg da crise civilizatória do capitalismo.

A questão principal posta pela lógica de produção

e circulação capitalista, qual seja, o impasse na sobrevivência da humanidade, subordinada às leis da mercadoria e à destruição em massas de forças produtivas, que se sucede a cada crise econômica *strictu sensu*, parece desaparecer em função de fatos de ordem conjuntural. Os analistas de diversos matizes, quando discutem a face econômica da crise preocupam-se em descobrir os culpados pela “exuberância irracional” do capitalismo, sucedida sempre por crise e depressão. O debate econômico, assim, gira em torno das saídas do ciclo de crise, mantendo-se a perspectiva de continuidade do modo de produção dominante.

Dessa forma, não se observa a incompatibilidade do modo de produção capitalista com a continuidade

da existência humana no planeta, atenta-se pouco para o fim da era do desenvolvimento das forças produtivas e a sua substituição crescente por forças destrutivas, usadas em prol do crescimento econômico. Neste texto, compreendendo que a fase imperialista efetivamente abre o caminho da decadência capitalista em todas as esferas, debruçar-nos-emos sobre dimensões da crise civilizacional do capitalismo que, a cada ciclo de crise econômica, se aprofunda.

No âmbito material, o aprofundamento da crise tem implicado a crescente destruição da natureza e de imensos contingentes humanos no planeta. A convivência cotidiana com eventos de barbárie, patrocinados por Estados ou por grupos políticos, esses últimos em nome de massas deserdadas pelo capitalismo e desprovidas de instrumentos da luta de classes capazes de as auxiliarem no enfrentamento ao imperialismo, denuncia a gravidade da situação. A barbárie da vida ocorre em grande escala (invasão de países neocoloniais, reação cega de grupos político-religiosos ou conflitos étnicos fratricidas) ou em pequena escala (violência endêmica nos grandes centros urbanos, sobretudo em metrópoles de países neocoloniais, miséria e fome destruindo milhões de pobres).

Poderíamos acrescentar a esse quadro o crescente desemprego, para além daquele medido apenas em situações de crise econômica, pois o desenvolvimento tecnológico sob o capitalismo tem criado, por toda parte, exércitos de desempregados em proporção bastante superior àquela que caracterizou o que Marx (1978) designou *exército industrial de reserva*. Ora, se, no âmbito material, a crise permanente do capital tem implicado a continuada destruição da natureza e da vida humana, no âmbito das conquistas culturais e científicas, o domínio da lógica da mercadoria tem efeitos significativos sobre o modo de vida.

2. Os fundamentos econômicos da crise

A atual crise cíclica, que se abate sobre o capitalismo, aparentemente deriva da especulação imobiliária nos Estados Unidos, após a concessão de fartos créditos e a impossibilidade dos

consumidores honrarem as hipotecas, gerando enorme reação em cadeia, com quebras sucessivas no mercado financeiro norte-americano e, conseqüentemente, espalhando-se para o sistema financeiro e produtivo mundial. Retomando Marx, podemos afirmar que a discussão exclusiva sobre créditos imobiliários esconde os fundamentos dessa e de outras crises cíclicas, pois, na origem, encontra-se, novamente, a exploração da mais-valia. Marx afirmava que o desejo dos capitalistas em, permanentemente, incentivar os trabalhadores a ampliarem sua capacidade de consumo, tornando-se, assim, “consumidores racionais”, vem acompanhando o desenvolvimento tecnológico. “De passagem, o capitalista e sua imprensa, está frequentemente insatisfeito com o modo como a força de trabalho despense seu dinheiro e com as espécies de mercadorias em que o aplica” (MARX, 1978, p. 548).

Os intelectuais burgueses reclamavam, na época, do nível cultural dos trabalhadores: “O nível cultural dos trabalhadores não tem acompanhando o progresso das invenções; ficaram-lhes acessíveis, em grande quantidade, objetos que não sabem utilizar e para os quais não constituem, portanto, mercado” (*Apud* Marx, op. cit. p. 547).

Todo capitalista quer, naturalmente que o trabalhador compre sua mercadoria.

Não se justifica que o trabalhador não deseje tanto conforto quanto o sacerdote, advogado e médico que estejam ganhando tanto quanto ele. [...] Mas ele não deseja tanto. O problema continua sendo o de torná-lo mais elevado; não é fácil resolvê-lo, pois toda sua ambição encontra-se na redução das horas de trabalho. E o demagogo o incita muito mais a isto do que a melhorar sua situação aperfeiçoando suas aptidões intelectuais e morais (*Apud* MARX, op. cit. p. 549).

Para o capitalista cumprir tal desejo, implicaria, segundo Marx (1978), o aumento da taxa de exploração da mais-valia, pois os trabalhadores precisariam de mais horas de trabalho para ampliar o salário e, conseqüentemente, sua capacidade de consumo. Os mecanismos criados pela substituição de mais-valia absoluta pela mais-valia re-

A questão principal posta pela lógica de produção e circulação capitalista, qual seja, o impasse na sobrevivência da humanidade, subordinada às leis da mercadoria e à destruição em massas de forças produtivas, que se sucede a cada crise econômica *strictu sensu*, parece desaparecer em função de fatos de ordem conjuntural.

lativa permitiram aos capitalistas aumentarem a intensidade do trabalho, conseqüentemente, aumentar a taxa de exploração da mais-valia, sem o aumento da jornada de trabalho. Ainda que, ao longo do século XX, as jornadas do trabalho industrial tenham sido ampliadas, via o artifício das horas extras, para além dos limites legais conquistados pelos trabalhadores, elas jamais voltaram aos níveis da época analisada por Marx. No entanto, o consumo de mercadorias em todas as classes, com destaque para a classe trabalhadora em países desenvolvidos, cresceu em progressão geométrica. Talvez o exemplo mais emblemático tenha sido o de Ford, nos EUA, que, já na década de 1930, estimulava, no mercado interno, a compra de um carro por cada trabalhador de sua indústria automobilística. As inovações tecnológicas propiciam a produção de novos objetos de uso, que podem ser consumidos de modo privado ou coletivo; o capital precisa, portanto, estimular a venda de suas novas mercadorias, criando novas necessidades, ainda que isso implique hipotecar o trabalho ainda não despendido pela classe trabalhadora. Para tanto ele utiliza do capital entesourado, sob a forma de crédito. Segundo Marx (1978), na circulação simples, o dinheiro apresentava-se sob a forma ativa (circulante) ou potencial (entesourada); na sociedade de crédito, essa segunda forma torna-se disponível, pois pode ser emprestado “capital dinheiro, não mais capital passivo, do futuro, e sim ativo, usurário, em suma, capital que prolifera. Compreende-se a alegria que isso dá aos interessados” (p. 525).

A forma, portanto, de buscar a solução para a superprodução é incentivar, de todas as formas, que os próprios produtores das mercadorias as adquiriram, mesmo que para isso seja necessário comprometer seu trabalho futuro. O mecanismo do crédito e, conseqüentemente, o de juros são instrumentos do capital para impulsionar o consumo de mercadorias. Logo, é necessário entender que a exuberância irracional do capital financeiro, que se

A forma de buscar a solução para a superprodução é incentivar, de todas as formas, que os próprios produtores das mercadorias as adquiriram, mesmo que para isso seja necessário comprometer seu trabalho futuro. O mecanismo do crédito e, conseqüentemente, o de juros são instrumentos do capital para impulsionar o consumo de mercadorias.

arriscou a financiar moradias para além da capacidade de produzir mais-valia da própria sociedade, deve, de fato, ser entendida como a origem da crise. Sobretudo, se levarmos em consideração que este desequilíbrio entre capacidade de produzir e consumo crescente caracteriza os EUA desde a sua imposição do padrão dólar ao mundo, levando inúmeros economistas a denunciarem este país como um grande sorvedouro da poupança internacional. Logo, a crise que surge no sistema financeiro deve ser redimensionada. Isso porque, tendo em vista que tanto a construção quanto a venda das moradias obedecem à lógica capitalista de produção e circulação de mercadorias e que há necessidade de negociá-las pelo sistema financeiro, é a produção natural da moradia, como mercadoria que se encontra na origem

da crise. Por isso, a discussão, logo após o início da crise, que limitava a sua dimensão às seguradoras, aos bancos e apenas a alguns países, será rapidamente esquecida. As explicações iniciais eram ociosas, pois omitiam o aspecto principal: toda e qualquer crise econômica, na era imperialista, leva junto consigo o capital financeiro e todas as demais atividades econômicas, na medida em que estes segmentos estão intrinsecamente ligados e interdependentes. O capital financeiro parasitário só aparentemente parece vir de si mesmo, em última instância será a esfera produtiva, realizada ou futura, que dará sustentação a todas as especulações financeiras.

A origem da crise prolongada do capitalismo e de seus momentos agudos deve, portanto, ser procurada na contradição intrínseca ao modo de produção capitalista, baseado na acumulação de riqueza via produção de mais-valia, opondo proprietários dos meios de produção aos produtores da mais-valia. A acumulação capitalista implica a realização do valor da mercadoria via a ampliação ilimitada do consumo da própria classe trabalhadora. A desproporção entre a quantidade de mercadorias produzidas e a capacidade econômica efetiva da sociedade em adquiri-las gera as crises de superprodução. A saída

encontrada pelo capital, em cada ciclo de crise, tem sido a destruição em massa de forças produtivas, com vistas a reequilibrar as taxas de lucro. Tal destruição alcança o próprio capital, com a desativação de setores inteiros da economia e o desaparecimento de segmentos da própria classe burguesa, via falência, surgimento de novos grupos oligopolistas e reconcentração da economia. Marx (1978) alertava também para o desaparecimento de setores da classe operária, jogada no desemprego, passando a fazer parte da superpopulação relativa. Não é necessário, aqui, lançarmos mãos de dados, por demais citados e oriundos dos próprios organismos internacionais de proteção ao capital, que dão conta das baixas taxas de crescimento econômico no mundo, nos últimos trinta anos, e do aumento crescente do desemprego. Além disso, é o próprio Banco Mundial que, desde a década de 1990, orienta a aplicação sistemática de medidas focalizadas para atender as populações consideradas “excluídas”, sem condições de entrar ou retornar ao mercado de trabalho, reconhecendo, assim, a deterioração da força de trabalho. O ciclo atual, certamente, ampliará de modo ainda mais dramático este contingente, sem a contrapartida do assistencialismo do Estado, forçado a socorrer o próprio Capital e com perdas substanciais nos seus orçamentos por conta da desaceleração da atividade econômica. Assim, a principal força produtiva - a força de trabalho - é duramente castigada, a cada ciclo de crise econômica.

Coube a Lenin, em 1916, avançar na compreensão das características do capitalismo na fase avançada do monopólio e do oligopólio, com a produção industrial subordinada ao capital financeiro. O autor analisou o caráter expansionista do modo de produção capitalista, que visa atingir todas as áreas do planeta. Durante o seu percurso, o capital suscitou disputas por mercados, crescimento dos monopólios industriais, interdependência entre setores das indústrias e dos bancos, consolidando o que hoje chamamos

de mercado financeiro.

O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra a sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios de produção continuam a ser propriedade de um número reduzido de indivíduos (LENINE, 1979, p. 594).

Como já assinalado por Marx, secundado por Lenin, a reprodução ampliada sob a égide do capitalismo conduziu à con-centração e centralização crescente da atividade econômica, sob a direção de grandes corporações (Bancos, Empresas de Alta Tecnologia, Indústrias etc.), numa interdependência que se mostra evidente quando observamos a relação existente entre o setor produtivo e o setor financeiro, com este último controlando e absorvendo todos os ramos da atividade econômica. O capital financeiro, ou seja, o capital disponível nos bancos para os industriais, estabelece uma intrincada dependência dos setores produtivos, na lógica do crédito e da especulação, gerando, conseqüentemente, a concentração do lucro em mãos de um grupo reduzido de investidores. A principal característica do capital financeiro é a busca do lucro por meio da especulação, que toma corpo em todos os ramos da atividade

econômica, via Bolsa de Valores. Para Lenin, “O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas” (1979, p. 619). A partir do momento em que o capitalismo deixa de ser pautado pela livre concorrência e torna-se um sistema monopolista, este se transforma em imperialismo, afirmava este autor.

Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo.

A saída encontrada pelo capital, em cada ciclo de crise, tem sido a destruição em massa de forças produtivas, com vistas a reequilibrar as taxas de lucro. Tal destruição alcança o próprio capital, com a desativação de setores inteiros da economia e o desaparecimento de segmentos da própria classe burguesa, via falência, surgimento de novos grupos oligopolistas e reconcentração da economia.

Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas de industriais, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido (LENINE, 1979, p. 641).

Em resumo, o autor define o imperialismo por meio de cinco traços fundamentais: 1º, elevada concentração da produção e do capital, resultando na criação de monopólios; 2º, fusão do capital bancário com o capital industrial, dando origem à oligarquia financeira; 3º, exportação de capitais; 4º, formação de monopólios internacionais, que partilhariam o mundo entre si; 5º, partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas.

A análise do desenvolvimento dessa situação foi realizada por diversos autores que, em períodos distintos, ao longo do século XX, alertaram: para o grau mais avançado de oligopolização industrial e bancária (BARAN, SWEEZY, 1974); para o desenvolvimento de grandes empresas multinacionais; para um sistema bancário internacionalizado, sob o domínio do capital americano; e para o crescimento da máquina de guerra, que tornou os Estados consumidores de uma mercadoria (MAGDOFF, 1972) financiada pela mais-valia extraída dos demais segmentos da economia, via impostos estatais.

Após a crise de 1929-33, o capital assume uma forma mais expansiva, que resultou, dentre outras, na passagem de um imperialismo multifacetado, intervencionista, para um sistema de dominação global, sob hegemonia norte-americana, tornando-se bastante integrador, do ponto de vista econômico (CHESNAIS, 2007).

O fim da guerra fria (com a ideologia burguesa pregando uma nova reunificação do mundo sob o capitalismo, o que soa falso, pois, mesmo no período

de existência dos países socialistas, o capital subordinou o mercado internacional e as trocas entre os blocos econômicos) permitiu a retomada de relações de produção capitalista em todo o globo, impulsionando o mercado financeiro e as trocas internacionais. Poderíamos afirmar, guardando as devidas proporções, que o fim das barreiras políticas e o desenvolvimento tecnológico de novos meios de comunicação, paradoxalmente, não inauguram uma nova era do capital, mas, ao contrário, remeteram ao início do imperialismo. Com o fracasso de todas as instituições internacionais e a debilidade da principal potência imperialista, abre-se, agora, uma era de incerteza e disputas econômicas entre blocos e países, sem que possamos visualizar o seu desfecho.

Em que pese a velocidade com que se propaga a atual crise cíclica, propiciada pela circulação financeira com base nas redes de informações conectando o mundo, ainda estamos diante do mesmo fenômeno analisado por Marx, pois o modo de produção capitalista é efetivamente o primeiro que conquistou todo o globo terrestre, logo, em ritmo mais ou menos acelerado, aquilo que ocorre no seu epicentro alcançará certamente todo o mundo. O capital, cegamente, busca pôr-se ao abrigo da sua própria crise, buscando novos investimentos, supostamente mais seguros, a exemplo dos títulos públicos americanos.

3. A crise de civilização: decadência da ciência, da cultura e da ideologia

3.1. Decadência da ciência, degradação da natureza

Marx (1978) chamou atenção para os limites do desenvolvimento capitalista e as contradições geradas pela reprodução ampliada: o empobrecimento do conhecimento, subordinado à técnica; a decadência das ciências econômicas, já em seu tempo, ao se tornarem estas apologéticas do capital e perderem a capacidade crítica; e o empobrecimento da filosofia, em uma era de decomposição dos grandes sistemas

Guardando as devidas proporções, o fim das barreiras políticas e o desenvolvimento tecnológico de novos meios de comunicação, paradoxalmente, não inauguram uma nova era do capital, mas, ao contrário, remeteram ao início do imperialismo. Com o fracasso de todas as instituições internacionais e a debilidade da principal potência imperialista, abre-se, agora, uma era de incerteza e disputas econômicas entre blocos e países, sem que possamos visualizar o seu desfecho.

clássicos, substituídos por visões localizadas e pragmáticas. Lukács (1958, 1975), em dois momentos significativos, analisou a virada da ciência e da ideologia burguesas, tomando como referência os estudos de Marx e atualizando-os com os desdobramentos de sua época. Assim, este autor analisou a decadência do pensamento econômico, a degradação da filosofia clássica e a subordinação da ciência aos imperativos técnicos. Essa última discussão encontrou em Adorno (1985) um desenvolvimento aguçado, pois esse pensador contemporâneo observou o quanto a ciência pura cedia espaço para a produção tecnológica, sendo a descoberta substituída pela inovação tecnológica. O modelo positivista de produzir ciência, tendo por objetivo os resultados materiais imediatos, penetrou em todas as instituições científicas, alterando, significativamente, as pretensões de alcançar-se um conhecimento universal. Esse vaticínio de Adorno, de fato, tem-se realizado, com a ciência subordinada a interesses econômicos imediatos (no caso de ciências da natureza), na estrita cooperação, defendida pela ideologia burguesa, entre a indústria privada e os laboratórios universitários, implicando, em muitos casos, investigações puramente tecnológicas.

Essa subsunção da produção científica e dos cursos de pós-graduação à lógica do resultado e da maximização dos lucros dos capitalistas é, hoje, amplamente aceita por dirigentes universitários, institutos e pesquisadores das chamadas áreas científicas; assim, muitos cientistas constroem nichos no interior de instituições públicas, auferindo rendas superiores às dos demais profissionais (docentes), recompensados por investirem energia e capacidade intelectual em inovações tecnológicas. Não podemos perder de vista que esta cooperação estrita entre a ciência e o capitalismo, por meio da criação de centros de pesquisa vinculados ao Estado ou a iniciativa privada, foi responsável pela invenção da bomba nuclear e pelo aperfeiçoamento das armas de destruição em massa. O fato desse conhecimento tecnológico, voltado, inicialmente, para as necessidades de reprodução e

destruição em massa por parte do capital, vir a ser utilizado de forma limitada para a melhoria da vida humana não anula a contradição fundamental na qual se encontra enredada a ciência: perda quantitativa e qualitativa do conhecimento teórico, em função da produção acelerada de artefatos tecnológicos. Essa situação parece ainda mais grave quando vemos que mesmo o uso limitado das inovações não alcança a maioria da população habitante no planeta, pois este uso só pode ocorrer mediante a realização do valor da mercadoria, logo, está restrito àqueles entendidos pelo capital como consumidores. Isso se aplica tanto ao conjunto dos objetos como a outros âmbitos de atividade apropriados pela lógica das mercadorias, como educação, saúde, cultura etc., em contraposição a abstratas formulações de direitos humanos.

Os limites deste conhecimento técnico, a serviço do capital, só foram reconhecidos quando a natureza, como meio de produção, passou a mostrar os sinais de fadiga, com sérias conseqüências para o modo de vida. Da polêmica, proposta por ambientalistas à principal questão sobre o futuro da espécie humana passaram-se apenas duas décadas. A questão ecológica passou, assim, a pautar a discussão do desenvolvimento, abordando acertos e erros cometidos pelo modo de apropriação dos recursos naturais. Mas, mesmo nesse âmbito, a tentação da ciência em socorrer os empreendimentos capitalistas tem sido dominante, com a elaboração de conceitos propositivos de desenvolvimento sustentável, medidas mitigadoras, preservação de recursos não renováveis, proteção das florestas etc., que são postos, quer na versão ambientalista do não desenvolvimento, quer na versão de colaboração com o capital, para minimizar seus impactos sobre a natureza.

Diríamos que apenas a corrente teórica, dentro da ciência, que retoma o marxismo e relaciona o desenvolvimento e a destruição das forças produtivas, denuncia, sem pactuar, a incompatibilidade entre o modo de produção capitalista e a convivência com a natureza, pois entende que o capitalista tudo fará para

A ciência subordinada a interesses econômicos imediatos (no caso de ciências da natureza), na estrita cooperação, defendida pela ideologia burguesa, entre a indústria privada e os laboratórios universitários, implicando, em muitos casos, investigações puramente tecnológicas.

produzir e comercializar suas mercadorias, inclusive fraudar as mais avançadas leis (tecnicamente construídas) de proteção à natureza. Essa corrente compreende que a crise vivenciada pela civilização sob o domínio do capital produz impactos substanciais no meio ambiente, com a destruição de florestas, poluição dos rios, dos mares, produzindo mudanças climáticas severas, em nível global. O ritmo da atividade humana (produção/consumo), nas últimas décadas, sob o capitalismo, subjugou a natureza, proporcionando um salto na degradação do meio natural. Esse ritmo acelerado de transformação da natureza por intermédio do trabalho foi abordado por Marx em algumas passagens de sua vasta obra sobre a natureza do capital. Para justificar a contribuição marxista acerca dos problemas ecológicos e ambientais, Renan Vega Cantor (2007) considera importante sublinhar que os debates pautados numa crise ambiental sob o domínio do capital foram abordados em distintos momentos da obra de Marx.

Podemos também citar as discussões de teóricos da primeira geração da Escola de Frankfurt, a exemplo de Horkheimer (1976), que, mesmo em um momento de euforia da retomada do crescimento capitalista na década de 1970, apontava para os limites do domínio humano sobre a natureza, sobretudo no período capitalista:

[...] a natureza é hoje mais do que nunca concebida como simples instrumento do homem. É objeto de uma total exploração, que não tem objetivo estabelecido pela razão e, portanto, não há limite. O domínio da espécie humana sobre a Terra não tem paralelo naquelas outras épocas da história natural em que outras espécies representavam as formas mais altas de desenvolvimento orgânico. [...] Na verdade, a avidez do homem para estender o seu poder em duas infinitudes, o microcosmo e o universo, não emerge da sua própria natureza, mas da estrutura da sociedade [...]. O ataque da espécie humana em relação a tudo que se exclui dela mesma deriva mais das relações in-

ter-humanas do que de qualidades inatas do homem (p. 119).

A questão da revolta da natureza, posta pelo filósofo, no entanto, toma rumos distintos da discussão atual, pois, na seqüência, ele restringe-se a concepções filosóficas, tratando apenas de reações da natureza, protagonizadas pelos próprios seres humanos. Mas o registro, posto aqui, indica uma preocupação anterior ao discurso atual sobre os limites da exploração da natureza.

Sem abrir mão do modo de produzir capitalista, o discurso ambiental parece inocente, espécie de consciência culpada do indivíduo responsabilizado, como “cidadão”. As teorizações correntes sobre a busca do equilíbrio homem/natureza operam com a noção da mercadoria, contida em expressões como troca de crédito de carbono, selo de qualidade para indústrias não poluidoras, “consumo consciente” etc.. Diríamos que o ponto em comum de todos os defensores do meio ambiente é a consciência de que estamos chegando ao fim de um ciclo e que a civilização humana está ameaçada de extinção, logo salvar a natureza é salvar a própria humanidade. Porém, poucos percebem que a degradação da natureza decorre da atividade capitalista e que não pode ser resolvida por ações tópicas individuais ou por “novas regras” legais, a serem aplicadas pelo Estado. Poucos percebem que a luta ambiental deve combinar conscientização, denúncia e combate ao capitalismo, pois só sua extinção poderá abrir caminho para a solução da crise ambiental.

Poucos percebem que a degradação da natureza decorre da atividade capitalista e que não pode ser resolvida por ações tópicas individuais ou por “novas regras” legais, a serem aplicadas pelo Estado. Poucos percebem que a luta ambiental deve combinar conscientização, denúncia e combate ao capitalismo, pois só sua extinção poderá abrir caminho para a solução da crise ambiental.

3.2 Crise da cultura

Será também Adorno (1985, 2008) que alertará para o empobrecimento cultural com o advento da indústria cultural; os seus críticos apontarão, com razão, para as limitações de sua teoria, ao contrapor à massificação da cultura, a velha cultura erudita, mas não verão que o lado negativo de sua crítica, ainda que incompleto, permite-nos, sim, compreender co-

mo a barbárie se apropria da cultura, configurando o fim das fronteiras entre a cultura popular e a alta cultura. O que, em uma sociedade socialista, deveria implicar o que Lukács (1971) denominou de uma nova cultura, na sociedade capitalista tem implicado a produção em série de artefatos culturais industrializados, mesmerizados, destituídos de singularidade, no seio do que hoje se denomina “cultura global”. Senão, podemos ir até o fim com a posição adorniana, pois essa cultura é contraditória, dela brota a produção em massa, mas também dela surge o seu oposto, a sua negação, que certamente oferece elementos para a superação da corrente dominante. Enquanto isto não ocorre, predomina, de um lado, a uniformização e, de outro, a proteção

de nichos da outrora alta cultura, nos quais grupos sociais particulares ou capelas degustam o que sobrou da arte e da cultura em museus, cineclubes, salas de concerto ou, mesmo, de exibição em teatro, ou cultivam práticas culturais que ainda consideram ser originárias das classes populares. As práticas e criações culturais contestadoras, singulares ou inovadoras, sucumbem, regularmente, à avalanche, bem sucedida, dos produtos médios da cultura industrializada.

A dura caracterização dessa cultura de massas tem sido, sobretudo nas duas últimas décadas, fortemente criticada por autores afinados com a linha dos chamados estudos culturais. Invocando a globalização, inúmeros autores têm advogado por uma situação que seria distinta da massificação, pois, segundo os mesmos, deveríamos levar em conta situações fronteiriças, emergência de localismos culturais e resistências etc.. Diríamos até que, na esteira do discurso da diversidade, muitos tentam provar que o mundo cultural não é o pastiche alegado pela teoria crítica. O mérito destes estudos é apenas o de apontar para os localismos, no entanto, é necessário a partir deles retornar à totalidade (ou, no caso, à pseudo totalidade da cultura) e, quando assim o fazemos, imediatamente percebemos que a própria exploração ou reinvenção de tradições apenas ali-

Ao contrário, portanto, de recriações espontâneas, resistências ou dinamismo da cultura localizada, temos, talvez, um segundo momento de avanço da indústria cultural sobre o que deveria ser patrimônio de povos ou grupos sociais, que aparece embalado para ser comercializado e compor a nova cesta da indústria do entretenimento.

menta o imaginário de consumo de novas mercadorias, reapropriadas pelo discurso mercadológico. Ao contrário, portanto, de recriações espontâneas, resistências ou dinamismo da cultura localizada, temos, talvez, um segundo momento de avanço da indústria cultural sobre o que deveria ser patrimônio de povos ou grupos sociais, que aparece embalado para ser comercializado e compor a nova cesta da indústria do entretenimento.

Se, talvez, a face mais visível da barbárie na cultura é a sua apropriação global, construindo-se em uma pseudo totalidade, na qual desaparece a singularidade e instala-se uma cultura única; um segundo aspecto, pouco perceptível, é o do uso da cultura popular pelo poder político, em função

da manutenção da ordem, que atingiu níveis de elevada dramaticidade no nazismo e no stalinismo, e foi retomado, com certo sucesso, por governos ditatoriais, em vários continentes. Por meio dos mecanismos da propaganda, a indústria cultural, atendendo a interesses industriais ou dos guardiões da ordem capitalista, apropria-se de traços culturais que persistem socialmente e os devolve sob a forma de peças publicitárias, visando conquistar “corações e mentes” em torno das necessidades de auto-reprodução do capital.

3.3 Crise da razão, decadência da ideologia

A barbárie capitalista encontra-se também na destruição da razão como instrumento de apreensão que informa a ação sobre o mundo. Lukács (1958, 1975) apontava esta destruição na produção filosófica niilista, no questionamento da direita à filosofia clássica, particularmente quanto à sua transcendência, no surgimento de teorias que concebiam raças e pregavam a superioridade racial, e no abandono dos princípios democráticos da própria ideologia burguesa. Essa teorização foi o terreno sobre o qual o nazismo semeou a ideologia da superioridade do povo ariano. Abandonada após a segunda guerra mundial, mas jamais efetivamente superada, ela reaparece a

partir do fim da década de 1970, com o surgimento dos pós-modernismos que levam a razão a júri popular, construindo um imaginário de modernidade que, necessariamente, deveria ser desconstruído para dar lugar a um mundo plural, diverso, sem passado e sem futuro. A rigor, a nova formulação teórica prega, não apenas a crise do pensamento burguês, mas a crise do próprio ato de pensar centrado na razão. Essa “nova” teorização, assim, atribui ao pensar todas as mazelas contemporâneas, e não à reprodução do capital. Apesar de distintas versões, o que unifica os seus intérpretes é a rejeição ao pensamento que busca entender o mundo de modo universalista, que prega a mediação entre o pensar e o ser e, sobretudo, que aponta para um futuro que se encontra em germe no presente. O retorno à imanência, do ponto de vista metodológico-epistemológico, e o conceber o mundo de modo atomístico, completam a perspectiva mais ampla de um projeto de “destruição” da razão.

Propositalmente, tal discurso rejeita, em conjunto, a filosofia clássica alemã (Kant e Hegel), a crítica materialista de Marx e o iluminismo em todas as suas acepções (política, filosófica ou científica). Tal simplificação do pensamento evita os confrontos, as lutas pela superação de sistemas filosóficos e a sua adequação ou não à ordem burguesa. O pensar clássico, e a sua crítica, encontram-se ao lado do pensar decadente (positivista), pois todos teriam em comum a “crença na razão”.

A reforma do discurso científico foi acompanhada pelo desmonte do próprio discurso ideológico da burguesia, a versão acadêmica contribuiu com a insistente crítica ao iluminismo, acompanhada, no mundo das formulações políticas, pela revisão dos princípios universalistas da revolução francesa. Marx já havia se dado conta de que a burguesia não poderia cumprir com suas promessas e, por isso, ela teria se voltado contra suas próprias bandeiras quando o proletariado exigiu o seu cumprimento, no século XIX. Essa cambaleante ideologia burguesa

chega ao século XX substituindo os valores universais (formais) pela mesquinhez e pelo nacionalismo mais simplório e chauvinista. Será a social-democracia na Europa Ocidental que, após renunciar à revolução, retomará os princípios democráticos burgueses, negociando no pós-guerra, e apenas para os países desenvolvidos, certo clima de civilidade. E isto só foi possível devido ao ciclo econômico de reconstituição das forças produtivas, duramente castigadas pela grande guerra, na Europa ocidental, agora tutelada pelos EUA, nova potência imperialista. A aparente civilidade não se estendeu para o mundo colonial e neocolonial, pois as lutas de libertação na África e na Ásia foram brutalmente reprimidas. O mesmo ocorreu na América Latina, sufocada por golpes de Estado, tortura e morte de opositores dos regimes que aqui vigoraram. No entanto, mesmo a ilusão de civilidade na Europa durou pouco, pois, desde o fim da década de 1960, com as rebeliões operárias e estudantis, o limite do novo período foi posto à prova e, na prática, a burguesia usou da violência para fazer recuar os protestos. O seu discurso, pouco a pouco, foi alterado e, no decorrer da década de 1980, sofre inflexão total: rediscute-se o Estado e seu papel,

defende-se a liberdade da iniciativa privada, admite-se que as diferenças entre pessoas, grupos sociais e nações não são passíveis de serem superadas e, conseqüentemente, muda-se o credo da igualdade burguesa pelo da diferença.

Tal movimento, iniciado nos países anglo-saxões, rapidamente alcança todo o mundo. Enfim, um amplo processo de modificação no discurso burguês dominante encontrava-se em curso, abandonava-se o discurso burguês clássico: liberdade, igualdade, fraternidade; adota-se a alteridade, diversidade e tolerância. O princípio de uma essência única, que nos tornaria humanos, para além das aparentes diferenças culturais ou biológicas, foi definitivamente substituído por outro, que não vê identidade, senão de forma étnica ou como conglomerado de interesses passageiros. Pensar o

Essa “nova” teorização, assim, atribui ao pensar todas as mazelas contemporâneas, e não à reprodução do capital. Apesar de distintas versões, o que unifica os seus intérpretes é a rejeição ao pensamento que busca entender o mundo de modo universalista, que prega a mediação entre o pensar e o ser e, sobretudo, que aponta para um futuro que se encontra em germe no presente.

diverso como multiplicidade da unidade passou a ser compreendido como essencialismo, no sentido de essências metafísicas, quietas, fixas. O discurso político, principal forma de expressão da ideologia burguesa contemporânea, rompe, assim, com a ideologia originária, em nome da manutenção da taxa de lucro do capital, amesquinha-se, propõe a manutenção das desigualdades, estas sim postas como naturais e culturais. Em lugar das promessas anteriores, agora, localiza-se a miséria e o sofrimento, põe-se sob o manto da exclusão todos os que não podem se inserir no mundo das trocas de mercadoria e, para estes, destinam-se medidas paliativas que, de fato, não os tirarão da situação de miséria, mas poderão mitigar o sofrimento e adiar a revolta.

A degradação ideológica das últimas décadas, quando o capital considerou-se vitorioso diante do fim das burocracias socialistas, reflete-se no cotidiano da sociedade: em situações de crise econômica, o diverso, tão festejado, torna-se o outro, que ameaça a sobrevivência dos que perdem o emprego. O retorno da xenofobia, do racismo e da desconfiança em relação aos migrantes cresce em todos os países, poderíamos dizer na proporção direta da perda de valores universais. As identidades particulares ocupam o lugar da solidariedade internacional da classe operária e até os princípios humanistas de vertentes burguesas cedem, rapidamente, lugar às perspectivas paroquiais e localistas, tão estimuladas pelo discurso pós-moderno.

Para consubstanciar os novos princípios, a ideologia política prega a necessidade de redução do Estado. Na impossibilidade de resolver os problemas sociais, a burguesia, por intermédio de seus governantes, atribui aos indivíduos parte considerável da responsabilidade para com o mundo; de certa forma o discurso da coletivização das responsabilidades encobre as ações privadas de destruição do planeta, perpetradas pelos capitalistas. A impotência

do Estado, incapaz de promover o bem estar social, alertada por Lenin (1979), quando o considerou como um Comitê da burguesia, é admitida agora pela própria burguesia. Põe-se fim à ilusão de um Estado ampliado capaz de absorver as demandas sociais e preservar as condições de vida da população, como admitiam os cientistas políticos. A prática política e seu novo discurso justificador são a prova da ilusão temporária pregada pela ciência política. O reconhecimento da impotência do Estado de ir além dos interesses das classes dominantes foi, no entanto, edulcorado pelo discurso dos organismos internacionais, com o estímulo à criação de um

número de entidades civis com caráter filantrópico, que assumiam, de modo tópico, o que antes estava circunscrito à esfera estatal; assim, a virada efetuada pela burguesia, na prática e no discurso, foi cuidadosamente camuflada pela substituição, na prática e no discurso, da ação do Estado por um pretense espaço social ampliado. Em síntese: a sociedade que cuide de si mesma, pois o Estado já não teria esse papel. O chamado neoliberalismo levou este novo “princípio” até o fim, reservando ao Estado as tarefas fiscais e de manutenção da ordem, passando para a classe burguesa ativa (parcial ou totalmente) todas as demais atribuições para a exploração mercantil: educação, saúde, lazer, promoção da cultura etc. A crise cíclica atual leva a burguesia a exigir do Estado mais intervenção social - esta restringe-se à busca de saídas para o capital financeiro (no mundo inteiro os governantes injetam bilhões no sistema financeiro), para as indústrias (sobretudo os grandes oligopólios, como o de automóveis)-,

regulação temporária do mercado financeiro, visando ao restabelecimento de condições mais adequadas para a reprodução. Mas, é esse mesmo capital que insiste em manter os governantes longe das negociações com a classe trabalhadora, rejeitando medidas que possam protegê-los contra o massacre do desemprego. A crise

Um amplo processo de modificação no discurso burguês dominante encontrava-se em curso, abandonava-se o discurso burguês clássico: liberdade, igualdade, fraternidade; adota-se a alteridade, diversidade e tolerância. O princípio de uma essência única, que nos tornaria humanos, para além das aparentes diferenças culturais ou biológicas, foi definitivamente substituído por outro, que não vê identidade, senão de forma étnica ou como conglomerado de interesses passageiros.

curva o capital, mas não o direciona para revolucionar a si mesmo, logo, provavelmente, nova ideologia surgirá, ressuscitando o papel do Estado na regulação do mundo capitalista, até mesmo cedendo-lhe espaço na atividade produtiva; nada disso alterará o modo de produção burguês, na prática e no discurso, serão mantidas as diferenças sociais, dada a incapacidade de alterar o quadro social e de manter promessas que não puderam ser cumpridas.

Conclusão

Buscamos neste texto compreender a crise econômica cíclica do capitalismo como parte de uma crise de civilização, partindo do pressuposto de que o modo de produção capitalista pode, apenas de modo pontual, sair de momento de instabilidade econômica, aprofundando, no entanto, a barbárie na sociedade contemporânea, caracterizada pelo desemprego em massa, destruição de forças produtivas, destruição da natureza, comprometimento da ciência, da arte e da cultura. Logo, as questões postas pelos revolucionários, no fim do século XIX e ao longo do século XX, acerca do esgotamento e da decadência do capitalismo continuam atuais e exigindo respostas da classe trabalhadora.

O esgotamento dos recursos naturais e os riscos postos para o futuro da humanidade certamente são os limites da exploração capitalista, mas essa não será superada pela hegemonia burguesa e seus representantes de classe em todo o mundo capitalista. A crise cíclica encontra a classe trabalhadora fragmentada e desorganizada, após longo período de adaptação à ordem de seus dirigentes políticos e sindicais. No entanto, vemos, em diversos países, movimentos de resistência às operações de resgate do capital financeiro e de defesa do emprego, do salário e de condições dignas de vida. O descompasso entre as necessidades organizativas dos trabalhadores e seus instrumentos de representação é visível, certamente abre-se também um período de crise de partidos e sindicatos, que se reivindicam da classe trabalhadora, adaptados à linha de menor resistência. Como já ocorreu na crise de 1929, abre-se um período de crise aguda da hegemonia burguesa, mas, com a classe trabalhadora desarmada, é preciso ir além da análise, da constatação destes fatos e atuar na reconstrução de

organismos de luta, na formação de espaços internacionais de troca de experiência da classe trabalhadora, que poderá recolocar-se como a força necessária para superar o próprio capitalismo e a barbárie instalada no globo terrestre.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Teoria Estética**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.
- CANTOR, Renan Vega. Marx, a ecologia e o discurso ecológico. In.: NÓVOA, Jorge (Org.). **O Incontornável Marx**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 99-116.
- CHESNAIS, François. Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo: previsões da crise. In.: NÓVOA, Jorge (Org.). **O Incontornável Marx**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 47-82.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- LENINE, V. I. **Obras escolhidas**. Tomo I: O imperialismo fase superior do capitalismo, (ensaio popular). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.
- LENINE, V. I. **O Estado e a Revolução**. Rio de Janeiro: Ed. Hucitec, 1979.
- LOUIS, Gill. A Guerra dos EUA “contra o terrorismo”. Uma análise marxista do militarismo. In.: NÓVOA, Jorge (Org.). **O Incontornável Marx**. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2007. p. 29-47.
- LUKÁCS, George. **La Destruction de La Raison**. Paris: L’Arche Editeur, 1958. 2 vols.
- LUKÁCS, George. **Problème du Réalisme**. Paris: L’Arche Editeur, 1971.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Crise da Social-Democracia**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- MAGDOFF, Harry. **A Era do Imperialismo**. Porto, 1972.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **O Capital**. Livro 2. v. 3 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Teorias da Mais-Valia**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. 

A crise na economia capitalista e os desafios da classe trabalhadora

Zé Maria de Almeida

Dirigente da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, integrante da Coordenação Nacional da Conlutas
E-mail: zemariaalmeida@uol.com.br

Resumo: Este artigo representa um esforço para contribuir na discussão sobre a natureza e dimensão da crise econômica mundial em curso (crise do capitalismo), numa ótica crítica à campanha internacional, lançada no recente encontro de cúpula do G-20, com a presença, entre outros governos, de Obama e Lula, afirmando que a crise já estaria terminando. Analisa o que seria a saída para a crise, na visão do capital, e apresenta uma alternativa de saída, na perspectiva dos trabalhadores. Sem a pretensão de esgotar nenhum dos assuntos aqui tratados, são reflexões que podem ser úteis para o debate sobre esta temática nas organizações dos trabalhadores.

Palavras-chave: Crise do Capitalismo; Crise Mundial; Luta dos Trabalhadores.

1. Introdução

A última reunião do G20¹, realizada recentemente em Londres, serviu para colocar a público muitos factóides, próprios deste tipo de conclave, mas vale destacar um, em particular: a tentativa de dar força à idéia de que o pior da crise já passou e que não atingirá o “nosso” país. O discurso que antes ouvíamos de Lula, aqui no Brasil, foi pronunciado lá por Zapatero, da Espanha; por Berlusconi, da Itália; por Sarkozy, da França; e um longo *etcetera*. Um desavisado poderia acreditar que a crise não existe, já que parecia não estar presente em nenhum país. Com Obama à frente, diziam todos, estão sendo dados passos firmes para a superação da crise, que está próxima.

Estas mesmas autoridades, Lula entre elas, alguns meses atrás negavam qualquer possibilidade de crise na chamada economia real, tratava-se apenas, diziam eles, de um colapso do sistema financeiro e de crédito. Mentiam naquele momento. E seguem mentindo agora. Estamos diante de uma crise de grande magnitude que atinge a economia capitalista em seu conjunto. Não há mais nenhum economista ou analista sério (tenha ele a coloração ideológica que tiver) que não afirme que ela tem a mesma dimensão do colapso que a economia capitalista viveu na década de trinta do século passado. Não estamos no final e, sim, apenas no início desta crise.

Esta situação traz impactos muito grandes na vida da classe trabalhadora, por óbvio. E tem repercussões, tão importantes quanto, na luta da nossa classe para libertar-se da exploração e opressão do capitalismo. Entendê-la de maneira correta, portanto, é fundamental para que possamos atuar sobre esta mesma situação de forma a fazer avançar a luta dos trabalhadores, tanto em sua dimensão concreta e imediata – a defesa do emprego, salário, direitos trabalhistas e sociais etc. – como em sua dimensão mais estratégica, a luta pela superação do capitalismo, a favor do socialismo.

2. Sobre a natureza da crise em curso

Não estamos diante de uma crise do sistema financeiro ou do sistema de crédito somente, como insistem em afirmar governantes dos mais diversos países, entre eles se encontram o presidente Lula e seus ministros da área econômica. Estamos diante de uma crise clássica do capitalismo, uma crise cíclica de superprodução, gerada pela queda da taxa de lucros do capital (MARX, 1978). O capitalismo é um sistema que não organiza a produção de bens em função das necessidades das pessoas e em harmonia com as condições e limites da natureza. O faz em função da obtenção do lucro, mecanismo por meio do qual o capital se reproduz. O problema é que, pela própria natureza *anárquica*² deste sistema, o investimento de um volume cada vez maior de capital em busca de lucros cada vez maiores leva, contraditoriamente, a uma tendência à queda na taxa de lucros sobre o capital investido. Chega um momento em que não é mais possível vender o produto fabricado em condições de lucratividade que compensem o investimento feito. Não é o caso de estender-me sobre este assunto neste artigo, há uma vasta literatura marxista que já tratou de explicar como ocorre este processo aos detalhes³. Apenas para dar um exemplo, a editora Sundermann acaba de publicar uma coletânea de textos organizados por Romero (2008), que é muito útil para quem quiser estudar mais a fundo esta questão.

A taxa de lucros média, nos EUA, girava no pós-

segunda guerra mundial, em torno dos 15 a 20% (antes de descontados os impostos). A crise que se seguiu, nos anos 70, baixou esta taxa para perto da metade. Com o neoliberalismo a taxa voltou a ampliar-se ligeiramente, ficando, em 1997, ainda abaixo dos valores observados na metade do século XX.

Na crise cíclica de 2000-2001, a taxa de lucro nos EUA caiu novamente. Esta recessão durou menos de um ano, abrindo-se um novo período de expansão do capitalismo, onde a taxa de lucros alcançou os 12%, em 2006. Nos últimos quatro meses de 2007, conforme estudo publicado recentemente no *The Wall Street Journal*, estas taxas já haviam recuado para 8,4%. Para além da ganância exagerada de especuladores inescrupulosos, é nestes dados que encontramos uma explicação adequada para o início da crise. A agência responsável pelo acompanhamento dos ciclos da economia norte americana

publicou, recentemente, estudo indicando que a recessão da economia dos EUA se inicia já em dezembro de 2007.

3. A verdadeira dimensão da crise

Dizer que estamos diante de uma crise cíclica, clássica do capitalismo, é necessário, mas não suficiente para definir o que temos pela frente. Esta crise é muito diferente das crises cíclicas que a antecederam na história recente. Há vários elementos que indicam claramente que é muito mais profunda e generalizada, justificando plenamente a comparação com a depressão dos anos 30 do século passado. Aqui destacaremos apenas alguns deles: trata-se de uma crise que tem origem no centro mais importante da economia capitalista (EUA) e que ocorre simultaneamente em todos os demais centros importantes da economia capitalista do planeta (Japão e Europa Ocidental); ocorre com uma profundidade inédita, tanto nos países centrais como nas economias dependentes, incluindo aí o caso do Brasil.

De acordo com dados econômicos apresentados até o momento, a queda na produção industrial nos EUA, Japão e Europa é devastadora. No quarto trimestre

O capitalismo é um sistema que não organiza a produção de bens em função das necessidades das pessoas e em harmonia com as condições e limites da natureza. O faz em função da obtenção do lucro, mecanismo por meio do qual o capital se reproduz.

de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, a produção industrial nos EUA caiu a taxas impressionantes, que já sugerem uma situação de depressão. No Japão, a produção industrial caiu em mais de 20%, sendo que, em 2008, na Alemanha, e na Inglaterra a queda ficou próximas aos 10%. O Fundo Monetário Internacional (FMI) calcula que, em 2009, haverá uma retração de 1,3% do PIB mundial (a primeira em 60 anos). O comércio internacional sofreu uma violenta queda. No primeiro trimestre de 2009 a situação continuou se agravando. O FMI calcula uma retração do comércio internacional em 11%, no ano de 2009, e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) calcula a queda em 13%, a maior desde 1945.

Estas são algumas das razões pelas quais a crise atingirá, de forma avassaladora, também os países dependentes, ao contrário das várias teorias que tentam sustentar a idéia do “descolamento” de alguns países, em relação aos efeitos da crise. Na China, que tem grande parte de sua produção direcionada à exportação, o índice de crescimento da economia caiu, no primeiro trimestre de 2009, para metade daquele que ela vinha sustentando. Neste país já foram fechadas mais de 60 mil fábricas (dados do governo chinês). No Brasil, os números divulgados recentemente dão conta de uma redução na casa dos 30% na produção industrial de minério de ferro e de cerca de 40% na produção de aço bruto, em relação ao ano passado, para falar apenas de setores de base da indústria. Neste primeiro trimestre de 2009, a queda na produção industrial foi de 14,9%. Há redução da produção em praticamente todos os setores da indústria e não restam mais dúvidas de que o país entra em recessão neste ano. Há desigualdades importantes, principalmente entre os setores da indústria mais voltados à exportação (onde a queda é maior) e aqueles voltados para

o mercado interno (cuja queda é menor). Há ainda a influência das medidas anticíclicas tomadas pelo governo. No entanto, isto, no melhor dos casos, vai determinar ritmo mais lento e com oscilações no desenvolvimento da crise que deve, sim, atingir o nosso país em toda a sua magnitude. A própria natureza da crise estabelece limites claros para os efeitos de políticas anticíclicas que vêm sendo adotados por quase todos os governos, com destaque para Barak Obama, nos EUA, e Lula, aqui no Brasil. Elas podem “segurar” por um período a queda da produção em um setor determinado (como a redução do IPI fez com a indústria automotiva, aqui no Brasil), mas não têm como interferir no processo estrutural que levou à queda da taxa de rentabilidade das empresas que, para ser revertido, precisa queimar capital, reduzir investimentos.

Há outro elemento distintivo da situação do Brasil, localizado na situação de seu sistema financeiro, que não se encontra na mesma situação dos EUA e Europa, está muito mais preservado. Por alguma razão, provavelmente devido à possibilidade dos altos ganhos gerados pela especulação com os títulos da dívida pública, o sistema financeiro brasileiro não estava tão imerso na especulação com capital fictício, pura e simples, como o dos países centrais. No entanto, nada disso aponta para a possibilidade de uma saída para o país que signifique evitar os efeitos desta crise. O grau de globalização da economia capitalista, a desnacionalização da economia brasileira e o controle de seus setores fundamentais por multinacionais, com sede nos países centrais, geram condicionantes econômicas e políticas fortíssimas que, entre outros fatores, impedem a construção de uma saída para a crise apoiada em uma aposta no mercado interno, como foi feito, em alguma medida, durante a grande

Esta crise é muito diferente das crises cíclicas que a antecederam na história recente. Há vários elementos que indicam claramente que é muito mais profunda e generalizada, justificando plenamente a comparação com a depressão dos anos 30 do século passado. Aqui destacaremos apenas alguns deles: trata-se de uma crise que tem origem no centro mais importante da economia capitalista (EUA) e que ocorre simultaneamente em todos os demais centros importantes da economia capitalista do planeta (Japão e Europa Ocidental); ocorre com uma profundidade inédita, tanto nos países centrais como nas economias dependentes, incluindo aí o caso do Brasil.

depressão do século passado. Apesar de situações e ritmos diferenciados, portanto, é fundamental entendermos que o Brasil está perfeitamente integrado dentro desta mesma realidade mundial e avança a passos largos para viver uma crise sem precedentes na sua economia, com implicações, também sem precedentes, sobre a vida da classe trabalhadora e a situação social e política do nosso país.

O segundo elemento, que quero destacar para evidenciar a profundidade da crise, é, agora sim, a situação do sistema financeiro e de crédito. As medidas tomadas, em momentos anteriores, para agilizar a superação das crises cíclicas de então, levaram a uma ampliação sem precedentes do papel da especulação financeira e do capital fictício na economia capitalista. Em particular, a desregulamentação e internacionalização do mercado financeiro promovida pelo neoliberalismo, como forma de superar a crise cíclica anterior, somadas a medidas que vêm sendo adotadas de lá para cá, nas crises dos anos 90 e, depois, do início dos anos 2000, criaram uma situação que permitiu a geração de um volume de capital fictício, sem lastro na produção real de riquezas na sociedade, que agora cobra o seu preço. Calcula-se que só o mercado de derivativos estava negociando, por ano, títulos que somam astronômicos 550 trilhões de dólares, em um mundo cujo total de riqueza produzida, também por ano, não passa de 50 a 55 trilhões de dólares. Esta contradição explica a dimensão da queima de capitais que tem ocorrido nas bolsas de valores de todo o mundo. Alguns analistas apontam que será necessário queimar pelo menos 160 trilhões de dólares do valor patrimonial das empresas, com ações negociadas em bolsa, para que ele chegue próximo da realidade. A explosão da crise nas bolsas e no sistema de crédito, que assistimos no final do ano passado, não foi a origem da crise, mas a expressão no mercado financeiro da queda da taxa de lucros dos grandes monopólios, que já vinha ocorrendo desde o

O grau de globalização da economia capitalista, a desnacionalização da economia brasileira e o controle de seus setores fundamentais por multinacionais, com sede nos países centrais, geram condicionantes econômicas e políticas fortíssimas que, entre outros fatores, impedem a construção de uma saída para a crise apoiada em uma aposta no mercado interno, como foi feito, em alguma medida, durante a grande depressão do século passado.

ano anterior e que fez desmoronar o enorme castelo de cartas, formado pelo mercado da especulação financeira mundial.

O problema é que, apesar de não ser esta a causa primeira da crise, a explosão do mercado da especulação financeira e do sistema de crédito fez com que estes atingissem tal magnitude, na economia capitalista, que se constituem um elemento que potencializa a gravidade da mesma e um obstáculo muito importante para a sua superação. Em primeiro lugar, porque o volume de capital a ser queimado é inflado ao extremo pela situação criada e, em segundo lugar, porque o crédito é um componente muito importante do ciclo de realização e reprodução do capital (investimento – produção – venda da mercadoria – realização da mais-valia – reprodução/valorização do capital). Sua ausência tende a causar colapso neste processo, ao gerar a falta de capital para o investimento e, depois, para financiar a venda da mercadoria produzida.

Estabelecido o papel da especulação financeira e do mercado de crédito nesta crise, é necessário desfazer pelo menos um mito que se tenta propagar, relacionado a este assunto. O de que a especulação financeira é coisa de capitalistas gananciosos e inescrupulosos, diferente dos capitalistas ou do capital que investe na produção, na geração de riquezas. Vladimir Lênin (2002), em “O imperialismo, fase superior do capitalismo” já demonstrou que o capital financeiro nada mais é do que a fusão do capital bancário monopolista (parasitário por excelência) com os grandes monopólios industriais, com predomínio do primeiro. Isso gera a enorme centralização do capital, nesta época em que vivemos. A evolução do capitalismo, de lá até agora, só aumentou e agravou estas características. Não há uma separação real, menos ainda uma contradição, entre estas duas modalidades em que o capital se apresenta. Por um lado, isto está demonstrado pelo fato de o controle acionário dos grandes grupos industriais

estar, cada vez mais, nas mãos de bancos e fundos de investimentos (no Brasil, só para citar alguns casos conhecidos, temos a Vale, a Embraer, a CSN, a USIMINAS etc.). Por outro lado, as notícias das perdas que grandes empresas industriais, instaladas no Brasil, tiveram com aplicações em títulos derivativos só vêm corroborar esta afirmação. É o caso da Embraer, da Aracruz Celulose, da Sadia, do grupo Votorantim, etc.. Não é demais lembrar que, na década de 90, boa parte do lucro da Volkswagen, aqui no Brasil, vinha de aplicações financeiras e não da produção e venda de carros. O braço financeiro da General Motors (GM) nos EUA sempre foi parte importante da companhia.

Há, por último, mas não menos importante, uma questão que não poderia deixar de estar presente nesta discussão. Enumeramos, aqui, alguns elementos econômicos que explicam e incidem sobre a crise econômica em curso. É fundamental, no entanto, identificarmos também os elementos políticos entre os determinantes da crise. O imperialismo, governo Bush à frente, adotou ou tentou adotar várias medidas que visavam dar fôlego ao crescimento, iniciado ao final da recessão de 2001, e gerar um ciclo mais longo e sustentado de crescimento da economia capitalista, leia-se, da taxa de lucro dos grandes monopólios capitalistas. A ALCA estava entre estas iniciativas; as invasões do Afeganistão e, depois, do Iraque, também estavam entre elas, só para citar algumas. Tratava-se de iniciativas que visavam a criar as condições para que os grandes monopólios imperialistas se apoderassem, ainda mais, das riquezas e dos recursos dos povos dos países semi-coloniais para aumentar seus lucros. Ao mesmo tempo, a onda autoritária buscava criminalizar e calar a resistência dos povos e movimentos sociais que ousavam levantar-se contra a espoliação imposta pelo capital, criando as condições para um aprofundamento da exploração dos trabalhadores, dentro e fora dos países imperialistas. Estas iniciativas foram

O imperialismo, governo Bush à frente, adotou ou tentou adotar várias medidas que visavam dar fôlego ao crescimento, iniciado ao final da recessão de 2001, e gerar um ciclo mais longo e sustentado de crescimento da economia capitalista, leia-se, da taxa de lucro dos grandes monopólios capitalistas. A ALCA estava entre estas iniciativas; as invasões do Afeganistão e, depois, do Iraque, também estavam entre elas, só para citar algumas.

derrotadas ou, no mínimo, foram implementadas de forma muito parcial (acordos de livre comércio com alguns poucos países ao invés da ALCA, a situação de empantanamento da ocupação do Iraque e Afeganistão etc). Este é um componente importante da situação atual. Se o governo Bush tivesse sido plenamente vitorioso em sua ofensiva, talvez se colocasse a possibilidade de, pelo menos, adiar a crise que a economia capitalista vive hoje.

Esta conclusão tem importância fundamental para pensarmos os desafios que estão colocados para a classe trabalhadora, frente à crise. Uma das condições para a superação desta situação, do ponto de vista do capital, para que seja iniciado um novo ciclo de expansão do capital é justamente impor uma dura derrota aos trabalhadores de todo o mundo, para impor um aprofundamento, ainda maior, da exploração da nossa classe, aumentando a extração da mais-valia. Se os trabalhadores, com sua luta, com sua resistência, derrotam o capital neste ponto, estarão contribuindo para criar as condições para um agravamento ainda maior da crise da economia capitalista, para enfraquecer nosso inimigo de classes e para criar oportunidades em nossa luta pela transformação socialista desta sociedade.

4. A superação da crise, para o capital

Historicamente, já foi demonstrado que a superação, pelo capital, deste tipo de crise, de forma a abrir uma nova fase de crescimento e de retomada do aumento da sua taxa de rentabilidade, necessita da presença de duas condições básicas. A primeira é a da queima de capital, que será maior quanto maior for a dimensão da crise, e, a segunda, é a de um aumento significativo da exploração dos trabalhadores, isto é, diminuição do custo do trabalho para aumentar a mais-valia.

A queima de capitais é um fenômeno que se processa no interior, mesmo, das relações capitalistas e não atinge apenas o capital fictício, aparentemente

sem relação com a economia real. É preciso reduzir drasticamente, também, o volume de capital investido na produção, por isso há a redução de investimentos que estamos começando a assistir. As conseqüências disso vão desde as demissões de trabalhadores, reduzindo o seu efetivo, até a falência e fechamento de inúmeras empresas ou a diminuição do tamanho (e valor) de outras tantas. Muitas, para não quebrar simplesmente, são compradas (engolidas) por outras. Muitos capitalistas não sobreviverão a este processo, outros sairão mais fortes do que antes. É nestes momentos que se realiza, com muito mais intensidade, o processo de centralização do capital, característica fundamental de sua fase imperialista.

Apesar de este ser um processo inevitável, não é simples. Neste processo dá-se uma luta mortal, entre os vários grupos burgueses e entre as várias facções imperialistas, para definir quem sofrerá mais perdas com a “queima” e quem perderá menos. Será por meio de uma disputa feroz entre as várias facções burguesas e imperialistas que será definido quem ocupará o mercado de quem, no momento de expansão que se seguirá à crise. O capitalismo dos EUA ainda é amplamente dominante no mundo (particularmente pelo seu poderio militar), mas encontra-se enfraquecido, relativamente, nesta luta, pela situação de sua economia, e não tem condições de se impor sem contestação, como o fez no pós-segunda guerra mundial. Como tampouco existe no mundo, hoje, uma potência que possa se colocar no lugar ocupado, até agora, pelos EUA, a tendência é que leve um certo tempo até a definição de uma nova ordem na economia do mundo. É por esta razão que os vários “Encontros de Cúpula”, realizados até agora, terminaram com declarações apenas protocolares, com efeitos práticos muito pequenos ou inexistentes. Mas, a queima de capitais é insuficiente para abrir um novo ciclo de expansão do capitalismo.

A outra condição necessária ao capital para a su-

peração de sua crise é impor um aprofundamento importante na exploração dos trabalhadores para aumentar a mais-valia extraída e, com ela, sua taxa de lucro. É por esta razão que, se, para os capitalistas, crise significa queda na sua taxa de rentabilidade, para os trabalhadores crise se expressa de uma forma bem diferente. A primeira, e mais grave, é o desemprego. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) já elevou a previsão de demissões, no ano, para mais do dobro daquilo que havia inicialmente previsto, devido à crise. Só na China, já existem mais de dezenas de

milhões de migrantes que perderam seu emprego, de acordo com dados oficiais. Nos EUA perdem-se centenas de milhares de postos de trabalho por mês. Na Europa, o crescimento do desemprego vem batendo recordes em todos os países. No Brasil, o desemprego subiu, de cerca de 6%, no ano passado, para em torno de 9% neste início de 2009 (IBGE). De acordo com o DIEESE, o índice se encontra perto dos 16%. São cerca de 1 milhão de demitidos a mais, devido à crise, do final do ano até agora. E não há sinais de reversão deste quadro. Além das demissões, há ainda a redução de salários e direitos. Os salários são diminuídos, em primeiro lugar e de forma generalizada, por meio de um mecanismo perverso. Passada a onda de demissões, quando se apresentam as condições para retomada da produção, os trabalhadores contratados, o são por um salário muito inferior ao que era pago aos que foram demitidos antes. Dá-se, por intermédio deste processo, uma transferência enorme de riqueza

que, antes, era apropriada pelos trabalhadores e passa, então, para as empresas. Há também a ofensiva das empresas para flexibilizar salários e direitos, reduzindo-os, mesmo para os trabalhadores que continuam em seu posto de trabalho. É o que estamos vendo na prática de muitas empresas que, chantageando com as demissões, tentam impor redução de salários, direitos ou benefícios pagos aos trabalhadores. Nes-

Será por meio de uma disputa feroz entre as várias facções burguesas e imperialistas que será definido quem ocupará o mercado de quem, no momento de expansão que se seguirá à crise. O capitalismo dos EUA ainda é amplamente dominante no mundo (particularmente pelo seu poderio militar), mas encontra-se enfraquecido, relativamente, nesta luta, pela situação de sua economia, e não tem condições de se impor sem contestação, como o fez no pós-segunda guerra mundial.

ta ofensiva, as empresas contam com o apoio e a cumplicidade dos governos. E, por último, mas não menos importante, não é por acaso que o governo Lula volta a falar em “desoneração” da folha de pagamentos, neste momento, e deveremos enfrentar em breve a retomada da discussão sobre as reformas trabalhista, sindical, da previdência e administrativa. Assim, com esta combinação de medidas, o capital cria as condições para reduzir o custo do trabalho e aumentar sua taxa de rentabilidade, transferindo para os trabalhadores o ônus da crise. É importante destacar que esta é uma condição indispensável para que haja uma superação da crise, desde a ótica do capital.

Há ainda outra forma de transferir os custos da crise para os trabalhadores: por meio de uma privatização, ainda maior, do Estado. A ganância com que os grandes grupos econômicos, financeiros e industriais, avançam sobre os recursos públicos, como forma de evitar a falência, ou mesmo para garantir rentabilidade maior para o seu capital, só é comparável à virulência com que, no passado recente, estes setores criticavam a presença do Estado na economia. Foram muitos trilhões de dólares de recursos públicos, até agora, repassados para bancos e grandes empresas para ajudá-las, neste momento de crise. E o caráter desta intervenção do Estado na economia não deixa lugar a dúvidas. Apesar da forma aparentemente estatizante que esta intervenção tomou na Alemanha, Inglaterra e, mesmo, nos EUA (onde se fala em estatizar parte do sistema financeiro do país), o que se passa é uma privatização ainda maior do Estado, uma apropriação, ainda mais privada do que antes, dos recursos públicos em poder do Estado. Sem entrar a fundo no assunto, pois não é o foco do artigo, queria apenas registrar aqui que o conjunto de políticas anticíclicas (keynesianas), tomadas pelos governos frente à crise, servem também para

Apesar da forma aparentemente estatizante que esta intervenção tomou na Alemanha, Inglaterra e, mesmo, nos EUA (onde se fala em estatizar parte do sistema financeiro do país), o que se passa é uma privatização ainda maior do Estado, uma apropriação, ainda mais privada do que antes, dos recursos públicos em poder do Estado. Sem entrar a fundo no assunto, pois não é o foco do artigo, queria apenas registrar aqui que o conjunto de políticas anticíclicas (keynesianas), tomadas pelos governos frente à crise, servem também para desmistificar o keynesianismo.

desmistificar o keynesianismo. Tido, por muitos, como alternativa defensável ao neoliberalismo, fica demonstrado que é apenas uma outra forma por meio da qual o Estado pode estar a serviço das grandes corporações capitalistas.

O Brasil não fugiu a esta regra. O governo Lula destinou, até agora, várias centenas de bilhões de reais para ajudar os bancos e grandes empresas aqui instaladas. Esta ajuda se deu por intermédio da injeção de capitais nas empresas, via concessão de crédito subsidiado, de isenção de impostos etc.. Mas, a consequência para os trabalhadores é a mesma, seja qual for a modalidade da ajuda aos capitalistas. Os recursos que são destinados a eles farão falta na hora de investir na construção de moradias populares, na reforma agrária, na educação, saúde, na melhoria dos serviços públicos e valorização dos servidores etc. A ameaça de descumprimento dos acordos, feitos pelo governo com o funcionalismo federal, ou a situação pré-falimentar em que se encontra a maioria das prefeituras das pequenas cidades do país, afetadas pela diminuição do Fundo de Participação dos Municípios, FPM (causada, entre outros motivos, pelas isenções fiscais, como a que foi concedida às montadoras de veículos), são algumas expressões dessa situação. Ou seja, a destinação dos recursos públicos para ajudar os grandes capitalistas acaba sendo outra forma de transferir o pagamento da crise aos setores mais pobres da população, parcela mais dependente dos serviços públicos.

5. Os desafios para a classe trabalhadora e suas organizações

A concretização da saída da crise pela ótica do capital implicará uma imensa destruição de forças produtivas da sociedade e uma degradação das condições de vida dos trabalhadores, em todo o mundo, muito mais profunda do que ocorre hoje.

Mais desemprego, eliminação de direitos sociais e trabalhistas, destruição dos serviços públicos, mais fome, miséria, violência e desesperança é o que estará reservado para nossa classe, nesta hipótese. Por isto, o maior desafio que os trabalhadores enfrentam, neste momento, é impedir que se concretize esta saída. Este é o significado da bandeira e da luta para “Que os Capitalistas Paguem pela Crise”, e não os trabalhadores. Este é o embate no qual devem se jogar, com todas as suas forças, as organizações sindicais, populares e políticas da classe trabalhadora. Um embate que tem várias dimensões, indissociáveis entre si, mas das quais, para uma melhor compreensão, talvez seja útil tratar isoladamente.

Em primeiro lugar, é necessário desenvolver um esforço político para disputar a consciência dos trabalhadores a respeito da dimensão e das implicações desta crise em suas vidas. Ainda há muita confusão entre os trabalhadores, gerada pela imensa campanha de propaganda movida pela mídia, mas principalmente por Lula (que ainda tem muito prestígio entre os trabalhadores), secundado pelas organizações de massas que lhe são subordinadas. Tratam de convencer os trabalhadores de que não é preciso lutar, pois a crise é curta, de menor profundidade, que o pior já passou e que vai acabar rápido. E que, em caso de luta, que seja apenas contra o empresário, em apoio ao governo. É preciso dar consciência aos trabalhadores da profundidade, gravidade da crise e das conseqüências que trará para sua vida. E de que a sua mobilização, ampla e radicalizada, é a única forma de impedir o desastre. Realizar, então, uma ampla campanha de esclarecimento, que promova debates sobre a crise, difunda, o mais amplamente possível, informações corretas acerca dela etc., é uma tarefa que segue sendo necessária e é muito importante na construção das condições para que seja desencadeada

a mobilização de massas, necessária para enfrentá-la. Parte importante desta tarefa implica desmascarar as direções e organizações traidoras, que atuam no seio da classe para neutralizar ou derrotar suas lutas, o que inclui a luta contra a influência de Lula entre os trabalhadores e o esforço para arrancar os trabalhadores da influência de organizações como a CUT e outras da mesma natureza.

Por outro lado, a resistência contra os efeitos da crise é uma luta que precisa ir para além das reivindicações econômicas concretas. Deve ser também uma luta programática e esta é outra dimensão importante do embate, que precisamos travar, contra o capital. Tão nefasta para a nossa classe como as políticas defendidas e aplicadas frente à crise pelo presidente Lula, que apenas atende aos interesses do grande capital, é o programa levantado pela maioria das Centrais Sindicais do país, com a CUT à frente, que se limita a sugestões de políticas econômicas para ajudar, ainda mais, o capital. É um verdadeiro escândalo a posição destas Centrais, a de se negarem a cobrar do governo uma lei que garanta a estabilidade no emprego, ao mesmo tempo em que clamam por ajuda do Estado a empresas “para preservar os empregos”, para ficar em apenas um exemplo. Há uma disputa, política e pela consciência dos trabalhadores, sobre quais medidas são necessárias para superar a crise, de forma a preservar os interesses da nossa classe. Por isso, é fundamental levantarmos um programa adequado, por um lado, à situação de crise que enfrentamos e, por outro, à estratégia de transformação socialista que defendemos. Um programa que parta daquelas que são as reivindicações

concretas dos trabalhadores frente à crise (emprego, salário, direitos, dinheiro público para políticas públicas etc.), mas que avance para a defesa de bandeiras transitórias e anti-capitalistas, que apontem

Em caso de luta, que não seja apenas contra o empresário, em apoio ao governo. É preciso dar consciência aos trabalhadores da profundidade, gravidade da crise e das conseqüências que trará para sua vida. E de que a sua mobilização, ampla e radicalizada, é a única forma de impedir o desastre. Realizar, então, uma ampla campanha de esclarecimento, que promova debates sobre a crise, difunda, o mais amplamente possível, informações corretas acerca dela etc., é uma tarefa que segue sendo necessária e é muito importante na construção das condições para que seja desencadeada a mobilização de massas, necessária para enfrentá-la.

claramente para a necessidade de superação do capitalismo e de defesa da sociedade socialista. A plataforma aprovada por vários setores da esquerda no Seminário sobre “A crise econômica mundial, os desafios da classe trabalhadora e a reorganização do movimento sindical”, realizado em Belém, durante o Fórum Social Mundial (FSM) de 2008, é um exemplo do esforço para apresentar à classe trabalhadora um programa desta natureza.

Outra dimensão deste mesmo embate é a luta ideológica, disputa que se traduz, neste momento, em uma denúncia feroz do capitalismo e na defesa da sociedade socialista. Com a queda dos regimes estalinistas, na antiga União Soviética e no leste da Europa, no final dos anos 80 e início dos 90 do século passado, vivenciamos uma ampla campanha ideológica dos defensores do capitalismo, que trataram de apresentar aquela situação como prova do fim do socialismo e de que o capitalismo era a única e melhor forma de organização da sociedade humana. Todos vivemos a crise ideológica que estes fatos geraram dentro das organizações da classe trabalhadora (sindicais e políticas), em todo o mundo.

A defesa do socialismo como alternativa possível e necessária para os trabalhadores ficou muito mais difícil nos anos que se seguiram. Este quadro foi mudando ao longo dos anos finais da década de 90 e, em particular, no início da década atual, com as crises do capitalismo. A crise atual cria a oportunidade de retomar esta discussão em bases muito mais favoráveis. Em primeiro lugar, para a denúncia do capitalismo, afinal de contas, como disse José Saramago, em entrevista publicada no Jornal Folha de São Paulo, no dia 27 de outubro de 2008, “é preciso explicar onde estavam os trilhões destinados agora para ajudar meia dúzia de banqueiros, que não puderam ser usados para ajudar os 40% da população do planeta que vive em estado de fome e pobreza”. A crise está colocando a nu todas as contradições deste sistema que não organiza a produção de conhecimento e de bens em função das necessidades humanas e da preservação da natureza. Tudo é feito em função do

lucro. Na medida em que se aprofunda a crise, isso vai ficando cada vez mais claro, o que permite uma denúncia muito mais concreta e, portanto, mais poderosa, do capitalismo. E possibilita, também, uma defesa muito mais sólida do socialismo, uma sociedade igualitária, que ponha fim a toda forma de exploração e opressão do homem sobre o homem, assegure uma relação sustentável com a natureza e garanta vida digna a todos que trabalham.

No entanto, como sabemos, nenhum programa se torna realidade, e tampouco derrotaremos as ideologias que a burguesia incute na cabeça dos trabalhadores, apenas com campanhas de propaganda, com debates e seminários, por mais que estes instrumentos sejam fundamentais em nossa luta. A mobilização, a luta direta dos trabalhadores em enfrentamento com o capital é a dimensão fundamental do embate a que precisamos nos lançar, contra o capital e sua crise. E esta precisa começar pelo desenvolvimento de toda resistência possível aos ataques do capital, tenha ele a forma que tiver (demissões, diminuição de salários ou direitos, destinação de recursos públicos às empresas, ao invés de investi-los em políticas públicas etc.). Podemos já apontar vários exemplos desta resistência, que está em curso em várias regiões do planeta, neste momento,

principalmente na Europa. No Brasil, há exemplos desta resistência, como a luta contra as demissões na GM e na Embraer, em São José dos Campos, para citar apenas dois casos. Nestas situações, é preciso registrar uma dificuldade muito importante, enfrentada até agora: a pouca disposição que os trabalhadores têm demonstrado para uma reação mais ativa e radicalizada contra estes ataques. Tem prevalecido, até agora, uma reação muito tímida. É preciso seguir desenvolvendo este processo, buscando o caminho da mobilização, da greve, da ocupação das empresas que demitirem, o que também significa avançar na superação das dificuldades existentes, até este momento, no campo da consciência dos trabalhadores. Em outros países, como na França, por exemplo, este processo está mais avançado: só no início do ano de 2009 tivemos duas

Como disse José Saramago, “é preciso explicar onde estavam os trilhões destinados agora para ajudar meia dúzia de banqueiros, que não puderam ser usados para ajudar os 40% da população do planeta que vive em estado de fome e pobreza”.

greves nacionais, no país, em defesa do emprego.

A resistência local aos ataques, no entanto, só se completa e adquire um sentido correto se conflui para um amplo processo de mobilização nacional, que dê um caráter político a esta luta e que, além de enfrentá-la contra os capitalistas, a dirija também contra os governos e o Estado capitalista. Trata-se de uma necessidade, em primeiro lugar, para assegurar o atendimento das reivindicações concretas destas lutas, como a manutenção do emprego, por exemplo. É praticamente impossível evitar a generalização do processo de demissões, no país, sem uma decisão política que leve à interferência do Estado. A constatação quanto à necessidade de luta para exigir que o governo Lula edite uma lei que impeça as demissões, que assegure a estabilidade no emprego, parte desta realidade. E o fato é que não há solução que assegure emprego, salário digno e direitos sociais e trabalhistas para a classe trabalhadora dentro do sistema capitalista. Superar, portanto, estas mazelas, que afligem, com cada vez maior intensidade, as nossas vidas, implica superar o próprio capitalismo. Uma luta de caráter puramente econômico frente a este quadro é completamente insuficiente e, portanto, equivocada. Ao lutarmos para impedir que sejamos nós, os trabalhadores, a pagar o custo da crise, para que sejam os capitalistas a arcar com o ônus desta situação, criada por eles próprios, estamos também lutando para agravar a crise deste sistema de exploração, enfraquecendo-o, diante dos trabalhadores. E, ao mesmo tempo, contribuindo para fazer com que a luta dos trabalhadores cresça e se transforme em uma revolução capaz de questionar o poder burguês e afirmar uma alternativa de poder aos trabalhadores.

É este o objetivo que buscamos, em última instância, quando desenvolvemos o esforço por construir um plano de ação que ajude a unir as diversas expressões de resistência da classe, em um processo de mobilização político nacional, cada vez mais amplo e radicalizado, em defesa do programa que combina e

É praticamente impossível evitar a generalização do processo de demissões no país sem uma decisão política que leve à interferência do Estado. A constatação quanto à necessidade de luta para exigir que o governo Lula edite uma lei que impeça as demissões, que assegure a estabilidade no emprego, parte desta realidade.

relaciona a defesa das reivindicações concretas com bandeiras que questionam o capitalismo e apontam para sua superação. Estamos, ainda, numa fase muito inicial deste processo e o Dia Nacional de Lutas, organizados por um conjunto de forças de esquerda e realizado dia 30 de março de 2009, foi expressão disso. É preciso ver como nossa classe responderá aos chamados à mobilização, como será sua reação frente aos ataques que está sofrendo. Sem perder a sintonia com a classe, é preciso fazer com que avance o processo de mobilização, com este caráter definido aqui, ainda que não tenhamos condição de prever, neste momento, como serão seus desdobramentos futuros.

As experiências históricas mostram que deveremos viver um período de grandes turbulências sociais e políticas, com a eclosão de fortes mobilizações de massas em nosso país, como já começa a ocorrer em outras regiões do planeta. Isto ocorrerá, independentemente do que façamos, expressando a reação espontânea das massas ao aprofundamento da exploração, imposta pelo capital para tentar sair da crise. Se esta reação das massas terá força suficiente para derrotar o capital, em nosso ou em outros países, nós não temos como saber agora. Se a esquerda socialista estará à altura da tarefa de ser a direção consciente destas lutas, capaz de direcioná-las até a tomada do poder pelos trabalhadores, abrindo caminho para a superação do capitalismo e construção do socialismo, tampouco sabemos neste momento.

Ou seja, não temos como antever se a combinação de fatores que possam criar as condições para uma transformação socialista em nosso país estará presente no decorrer da crise que está em curso. Mas não temos o direito de não fazer tudo que estiver ao nosso alcance para atingir tal objetivo. Se não o atingirmos, pelo menos acumulemos tudo que for possível, no sentido de nos aproximarmos dele, juntando forças e preparando-nos melhor para os enfrentamentos futuros.

Crise: desafios e oportunidades

Ladislau Dowbor

Professor da PUC de São Paulo e consultor de diversas agências das Nações Unidas
Site: <http://dowbor.org> / E-mail: ladislau@dowbor.org

“Os benefícios fundamentais da globalização financeira são bem conhecidos: ao canalizar fundos para os seus usos mais produtivos, ela pode ajudar tanto os países desenvolvidos como os em via de desenvolvimento a atingir níveis mais elevados de vida” FMI, 2002.

Resumo: O presente artigo visa apresentar os principais encadeamentos da crise financeira. Partindo dos mecanismos imediatos que a desencadearam, analisa, em seguida, a deterioração dos mecanismos e das instituições de regulação e o papel chave que os Estados Unidos desempenham. Na linha da avaliação dos impactos, busca delinear quem deverá, em última instância, pagar pela bancarrota do cassino assim montado, analisando como a especulação financeira contribui para a concentração de renda e como os mecanismos se dão de maneira diferenciada no Brasil. Na parte final, o artigo apresenta dois grupos de propostas: a dos que querem manter o sistema, mas melhorar a sua regulação; e a dos que vêem a crise como oportunidade para serem debatidos, de maneira mais abrangente, os problemas da alocação racional de recursos, em função dos dramas sociais e ambientais: é a crise no seu contexto mais amplo, na sua dimensão de oportunidade de resgate do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Globalização; Crise Financeira; Especulação; Regulação.

Tirando a roupa (financeira)

As pessoas imaginam profundas articulações em situações, nas quais, em geral, intervêm mecanismos bastante simples. Nada como alguns exemplos para ver como tudo funciona. Há poucos anos estourou o desastre da Enron, uma das maiores e mais conceituadas multinacionais americanas. Foi uma crise financeira e um dos principais mecanismos de geração fraudulenta de recursos fictícios, foi um char-

me de simplicidade. Manda-se um laranja qualquer abrir uma empresa laranja num paraíso fiscal, como Belize. Esta empresa reconhece, por documento, uma dívida de, por exemplo, 100 milhões de dólares. Esta dívida entra na contabilidade da Enron como “ativo” e melhora a imagem financeira da empresa. Os balanços publicados ficam mais positivos, o que eleva a confiança dos compradores de ações. As ações sobem, o que valoriza a empresa, que passa

a valer os cem milhões suplementares que dizia ter.

Os executivos da Enron acharam o processo muito interessante. O setor de produção (que produzia efetivamente coisas úteis) foi colocado no seu devido lugar e os magos da finança se lançaram no filão descoberto, que apresentava a vantagem de ser menos trabalhoso e mais lucrativo. No momento da falência, a Enron tinha 1600 empresas fictícias na sua contabilidade. A empresa de auditoria Arthur Andersen não percebeu. As empresas de avaliação de risco não perceberam. A primeira, tinha a Enron como cliente de consultoria. As segundas, são pagas pelas empresas que avaliam.

Partimos deste exemplo da Enron porque é simples, representa um mecanismo de fraude honesto e transparente. Não viu quem não quis. E, também, para marcar o que é uma cultura da área financeira, na qual vale rigorosamente tudo, conquanto não sejamos pegos. Não é o reino dos inteligentes (tanto assim que quebram), mas dos espertos. E, os que buscam produzir bens e serviços realmente úteis são levados de roldão, em parte culpados, porque toleraram idiotas disfarçados em magos de finanças e marketing. Qualquer semelhança com empresas nacionais que se lançaram em aventuras especulativas é mera coincidência¹.

O estopim da crise financeira de 2008 foi o mercado imobiliário norte-americano. Abriu-se crédito para compra de imóveis por parte de pessoas qualificadas pelos profissionais do mercado de Ninjas (*No Income, No Jobs, no Savings*)². Empurra-se uma casa de 300 mil dólares para uma pessoa, digamos assim, pouco capitalizada. Não tem problema, diz o corretor: as casas estão se valorizando, em um ano a sua casa valerá 380 mil, o que representa um ganho seu de 80 mil, que o senhor poderá usar para saldar uma parte dos atrasados e refinarciar o resto. O corretor repassa este contrato – simpaticamente qualificado de *sub-prime*, pois não é totalmente de primeira linha, é apenas sub-primeira linha – para um banco e os dois racham a perspectiva suculenta

Os magos da finança se lançaram no filão descoberto, que apresentava a vantagem de ser menos trabalhoso e mais lucrativo. No momento da falência, a Enron tinha 1600 empresas fictícias na sua contabilidade. A empresa de auditoria Arthur Andersen não percebeu.

dos 80 mil dólares, que serão ganhos e pagos sob forma de reembolso e juros. O banco, ao ver o volume de *sub-prime* na sua carteira, decide repassar uma parte, do que internamente qualifica de “*junk*” (aproximadamente lixo), para quem irá “securitizar” a operação, ou seja, assegurar certas garantias em caso de inadimplência total, em troca, evidentemente, de uma taxa. Mais um pequeno ganho sobre os futuros 80 mil, que, evidentemente, ainda são hipotéticos. Hipotéticos, mas prováveis, pois a massa de crédito jogada no mercado imobiliário dinamiza as compras, e a tendência é de que os preços subam.

As empresas financeiras, que juntam desta forma uma grande massa de contratos “*junk*” assinados pelos chamados “Ninjas”, começam a ficar preocupadas e empurram os papéis mais adiante. No caso, o ideal é um poupador sueco, alemão ou chileno, por exemplo, a quem uma agência local oferece um “ótimo negócio” para a sua aposentadoria, pois é um *sub-prime*, ou seja, um tanto arriscado, mas que paga bons juros. Para tornar o negócio mais apetitoso, o lixo foi ele mesmo dividido em AAA, BBB e assim por diante, permitindo ao poupador, ou a algum fundo de aposentadoria menos cauteloso, adquirir lixo qualificado. O nome do lixo passa a ser designado como SIV, ou *Structured Investment Vehicle*, o que é bastante mais respeitável. Os papéis vão, assim, se espalhando e enquanto o valor dos imóveis nos EUA sobe, formando a chamada “bolha”, o sistema funciona, permitindo o seu alastramento, pois um vizinho conta a outro quanto a sua aposentadoria já valorizou.

Para entender a crise atual, não muito diferente no seu rumo geral do caso da Enron, basta fazer o caminho inverso. Frente a um excesso de pessoas sem recurso algum para pagar os compromissos assumidos, as agências bancárias nos EUA são levadas a executar a hipoteca, ou seja, apropriam-se das casas. Um banco não vê muita utilidade em acumular casas, a não ser para vendê-las e recuperar dinheiro. Com numerosas agências bancárias colocando casas à ven-

da, os preços começam a baixar fortemente. Com isso, o Ninja que esperava ganhar os 80 mil para ir financiando a sua compra irresponsável, vê que a sua casa não apenas não valorizou, mas perdeu valor. O mercado de imóveis fica saturado, os preços caem mais ainda, pois cada agência ou particular procura vender, rapidamente, antes que os preços caiam mais ainda. A bolha estourou. O sueco, alemão ou chileno, do exemplo, que foi o último elo e que ficou com os papéis – agora já qualificados de “papéis tóxicos” – é informado pelo gerente da sua conta que lamentavelmente o seu fundo de aposentadoria tornou-se muito pequeno. “O que se pode fazer, o senhor sabe, o mercado é sempre um risco”. O sueco perde a aposentadoria, o Ninja volta para a rua, alguém tinha de perder. Este alguém, naturalmente, não seria o intermediário financeiro. Os fundos de pensão são o alvo predileto, como o foram no caso da Enron.

Mas onde a agência bancária encontrou tanto dinheiro para emprestar de forma irresponsável? Porque, afinal, tinha de entregar ao Ninja um cheque de 300 mil para efetuar a compra. O mecanismo, aqui também, é rigorosamente simples. Ao Ninja não se entrega dinheiro, mas um cheque. Este cheque vai para a mão de quem vendeu a casa e será depositado no mesmo banco ou em outro banco. No primeiro caso, voltou para casa e o banco dará conselho ao novo depositante sobre como aplicar o valor do cheque na própria agência. No segundo caso, como diversos bancos emitem cheques de forma razoavelmente equilibrada, o mecanismo de compensação à noite permite que, nas trocas, todos fiquem mais ou menos na mesma situação. O banco, portanto, precisa apenas de um pouco de dinheiro para cobrir desequilíbrios momentâneos. A relação entre o dinheiro que empresta – na prática o cheque que emite corresponde a uma emissão monetária – e o dinheiro que

precisa ter em caixa para não ficar “descoberto” chama-se alavancagem.

A alavancagem, descoberta, ou pelo menos generalizada, já na renascença pelos banqueiros de Veneza, é uma maravilha. Permite ao banco emprestar dinheiro que não tem. Em acordos internacionais (acordos de cavalheiros, ninguém terá a má educação de verificar) no quadro do BIS (Bank for International Settlements) de Basileia, na Suíça, recomenda-se, por exemplo, que os bancos não emprestem mais de nove vezes o que têm em caixa e que mantenham um mínimo de coerência entre os prazos de empréstimos e os prazos de restituições para não ficarem “descobertos” no curto prazo, mesmo que tenham dinheiro a receber em longo prazo. Para se ter uma idéia da importância das recomendações de Basileia, basta dizer que os bancos americanos que quebraram tinham uma alavancagem da ordem de 1 para 40³.

A vantagem de se emprestar dinheiro que não se tem é muito grande. Por exemplo, a pessoa que aplica o seu dinheiro numa agência verá o seu dinheiro render cerca de 10% ao ano. O banco tem de creditar estes 10% na conta do aplicador. Se emprestar este dinheiro para alguém a 20%, por exemplo, terá de descontar dos seus ganhos os 10% da aplicação. Mas quando empresta dinheiro que não tem, não precisa pagar nada, é lucro líquido. A alavancagem, torna-se, portanto, muito atraente. E a tentação de exagerar na diferença, entre o que o banco tem no caixa e o que empresta, torna-se muito grande. Sobretudo, quando vê que outros bancos tampouco são cautelosos e estão ganhando cada vez mais dinheiro. É uma corrida para ver quem agarra o cliente primeiro, pouco importa o risco. E os ganhos são tão estupendos...

A ficção da regulação

A “bolha” imobiliária vinha sendo comentada há pelo menos três anos.

As empresas financeiras, que juntam desta forma uma grande massa de contratos “junk” assinados pelos chamados “Ninjas”, começam a ficar preocupadas e empurram os papéis mais adiante. O nome do lixo passa a ser designado como SIV, ou Structured Investment Vehicle, o que é bastante mais respeitável. Os papéis vão, assim, se espalhando e enquanto o valor dos imóveis nos EUA sobe, formando a chamada “bolha”, o sistema funciona, permitindo o seu alastramento, pois um vizinho conta a outro quanto a sua aposentadoria já valorizou.

Greenspan previa um “*soft landing*”, ou seja, um esvaziamento suave da bolha, e não o “*crash landing*”, que finalmente aconteceu. É interessante comparar a frase ufanista do Fórum Monetário Internacional (FMI) em 2002, que colocamos em epígrafe no início deste artigo, com a avaliação, bastante mais cautelosa e até alarmante, que aparece já em 2005:

Ainda que seja difícil ser categórico sobre qualquer coisa tão complexa como o sistema financeiro moderno, é possível que estes desenvolvimentos estejam criando mais movimento procíclicos que no passado. Podem igualmente estar criando uma probabilidade maior (mesmo que ainda pequena) de um colapso catastrófico (FMI, 2005).

Em dezembro de 2007, o FMI lança um grito: *Global governance: who's in charge?* diz a capa da publicação, claramente sugerindo que ninguém está “*in charge*”, ninguém está regulando nada. O Fundo continua⁴ “Práticas de subscrição soltas, quando não fraudulentas, nas hipotecas *sub-prime* explicam em grande medida o crescimento de empréstimos descobertos, de 6 para 9 porcentos, entre o segundo trimestre de 2006 e o segundo trimestre de 2007”. Na época o FMI já estimava que o lixo tóxico (*troubled loans*, como era ainda chamado) estava corrompendo (*disrupting*) o mercado financeiro americano, de 57 trilhões de dólares. A culpa recai, segundo o Fundo⁵, sobre a globalização do sistema, que levou ao abandono das: “instituições locais de depósito que fazem empréstimos”, em proveito dos “principais bancos e firmas de securitização de Wall Street, que empregam o que há de mais recente na engenharia financeira para empacotar hipotecas em pacotes por meio de derivativos de créditos e títulos de dívida com colaterais”. O uso dos paraísos fiscais está igualmente bem mapeado⁶: “A securitização envolve juntar hipotecas em um instrumento de objetivos especiais (*special-purpose vehicle*), que é simplesmente uma corporação registrada no que é normalmente um paraíso fiscal *off-shore*”. Este e outros canais eram utilizados, segundo o Fundo, *to keep the subprime assets off their books and to avoid*

Quando empresta dinheiro que não tem, não precisa pagar nada, é lucro líquido. A alavancagem, torna-se, portanto, muito atraente. E a tentação de exagerar na diferença, entre o que o banco tem no caixa e o que empresta, torna-se muito grande.

related capital requirements. A expressão “*keep off their books*” nos é familiarmente conhecida como “caixa dois”⁷. Atribuir a crise ao “pânico” e outras manifestações irracionais não tem muito sentido. O pânico existe, pois as pessoas não gostam de perder dinheiro. Mas tem a sua origem no comportamento fraudulento, quando não criminoso, das principais instituições financeiras. E, sobretudo, na ausência de qualquer vontade ou capacidade reguladora do FED e do governo norte-americano.

Quando os pequenos bancos locais se transformam em gigantes planetários, a imprensa apresenta a evolução como positiva, dizendo que os bancos ficam “mais sólidos”. A realidade é que ficam mais poderosos, logo menos controlados. No conjunto, o que aconteceu com a globalização financeira é que os papéis circulam no planeta todo, enquanto os instrumentos de regulação, os bancos centrais nacionais, estão fragmentados em cerca de 190 nações. Na prática, ninguém está encarregado de regular coisa alguma. E, se algum país decide controlar os capitais, estes fugirão para lugares mais hospitaleiros (*market-friendly*), em processo muito parecido com os mecanismos de guerra fiscal entre municípios. Nas análises das Nações Unidas, isto é chamado de *race to the bottom*, corrida para o fundo, de quem reduz mais as suas próprias capacidades de controle.

Lembremos aqui que os gigantes globalizados das finanças, os chamados *Institutional Investors*, constituem um grupo pequeno e seletivo. Segundo o *New Scientist*⁸ (out. 2008), 66 grupos, apenas, gerem 75% das movimentações especulativas planetárias, que eram da ordem de 2,1 trilhões de dólares por dia na véspera do agravamento da crise, em 2008. É fácil imaginar o poder político que corresponde a esta capacidade de irrigar com dinheiro ou desequilibrar com fugas qualquer economia. Stiglitz lembra bem que se trata de um clube de pessoas que circulam alternadamente entre Wall Street, o Departamento do Tesouro norte-americano, o FMI e o Banco Mundial. Paulson, o Secretário do Tesouro dos Estados Uni-

dos, na gestão Bush, pertencia à Goldman & Sachs. O mecanismo é familiarmente chamado de “porta giratória”.

Haveria ainda de se considerar o papel regulador das agências avaliadoras de risco. O muito conservador ‘*The Economist*’⁹ chega a se indignar com o peso que adquiriu este oligopólio de três empresas – Moody’s, Standard & Poor (S&P) e Fitch – que:

fazem face a críticas pesadas nos últimos anos, por terem errado relativamente a crises como as da Enron, da WorldCom e da Parmalat. Estes erros, a importância crescente das agências, a falta de competição entre elas e a ausência de escrutínio externo estão começando a deixar algumas pessoas nervosas (2005).

‘*The Economist*’ argumenta também que as agências de avaliação são pagas pelos que emitem títulos, e não por investidores que utilizarão as avaliações de risco, com evidentes conflitos de interesse. O resultado é que “a mais poderosa força nos mercados de capital está desprovida de qualquer regulação significativa”¹⁰.

A pá de cal na capacidade de regulação veio no final dos anos 1990 quando se liquidou a separação entre os bancos comerciais tradicionais, que tipicamente recebiam depósitos de correntistas e faziam empréstimos locais, e os investidores institucionais. Todo mundo passou a fazer o que quisesse, os intermediários financeiros passaram a ser “supermercados” de produtos financeiros e inclusive grandes empresas industriais e comerciais viraram especuladores.

Nesta discrepância, entre finanças globais e regulação nacional, jogam um papel complementar importante os paraísos fiscais, cerca de 70 “nações”, ilhas da fantasia, onde, freqüentemente, existem mais empresas registradas do que habitantes e onde não se pagam impostos, nem são exigidos relatórios de atividades. Estes paraísos exercem hoje o papel que, no século XVIII, desempenhavam algumas ilhas do Caribe que constituíam abrigos permanentes de piratas, onde os produtos da ilegalidade podiam ser estocados, trocados e comercializados. Mudou ape-

nas o tipo de produto, encobrendo não só caixa dois, como evasão fiscal, tráfico de armas e lavagem de dinheiro. Não haverá um mínimo de ordem financeira mundial enquanto subsistirem estes *off-shores*¹¹ de ilegalidade.

Circo, cassino, ciranda financeira, estes são os termos com os quais, já há tempos, especialistas têm designado o carnaval econômico que oportunistas dos mais variados tipos desenvolvem com dinheiro que não é deles – se trata de poupanças da população ou de emissão de dinheiro com autorização pública – e que acaba quebrando não os próprios intermediários, mas pessoas, empresas ou países que produzem, poupam e investem.

66 grupos, apenas, gerem 75% das movimentações especulativas planetárias, que eram da ordem de 2,1 trilhões de dólares por dia na véspera do agravamento da crise, em 2008. É fácil imaginar o poder político que corresponde a esta capacidade de irrigar com dinheiro ou desequilibrar com fugas qualquer economia.

O papel dos Estados Unidos

O epicentro da atual crise está nos Estados Unidos e o eixo desencadeador foi o mercado imobiliário. Mas a diferença, relativamente às crises dos *hedge funds* ou do *Long Term Capital Management (LTCM)*¹², de poucos anos atrás, é a nova fragilidade dos Estados Unidos. A tradição ideológica exige que se considere os EUA à beira do colapso ou como poderoso bastião do capitalismo, segundo as posições. A realidade é que se trata, sim, de um poderoso bastião, mas impressionantemente fragilizado.

Os Estados Unidos têm uma dívida pública de 10,5 trilhões de dólares.

Como ninguém consegue imaginar o que pode representar tal soma, vale a pena lembrar que o PIB mundial é da ordem de 55 trilhões de dólares. Ou seja, a dívida pública norte-americana representa cerca de um quinto do PIB mundial. É um país que vive acima de suas posses. O *American Way of Life* (estilo americano de vida) é amplamente artificial. Sem falar do conteúdo das atividades: os custos advocatícios empresariais são da ordem de 370 bilhões de dólares por ano e pode-se duvidar se este aumento do PIB gera qualidade no *Way of Life*.

O endividamento como nação se reflete na situação das famílias. O americano adulto médio tem oito cartões de crédito e gasta um terço da sua renda com

o pagamento de dívidas. Apresentado no momento da concessão, o crédito aparece como um instrumento de dinamização da conjuntura, pois aumenta a capacidade de compra da família. No entanto, cada dívida significa não só reembolso, como pagamento de juros e, na realidade, o que se consegue com endividamento é uma antecipação de consumo e não o seu aumento. Quando chega a hora de pagar, o efeito se inverte. Até onde irão as famílias norte-americanas no faz-de-conta de prosperidade?

O endividamento doméstico total, público e privado, atinge, em 2007, quase 48 trilhões de dólares. Lembremos que o PIB mundial é de 55 trilhões, e os americanos estão endividados quase neste valor, vivendo artificialmente num castelo de cartas¹³.

Os dois endividamentos, público e privado, dependem, no caso americano, de um desequilíbrio entre importações e exportações, da ordem de 1 trilhão de dólares anualmente¹⁴. Este déficit sistemático levou a um acúmulo de reservas em dólares, em particular pela China, que detém curiosamente, hoje, uma capacidade impressionante de desestabilização do sistema monetário norte-americano. Imagine, comenta informalmente Ignacy Sachs, o Partido Comunista da China salvando a economia americana!

No final de 2008, as matrizes norte americanas de multinacionais estiveram comprando dólares nos mercados do mundo, para se recapitalizar, e inúmeras empresas com dívidas denominadas em dólar buscam igualmente a moeda, além de especuladores tentando “realizar” papéis podres, transformando-os em moeda real, gerando uma valorização. O médio prazo deste processo é simplesmente um ponto de interrogação, em particular considerando a gigantesca massa de dólares que os EUA emitiram quando estes eram – e ainda são em parte –, ao mesmo tempo, moeda nacional e moeda-reserva mundial¹⁵.

O efeito desequilibrador que os Estados Unidos geram no planeta é poderoso e isto torna as

Os dois endividamentos, público e privado, dependem, no caso americano, de um desequilíbrio entre importações e exportações, da ordem de 1 trilhão de dólares anualmente. Este déficit sistemático levou a um acúmulo de reservas em dólares, em particular pela China, que detém curiosamente, hoje, uma capacidade impressionante de desestabilização do sistema monetário norte-americano.

responsabilidades do novo governo eleito muito amplas. Os desequilíbrios monetários e financeiros foram se acumulando durante as décadas da farra neoliberal e, hoje, estão gravados nas estruturas produtivas. Mais importante ainda, a dinâmica recente de concentração de renda nos Estados Unidos, inclusive com a drástica redução dos impostos pagos pelos ricos, geraram uma cultura do lucro fácil e uma estrutura de poder que de tudo fará para manter o sistema. As sucessivas reuniões do G20¹⁶ apontam para um início de governança planetária. O governo Obama também aponta para uma alteração de rumos por parte de quem constituía o principal obstáculo à modernização. Mas os ajustes terão de ser profundos.

Quem paga a conta?

A conta da irresponsabilidade norte-americana, devidamente imitada em outros países que, até ontem, nos davam lições, ainda está por ser apresentada. A curtíssimo prazo, e buscando conter o pânico entre eleitores, os governos dos países mais afetados procuraram tranquilizar os milhões de pequenos depositantes. Neste sentido, vários países passaram a assegurar que, no caso de quebra de um banco, por exemplo, o governo ressarciria as perdas dos correntistas até 100 mil dólares, ou até sem limite, segundo os países. O processo é interessante, pois o correntista seria ressarcido, do seu próprio dinheiro, com dinheiro que pagou para o governo sob forma de impostos. A generosidade governamental escapa à compreensão de muitos, que acham que talvez deveriam ser debitados os especuladores que, afinal, especularam precisamente com o dinheiro dos poupadores.

Mas a grande massa de movimentação financeira foi evidentemente no socorro às instituições financeiras que estão quebrando. Neste início de 2009, a conta dos recursos mobilizados está em cerca de 4 trilhões de dólares. Como o ex-presidente Bush explicou candidamente, isto ia contra as suas convicções, mas como

uma quebraadeira geral iria prejudicar ainda mais a população, e sendo o bem-estar desta a sua preocupação maior, tinha de mobilizar o dinheiro necessário. Dinheiro público, naturalmente, pois se tratava justamente de não prejudicar os bancos ou seguradoras. Aqui também, para o público, ficou um sentimento profundamente ambíguo: alívio porque a quebraadeira seria evitada, ou retardada, mas também a amarga constatação de que se estava salvando especuladores com o próprio dinheiro do público. Na primeira reviravolta do “mercado” após o anúncio dos 700 bilhões do governo americano, quando o mercado se recuperou momentaneamente, houve declarações – lamentavelmente públicas – de especuladores: “*The happy days are back*”, ou seja, que “os bons dias estão de volta”. Já não dizem o mesmo, pelo menos por enquanto. Ponto essencial, é preciso lembrar que os trilhões desembolsados pelo governo não estarão disponíveis para políticas públicas em saúde, educação e assim por diante. Alguém tem de pagar.

Um drama que ainda se desenrola, e de dimensões imprevisíveis, é o dos que pouparam a vida inteira, para formar um fundo de pensão, e dos próprios grandes fundos que tinham os seus ativos aplicados em ações que perderam valor. É preciso lembrar que os administradores das grandes instituições de especulação, que trabalham essencialmente com dinheiro de terceiros e que têm os seus salários – em geral na faixa de dezenas de milhões ao ano – garantidos, foram os primeiros a saber como realocar o que tinham em opções empresariais. Mas os detentores de ações perderam massas avassaladoras de recursos, mais de 30 trilhões, neste início de 2009. Quando uma pessoa tem mil dólares em dinheiro, enquanto não houver um surto inflacionário, tem o seu poder de compra garantido. Mas, quando os seus dólares foram transformados em papéis que perderam todo valor, está arruinada. Muita gente procurou dólares, para se livrar de ações de empresas perfeitamente produtivas e que fazem coisas úteis, buscando a segurança do dinheiro vivo, agravando o processo.

Gera-se, assim, um amplo efeito multiplicador, em que a irresponsabilidade da especulação financeira

atinge áreas de atividades produtivas. Note-se aqui que “especulação” é o termo tecnicamente correto. O inglês não tem, como temos em português, a diferença entre investimento e aplicação financeira. Tecnicamente, o investimento é quando alguém constrói uma fábrica, por exemplo, e com o lucro da produção financiará a restituição do empréstimo e os juros correspondentes. À movimentação financeira correspondeu uma atividade produtiva. No caso da aplicação financeira apenas se transfere ativos financeiros de uma área para outra, não se gera produto ou serviço algum¹⁷. O *‘The Economist’*, que sempre considerou este último tipo de aplicação como “*investment*”, e durante décadas declarou que a especulação ajudava na mobilidade dos capitais, e, portanto, no seu uso mais produtivo, enfrenta, hoje,

grandes dificuldades para sair da saia justa: não querendo acusar os amigos de sempre de especuladores, passou a chamá-los de “*speculative investors*”¹⁸. Os doutores sofistas de tempos passados não inventariam melhor.

O desvio dos recursos financeiros, que estariam disponíveis para investimento, transformando-os em aplicações financeiras, constitui na realidade uma esterilização da poupança e da capacidade de desenvolvimento real da economia. Com isto, rompe-se um pacto não declarado: podemos falar da injustiça que representa o fato de

algumas pessoas terem fortunas, enquanto outras estão na miséria, mas sempre ficava na nossa cabeça a visão de que o rico, afinal, vai utilizar os seus lucros em investimentos, que irão gerar produtos e empregos. Hoje, não é mais o caso. Temos, assim, um processo desequilibrado, em que, por um lado, os impressionantes avanços tecnológicos permitiram fortes aumentos de produtividade sistêmica no planeta, mas, por outro lado, a apropriação dos excedentes gerados se dá na mão de intermediários, não de produtores e muito menos dos trabalhadores. Este desvio das capacidades financeiras, do investimento produtivo para as esferas da especulação, está no centro da perversão sistêmica que enfrentamos¹⁹.

Um drama que ainda se desenrola, e de dimensões imprevisíveis, é o dos que pouparam a vida inteira, para formar um fundo de pensão, e dos próprios grandes fundos que tinham os seus ativos aplicados em ações que perderam valor.

Tabela 1. Taxas de juros: setembro de 2005 versus outubro 2008 - Pessoa Física

TIPO DE FINANCIAMENTO	Setembro/2005		Outubro/2008		Alteração* (em pontos percentuais)
	Taxa Mês	Taxa Ano	Taxa Mês	Taxa Ano	
Comércio	6,12%	103,97%	6,34%	109,10%	5,13
Cartão de Crédito	10,30%	224,27%	10,46%	229,96%	5,69
Cheque Especial	8,24%	158,61%	7,93%	149,87%	-8,74
CDC Bancos	3,53%	51,63%	3,25%	46,78%	-4,85
Emp. Pessoal-Bancos	5,71%	94,71%	5,62%	92,73%	-1,98
Emp. Pessoal-Financeiras	11,74%	278,88%	11,62%	274,03%	-4,85
TAXA MÉDIA	7,61%	141,12%	7,54%	139,24%	-1,88

Fonte: ANEFAC, Pesquisa de Juros. Disponível em: http://www.anefac.com.br/m3_preview.asp?cod_pagina=10782&cod_idm=1. Acesso em: 20 de maio de 2009.
*no original consta "queda".

Os lucros financeiros no Brasil

Finalmente, e antes de entrar nas propostas, um comentário sobre a situação particular da intermediação financeira no Brasil. Basicamente, cinco grupos dominam o mercado. A ANEFAC- Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contábeis- apresenta, mensalmente, a taxa média de juros efetivamente praticada junto ao tomador final, pessoa física ou pessoa jurídica²⁰.

Constatamos, aqui, taxas de juros da ordem de 140% na média geral, atingindo níveis estratosféricos no cheque especial, no cartão e nos empréstimos pessoais das financeiras. Estes juros são da ordem de 6 a 7% (ao ano) no máximo na Europa.

Para a pessoa jurídica, os juros anuais se mantêm em 68%, há 3 anos, sendo que os juros correspondentes, na Europa, seriam da ordem de 3% ao ano. É importante lembrar que, neste período, a taxa básica de juros Selic²¹ caiu de 19,75% para 13,75%, ou seja, 6 pontos percentuais (queda de 30,4%), sem que hou-

vesse redução da taxa média para pessoa jurídica ou para pessoa física no mercado financeiro.

A situação, aqui, é completamente diferente dos bancos dos países desenvolvidos, que trabalham com juros baixos e alavancagem altíssima. Essencial, para nós, é que sustentar, no Brasil, juros que são da ordem de mil por cento, relativamente aos juros praticados internacionalmente, só pode ser realizado mediante uma cartelização de fato. Para dar um exemplo, o Banco Real (Santander Brasil) cobra 146% no cheque especial no Brasil, enquanto o Santander na Espanha cobra 0% (zero por cento) por seis meses até cinco mil euros. Os ganhos dos grupos estrangeiros no Brasil sustentam, assim, as matrizes. Lembremos ainda que a ANEFAC apresenta apenas os juros, sem mencionar as tarifas cobradas. Os resultados são os *spreads* fantásticos e lucros impressionantes que o setor apresenta sobre um volume de crédito, no conjunto, bastante limitado (39% do PIB), para uma economia como o Brasil. A intermediação financeira tornou-se,

Tabela 2. Taxas de juros: setembro de 2005 versus outubro 2008 - Pessoa Jurídica

TIPO DE FINANCIAMENTO	Setembro/2005		Outubro/2008		Alteração* (em pontos percentuais)
	Taxa Mês	Taxa Ano	Taxa Mês	Taxa Ano	
Capital de giro	4,27%	65,16%	4,18%	63,46%	-1,70
Desc. de duplicatas	3,81%	56,63%	3,78%	56,09%	-0,54
Desc. de cheques	4,01%	60,29%	4,06%	61,22%	0,93
Conta garantida	5,63%	92,95%	5,68%	94,05%	1,10
TAXA MÉDIA	4,43%	68,23%	4,43%	68,23%	0

Fonte: ANEFAC, Pesquisa de Juros. Disponível em: http://www.anefac.com.br/m3_preview.asp?cod_pagina=10782&cod_idm=1. Acesso em: 20 de maio de 2009.
*no original consta "queda".

assim, um fator central do chamado “custo Brasil” e, portanto, de travamento dos processos produtivos, além de um instrumento central para a concentração de renda. Os lucros são tão impressionantes, que, ao abrigo deste cartel, mesmo grupos de comércio, em vez de se concentrar em prestar bons serviços comerciais, hoje se concentram na intermediação financeira²².

Esse processo apenas acelera uma tendência histórica. Junta-se, aqui, o efeito concentrador da intermediação financeira com o não repasse dos aumentos da produtividade do trabalho aos trabalhadores. No caso brasileiro, a queda da participação da remuneração do trabalho na renda nacional, durante os anos 1995 - 2004, foi da ordem de 45% para 35%, o que representa, ao mesmo tempo, uma queda mais acelerada do que a verificada nos países desenvolvidos, vistos anteriormente, e um nível absurdamente baixo.

O crescimento econômico, em particular na segunda gestão Lula, permitiu, simultaneamente, o aumento da renda dos estratos superiores e a melhoria muito significativa do rendimento dos trabalhadores. O salário mínimo, na gestão Lula, teve um aumento real de 53%, o que atinge cerca de 26 milhões de trabalhadores e 18 milhões de aposentados. Em 2009, a partir de fevereiro, o salário mínimo passou para 465 reais (160 euros). De certa forma, o Brasil já adotou uma política anticíclica antes da crise, ao expandir o consumo na base da sociedade. Mas sejamos realistas: o ponto de partida é muito baixo e a desigualdade herdada é extrema. Uma política keynesiana ainda terá de subir vários degraus no Brasil²³.

O Brasil tem, evidentemente, um grande trunfo na mão, que é a possibilidade de usar os bancos oficiais para reintroduzir concorrência no mercado cartelizado, permitindo ao mesmo tempo dinamizar a economia ao estimular consumo e investimento. Este mecanismo, ao que tudo indica, está sendo progressivamente implantado. O sistema de intermediação financeira dos grandes grupos terá de evoluir para mecanismos de concorrência, inclusive porque a cartelização²⁴ é ilegal. Outro instrumento-chave de que o Brasil dispõe é a redução da taxa Selic, que levaria mais rentistas²⁵ a buscar investimentos produtivos, com impacto anticíclico. No curto prazo, no entanto, parece claro que o funcionamento, pro-

tegido da concorrência, de um grupo de gigantes com lucros imensos gera, paradoxalmente, uma situação mais estável do que a da sobre-exposição dos grupos financeiros dos países desenvolvidos. O problema, aqui, é o de que, em vez de termos intermediários financeiros, que facilitam as iniciativas econômicas, temos atravessadores que as encarecem. A intermediação financeira tornou-se, aqui, um dos principais instrumentos de concentração de renda e de desequilíbrios sociais.

No geral, tanto nos países desenvolvidos como no Brasil, cada vez mais, os lucros corporativos estão alimentando atravessadores financeiros, gerando uma ampla classe de rentistas. A questão, vista do ponto de vista de “quem paga”, tende a deslocar-se, na visão das pessoas, para pensar melhor em “a quem pagamos”. Trata-se de poupanças da população. Este ponto é essencial, pois tratando-se de um cassino gerado com dinheiro da população, proteger os especuladores pode legitimamente ser apresentado como uma proteção à própria população, pois é o dinheiro dela que está em risco. Isto gera, evidentemente, uma posição de chantagem, e uma correspondente posição de poder. E permite deixar de lado o que deve ser a questão central da canalização das poupanças: não se os intermediários estão ganhando ou perdendo dinheiro, mas a que agentes econômicos, a que atividades, a que tipo de desenvolvimento e com que custos ambientais devem servir estas poupanças. Bastará assegurar que não quebre um sistema cujo produto final não está servindo?

Para o Brasil, paradoxalmente, a crise financeira pode representar uma oportunidade. Somos o país da desigualdade. A metade da população ainda precisa ter acesso ao consumo básico diversificado, incluindo nisto não só o alimento e outros bens de primeira necessidade, mas também o consumo de bens sociais, como saúde e educação, de infraestruturas sociais, como redes de saneamento e redes de banda larga de comunicação e assim por diante. Em outros termos, uma expansão dos programas, em grande parte já desenvolvidos pelo governo, tem a virtude de, ao mesmo tempo, começar a resgatar a nossa imensa dívida social e de dinamizar, por meio da maior demanda agregada (consumo popular e investimento público), as próprias atividades empresariais. Reorientar as

nossas capacidades de financiamento, cada vez mais, neste sentido – ainda que reduzindo a dimensão do rentismo financeiro e das atividades especulativas – faz todo sentido.

A convergência das crises: um outro desenvolvimento, outras instituições

Tivemos, de imediato, numerosas propostas de concertos do sistema, sem mexer na sua lógica. A intenção é claramente mostrar que no futuro será diferente, pois teremos governos severos e austeros, que cobrarão resultados. Haverá postura e ética no sistema reformado. E os grupos responsáveis por tudo isto, que, aliás, aparecem tão pouco na mídia quando os dias são bons, passarão a se comportar de maneira socialmente responsável. As propostas surgem, mesmo sem muita base institucional ou elaboração técnica, porque uma massa de poupadores no planeta está sendo atingida diretamente – da classe média para cima – pelo derretimento das suas poupanças e das suas esperanças de aposentadoria²⁶. E, na medida em que o caos financeiro, gerado pelos especuladores, está atingindo os produtores efetivos de bens e serviços, é o povo em geral que passa a sofrer as conseqüências. Dentro do sistema, há uma clara consciência da volatilidade política da situação. Propostas, em conseqüência, surgem rapidamente. A sua implementação – a não ser os trilhões demandados pelos grandes grupos – obedecerá a outros ritmos.

O caos sistêmico gerado e a clara perda de governança econômica, frente ao desespero de uma imensa massa de pessoas prejudicadas, estão gerando um novo clima político. Estão se abrindo possibilidades para serem colocadas na mesa propostas mais amplas, no sentido de um desenvolvimento que tenha pé e cabeça. Mais precisamente, gera-se um espaço para que surjam alternativas de desenvolvimento e para que – não parece um objetivo exorbitante – o nosso próprio dinheiro sirva para fins úteis. Não se deve sonhar excessivamente – muito do espaço político gerado dependerá da profundidade da crise – e esta é uma incógnita. Mas, é importante, sim, organizar alternativas sistêmicas, pois o que estamos sofrendo é uma crise estrutural de curto e médio prazos, dentro de um quadro de crises mais amplas que se avizinhm, particularmente nos planos social, climático,

energético, alimentar, de água e outros.

As propostas, que estão surgindo, vêm de pessoas como Jeffrey Sachs, que propõe que o uso dos recursos financeiros seja formalmente vinculado à construção das Metas do Milênio. Stiglitz trabalha com uma visão de fazer objetivos associados à qualidade de vida nortear a alocação de recursos e não, apenas, o chamado Produto Interno Bruto. Hazel Henderson resgata a importância da taxa Tobin, que cobraria um imposto sobre transações internacionais especulativas para financiar um desenvolvimento socialmente mais justo. Ignacy Sachs trabalha com a visão de uma convergência da crise financeira com a crise energética e a necessidade de repensarmos, de forma sistêmica, o nosso modelo de desenvolvimento. Não se trata, aqui, de um idealismo excessivo e, sim, de uma apreciação fria dos nossos desafios.

Um gráfico, que reproduzimos abaixo, constitui um resumo de macro-tendências, num período histórico, de 1750 até a atualidade. As escalas tiveram de ser compatibilizadas e algumas das linhas representam processos para os quais estão disponíveis apenas valores de épocas mais recentes. Mas, no conjunto, o gráfico permite analisar, comparativamente, áreas tradicionalmente estudadas separadamente, como demografia, clima, crescimento do PIB, extinção de espécies, produção de carros, investimento externo e outros. A sinergia do processo torna-se óbvia, como se torna óbvia a dimensão dos desafios ambientais²⁷.

Estamos, aqui, demonstrando às pessoas que o mundo, hoje, é um *sistema* que, sem dúvida, deixou de funcionar e que está, portanto, em crise, mas que, sobretudo, é um sistema que, quando funciona, é inviável. As soluções têm de ser mais amplas. Esta visão mais ampla pode – e apenas pode – viabilizar mudanças mais profundas.

A crise financeira tem esta particularidade de ser pouco transparente em termos de dinâmicas e de soluções, para a população em geral. Não é muito viável se colocar na rua grandes manifestações relativas à mudança dos mecanismos de regulação do BIS (Bank for International Settlements, instituição que teoricamente regularia os bancos centrais) de Basileia. A grande defesa do sistema absurdo de especulação, que enfrentamos, é que pouquíssimas pessoas entendem o que se passa. Mas, se os mecanismos são obscu-

ros, os impactos são visíveis, e estes, sim, podem mobilizar.

A perda de empregos, por parte de gente que estava cumprindo bem as suas funções produtivas, porque uns irresponsáveis gostam de ganhar dinheiro com a poupança dos outros, gera indignação. A perda da base de sobrevivência que atinge cerca de 300 milhões de pessoas no planeta, que viviam de pesca artesanal, porque grandes empresas de pesca oceânica estão acabando com a vida nos mares, está gerando outra faixa de irritações políticas. O caos climático

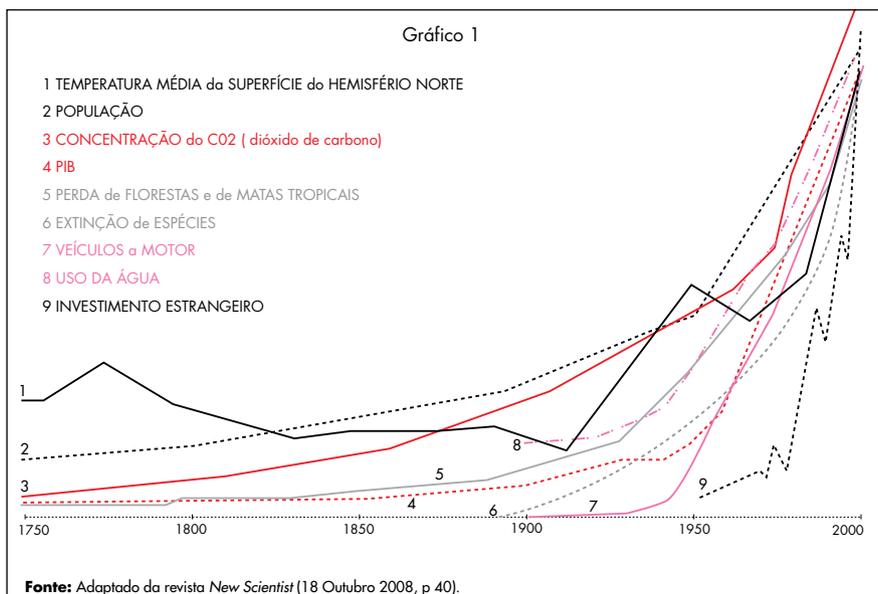
está trazendo as primeiras amostras do seu potencial e está gerando outros desesperos, além de tomadas mais amplas de consciência. A contaminação da água doce, por excessos de produtos químicos, insuficiências clamorosas de saneamento, e o esgotamento de lençóis freáticos, está levando a um conjunto de crises setoriais, que envolvem desde a redução da pesca até à tragédia de 1,8 milhão de crianças, que morrem, anualmente, por não terem acesso à água limpa, e à ameaça a regiões rurais, que dependiam de uma segunda safra com irrigação.

Não é o caso, aqui, de fazer um elenco das nossas tragédias. Mas, o fato é que, com um pouco de recuo, do ponto de vista da observação, já não são crises setoriais e representam, sim, uma crise mais ampla de governança local, nacional, regional e planetária. Há uma convergência de problemas que se avolumam, cuja sinergia os torna mais ameaçadores, e cuja raiz comum encontra-se, ao fim e ao cabo, no fato que os nossos mecanismos atuais de governança não são suficientes. Com a globalização, a financeirização e a oligopolização de grandes eixos de atividades econômicas, o mercado perde de forma acelerada as suas funções reguladoras. E as alternativas, particularmente a capacidade de planejamento e de intervenção organizada, formas participativas e descentralizadas de gestão, gestão em rede e sistemas de parcerias, estão engatinhando. E o papel central do Estado, obviamente, tem de ser resgatado, mas numa visão muito mais

horizontal e participativa.

Ignacy Sachs resume bem o dilema: que desenvolvimento queremos? E, para este desenvolvimento, que Estado e que mecanismos de regulação são necessários? Não há como minimizar a dimensão dos desafios. Com 6,7 bilhões de habitantes – e 70 milhões a mais a cada ano –, que buscam um consumo cada vez mais desenfreado e manejam tecnologias cada vez mais poderosas, o nosso planeta mostra toda a sua fragilidade. A questão básica que se coloca para a reformulação do sistema de intermediação financeira é que o desperdício das nossas poupanças e do potencial mundial de financiamento no cassino global é criminoso, quando temos desafios sociais e ambientais, desta dimensão e urgência e que necessitam vitalmente de recursos.

O desperdício de recursos financeiros, sendo seguidas as dinâmicas atuais, é avassalador. Segundo as Nações Unidas (United Nations, 2005, p. 38), “medidos em termos de paridade de poder de compra do ano 2000, o custo de se liquidar a pobreza extrema – o montante necessário para puxar 1 bilhão de pessoas para acima da linha de pobreza, de \$1 por dia – é de \$300 bilhões”²⁸. A realidade é que a utilidade marginal do dinheiro, em termos de sua capacidade de gerar qualidade de vida, decresce rapidamente quanto mais se eleva a renda. Em outros termos, quanto mais os recursos são orientados para a baixa renda, maior é a utilidade. Em termos prosaicos, rendem mais. Assegurar a renda mínima planetária faz todo



sentido, é uma forma simples, com as tecnologias atuais, de multiplicar o valor real dos recursos. Como, além do mais, os recursos que chegam à base da pirâmide social são transformados em demanda efetiva, e não em especulação, estimulando, portanto, a produção e o emprego, é a própria produtividade sistêmica dos recursos que aumenta. A solução que permite enfrentar, simultaneamente, os dramas sociais, os desafios ambientais e a racionalidade no uso de recursos econômicos está na resposta, organizada, às necessidades mais prementes da base da pirâmide. Estamos vivendo a era do desperdício. É tempo de orientar os recursos para os seus usos mais produtivos.

As alternativas não serão construídas da noite para o dia. Algumas medidas são óbvias, e já estão sendo amplamente discutidas: controlar os paraísos fiscais, taxar os movimentos especulativos, organizar sistemas de controle e regulação sobre os intermediários financeiros, voltar a separar as atividades propriamente bancárias dos investidores institucionais, criar sistemas locais de financiamento e assim por diante.

Mas, numa visão mais abrangente, temos de estar conscientes de que estamos enfrentando a construção de uma nova institucionalidade. O planeta não sobrevive – e muito menos o bípede curiosamente chamado de *homo sapiens* – sem amplos processos colaborativos, visão de longo prazo, planejamento e intervenções sistêmicas. O papel do Estado precisa ser resgatado, já não como socorro a iniciativas corporativas irresponsáveis, mas como articulador de um desenvolvimento mais justo e mais sustentável, e com forte participação da sociedade civil organizada.

Um outro mundo não é apenas possível, é necessário. O desafio para o mundo progressista é aproveitar as janelas de oportunidade, que a crise financeira nos abre, para sistematizar uma visão alternativa. Temos de mostrar que uma outra gestão é possível.

Viável? Lamentavelmente, esta não é a questão. As medidas terão de ser tomadas. O aquecimento global, por exemplo, está se dando e a opção de, se

Um outro mundo não é apenas possível, é necessário. O desafio para o mundo progressista é aproveitar as janelas de oportunidade, que a crise financeira nos abre, para sistematizar uma visão alternativa. Temos de mostrar que uma outra gestão é possível.

queremos ou não, enfrentá-lo não está na mesa e, sim, o *como*. A crise financeira representa apenas uma oportunidade – e não uma garantia – para organizarmos uma convergência de forças da sociedade interessadas num desenvolvimento que tenha um mínimo de viabilidade econômica, de equilíbrio social e de sustentabilidade.

NOTAS

1. “A sedução do jogo envolveu até gerentes de empresas industriais, como os da Sadia que perdeu R\$670 milhões apostando em derivativos e a Aracruz, que perdeu R\$1,85 bilhão” (KUCINSKI, 2008); a Sadia demitiu 350 funcionários em janeiro de 2009, como se fossem os responsáveis.

2. *No Income No Jobs, no Savings* significa: “Sem Rendimentos, Sem Trabalho, sem Poupança”.

3. Lehman Brothers, grande banco dos EUA, por exemplo, com alavancagem de 1 para 31, em 2007, entrou numa corrida para reduzi-la e tentar evitar a quebra, que acabou ocorrendo em 2008 (BUSINESS WEEK, jul. 2008).

4. “Lax, if not fraudulent, underwriting practices in subprime mortgage lending largely explain the rise in the rate of seriously delinquent loans from 6 percent to 9 percent between the second quarter of 2006 and the second quarter of 2007”, na versão original.

5. “local depository institutions [which] make loans”, em proveito dos “major Wall street banks and securities firms, which employ the latest financial engineering to repackage mortgages into securities through credit derivatives and collateralized debt obligations”, na versão original.

6. “Securitization involves the pooling of mortgages into a special-purpose vehicle, which is simply a corporation registered in what is usually an off-shore tax-haven country”, na versão original.

7. Veja “Sub-prime: Tentacles of a Crisis”, de Randall Dodd, que é *Senior Financial Expert in the IMF Monetary and Capital Markets Department* (IMF, *Finance and Development*, p.15, dec. 2007).

8. Ver ‘*New Scientist*’, 25 October 2008, p. 9.

9. O jornal londrino ‘*The Economist*’ é um dos mais tradicionais e conceituados periódicos da área de Economia.

10. A última citação é de Glenn Reynolds, de uma firma independente de pesquisa de crédito, no artigo *Credit-rating agencies: Special Report*. Já o ‘*The Economist*’ de 15 de novembro de 2008 refere-se ao “oligopólio criado” (p. 91).

11. Paraísos fiscais, chamados *off-shore* porque em geral funcionam em ilhas.

12. Os *hedge funds* e o LTCM são produtos financeiros que geraram as crises anteriores à crise atual.

13. O ‘*Economist*’ informa: “The world is only beginning to count the cost of the bust. In America the share of household and consumer debt alone went up from 100% of GDP in 1980 to 173% today, the equivalent to around \$6 trillion of extra borrowing” (*A Special Report on the Future of Finance*, p.20, jan. 2009).

14. Em novembro de 2008, a balança comercial dos EUA estava deficitária em 848 bilhões nos 12 meses, segundo o ‘*The Economist*’ (nov. 2008, p. 118).

15. Avaliação de riscos futuros do dólar no Fórum Econômico Mundial de Davos, em 2009: “Major fall in US\$: Experts consider that the dollar could come under pressure as investors reflect on the long-term impact of current monetary expansion, high fiscal deficits and the continuing fragility of the US financial system” (WORLD ECONOMIC FORUM, 2009, p. 28).
16. O G-20 é um grupo de países em desenvolvimento, criado em 20 de agosto de 2003. Disponível em: http://www.g-20.mre.gov.br/history_port.asp. Acesso em: 20 maio de 2009.
17. Típico deste mecanismo é o *carry trade*, onde um especulador pega um empréstimo barato, por exemplo no Japão, e aplica onde rende mais, por exemplo no Brasil. Não produz nada, desorganiza a eficiência da política monetária de cada país, pelo próprio volume de recursos assim mobilizados.
18. Veja THE ECONOMIST, p. 89, 15 nov. 2008.
19. A UNCTAD, sob orientação de Rubens Ricúpero, já alertava, no início dos anos 2000, para esta deformação do sistema. Ver por exemplo UNCTAD, *Trade and Development Report 2001*, p. vii; a avaliação de Ricúpero sobre as dimensões políticas da crise financeira podem ser encontradas em *A crise financeira e a queda do muro de Berlim*. Disponível em: <http://dowbor.org/crise/08ricupero.pdf>.
20. Ver *Pesquisa mensal de juros*: < <http://www.anefac.com.br> >.
21. Taxa básica de juros que o governo paga às instituições financeiras.
22. Segundo pesquisa industrial, divulgada pelo *O Estado de S. Paulo* “na média entre outubro e dezembro, período mais agudo da crise mundial, que fez subir o custo dos financiamentos, os desembolsos para pagamentos de juros foram 11% superiores aos gastos com salários”. Pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) sobre os gastos da indústria brasileira com pagamentos de juros (*O Estado de S. Paulo*, 02/02/09). O lucro de um grupo, o Bradesco, foi de 7,6 bilhões de reais em 2008, enquanto o orçamento do Programa Bolsa Família, que atinge 48 milhões de pessoas, é de 11 bilhões. O “assistencialismo”, evidentemente, não é bem onde se comenta.
23. Ver dados em: < http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/questao/eq762 >
24. O cartel é uma articulação entre corporações que busca, em geral, fixar preços segundo a sua conveniência, impedindo o funcionamento dos mecanismos de mercado.
25. Rentistas não investem no sentido de gerar produção, vivendo tipicamente de aplicações em títulos de governo ou outros papéis.
26. Com bom humor, o *The Economist* de 6-12 de dezembro de 2008 mostra na capa um imenso buraco negro e a manchete “Where have all your savings gone” (para onde foram todas as suas poupanças). O título é uma brincadeira com a música “Where have all the flowers gone” cantada por pessoas alegres em 1968. Mas, na realidade, é a poupança de uma imensa massa de pessoas que foi para o buraco e estas pessoas não estão nada alegres. Na realidade, não desapareceu riqueza, o mundo continua a contar com o mesmo número de casas, de carros etc. É o direito sobre estas casas e outros bens que mudou de mãos. Esta apropriação de riquezas por quem não as produziu, e que inclusive desorganiza os processos produtivos, constitui um dos elementos centrais da deformação do sistema.
27. *New Scientist*, October 18, 2008, p. 40; para acessar o gráfico original: < <http://dowbor.org/ar/ns.doc> >; o dossiê completo pode ser consultado em: <www.newscientist.com/opinion>; os quadros de apoio e fontes primárias podem ser vistos em: <http://dowbor.org/ar/08_ns_overconsumption.pdf>; contribuíram para o dossiê Tim Jackson, David Suzuki, Jo Marchant, Herman Daly, Gus Speth, Liz Else, Andrew Simms, Suzan George e Kate Soper.
28. UNITED NATIONS, 2005. Sobre a renda mínima e a sua univer-

salização, ver os trabalhos de Eduardo Suplicy, em particular *Renda de Cidadania*, Cortez/Perseu Abramo, São Paulo, 2006.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (ANEFAC). *Pesquisa mensal de juros*. Disponível em: <http://www.anefac.com.br/m3_preview.asp?cod_pagina=10782&cod_idm=1>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- BUSINESS WEEK, EUA, n. 28, jul. 2008, p. 27.
- DODD, Randall. Sub-prime: Tentacles of a Crisis. *IMF Finance & Development*, dez. 2007, p. 15.
- FMI. *Finance & Development*, mar. 2002, p. 13. *Ibid*, 2005.
- KUCINSKI, Bernardo. Quem fica com a conta. *Revista do Brasil*, São Paulo, n. 29, p.18, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadobrasil.net/rdb29/capa.htm>>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- NEW SCIENTIST. Special report: How our economy is killing the Earth . 18 oct. 2008p. 40. Disponível em: <<http://www.newscientist.com/article/mg20026786.000-special-report-how-our-economy-is-killing-the-earth.html>>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- Ibid.*, New Scientist, 25 out. 2008, p. 9.
- REHDER, Marcelo. Gasto da indústria com juros sobe 17,3% no último trimestre de 2008. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 02 fev. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090202/not_imp316660,0.php>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- REYNOLDS, Glenn. ‘Credit-rating agencies: Special Report’. *The Economist*, London, 28 mar. 2005, p. 67.
- RICUPERO, Rubens. A crise financeira e a queda do muro de Berlim. *Estudos Avançados*. São Paulo, 22 (64), 2008. Disponível em: <<http://dowbor.org/crise/08ricupero.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SECOM. Novo salário mínimo estimula economia e gera empregos. *Em questão*. Brasília, n. 762, 2 fev. 2009. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/questao/eq762>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- SUPLICY, Eduardo. *Renda e Cidadania*. São Paulo: Cortez/Perseu Abramo, 2006.
- THE ECONOMIST. ‘A Special Report on the Future of Finance’. London, 24 jan. 2009, p. 20.
- Ibid.*, 15 nov. 2008, p. 89, p. 118.
- Ibid.* ‘Where have all your savings gone’. London, dez. 2008, p. 6-12.
- UNCTAD. Trade and Development Report 2001. Geneva, p. vii, 2001. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/tdr2001_en.pdf >. Acesso em: 21 abr. 2009.
- UNITED NATIONS. Human Development Report 2005. New York, p. 38, 2005. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR05_complete.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Risks 2009 - A Global Risk Network Report Switzerland*, 2009. Disponível em: <<http://www.weforum.org/pdf/globalrisk/2009.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2009. 

Universidade pública na crise atual

Marina Barbosa Pinto e Sonia Lucio Rodrigues de Lima

Professoras da ESS/ UFF

Juliana Fiúza Cislaghi

Mestranda em Serviço Social / UERJ

Resumo: Este artigo esboça uma análise das repercussões das medidas governamentais, de enfrentamento à atual crise capitalista, sobre a universidade pública. Ressaltamos o fato de essas medidas interferirem no processo de implementação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), programa que serve como componente da reestruturação neoliberal das universidades públicas. O quadro é novo, ainda que reedite velhas contradições em patamares superiores, portanto, o esforço, aqui apresentado, é no sentido de que nos apossamos de indicadores, num contexto ainda não totalmente definido, para identificar as tendências e produzir respostas que correspondam aos interesses dos trabalhadores. Mesmo porque, as respostas da burguesia e do governo à crise estão determinadas e condicionadas pela dinâmica da economia mundial e pela capacidade de enfrentamento da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Crise Capitalista; Programa REUNI; Universidades Públicas.

A análise das repercussões das medidas governamentais, de enfrentamento à atual crise capitalista, sobre a universidade pública exige um movimento, teórico-metodológico que parte da seguinte compreensão:

i) o processo de agudização da crise é recente, datando de meados de 2008, portanto, só nos é possível identificar os seus componentes centrais e suas tendências;

ii) sua repercussão se dá sobre uma universidade já em processo de reestruturação, implementado a partir das mudanças do papel do Estado - uma das respostas à crise dos anos 70.

O quadro é novo, ainda que reedite velhas contradições em patamares superiores, que são próprias

do sistema capitalista. O esforço, aqui apresentado, visa possibilitar o exame de indicadores, num contexto ainda não totalmente definido, para poder identificar as tendências e buscar produzir respostas que correspondam aos interesses da classe trabalhadora, a partir do reconhecimento das possibilidades e limites postos pelo patamar da luta de classes, no momento atual.

Reestruturação neoliberal da universidade pública: a era Cardoso e a era Lula

Ao longo da luta pela existência e consolidação da universidade pública no Brasil define-se um projeto a partir da concepção de que a educação é um *direito social*, conquistado pelas lutas históricas dos trabalhadores. O enfrentamento da crise econômica

dos anos 70¹ atinge centralmente aquelas áreas de atuação social que, até então, na perspectiva da democratização das relações sociais e no embate entre as classes, estavam consolidadas como *direitos sociais universais*.

Nossas análises partem da compreensão de que a reformulação da universidade pública, em curso, está inserida em um processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista, uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital. No Brasil, esse processo teve seu início com o governo de Fernando Collor de Mello, foi consolidado no governo de Fernando Henrique Cardoso e aprofundado, de modo inédito, no governo Lula da Silva, por intermédio de um conjunto de ações que se convencionou chamar de uma segunda geração de reformas neoliberais. Tais ações incidem, em particular, sobre a educação superior, na tentativa de desconstituir seu caráter de *direito social*, por meio de sua transmutação em *serviço público não-estatal*. Por essa via, estão sendo diluídas as fronteiras entre o público e o privado e, conseqüentemente, amplia-se o empresariamento da educação superior².

Este reordenamento do papel da educação superior no Brasil está em curso há mais de uma década e tem a ver com o modo como a burguesia tem se apropriado da riqueza e do conhecimento socialmente produzidos. Ainda que essa apropriação seja própria da essência do sistema capitalista, a luta em torno dela se intensifica extraordinariamente em tempo de crise.

Além do aumento quantitativo do setor privado, constitui-se parte fundamental desta alteração a adequação da universidade pública ao papel de difusora de conhecimentos e tecnologias produzidos nos países centrais. Para atender a essa lógica, a universidade, estruturada no tripé ensino-pesquisa-extensão, com regime de tempo integral e dedicação exclusiva, torna-se desnecessária.

Neste contexto, naturaliza-se a redução relativa dos recursos destinados à universidade pública,

frente ao crescimento populacional, ao aumento do PIB e da arrecadação tributária e à própria dinâmica de crescimento vegetativo da universidade. Como conseqüência, tem-se o sucateamento dos prédios e das instalações, a introdução das parcerias entre a universidade e a empresa privada, os cursos pagos, a instituição do salário em forma de gratificações, a diminuição do quadro de técnicos e professores, o estímulo ao produtivismo, entre outros (LIMA, 2007).

Destacamos, dentre as medidas governamentais dirigidas à reestruturação neoliberal das universidades públicas, duas, em especial: a regulamentação das parcerias público-privadas e a Lei de Inovação Tecnológica, cujo eixo central é configurar as universidades como espaço de venda de serviços, sobretudo, serviços que não implicam a produção de conhecimento. Além disso, um dos principais programas do governo, antes do anúncio do REUNI, foi o mecanismo de expansão por meio do PROUNI, um programa de financiamento público do ensino superior privado³.

Neste conjunto de alterações estruturais, impostas à atuação do Estado, temos, ainda, mudanças em relação às políticas de pessoal, que, no caso das universidades, afetam de modo deletério o processo de trabalho docente (PINTO, 2000), a carreira e a estrutura salarial (ANDES-SN, 2008, 2009). Uma das repercussões dessas alterações foi a intensificação da jornada de trabalho do professorado, com seus efeitos, inclusive sobre as condições de saúde do trabalhador docente (MANCEBO, 2006).

Dando continuidade e aprofundando a reestruturação das universidades públicas, o governo Lula da Silva anuncia o REUNI, como componente articulador central de sua política para a rede federal de universidades. Esse programa, aprovado sob a força da repressão⁴, foi divulgado pelo governo, e recebido por setores da universidade, como uma ampliação dos recursos destinados ao financiamento e custeio das universidades. Este discurso foi amplamente criticado e denunciado pelo movimento docente⁵. Uma análise preliminar da lei orçamentária de 2009

O enfrentamento da crise econômica dos anos 70 atinge centralmente aquelas áreas de atuação social que, até então, na perspectiva da democratização das relações sociais e no embate entre as classes, estavam consolidadas como *direitos sociais universais*.

Tabela 1. Aumento real do Programa Brasil Universitário no orçamento da União

ANO	2005	2006	2007	2008	2009
Aumento Real	5%	27%	8%	8%	4%

Fonte: Siga Brasil–Senado Federal. Disponível em: www.senado.gov.br/sf. Acesso em abril de 2009.

Quadro 1

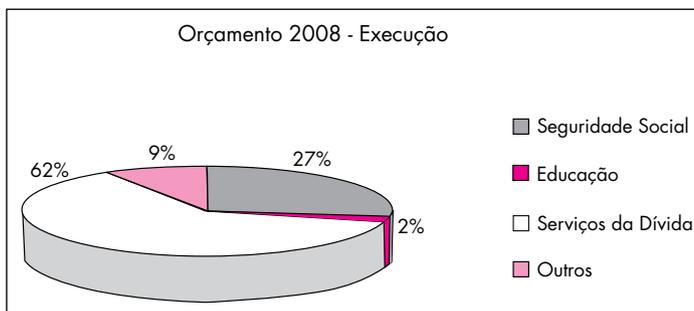
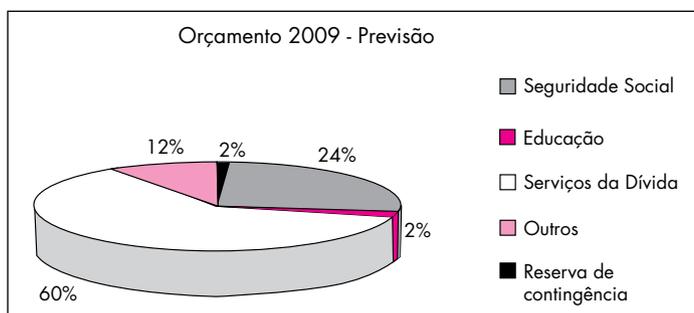
demonstra, de fato, que o aumento de recursos não é significativo. O aumento real do orçamento para as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, em 2009, quando o REUNI entra na previsão orçamentária dos recursos, é de apenas 3%, segundo dados do Siga Brasil⁶. Dentro deste orçamento, o programa Brasil Universitário, onde, a partir de 2008, estão inseridos o Programa de Assistência ao Estudante e o REUNI, apresenta aumentos na proporção mostrada na Tabela 1.

Podemos observar na tabela que, exceto no ano de 2006, quando ocorreu um crescimento significativo, o aumento das verbas do programa mantém um padrão vegetativo e, mais do que isso, tem, em 2009, ano da intensificação da ampliação de vagas pelo REUNI, aumento menor do que nos anos anteriores.

Isso significa que o REUNI representa, de fato, não um aumento real de recursos, mas, uma mudança no padrão dos gastos que afeta a execução orçamentária, segundo as metas do governo para as universidades. O governo, com o REUNI, passa a direcionar as verbas segundo os grupos de despesa (pessoal, custeio, investimento), redefinindo a relação entre eles. Estudos iniciais indicam que há uma tendência, neste momento, a aumentar a verba de investimento, sem um acompanhamento proporcional da de custeio e pessoal⁷.

As análises do ANDES-SN - Sindicato Nacional, elaborados no período do anúncio do REUNI já apontavam nesta direção. Este quadro está em sintonia com a opção, predominantemente privatista e mercantilista, que ordena a relação do governo com a educação, e com a sua prioridade política e econômica, o que acaba por reduzir o fundo público e redirecionar sua utilização. Os gráficos 1 e 2, a seguir, ilustram essa afirmação.

Conforme demonstrado, a prioridade do governo segue sendo o pagamento de juros e a amortização da dívida pública, em detrimento dos investimentos em educação e em outras políticas sociais, padrão que não

**Quadro 2**

Fonte: Siga Brasil–Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br>. Acesso em abril de 2009.

se alterou, antes se confirma, com a entrada das políticas de reestruturação das universidades públicas.

A incidência da crise atual nas universidades

Para entender a crise econômica atual, vale registrar, em primeiro lugar, que as crises são elementos constitutivos do sistema capitalista. A base explicativa dessa afirmação está no fato de que o capitalismo, para existir, necessita expandir-se permanentemente. Mas, na própria estrutura do sistema estão os elementos que determinam, em maior ou menor medida, limites ao processo desta reprodução do capital. Destacam-se, entre esses elementos, a redução da capacidade de consumo; o custo da matéria-prima e do maquinário; a volatilidade do capital, associada à excessiva financeirização da economia; a redução da ação produtiva; a ação política dos trabalhadores (BRENNER, 2008).

A eclosão da crise atual relaciona-se com as contradições geradas pela dinâmica de enfrentamento da última grande crise do capital, datada do final

dos anos 70. Desde então, observamos um processo acelerado de privatização de empresas e serviços públicos e uma redução drástica do investimento real produtivo. O capitalismo passa a viver, então, uma nova etapa, cujo tom é dado pela financeirização, estruturada a partir de um capital produtivo que se apropria de juros. Logo, apesar do capital fictício ser um dos eixos da crise atual, esta tem bases reais no processo produtivo.

A financeirização, como traço fundamental do capitalismo contemporâneo, ocorre com a redução da taxa de lucro, há menos investimento, de um modo geral, no processo econômico e, num dado momento, sobra capital, ou seja, não há espaço de investimento lucrativo para o capital ser aplicado. A saída da crise exige colocar este capital sobrando para se valorizar.

No discurso dos dominantes, a crise é, então, enganosamente difundida como uma crise financeira, a qual, portanto, exige apenas a aplicação de medidas de controle e regulamentação do sistema financeiro. Por essa razão, responsabilizam pelo surgimento da crise a economia “de cassino”, baseada na especulação, porque nela predomina o risco desmedido, o descontrole e a incerteza. Este discurso tem servido para justificar a injeção de trilhões de dólares do fundo público para socorrer o empresariado, a fim de voltar-se a viver num clima mais estável, no qual se recompõe a aparência de equilíbrio, modelada pela reiteração das transações mercantis.

É nesse contexto que a ação do Estado cria as bases jurídicas/legais, financeiras e ideológicas para a preponderância da financeirização da economia, com o acelerado processo de desregulamentação das relações mercantis, de trabalho e de produção, evidenciando, assim, sua verdadeira face de propiciador da acumulação capitalista quando, por exemplo, transfere vultoso montante de recursos públicos e/ou reduz impostos sobre produtos para “ajudar” o setor privado.

Na análise das conseqüências dessa crise é impor-

tante salientar que esta é a primeira grande crise mundial em uma economia internacional muito mais imbricada do que em 1929, época em que a exportação de capitais estava ainda em seus primórdios, e isto fez rapidamente cair por terra as afirmações de que “a crise não atingirá nosso país”.

Na verdade, a crise atingiu em cheio o Brasil. A queda do PIB brasileiro no 4º trimestre de 2008, em relação ao 3º trimestre⁸, o patamar de demissões desde novembro de 2008 (uma média diária de quase nove mil), a retração do PIB industrial no 4º trimestre (7,4%), a queda de investimento na formação bruta de capital, no mesmo período (quase 10%), são alguns dos dados recentes que mostram a velocidade com que a crise econômica internacional afetou a economia brasileira⁹.

A inclusão do Brasil, a partir dos anos 90, no circuito financeiro internacional, obtida com a estabilização de sua moeda, abrindo-se aos fluxos de capital externo, e com o lançamento de títulos no mercado financeiro internacional, propiciou que a atual crise incidisse com força nos fundamentos da economia nacional, criando, inclusive, dificuldades de reprodução de um modelo econômico baseado na exportação de matérias-primas. O abrupto movimento, ocorrido no espaço de um trimestre, que vai da exaltação do crescimento da economia nacional para a declarada assunção da desaceleração, fez cair por terra a falácia

da tese do “descolamento dos países emergentes”.

Esta rápida e, de certa forma, inesperada mudança ilustra a vulnerabilidade da economia brasileira, dado seu modelo preferencial agro-industrial-exportador e sua enorme dependência do comércio mundial e subordinação ao capital financeiro (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

É preciso, todavia, destacar que o Estado brasileiro dispõe, além de reservas cambiais acumuladas nos últimos anos, de uma diversidade, dimensão e complexidade econômica que estão permitindo ao governo

No discurso dos dominantes, a crise é, então, enganosamente difundida como uma crise financeira, a qual, portanto, exige apenas a aplicação de medidas de controle e regulamentação do sistema financeiro.

Por essa razão, responsabilizam pelo surgimento da crise a economia “de cassino”, baseada na especulação, porque nela predomina o risco desmedido, o descontrole e a incerteza.

Lula atuar de forma a tentar conter, parcialmente, os efeitos da crise. Entretanto, essa disponibilidade não altera o traço estrutural da economia brasileira: a dependência e vulnerabilidade do país à dinâmica da economia capitalista mundial¹⁰, ou seja, o que se coloca, hoje, é qual o grau de autonomia e capacidade político-financeira do governo de dar respostas para os efeitos dessa crise no país.

Se, como já apontado, o padrão de financiamento das políticas públicas, dentro delas e das universidades, é marcado pela retração de investimentos, pela mercantilização e por traços focalistas, as análises mais cuidadosas das respostas do governo à crise indicam que este padrão tende a ser mantido e aprofundado nos seus traços assistencialistas e cooptadores. A proximidade da sucessão presidencial influencia, diretamente, a definição dessas opções.

Chama atenção o anúncio, feito pelo governo, quanto à redução do superávit primário e das taxas de juros, faltando pouco mais de um ano para as eleições presidenciais. Essas medidas podem, num primeiro momento, indicar a reversão daquele padrão. Porém, a análise de seu conjunto demonstra que há uma permanência da opção, até então assumida pelo governo, e uma tendência ao seu aprofundamento, o que reforça a compreensão de que uma mudança, na direção dos interesses das classes trabalhadoras, só será efetivada a depender da correlação de forças entre as classes, no país, da dinâmica da crise mundial e das opções e compromissos políticos do governo.

Até o momento, as medidas concretas tomadas pelo governo Lula foram: a redução de impostos sobre produtos industrializados; o anúncio de descumprimento dos acordos salariais com o funcionalismo público; o corte no orçamento público; a ampliação do programa bolsa família; a participação no socorro financeiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI), por meio da injeção de fundo público; a solicitação aos trabalhadores para que não peçam aumento de salários, por conta da crise; e o lançamento do pacote

habitacional, que inclui, além da promessa de casa para os trabalhadores mais pobres, a ampliação do teto do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), disponível para a classe média poder comprar apartamento financiado.

O governo tem apresentado uma perspectiva bastante otimista com relação aos efeitos da crise no país. O Ministério do Planejamento, no projeto de lei de diretrizes orçamentárias de 2010, prevê um crescimento do PIB, em 2009, em 2%, voltando aos patamares anteriores à crise, de 4,5%, já em 2010, e, de 5%, em 2011. Mas, sequer dentro do governo essa previsão é unânime. Segundo o Banco Central, o crescimento, em 2009, será de 1,2%. Já, o FMI prevê uma retração da economia de 1,3%, com crescimento de 2,2%, em 2010, e o “mercado”, conforme noticiado pela imprensa, prevê, em 2009, uma retração de 0,5%.

Ou seja, ainda não há consenso sobre a dimensão da crise econômica mundial em relação à economia brasileira, mas não resta dúvida de que essa já atingiu, e ainda vai causar, terríveis efeitos à economia do país, às universidades públicas e à vida dos trabalhadores, em geral. O contingenciamento no orçamento, anunciado pelo Ministério do Planejamento, em abril, atingiu o MEC, reduzindo em 19% sua verba de investimentos e em 2% sua verba de custeio. Não está claro, porém, onde esses cortes serão efetivados, o que não exclui a possibilidade de redução de verbas do REUNI, já nesse ano, podendo vir a afetar, ainda mais, o financiamento no ano que vem. Eis um quadro que, provavelmente, contribuirá para acirrar as contradições no interior das universidades públicas.

Considerações finais

As respostas da burguesia e do governo à crise estão determinadas e condicionadas por um conjunto de elementos, entre eles: a dinâmica da economia mundial, as possibilidades do governo para buscar alternativas que mantenham o orçamento no padrão

A drenagem de recursos públicos para socorrer o empresariado, certamente, repercutirá no financiamento das políticas sociais, inclusive no montante destinado às universidades públicas. Isso vai interferir no cumprimento de promessas. Caberá ao movimento docente a firmeza na disputa a favor do projeto de educação coletivamente construído.

anterior à crise, a capacidade de enfrentamento da classe trabalhadora. Com a redução de impostos, em alguns setores, e a diminuição das metas de superávit, o governo demonstra ainda possuir alguma margem de manobra. A questão é: até quando, e em que extensão, será possível tentar garantir os compromissos com o capital e com os trabalhadores.

A drenagem de recursos públicos para socorrer o empresariado, dados o montante enviado ao FMI e a redução de impostos para as montadoras, por exemplo, certamente, repercutirá no financiamento das políticas sociais, inclusive no montante destinado às universidades públicas. Isso, por sua vez, vai interferir no cumprimento de promessas, compromissos assumidos e no atendimento de expectativas. Caberá ao movimento docente a firmeza na disputa a favor do projeto de educação coletivamente construído e a luta intransigente para apresentar as alternativas da classe trabalhadora para a crise do capital, o que só se concretizará pela afirmação do trabalho como centralizador da vida humana e pela ação conjunta com os que vivem da venda de sua força de trabalho. A universidade é um espaço fundamental de reafirmação dos direitos e uma arena importante desta disputa. A luta contra sua reestruturação e contra sua utilização como elemento de barganha na crise atual, em defesa dos interesses do capital, é nossa tarefa.

NOTAS

1. Também conhecida como a crise do petróleo, caracterizou-se pela brutal queda dos lucros. A burguesia, para reagir, utilizou como estratégia: a reestruturação produtiva, a financeirização da economia, a neoliberalização do Estado e a acentuação da internacionalização do capital. Essas estratégias formam um todo articulado e a sua implementação possibilitou aos grandes proprietários de dinheiro-capital uma mega-concentração deste, com base na ampliação de todos os tipos de extração de mais-valor e sobretrabalho. A concentração de capitais nas mãos de tais “mega-acumuladores” resultou da expansão de todos os tipos de atividades: produtivas, comerciais, bancárias, capital fictício e especulativo. Foi esta concentração que impulsionou as reestruturações, aumentando exponencialmente a produtividade, às custas do enorme desemprego, da precarização das condições e relações de trabalho e da drástica redução das conquistas sociais.

2. As análises dos principais documentos elaborados pelo Banco Mundial, a partir da segunda metade da década de 90,

demonstram que o reordenamento do Estado e a redução das políticas sociais e dos direitos do mundo do trabalho constituem o eixo norteador das políticas dos organismos internacionais do capital para a periferia do capitalismo. A efetivação de tal processo objetiva difundir e consolidar um novo projeto de sociabilidade burguesa pela utilização da noção “público não-estatal” como fundamento político. Ver a respeito no site: www.bancomundial.org.br.

3. O PROUNI foi uma modalidade de parceria público-privada que tem, como pressuposto, a compra, por meio de recursos públicos, de vagas nas instituições privadas. No mês de abril de 2009, os escândalos, envolvendo a concessão de bolsas a estudantes que não se encaixavam no perfil definido pelo governo, deixam evidentes os limites inerentes a este programa, como medida de acesso ampliado ao ensino superior.

4. A adesão, de modo incondicional, dos reitores ao projeto do governo propiciou as condições de aprovação do REUNI, que foi marcada pela repressão policial, no interior das universidades, ao movimento docente, estudantil e dos técnicos, além da utilização de reuniões ocorridas em locais fechados, fora das dependências das universidades.

5. Ver a esse respeito as publicações do ANDES-SN e, em particular, *As novas Faces da Reforma da Universidade do governo LULA e Os Impactos do PDE sobre a educação superior*. In: Caderno ANDES-SN, n. 25, agosto de 2007, Brasília.

6. O aumento de 3% citado no texto, refere-se ao aumento no total do orçamento de todas as IFES somadas, do qual constam vários programas, inclusive pensões e aposentadorias etc..

7. Na UFRJ, por exemplo, o padrão entre custeio e investimento se altera significativamente com a entrada do REUNI. A relação usual era de, no máximo, 5% de investimento para 95% de custeio. Com o REUNI, temos, em 2009, 12% de investimento para 88% de custeio. Além disso, a previsão de gastos com pessoal é 11% menor do que a execução em 2008. Ou seja, temos uma divisão desproporcional do REUNI entre os grupos de despesa. Há um aumento considerável de recursos para investimentos, ao lado de uma grande ampliação de vagas e matrículas na graduação, que não é acompanhado por um aumento de recursos para custeio e pessoal.

8. Observamos que o crescimento do PIB no ano de 2008 foi de 5,1%, quando se estimava que o PIB chegaria a casa dos 7%, ou pouco mais, em 2008.

9. Segundo a Fiesp, o nível de emprego na indústria do Estado de São Paulo, em fevereiro de 2009, voltou ao patamar do início de 2007, ou seja, em três meses foi para o espaço o número de empregos formais na indústria paulista que haviam sido produzidos em dois anos, como produto do ciclo anterior.

10. Basta ver que o ciclo de crescimento da economia brasileira, nos últimos seis anos, (crescimento que, ainda assim, era considerado medíocre para as demandas do país) estava diretamente ligado ao

de crescimento do PIB mundial e do comércio mundial, em igual período.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. As novas Faces da Reforma da Universidade do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Caderno ANDES-SN**, 25, Brasília, agosto de 2007.

ANDES-SN. Notas da Diretoria do ANDES-SN. Carreira, remuneração e liberdade sindical: intervenção do MP nº 431/08. Nota 2. MP nº 431/08, contratos de gestão e acordo de metas. Nota dos docentes e à sociedade, mar. 2009. Nota conjunta ANDES-SN e SINASEFE sobre a Campanha Salarial. Nota da

diretoria do ANDES-SN aos docentes da Carreira de 1º e 2º grau das IFE, jun. 2008.

BRENNER, Robert. O princípio de uma crise devastadora, In: **Revista Carta Maior**, julho de 2008.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. SP: Xamã, 2007.

MACEBO, Deise, In: Em discussão: o trabalho docente. **Revista de Estudos e Pesquisa de Psicologia da UERJ**, n. 1, 2006.

PINTO, Marina Barbosa. A precarização do trabalho docente, In: **Revista Outubro**, n.4, SP, XAMÃ, 2000. 

A crise da realização do valor com uma epiderme financeira

(E os seus reflexos na Universidade Pública e na Sociedade Brasileira)

Elisabeth Orletti

Professora da UFES

E-mail: e.orletti@uol.com.br

Resumo: O texto discute a crise da globalização do capital como uma crise de realização do valor, que apenas tem sua epiderme, mais visível, em sua expressão financeira, sendo a financeirização a resposta encontrada pelo sistema para a crise estrutural que atravessa. Esta crise, que ainda está em seu estágio inicial, terá certamente impactos devastadores sobre o orçamento da União, podendo reduzir, ainda mais, o financiamento para a educação pública. A inserção dependente e subordinada do Brasil à expansão capitalista vem resultando na redefinição do papel da universidade brasileira, colocando-a subordinada às demandas circunstanciais do setor produtivo e fazendo-a “crescer para menos”. A ruptura do financiamento do setor público está acarretando mudanças na Educação Superior, que resultam em um novo “ethos” acadêmico e destroem princípios caros à Universidade Pública brasileira. Esta “contra-reforma universitária”, que vem sendo implementada pelo MEC, enfatiza a educação como mercadoria, em detrimento de sua garantia como direito social; esvazia a Universidade como instituição social de interesse público; estimula as formações específicas e rápidas, em detrimento das formações generalistas, densas e críticas; prioriza a quantidade em detrimento da qualidade; estimula a avaliação como mecanismo de competitividade; e desestrutura, a curto e médios prazos, a carreira docente. Argumenta-se que, mais do que nunca, é necessária, e urgente, a luta por um projeto de Universidade Pública, autônoma, democrática e com qualidade acadêmica.

Palavras-chave: Crise; Financeirização; Contra Reforma; Capitalismo Dependente e Privatização.

1- A crise do capital

Esta é uma crise de realização do valor, que tem na derrocada financeira sua epiderme mais visível, mas não a essencial, conforme já declararam nossos ilustres economistas e sociólogos, Chesnais (2008) e Oliveira (2008); trata-se, ainda mais, de

uma “epiderme embelezada”, mas que já anunciava desvios e mortes em seu cerne, como Carlos Paris (2002) discutiu no começo da década. É a primeira crise da globalização do capital.

Não se tem mais dúvida de que o capitalismo está vivendo a maior crise financeira desde a Grande

Depressão da década de 30. Ao contrário das últimas crises financeiras, localizadas setorialmente ou geograficamente, como foi o caso da crise financeira que varreu a periferia do sistema capitalista mundial na segunda metade da década de 90, a presente crise é global e emana do centro do sistema capitalista mundial.

A não obtenção das taxas médias de lucro, esperadas na esfera produtiva, com a estagnação do crescimento do produto material, o aumento da concorrência intercapitalista, a sobreprodução e o aumento da composição orgânica do capital, levou (e leva) à transferência das mais-valias geradas para a esfera (da especulação) financeira e sua centralização em cada vez menos mãos.

Essa financeirização foi a resposta encontrada pelo sistema para a crise estrutural que atravessa, que reflete a fraqueza e as contradições, inerentes ao processo de acumulação de capital. Esta é a crise por detrás da(s) crise(s). A atual crise vem sendo vista por sua epiderme financeira, que constitui apenas a ponta do iceberg.

A essência desta crise *seria o barateamento da mão-de-obra mundial?* Oliveira (2008) afirma que a essência é a impossibilidade de realizar o valor gerado por esta mão de obra, ou seja, a mais-valia extraída da incorporação adicional de 800 milhões de novos operários baratos ao mercado de trabalho mundial. Este processo produziu uma revolução, na medida em que dobrou ou triplicou a oferta de mão-de-obra oferecida ao capitalismo, dilatando a fronteira da mais-valia, sem contudo propiciar uma expansão equivalente da capacidade de realizá-la.

As crises financeiras são um sintoma da crise estrutural que o sistema capitalista atravessa, o que não pode nos distrair das causas profundas, subjacentes à atual crise – as contradições e limites do modo de produção capitalista. Esta crise estrutural, com epicentro na potência hegemônica do sistema capitalista – os EUA – resulta da sobreprodução crescente de amplos segmentos industriais do sistema capitalista mundial e da sobre-acumulação de meios

de produção existentes, face às dificuldades crescentes de obtenção, por parte dos capitalistas, das taxas médias de lucro esperadas e de realização das mais-valias geradas na esfera produtiva, sem as quais o processo de acumulação capitalista é interrompido.

Marx (1986) já alertava que o capital constitui, em si mesmo, uma barreira à sua própria expansão, face à contradição existente entre acumulação de capital e a baixa tendencial das taxas médias de lucro, e face, ainda, à contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as condições limitadas em que se processa o crescimento do consumo.

Não se trata de alguma versão da teoria da “crise final” do capitalismo, ou algo do estilo. Precisa-se entender que estamos confrontados com uma situação em que se exprimem estes limites históricos da produção capitalista. Segundo Chesnais (2008), o processo de liberalização e desregulação significou o desmantelamento dos poucos elementos reguladores que se tinham construído no marco internacional, ao sair da Segunda Guerra Mundial, e a entrada em um capitalismo totalmente desregulamentado. E, não só desregulamentado, como também um capitalismo que criou realmente o mercado mundial, no pleno sentido do termo, convertendo em realidade o que era em Marx uma intuição ou antecipação. Pode ser útil precisar o conceito de mercado mundial e ir, talvez, mais além da palavra *mercado*. Métodos es-

colhidos pelo capital para superar os seus limites transformaram-se em fonte de novas tensões, conflitos e contradições, indicando que uma nova etapa histórica vai abrir caminho por meio desta crise.

Neste contexto, como fica a super-acumulação na China? A acumulação do capital na China fez-se com base em processos internos, mas, também, com base em algo que está perfeitamente documentado, mas pouco comentado: a transferência de uma parte, importantíssima, do setor II da economia, ou seja, do setor da produção de meios de consumo, dos

A acumulação do capital na China fez-se com base em processos internos, mas, também, com base em algo que está perfeitamente documentado, mas pouco comentado: a transferência de uma parte, importantíssima, do setor II da economia, ou seja, do setor da produção de meios de consumo, dos Estados Unidos para a China. E isto tem muito a ver com o grosso dos déficits norte-americanos.

Estados Unidos para a China. E isto tem muito a ver com o grosso dos déficits norte-americanos (o déficit comercial e o fiscal), que só poderiam ser revertidos por meio de uma “reindustrialização” dos Estados Unidos. Isto significa que se estabeleceram novas relações entre os Estados Unidos e a China. Já não são as relações de uma potência imperialista com um espaço semicolonial. Os Estados Unidos criaram relações de um novo tipo, que agora têm dificuldades de reconhecer e, principalmente, de assumir.

Para Chesnais (2008), a questão mais decisiva para a próxima etapa da crise estaria neste ponto. Na China, deu-se internamente um processo de competição entre capitais, que se combinou com processos de competição entre setores do aparelho político chinês e de competição para atrair empresas estrangeiras. Tudo isso resultou num processo de criação de imensas capacidades de produção, além de violentar a natureza numa escala enorme: na China concentra-se uma super-acumulação de capital que, num momento dado, se tornará insustentável.

Do ponto de vista econômico, o mais provável é que ocorra um aprofundamento da fusão financeira, em curso desde a década de 90, entre a China e os Estados Unidos; esta integração será decisiva para a superação futura da crise econômica. Tanto Chesnais (2008) quanto Fiori (2009) ressaltam que a crise atual começou na forma de um tufão, mas deverá se prolongar na forma de uma “epidemia darwinista”, que irá liquidando os mais fracos, por níveis sucessivos, nacionais e internacionais, e aprofundará a corrida imperialista, que começou nos anos 90.

Como estratégia para a saída da crise, os keynesianos acreditam na eficácia e propõem, neste momento, uma intervenção massiva do Estado, para salvar o sistema financeiro e reativar o crédito, a produção e a demanda efetiva das principais economias capitalistas do mundo. Do ponto de vista positivo, alguns marxistas acreditam na eficácia de uma solução “keynesiana” radicalizada, como possibilidade de saída para a crise.

Não se vê sinais para uma mudança do “modo de produção”, em escala mundial. O que já está claro, faz muito tempo, é que, dentro do sistema capitalista, as crises econômicas e as guerras não são, necessariamente, um anúncio do “fim” ou do “co-

lapso” dos estados e das economias envolvidas. Pelo contrário, na maioria das vezes fazem parte de um mecanismo essencial da acumulação do poder e da riqueza dos Estados mais fortes, envolvidos na origem e na dinâmica destas grandes turbulências.

Fiori (2009) vem ressaltando que existe uma esquerda pós-moderna que interpreta a crise atual como resultado combinado de tudo isto e de mais uma série de determinações ecológicas, demográficas, alimentares e energéticas. Este autor tem um posicionamento de que não se trata de uma metáfora biológica e, sim, cosmológica: olhar o sistema global como se ele fosse um “universo em expansão” contínua. Tem um núcleo central, formado pelos Estados e economias nacionais que lutam pelo “poder global”, que são inseparáveis, complementares e competitivos, e que estão em permanente preparação para a guerra, uma guerra futura e eventual, que talvez nunca ocorra, e que não é necessário que venha a ocorrer.

Ao passar este vendaval poucos estarão na praia, mas com certeza os EUA ainda estarão à frente deste grupo seletivo. E quase todos os países, que estavam ascendendo nas duas últimas décadas e desafiando a ordem internacional estabelecida, serão “recolocados no seu lugar”. Segundo Fiori (2009), neste período, haverá resistência e haverá conflitos sociais agudos e, se a crise se prolongar, deverão se multiplicar as rebeliões sociais e as guerras civis, nas zonas de fratura do sistema mundial, e é provável que algumas destas rebeliões voltem a se colocar objetivos socialistas. Se bem que nem toda preocupação ecológica pode ser colocada dentro da perspectiva pós-moderna.

Por tudo isto, pode-se concluir que vivemos muito mais do que uma crise financeira. Estamos diante de uma crise mais ampla. Na realidade, podemos, sim, estar diante do risco de uma catástrofe, mas já não do capitalismo e, sim, de uma catástrofe da humanidade. Estamos a viver um momento particular da história, que terá de trazer mudanças estruturais ao mundo que conhecemos. Um momento de enormes perigos para a Humanidade, mas também de imensas oportunidades, cujo pêndulo dependerá da luta, de resistência, e das conquistas dos trabalhadores.

2- A universidade e a crise

Estamos diante dos primeiros desdobramentos

da maior crise vivida pelo capitalismo desde 1929. Mesmo que ainda não seja possível avaliar as suas reais dimensões, a restrição ao crédito, a explosão do endividamento, a queda do investimento, da produção e do consumo, a escalada do desemprego e o arrocho salarial terão efeitos devastadores sobre a sociedade como um todo. Como acontece em todas as crises de superprodução, nesta, também, o capital terá que recorrer ao aporte de recursos públicos e ao desencadeamento de uma ofensiva global para restaurar as condições de sua valorização.

A crise é global e atingirá todos os países e setores da economia. Alguns analistas definem esta crise como a crise do sistema bancário mundial, do capital fictício, em última instância. Mas, contrariamente ao que a mídia, o Estado, a burguesia, seus intelectuais orgânicos e os organismos internacionais apregoam, não estamos diante de uma mera crise financeira, mas de uma crise de superprodução, como já afirmado neste artigo, recorrente na história do capitalismo, determinada pela queda da taxa de lucro. Em 2007 (muito antes, portanto, de a crise se aproximar de seus momentos mais críticos), a taxa de lucro já havia recuado para 8,4%, uma queda considerável diante do patamar de 12 a 13%, que havia sido atingido nos anos de expansão econômica que se seguiram à crise de 2000/2001, prenunciando as dimensões da crise que viria a se instalar. Estamos, aqui, diante do que já se configura como a maior transferência de recursos públicos para o setor privado em toda a história (PAULANI, 2008).

No Brasil, em março de 2009, a crise já provoca uma brusca desaceleração da atividade econômica e a previsão de uma queda acentuada na arrecadação de impostos. Como já anunciam representantes do governo, os volumosos recursos públicos, que estão sendo utilizados para “resgatar” o capital de sua crise, são aqueles que serão cortados dos gastos e investimentos sociais, do salário-mínimo e dos acordos salariais com o funcionalismo. Ainda não podemos avaliar as reais dimensões da crise, seja em sua profundidade, em sua duração, em seus desdobra-

mentos políticos e econômicos, seja no impacto que ela exercerá sobre a correlação de forças na luta de classes e sobre as condições de vida da classe trabalhadora mundial.

Esta crise, que apenas se inicia, terá certamente impactos devastadores sobre o orçamento da União, os gastos e investimentos sociais, os serviços públicos, os salários dos servidores, os recursos para a pesquisa científica e tecnológica, a universidade e o trabalho docente. Com a retração, cada vez maior, da atividade econômica, a queda na arrecadação de impostos, a contração do orçamento e o desvio de imensas somas de recursos públicos para o resgate do capital em crise, fatalmente diminuirão os repasses orçamentários a serem destinados ao custeio, investimento e expansão da universidade (ORLETTI, 2009).

A partir desta análise, depreende-se que a implementação do Programa de Reestruturação das IFES (REUNI) dificilmente contará com os recursos previstos, que já eram, por si só, insuficientes. Como consequência, pode-se prever uma maior precarização do trabalho docente, a superlotação das salas de aula, o aligeiramento da formação dos estudantes, a queda na qualidade do ensino e a destruição da indissociabilidade do tripé ensino-pesquisa-extensão (ANDES, 2008, 2007),

provocando um retrocesso, ainda maior, na Universidade Pública Brasileira.

A universidade não pode estar separada da sociedade, e suas crises, e impasses, têm que ser entendidos como uma expressão orgânica do que ocorre no movimento real da sociedade contemporânea. Portanto, não é de se admirar que, com o vento soprando forte, a onda conservadora da sociedade para dentro da universidade, vivenciássemos mais este momento de crise e impasse, de luta de projetos de sociedade, dentro desta instituição. Será que, para enfrentar o conservadorismo, não precisamos nos basear em uma crítica radical, que vá à raiz de todos os problemas que estão no seio desta instituição? Só com boa preparação teórica, e construindo uma ponte entre o passado e o presente, conseguiremos, junto aos movimentos

Esta crise, que apenas se inicia, terá certamente impactos devastadores sobre o orçamento da União, os gastos e investimentos sociais, os serviços públicos, os salários dos servidores, os recursos para a pesquisa científica e tecnológica, a universidade e o trabalho docente.

sociais organizados, construir uma alternativa para o futuro de democratização da sociedade e, aí, a Universidade conseguirá refletir a luta que se trava no seu interior e na sociedade.

As idéias que trazemos para este debate, sobre a situação da Universidade Brasileira e/ou das diferentes instituições públicas universitárias que formam o atual cenário do ensino superior, e sua valorização ou superexploração, são a expressão contraditória do projeto de sociedade e de relações de poder dominantes entre capital e trabalho, que revelam disputas de projetos no interior desta contradição.

As reformulações que vêm ocorrendo, gradativa e continuamente, na estrutura e na organização da educação superior constituem uma contra-reforma neoliberal, que começou a se esboçar no governo Collor de Melo, aprofundando-se, de maneira aparentemente fragmentada, no governo de Cardoso, por meio de portarias, decretos e várias versões de projeto de Lei Orgânica da Educação Superior, e culminando no governo de Lula da Silva, com o Projeto de Lei nº 7.200/2006 e os outros projetos de lei aos quais este está apensado, em sua tramitação na Câmara dos Deputados¹.

As instituições federais de educação superior (IFES), especialmente as universidades, a partir de meados de 1990, vêm sofrendo as repercussões e os impactos desse processo de reformulação neoliberal, por meio do contingenciamento e redução de seu financiamento, pela desestruturação gradual da composição de seu corpo docente e técnico-administrativo, pela não reposição de vagas de aposentadorias ou exonerações, pelo aumento de vagas e matrículas nos cursos, sem os recursos materiais e humanos necessários, e pelo sucateamento do parque universitário.

Objetivamente, temos dois projetos básicos em disputa na Universidade Pública Brasileira: um, que vem sendo implementado pelo MEC e por interesses mercantis, representados no Congresso Nacional e na Comissão Nacional de Educação (CNE), e que pretende impor e generalizar um modelo empresarial

como a única opção para a universidade brasileira; e, outro modelo, que quer resgatar o papel social e crítico da universidade brasileira, como instituição social, onde a educação é pensada como um direito e não como um serviço (ORLETTI, 2009).

O nosso percurso teórico, de procurar apreender como se vem dando a inserção do Brasil no capitalismo mundial, e nossa constatação de que estamos inseridos, de forma subordinada e dependente, nele, não como um acidente de percurso, mas como uma estratégia funcional desenvolvida pelos países centrais, levaram-nos a entender o neoliberalismo e o pensamento pós-moderno como ideologias de legitimação das desigualdades sociais. Os países centrais do capitalismo, estrategicamente, procuram interferir nas políticas educacionais dos países de capitalismo dependente para que as políticas de ciência e tecnologia não invistam em pesquisas de ponta, para que continuem utilizando tecnologia de fora e não progridam no desenvolvimento de tecnologia própria. Essa interferência de fora objetiva redefinir a educação superior brasileira que, até agora, vinha privilegiando uma perspectiva efetiva de desenvolvimento autônomo das pesquisas científicas, com objetivo de contribuir para a reconstrução de uma sociedade melhor para toda a população brasileira.

Neste contexto neoliberal, o sentido do público acaba deslizando para uma mera identificação do civil ao mercadológico, ou seja, a sociedade civil não é mais a sociedade de cidadãos, mas a comunidade de produtores e consumidores, em relação com o mercado. Toda a vida social passa a ser medida pelo compasso das transações comerciais, não escapando nem a esfera da cultura e, muito menos, a da educação.

Esta inserção dependente e subordinada do Brasil à expansão capitalista vem resultando na redefinição do papel da universidade brasileira, colocando-a subordinada às demandas circunstanciais do setor produtivo e fazendo-a “crescer para menos”. Isto vem criando, mais e mais, desigualdade social. O de-

As IFES, especialmente as universidades, a partir de meados de 1990, vêm sofrendo as repercussões e os impactos desse processo de reformulação neoliberal, por meio do contingenciamento e redução de seu financiamento, pela desestruturação gradual da composição de seu corpo docente e técnico-administrativo.

envolvimento desigual e combinado² não constitui, no país, um acidente de percurso, nem um atraso de algum setor ou de alguma região, porque na expansão capitalista este “novo” modo de acumulação do capital é, naturalmente, criador de desigualdades. Como frisou Frigotto (2007), referindo-se a Francisco de Oliveira, esta é uma sociedade “que produz a desigualdade e se alimenta dela”. E, assim, a persistência da economia de sobrevivência nas cidades, a ampliação ou o inchaço do setor terciário ou da “altíssima informalidade”, o analfabetismo, a baixa escolaridade e a alta exploração de mão-de-obra de baixo custo foram, e continuam sendo, funcionais à elevada acumulação capitalista, ao patrimonialismo e à concentração de propriedade e de renda.

As estruturas de poder do regime de classes sempre se refletiram nos tipos e nos graus de oportunidades educacionais no Brasil, determinando o acesso, maior ou menor, à educação. O que ficava evidente para Frigotto (2007) era que a estrutura competitiva da sociedade de classes não foi eficiente o bastante para garantir a mobilidade social pela via da empregabilidade, distribuição de renda e, muito menos, por oportunidades educacionais em termos de formação profissional e superior. Isso reflete a realidade atual, ainda que de forma mais sutil e dissimulada. Em formações econômico-sociais capitalistas dependentes, os extratos da população que dominam e controlam a economia e a política agem politicamente em função de seus interesses econômicos e, conseqüentemente, educacionais; por meio da ação, ou da omissão, procuram conservar o monopólio das oportunidades educacionais estratégicas e seu dividendo na vida prática.

As opções políticas governamentais, especialmente nas últimas décadas do século XX, no Brasil, e, particularmente, as reformas do Estado e o processo de privatização, conforme nossos estudos (ORLETTI, 2009) foram definindo e aprofundando um projeto societário dependente e associa-

A estrutura competitiva da sociedade de classes não foi eficiente o bastante para garantir a mobilidade social pela via da empregabilidade, distribuição de renda e, muito menos, por oportunidades educacionais em termos de formação profissional e superior. Isso reflete a realidade atual, ainda que de forma mais sutil e dissimulada.

do, de forma subordinada, aos centros hegemônicos do capital. A conseqüência deste cenário se traduz em um ajuste ao ideário neoliberal e pós-moderno, que tenta redefinir e privatizar, por dentro, a universidade pública. No entanto, a universidade, como parte da sociedade civil, também se constitui em um campo/espço de disputas e também de luta política contra a hegemonia. É um terreno de formação de *contra-hegemonia*.

Entretanto, vê-se que, mesmo com o processo de privatização da universidade pública, nos governos de Fernando Henrique Cardoso, e com sua contínua implementação, nos de Lula da Silva, não se pode deixar de analisar o espaço contraditório em

que se constitui a universidade, como instituição da sociedade. Para se apreender a materialidade histórica de um regime político e de suas ideologias, em um determinado período, deve-se buscá-la não só na concretude dos efeitos dos projetos e práticas políticas de governo, que tiveram lugar no referido contexto, mas, também, nos processos históricos que os engendraram e mediaram.

As universidades públicas do Brasil vêm sendo das maiores vítimas da diminuição de verbas, desde o governo de Cardoso, e continuam a sofrer cortes orçamentários relativos, no governo de Lula da Silva, tanto na graduação como na pós-graduação³. Um enorme painel de programas, sem alocação de verbas, que vão desde a instalação de energia elétrica nas IFES, passando pela compra de vagas em universidades particulares (PROUNI), até a contratação de professores “horistas”, sem tempo para se dedicarem à pesquisa e à extensão, vem colocando em risco a qualidade da pós-graduação e da graduação.

O sucateamento das universidades e centros públicos de pesquisas não parece decorrer, primordialmente, da escassez de recursos, mas, sim, de uma clara orientação política, que não prioriza os investimentos sociais, mas destina, cada vez mais, investimentos públicos à iniciativa privada. A desresponsabilização do Estado com o ensino público

e sua vinculação, cada vez maior, à iniciativa privada são o norte das reformas do Estado e da educação. Enfim, essas reformas e seus decretos, os planos para a pós-graduação e o plano da ciência e tecnologia, contribuem para fortalecer, ainda, a coesão social, dentro da lógica do capital humano, nos países de capitalismo dependente.

Esta “Reforma Universitária” direciona a educação superior para a lógica mercantilista e desresponsabiliza, gradativamente, o Estado pela educação superior pública. A Reforma, ou melhor, essa ‘contra-reforma’, tem as seguintes características: enfatiza a educação como mercadoria, em detrimento de sua garantia como direito social; esvazia a Universidade como instituição social de interesse público; estimula as formações específicas e rápidas, em detrimento das formações generalistas, densas e críticas; prioriza a quantidade em detrimento da qualidade; estimula a avaliação como mecanismo de competitividade; e desestrutura, a curto e médio prazos, a carreira docente (ORLETTI, 2009).

No bojo das reformas educacionais, iniciadas a partir de 1990, podemos colocar vários problemas. O maior deles se refere às mudanças nas formas de gestão e avaliação do sistema público federal e das próprias universidades, pela adoção, por parte do governo, do MEC e da CAPES, de padrões e critérios de avaliação e financiamento produtivistas, ancorados em números, índices e tabelas de resultados a serem apresentadas ao público e aos organismos internacionais, principalmente à UNESCO e ao Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2005). Fatores, estes, que provocam a intensificação e precarização do trabalho docente, o que leva à perda de qualidade acadêmica e institucional.

Esta reforma universitária se fundamenta no princípio da eficiência, racionalização e enxugamento da máquina administrativa, com base em novas estratégias de gestão dos serviços e instituições públicas e na desestatização de setores estatais, tidos como essenciais para a população, além de outras medidas coadjuvantes. Tais

premissas permitem inferir que este tipo de planejamento (*estratégico*), ao ser transplantado pelo governo federal para as suas múltiplas agências e instituições, deve ter as mesmas finalidades que orientam as da empresa privada, ainda que adaptadas às suas especificidades/particularidades. Da mesma forma, passa a ser exigido das instituições ou órgãos da administração pública um planejamento estratégico de suas ações, de acordo com as suas funções (ANDES, 2009). Assim, assume-se o modelo empresarial de administração e gestão da máquina governamental e pública de modo geral, adequando-o às especificidades e características do setor ou serviço público e, no caso, das universidades.

Portanto, deduz-se que, ao incorporar ao planejamento e à gestão institucional a mesma lógica (conceitos, procedimentos, técnicas) do planejamento e gestão empresariais, a instituição pública passa a comportar-se pela lógica do mercado e a criar um ambiente dito “moderno”, racionalizado e ambicioso, de planejamento, organização e controle de seu processo, como um todo, de suas atividades, funções e finalidades. Ou seja, as IFES passam a construir um planejamento institucional ajustado à lógica mercantil e concorrencial, que vem também dominando outros setores e esferas da vida pública.

Resolvendo seus problemas internos e externos pela ótica instrumental, pragmática e utilitarista, as universidades deixam de tratar as questões e decisões como ações políticas, inseridas no conjunto das relações sociais e profissionais, passando, supostamente, a trabalhar com noções e posturas aparentemente neutras, despolitizando o processo administrativo e decisório, mistificando este processo e retirando do espaço público a sua real condição de palco dos conflitos e interesses sociais de classe.

O que vem caracterizando os governos brasileiros desde os anos 90, com continuidade no governo Lula da Silva, é a expansão da esfera privada e não a dilatação da esfera pública. Examinando mais amplamente a questão,

Essa ‘contra-reforma’ tem as seguintes características: enfatiza a educação como mercadoria, em detrimento de sua garantia como direito social; esvazia a Universidade como instituição social de interesse público; estimula as formações específicas e rápidas, em detrimento das formações generalistas, densas e críticas.

no escopo das reformas encaminhadas pelo Banco Mundial (BM) e pela OMC (BANCO MUNDIAL, 2003), é possível submeter à crítica a hipótese de que, se o intento da ampliação da esfera privada for verdadeiro e exitoso, a “reforma” poderá configurar um sistema de ensino superior único, indiferenciado, em que todas as instituições, independentemente de sua natureza jurídica, após classificação pelo sistema de avaliação, farão jus às verbas públicas, em nome do interesse público (ORLETTI, 2009).

3- A Universidade e Sociedade

Fiori (2003) ajuda a compreender esta disputa de projetos no interior da universidade, quando os relaciona à disputa de projetos nacionais de desenvolvimento, no Brasil, assinalando que as disputas se deram sobre os três projetos societários que conviveram e lutaram entre si durante todo o século XX.

O primeiro projeto nasceu das idéias do liberalismo econômico, centrado na política monetarista ortodoxa e na defesa intransigente do equilíbrio fiscal. Este projeto, que sempre se contrapôs ao que este autor denomina do “nacional desenvolvimentismo” ou “desenvolvimentismo conservador”, esteve presente na Constituição de 1891 e nos anos de 1930, está constituído de uma perspectiva nacionalista, que não altera substantivamente a relação de classe. Fiori (2003), apesar de constatar diferenças nos dois projetos apresentados, reafirma a dominância da perspectiva da classe burguesa como suporte de ambos.

O segundo projeto é um rearranjo das frações da burguesia brasileira. Com isso, segundo Fiori (2003), não se propõem reformas estruturais, mas rearranjos de classe e uma relação de colaboração entre capital e trabalho, mediante um processo de cooptação e de políticas públicas focalizadas. O projeto monetarista e fiscal opõe-se, de forma mais feroz, a um terceiro projeto, denominado por este autor de “desenvolvimento econômico nacional, popular de massa e democrático”. Trata-se de um

Resolvendo seus problemas internos e externos pela ótica instrumental, pragmática e utilitarista, as universidades deixam de tratar as questões e decisões como ações políticas, inseridas no conjunto das relações sociais e profissionais, passando, supostamente, a trabalhar com noções e posturas aparentemente neutras, despolitizando o processo administrativo e decisório.

projeto, encampado por forças muito heterogêneas, que vão, desde os defensores do modo de produção socialista a posições que postulam um projeto dentro da ordem capitalista, mas de cunho social-democrata.

Para Fiori (2003), esta terceira alternativa nunca ocupou o poder estatal, nem comandou a política econômica de nenhum governo republicano, mas teve enorme presença no campo da luta ideológico-cultural e das mobilizações democráticas no Brasil, desde os anos de 1950. Durante o período ditatorial no Brasil, intelectuais afinados com as idéias das agências multilaterais, alguns inclusive funcionários ou consultores destas, ganham força no âmbito governamental, defendendo ajustes na educação superior para adequá-la ao projeto desenvolvimentista associado e

dependente, em curso.

Esta explicitação dos projetos, por Fiori (2003), nos ajuda a entender os dois projetos, em curso agora, na reforma da universidade pública no Brasil. Observamos que se desencadeia um processo ideológico para justificar o modelo que vai sendo imposto, apresentando-o como o único caminho capaz de realizar os objetivos emancipatórios da sociedade. Mais uma vez, tem-se um conjunto articulado de valores que são proclamados, mas não são realizados. E, no caso das mudanças do sistema educacional, por meio da legislação e de medidas programáticas, o governo federal atual passa a aplicar políticas públicas que vão efetivando as diretrizes neoliberais, adiando e inviabilizando uma educação que possa ser mediação da verdadeira emancipação e da construção de uma sociedade mais igualitária e mais autônoma.

Configura-se, então, uma sociabilidade típica desse contexto neoliberal, atrelada a profundas mudanças provocadas pelas injunções dessa etapa da economia capitalista na esfera da educação e do trabalho, da cultura e da cidadania. Como consequência, produzem-se situações de degradação no mundo técnico e produtivo do trabalho; de opressão, na esfera da vida social; e de alienação, no universo

cultural. E essa lógica perversa compromete o esforço de humanização, sendo adversas as condições para se assegurar a qualidade necessária para a educação brasileira. O que se observa é que, com esta continuidade, não se vislumbra uma universidade calcada num projeto de desenvolvimento sustentável e autônomo, que tenha como meta ajudar na refundação da Nação, com inclusão social e democracia de fato (ORLETTI, 2009).

Desde a crise de realização do capitalismo internacional dos anos 80 até a implantação mais consistente do novo imperialismo, nos anos iniciais deste século, quando a internacionalização do capital e da educação atingem seu ápice, as diretrizes político-pedagógicas do BM para os países periféricos (SIQUEIRA, 2004) se constituíram em materialização setorial do “novo” binômio alívio à pobreza/coesão social, evidenciando com isso que, do ponto de vista do capital, determinações técnicas e ético-políticas, de modo inseparável, impulsionam o desenvolvimento das políticas especificamente direcionadas à formação para as demandas imediatas do setor produtivo.

Claramente, em harmonia com as recomendações do BM, observa-se que, no quadro das alterações que se processam nas relações entre Estado e sociedade, promovidas pelo governo atual, o mercado é identificado como portador da racionalidade sociopolítica e o principal promotor do bem-estar da “República” (BANCO MUNDIAL, 2003). Os direitos sociais – inclusive o direito à educação – estão sendo metamorfoseados em um setor de serviços, definido na órbita do mercado, o que vem resultando em uma progressiva redução do espaço público e uma ampliação do espaço privado (FRIGOTTO, 2007).

O atual foco da crítica está voltado à universidade pública, ainda que ofereça ensino de melhor qualidade do que o das universidades privadas. Todavia, estas, regidas por critérios empresariais, são tidas como a referência organizacional, consideradas mais ágeis e mais eficientes. Não é de surpreender que a democracia interna, a luta pela autonomia do saber, o debate crítico

e a politização, presentes no meio acadêmico, sejam tidos como indícios nefastos para uma dinâmica organizacional flexível, dotada de agilidade e eficiência.

O projeto de autonomia universitária que o MEC vem implantando nas universidades (MEC, 2005) é travestido de gerenciamento empresarial, regido pela lógica do balanço entre receitas e despesas, para fazer frente à necessária captação de recursos de outras fontes, estimulando parcerias com a iniciativa privada, no horizonte de um progressivo processo de privatização. A concepção de autonomia encontra um clima favorável no âmbito da reforma do Estado, com o intuito de transformar a instituição universitária em uma organização social.

Como alertou Oliveira (2008), “A continuidade da universidade pública é um milagre, após tantos ataques, neste país de origem escravista, termos ainda uma universidade pública e de qualidade que resiste, que se reinventa a cada dia, que é lugar de dissenso e de um consenso contra as políticas neoliberais”. Somente a universidade concentradora de múltiplas visões do mundo permite a seus integrantes, docentes ou discentes, oferecer novas concepções e novas atitudes perante a realidade existente. Acontece que a Universidade Brasileira, nas últimas décadas, tornou-se desestimulante e as práticas políticas quase desapareceram de seu interior. Necessita-se lançar à Universidade Pública Brasileira a tarefa de refletir sobre a sociedade que a envolve, resgatar seu papel de produtora de novos conhecimentos por meio da pesquisa, podendo, assim, desempenhar seu papel social.

Acreditamos que a tarefa da universidade é construir um consenso para a ação política. A teoria e o conhecimento novos, produzidos na universidade, não fazem a revolução, que continua sendo tarefa dos homens, mas é da universidade que podem vir os revolucionários. A universidade pública, particularmente, deve ser um instrumento de transformação e não um instrumento de colaboração. “Porque a história apreendida aí pode ser comparada a uma bela mulher vestida de sol” (OLIVEIRA, 2008), e é a

O atual foco da crítica está voltado à universidade pública, ainda que ofereça ensino de melhor qualidade do que o das universidades privadas. Todavia, estas, regidas por critérios empresariais, são tidas como a referência organizacional, consideradas mais ágeis e mais eficientes.

história que pode iluminar tudo.

A História é a história da luta de classes e o problema do mundo é a luta de classes. A revolução não é previsível: quando ocorre, temos que tomar seu pulso e conduzi-la. A teoria não faz a revolução, mas ajuda a entendê-la. E a universidade é um lugar de iluminação, aí pode nascer algo diferente. Não devemos combater a universidade pública nos seus deslizes, por momentos de colaboração com a classe dominante, destruindo-a por dentro; lembremos de que a Universidade é um lugar de dissenso, é contraditória.

Entendemos que a universidade é o lugar de dissenso, de rompimento, principalmente com o ideário central da globalização, “o pensamento único”. E, com certeza, este é o primeiro passo para começarmos um novo consenso sobre a nação, resgatando a cidadania e o compromisso da universidade em enxergar a sociedade não como a soma de indivíduos. Só assim estaremos buscando e construindo novas respostas de liberdade e democracia para a sociedade brasileira e mundial.

Algumas perguntas extremamente pertinentes que podem nos ajudar no fechamento desta tarefa: há ainda momento para a política ou o imenso dispositivo do capital já eliminou o sujeito tão completamente que o tornou prisioneiro vigilante de sua própria prisão? Será que já estamos mais do que na hora de transformar o mundo, ao invés de, simplesmente interpretá-lo? Acreditamos que interpretá-lo já significa um primeiro passo, embora insuficiente.

Neste contexto, a Universidade vinculada a um projeto de Nação, produtora de ciência e tecnologia, e de um “consenso” da consciência, como aponta Oliveira (2005), de que “não somos um amontoado de consumidores, não só é necessária, como fundamental”. Devemos, sim, é nos apropriar dela, reinventando-a a cada dia, resistindo sempre para que continue pública e gratuita e ajude o Brasil a andar para frente e não para trás.

A teoria e o conhecimento novos, produzidos na universidade, não fazem a revolução, que continua sendo tarefa dos homens, mas é da universidade que podem vir os revolucionários. A universidade pública, particularmente, deve ser um instrumento de transformação e não um instrumento de colaboração.

NOTAS

1. Por ora são 12 Projetos de Lei que tramitam conjuntamente na Câmara dos Deputados, tendo o PL 4212/04, do deputado Átila Lira, à frente.

2. *Desenvolvimento desigual e combinado*, ver BOTTOMORE, 2001: A pobreza dos países periféricos alimenta a riqueza dos países centrais, é o atraso combinado com o moderno que tem esta funcionalidade política.

3. Dados retirados do IV Plano Nacional para a Pós-graduação 2005-2010 e do documento sobre a Reforma Universitária, MEC, 2005.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN -Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Cadernos de textos do 28º Congresso** [mensagem eletrônica]. Mensagem recebida de <secretaria@andes.org.br> em 26 nov. 2008.

_____. As novas faces da reforma universitária do governo Lula e os impactos do PDE sobre a educação superior. **Cadernos Andes**. Brasília, n. 25, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/Caderno25.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2009.

BANCO MUNDIAL. **Informe anual**. Washington, 2003.

_____. **Construir sociedades de conocimiento: nuevos desafíos para la Educación Terciaria**. Washington, 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Anteprojeto de lei da educação superior. Brasília: Ministério da Educação, 29 jul. 2005. Disponível em: <<http://www/mec.gov.br/reforma/documentos>>. Acesso em: jan. 2006.

CARVALHO, Pedro. **A Crise por detrás da(s) Crise(s)** (financiarização, sobreprodução e a queda das taxas de lucro). Texto Mimeografado. Porto, outubro de 2008.

CHESNAIS, François. **O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior**. Texto Mimeografado, Outubro de 2008.

FIORI, José Luis. **Jornal de resenhas da Folha de São Paulo. Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 jun. 1998.

_____. A Esquerda e a Crise- Texto mimeografado, ainda a ser publicado na Revista Margem Esquerda, maio 2009.

_____. **60 Lições dos 90: uma Década de Neoliberalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação Trabalho e Educação no Brasil de hoje. In: NEVES, Lúcia; PRONKO, Marcela, Alessandra; SANTOS, Marco Antonio (coordenadores). **Debates e síntese do Seminário Fundamentos da Educação Escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV/LATEPS, 2007.

MARX, K. Prefácio da 1ª Edição e Pós-fácio da 2ª Edição de O Capital. Rio de Janeiro, MARX, K. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, F. de. Palestra ministrada na UERJ, Curso sobre a Obra de Marx, Rio de Janeiro, 2008.

_____, F. de. *Crítica da Razão Dualista – O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____, F. de. *O Elo perdido - Classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ORLETTI, Elisabeth. *Capitalismo Dependente e a desconstrução*

da Universidade Pública no Brasil- Tese de doutorado, defendida na UERJ, em abril de 2009.

PARIS, C. *O animal cultural*. São Carlos, SP: Editora da UFSCar, 2002.

PAULANI, Leda. Palestra ministrada na FIOCRUZ, em março de 2008.

SIQUEIRA, A. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. In: Lúcia Maria Wanderley Neves (org.). *A reforma universitária do Governo Lula: reflexões para o debate*. 1a ed. São Paulo: Xamã, 2004. p. 47-71. 

Sartre para enfrentar a crise: o reencontro com a história¹

Paulo Gajanigo

Doutorando em Ciências Sociais pela UERJ.

Email: gajanigo@gmail.com

Resumo: A atual crise do sistema capitalista lança um desafio para os trabalhadores e desmonta o argumento de que a história acabou. O presente artigo traz para o debate idéias de Jean-Paul Sartre sobre a ação histórica, por entender que o autor oferece elementos importantes no resgate do agir visando à ruptura com o sistema. Sartre busca os espaços de práxis comum que possibilitam a ação histórica; para isso critica a noção de estrutura, independente do sujeito, e mostra como os fenômenos sociais não podem ser resumidos a fatos. À luz dessa crítica, o artigo explora o contexto novo que a crise criou, identificando as respostas do Estado e da classe dominante, assim como algumas das possibilidades de espaços para alternativas coletivas dos trabalhadores.

Palavras-chave: Jean-Paul Sartre; Crise Capitalista; Estado; Movimento dos Trabalhadores; Dialética; Marxismo.

Até poderia indicar a leitura d’*A Náusea*, de Jean-Paul Sartre (2006), para os investidores em ações e títulos. A vida de Roquentin, protagonista do romance, que passa pela experiência de não encontrar a essência do que o rodeia, pode ao menos expressar os sentimentos de muitos desses investidores ao descobrirem que um trilhão de dólares some do mercado financeiro em poucos dias, sem que haja explicação aparente. Uma aventura existencialista parece a única forma de ilustrar a vida dos *yuppies*², agora. Mas gostaria de alertar que este artigo não servirá de alento, nem de companhia, para essas bizarras criaturas vindas dos redobramentos do capitalismo. Quero reivindicar idéias que Sartre escreveu 22 anos depois d’*A Náusea*.

Em *Crítica da Razão Dialética*, Sartre (2002) con-

solidou, no âmbito teórico, sua adesão ao marxismo, ao relacionar o existencialismo, que o ocupou até então, e seu engajamento no movimento comunista. A obra é uma síntese filosófica dos dois elementos, que é resumida por Sartre como a tentativa de resgatar no marxismo o método dialético e, nesse aspecto, o existencialismo teria um importante papel auxiliar, por se referenciar na existência concreta.

O rótulo de “intelectual engajado” para Sartre serviu para imunizar as idéias anti-capitalistas e socialistas do autor, dificultando a divulgação e compreensão de sua posição política a partir da segunda guerra mundial, que inclui seu apoio à URSS, a Cuba e às revoluções anti-coloniais na África. Sartre tornou-se um bom nome para ser citado nos cafés de Ipanema

e Vila Madalena. Carregar um livro seu pode ser um conveniente traço de diferenciação daqueles que estão no consumo de massa, lendo *O Caçador de Pipas*³ e *O Segredo*⁴. No movimento socialista, Sartre é visto com muita desconfiança. É taxado de filósofo pequeno-burguês ou, o que é pior, caiu no completo esquecimento⁵.

É um autor que tratou de “grandes temas”. No último período de sua vida dedicou-se ao estudo da racionalidade possível da história. Por sua profundidade teórica, não poderei entrar nos detalhes e na amplitude de seu trabalho. Quero, aqui, trazer um aspecto que acho essencial para debatermos a crise do capitalismo e suas repercussões na vida dos trabalhadores. Quando Sartre (2002) escreveu *Crítica da Razão Dialética*, o marxismo estava hegemonizado por um método arrogante e idealista. Podemos ver isso como fruto de dois fatores fundamentais: o stalinismo, que incentivava uma teoria fechada, morta e sem auto-crítica; e o academicismo, na Europa Ocidental, que tentou neutralizar um elemento fundante da teoria marxista - a *práxis revolucionária*. Sartre se propôs a enfrentar a tarefa de buscar a *práxis* na ação histórica e, para isso, era importante negar os fatalismos e determinismos. O marxismo de Sartre, para arriscar um rótulo, é uma busca dos momentos da *práxis livre* dos indivíduos que tornam possível a história.

Os trabalhadores enfrentam hoje exatamente esse desafio: na atual conjuntura mundial não se trata de buscar espaços para a ação efetivamente transformadora? Não se trata de reencontrar a história? Já está se tornando lugar comum, nesses últimos meses, o anúncio da morte ideológica do neoliberalismo. É evidente que anunciá-la já é parte de uma disputa ideológica: quanto mais bradarmos sua morte, mais “morto” estará o neoliberalismo! Um dos pilares do avanço neoliberal foi a idéia de ser a única via possível. Sem alternativa, a esquerda e os movimentos sociais se

enfraqueceram, o que, por sua vez, fortaleceu a idéia de que, de fato, só havia essa via. É um ciclo vicioso perverso, que só mostra sinais de possível entropia a partir da presente explosão da crise do capitalismo, a mais forte dos últimos 80 anos.

Nesse contexto, a idéia de *fim da história* parecia fazer sentido para muitos. A impressão de que a classe trabalhadora não existe mais como sujeito histórico – toda fragmentada pelas miseráveis condições de trabalho, restando apenas ações que são sempre parciais e incapazes de alterar o curso histórico – fez alguns chegarem a questionar o *real*: ele de fato existe, ou é tudo um grande deserto?

Que o *real* é um deserto, há certa razão nessa afirmação. Pois o *real* não são exatamente as luzes da Times Square, a plasticidade de Las Vegas, a roda gigante de Londres e os edifícios de Xangai. Como afirma o filósofo Slavoj Žižek (2005), quando nos propomos a agir, deparamo-nos com o *real* negativo, pois agir é um risco, sempre sem garantias. O que devemos evitar é a manutenção da mente cética e fatalista, cultivada durante os últimos 20 anos de *fim da história*. Dar a impressão de que a crise do sistema capitalista age como um desastre natural, espalhando-se como uma epidemia viral, é o desejo dos grupos dominantes, pois é essa crença que garantirá o controle desses grupos sobre o conjunto da sociedade. Por isso, há a necessidade de encontrarmos possibilidades de *práxis livre*, nesse contexto, e de derrubar a construção do monstro natural, anônimo, da crise.

Sartre afirmava que a ação histórica não é feita por “hiperorganismos” (SARTRE, 2002, p. 625). A *classe*, o *Estado*, o *mercado* não agem sem que se estabeleça uma relação dialética entre o indivíduo e as instituições. A *práxis* tem o efeito de objetivar a subjetividade. A consequência desse investimento subjetivo pode ser a subjetivação do objeto (*Ibid*, p. 279-292). É o que acontece quando vemos um carro dirigido por um indivíduo: tendemos a considerar o

O marxismo estava hegemonizado por um método arrogante e idealista. Podemos ver isso como fruto de dois fatores fundamentais: o stalinismo, que incentivava uma teoria fechada, morta e sem auto-crítica; e o academicismo, na Europa Ocidental, que tentou neutralizar um elemento fundante da teoria marxista - a *práxis revolucionária*. Sartre se propôs a enfrentar a tarefa de buscar a *práxis* na ação histórica e, para isso, era importante negar os fatalismos e determinismos.

carro como sujeito, autônomo. Essa subjetivação é comum e ligada ao processo de objetivação necessária da ação humana, pois a ação do carro é uma ilusão que esconde a práxis humana. É essa operação que será o germe de experiência que se desdobra na idéia de que as instituições agem como sujeito. O importante, aqui, é entender que o homem só pode alterar as condições materiais se emprestar-se como matéria. A construção de uma ferramenta exige que o homem utilize a mão, o braço, seu corpo como uma matéria contra a peça bruta. Por sua vez, a ferramenta carrega o projeto humano e as exigências do empreendimento ao próprio homem.

Essas exigências, no entanto, não agem sobre o homem como se este fosse matéria. Elas só podem *atuar como* matéria e, portanto, será o homem que, a partir da *práxis livre*, deverá aceitar a exigência. O debate que se abre com essa afirmação é a polêmica com o estruturalismo, principalmente aquele formulado por Claude Lévi-Strauss (1997). A famosa concepção do antropólogo francês de *estrutura*, inconsciente e compreensível sem que a intenção sujeito concreto seja considerada, é o alvo de Sartre⁶. Para este, o agir é *práxis*, e essa é humana. As estruturas precisam ser aceitas como determinações da ação. Mesmo em situações limites, como a de um escravo acudado, é necessário considerar sua capacidade de sintetizar o campo prático (*Ibid*, p. 660) e, portanto, de negar a determinação como material.

Apesar dessa *práxis livre* como fundamento, por que, então, nos parece tão clara a existência de fatos sociais e hiperorganismos? Os EUA invadiram o Iraque. O aumento do preço das *commodities* diminuiu a exportação. Os juros baixos causam fuga de capital. Vemos, nas afirmativas acima, relações fatuais entre organismos redutíveis à anúnciação de leis. Não é uma questão de mentira, mas de ilusão. O aumento do preço das *commodities* esconde uma relação entre produção e consumo. O que, por sua vez, também não é uma lei, como a da gravidade. Para ter efeito,

essa “lei” precisa da ação do empresário que possui terras com soja, de sua disposição para diminuir o lucro, da existência de alguma alternativa para o uso da terra. Depende, também, da organização dos trabalhadores, da oferta de mão-de-obra, das possibilidades de outros empregos... Ainda assim, com toda a riqueza de variantes, repito a pergunta, por que a lei “funciona”? A resposta que podemos dar a partir do pensamento de Sartre é a seguinte: a liberdade é passível de mutilação (*Ibid*, p. 579).

Essa mutilação da liberdade será definida por Sartre como a ação por meio do *processo*, e não da *práxis*.

Apesar de o *processo* ser fundamentado na *práxis*, é como se ele fosse uma anti-*práxis*. A “*práxis* desvela-se imediatamente *por seu fim*” (*Ibid*, p. 634). Já o *processo* se fundamenta na múltipla passividade. Para aquele que age por *processo*, a *práxis* está sempre em outro lugar que não em sua ação, é como se ele emprestasse o corpo para efetivar algo definido alhures. É dessa forma que o empresário da soja e o trabalhador encaram o aumento do preço da soja. São fatos externos, de uma *práxis* impossível de ser encontrada retroativamente. Será que alguém é responsável pelo aumento do preço?

Lemos os índices financeiros com a sensação de que lidamos com um fato estranho, do qual nunca é possível falar claramente. Parece que os investidores tratam de uma criança mimada. Quando esta se acalma, eles temem tomar um susto com outro berreiro.

Desenvolvem explicações abstratas e psicológicas. Atribuem ao *mercado* o comportamento dos próprios investidores, desconsiderando que o nervosismo vem deles e não “do mercado”. Aos “homens comuns” restam os sentimentos de incompreensão e temor.

A crise que enfrentamos hoje vem sendo apresentada de diversas maneiras. Há alguns que a consideram uma crise financeira e, por tal condição, trata-se de contê-la, antes que atinja demasiadamente a “economia real”. Entender o mercado financeiro como uma economia irreal e, pior, capaz de agir so-

Para aquele que age por processo, a práxis está sempre em outro lugar que não em sua ação, é como se ele emprestasse o corpo para efetivar algo definido alhures. É dessa forma que o empresário da soja e o trabalhador encaram o aumento do preço da soja. São fatos externos, de uma práxis impossível de ser encontrada retroativamente. Será que alguém é responsável pelo aumento do preço?

bre a bruta economia real, é, além de uma observação humilhante para os investidores no mercado financeiro, uma forte demonstração do fato de que, para operar na economia, não é necessário ter uma clara noção do funcionamento do sistema capitalista.

Anthony Giddens (1991) utiliza uma imagem para as possibilidades de racionalidade da História, na modernidade, que descreve muito bem a situação do sistema financeiro. Para o sociólogo, estamos em cima de um carro, guiado a partir de um conjunto complexo de motoristas, de forma que nenhum deles consegue definir o caminho exato a ser percorrido (GIDDENS, 1991, p. 133). Obviamente, Giddens não apenas oferece essa boa imagem, mas se restringe e sucumbe a ela. Sua única proposta para a situação é dialogar com esses motoristas e ver se eles dão um jeito de se entenderem!

O horizonte se complica numa situação de crise. Uma marola até poderia ser enfrentada pelos motoristas desse carro, mas se a onda cresce, suas cabeças começam a se bater. As declarações do presidente Lula, do Ministro da Fazenda, Mantega, e do Presidente do Banco Central, Meirelles, mais parecem laudos médicos. A crise é a doença da qual não temos a cura imediata, mas não é fatal; deve ser superada com descanso e vitaminas. As falas são adequações aos acontecimentos imprevisíveis. Se há uma melhora na venda dos automóveis, isso é suficiente para se dizer que a crise não deve afetar o consumo de carros no Brasil. Se o último índice de desemprego traz um forte aumento, o *médico* reconhece a ação da doença, adianta que novos medicamentos serão ministrados e que, em breve, veremos melhoras. Esforçam-se, assim, em passar a noção de que a crise é algo meramente acidental, que não coloca em dúvida a possibilidade do funcionamento equilibrado e harmônico do sistema.

As ações do *Estado* em relação à crise não são as de um médico por dois motivos óbvios. A crise não é uma doença e a sociedade não é um organismo. Sartre poderia nos explicar, então, por que os gover-

O Estado e as instituições, em geral, fundamentam sua ação em processos. A instituição não é um grupo em fusão, no qual ainda é possível ver claramente a práxis individual sustentando a práxis comum do grupo. Ainda que haja divisão de tarefas, a práxis individual tem como projeto o projeto da práxis comum do grupo. O indivíduo está na instituição como um suporte da ação do grupo, mas não como um "agente".

nantes fazem isso. Refutando a idéia funcionalista de sociedade, para a qual as partes interligadas dão corpo à sociedade, Sartre (2002) apresenta outro tipo de "estrutura" social, que se dá pelas relações entre grupos (grupo em fusão, grupo organizado e instituição) e coletivos. Para este artigo ressaltaremos a relação entre *coletivo* e *instituição*.

O *Estado* e as instituições, em geral, fundamentam sua ação em processos. A instituição não é um grupo em fusão, no qual ainda é possível ver claramente a *práxis individual* sustentando a *práxis comum* do grupo. Ainda que haja divisão de tarefas, a *práxis individual* tem como projeto o projeto da *práxis comum* do grupo. O indivíduo está na instituição como um suporte da ação do grupo, mas não como um "agente". Para tentar iluminar essa questão, recorrerei ao exemplo que Sartre (2002) oferece. O usuário dos Correios, ao procurar o serviço, pensa

o serviço como um instrumento inerte que permite que uma carta seja entregue longe de seu local de origem. O usuário não considera a *práxis individual* de todas as pessoas envolvidas no processo e, se o faz, é de forma negativa, a partir do "erro", ou atraso, na entrega. Assim, também o funcionário dos Correios se compreende como inessencial, como peça substituível (*Ibid*, p. 650-3). No entanto, não há espaço para fatalismo.

Nenhum indivíduo é essencial ao grupo quando este é coerente, bem integrado, habilmente organizado; mas cada indivíduo, quando realiza a mediação entre o indivíduo comum [...] e o objeto, reafirma *contra o grupo* sua essencialidade. E esta não visa [...] a singularidade histórica da operação, mas a liberdade prática como momento indispensável de toda operação, até mesmo no campo prático-inerte da alienação (*Ibid*, p. 665).

Ou seja, apesar de não parecer, há uma *práxis* "escondida" sob o *processo* institucionalizado. Para se esconder, ela se nega, mas sempre há o risco de isso não acontecer.

Só é possível compreender a instituição se pensar-

mos que ela se origina de uma crescente *serialidade* do coletivo. A *serialidade* é a forma como nos relacionamos sem que nossa ação comum se ligue diretamente à *práxis individual*. Mais uma vez recorro a um exemplo da vida cotidiana, dado por Sartre (*Ibid*, p. 364). Ao esperarmos um ônibus no ponto de parada formamos um coletivo com todos aqueles que fazem o mesmo. O objetivo comum de esperar o mesmo ônibus, para alguns daquele ponto, nos faz agir de forma unitária – esperar o ônibus e entrar nele, quando chegar – mas não nos liga a uma *práxis comum*. Sartre (*Ibid*, p. 365) diz que a *serialidade* é marcada por relações de alteridade, ou seja, nessa situação cada um é o outro do outro. Da serialidade pode insurgir uma *práxis comum*. Imaginemos a situação em que um dos passageiros desmaie dentro do ônibus. Rapidamente pode se configurar um grupo, com objetivo, muito claro, de socorrer tal passageiro. Isso provocará relações entre os passageiros, que não são de completa alteridade, pelo contrário, haverá cooperação, troca de palavras e afeto. Esse “grupo”, formado às pressas, não tem o caráter de *instituição*, exatamente por estar muito claro para todos o objetivo da ação comum, sem que haja conflito entre a *práxis individual* e a *práxis comum*. A *instituição* é fruto de um desdobramento (não cronológico, mas, de complexidade) do grupo, quando o processo alienado substitui a *práxis comum*. Só podemos entender a *instituição* por uma divisão interna do grupo em funções, sendo que uma parte será responsável pela manutenção e organização do grupo. Surge assim um *grupo soberano*, que terá em si a expressão da *práxis* do grupo (*Ibid*, p. 687).

A relação entre *grupo soberano* e *coletivo* é a relação que encontramos entre *Estado* e *povo*. A soberania do grupo se fia na serialidade do coletivo. Cada um do coletivo não tem em si a ação comum, a não ser pelo fato de ela ser-lhe estranha e de que a parte que lhe cabe não se relaciona diretamente a ela. Voltamos então à imagem do carro de Giddens (1991). No entanto, não retrocedemos: agora sabemos que essa situação é particular e só existe por um ângulo

Só é possível compreender a instituição se pensarmos que ela se origina de uma crescente serialidade do coletivo. A serialidade é a forma como nos relacionamos sem que nossa ação comum se ligue diretamente à práxis individual.

específico. A impossibilidade dos indivíduos para agirem sobre o *real* é o que sustenta o grupo soberano como o responsável pela ação do grupo. Por isso, os EUA invadiram o Iraque, a despeito de seus cidadãos terem tomado parte, diretamente ou não, da aventura imperialista.

Não chegamos até aqui para cair numa teoria maniqueísta que afirma que o *Estado* e as *instituições*, como a mídia, manipulam o povo. O método dialético de Sartre impede tal assertiva. O Estado é “imposto pelos exploradores como uma cobertura da exploração, ele é, ao mesmo tempo, caucionado pelos explorados” (*Ibid*, p. 718). Ou seja, o *Estado* é instrumento da burguesia e, para servir como tal, deve ser visto como representação da totalidade da nação. Esse efeito é conseguido pela ação do *grupo soberano* sobre o coletivo, tentando manter o compasso com o coletivo. No entanto, como o *soberano* não é a simples emanção da vontade do povo, é necessário o ajuste constante. Como diz Sartre (2002), “os coletivos são a matriz dos grupos e, ao mesmo tempo, sua tumba, permanecem como a sociabilidade indefinida do prático-inerte, alimentam os grupos, sustentam-nos e superam-nos, por toda parte, com sua indefinida multiplicidade” (*Ibid*, p. 712). Para controlar esse risco, o grupo soberano age, no conceito sartriano, por *extero-condicionamento*. O grupo, para obter das massas o com-

portamento e a ação desejados, se apóia na, e incentiva, a *serialidade* delas. Pensemos num caso recente, que me parece um claro exemplo desse processo. As decisões mais fundamentais da União Européia devem ser aprovadas por todos os países membros. Em alguns países, essas decisões precisam ser tomadas por meio de referendo. Recente medida, o Tratado de Lisboa⁷, teve o referendo rejeitado na Irlanda. O efeito provocado nas lideranças dos outros países e, até mesmo, no seu primeiro-ministro, Brian Cowen, foi de espanto e desilusão. Todos, rapidamente, se postaram como quando uma máquina nova mostra defeito: algo deu errado no procedimento e, em breve, tudo estará bem.

O Estado e a mídia agem com consultas constantes às opiniões das pessoas e, assim, vão direcionando seus discursos e seus atos dentro dos planos já estabelecidos por seus interesses⁸. O sonho de qualquer governo capitalista é ter um povo-máquina. No caso da Irlanda, cogitou-se ignorar o resultado e continuar o processo, outra alternativa era refazer o referendo, como se se tratasse de uma experiência de laboratório que não produziu o resultado esperado pelos manuais de química. Em nenhum momento os dirigentes da União Européia cogitaram dar alguma razão à maioria irlandesa votante. Inclusive, uma crítica ao resultado do referendo irlandês foi a de que se tratava de uma perspectiva negativa, sem conseqüência, irresponsável. A questão é que o agir na serialidade contra o interesse do grupo soberano é sempre negativo, obscuro, sem um projeto. A pergunta que devemos fazer é: no caso de vitória, o voto significaria um apoio totalmente consciente ao projeto de integração? Não se trata de apoio porque “os coletivos e os ajuntamentos inertes nunca chegam a conferir legitimidade à soberania, nem às instituições: eles as aceitam por impotência e porque elas já são legitimadas pelos *Outros* (os do grupo)” (*Ibid*, p. 711). Se, porventura, o processo na Irlanda não gerar uma organização coletiva contra o Tratado de Lisboa, superando a *serialidade*, o Estado pode superar essa oposição, com medidas administrativas.

Creio que agora podemos voltar ao objetivo principal do artigo: em que sentido a proposta de Sartre pode ajudar numa construção de alternativa, na atual crise do sistema capitalista. A burguesia tem um projeto claro, a despeito dos desencontros de análise e políticas. Seu projeto é superar a crise por meio da intensificação da exploração. Para isso, é necessário definir a crise como um fenômeno externo à lógica do sistema – seja um problema do mercado financeiro, seja fruto de alguns jogadores irresponsáveis, como disse Lula – e propor soluções que mantenham a

O Estado é instrumento da burguesia e, para servir como tal, deve ser visto como representação da totalidade da nação. Esse efeito é conseguido pela ação do grupo soberano sobre o coletivo, tentando manter o compasso com o coletivo. No entanto, como o soberano não é a simples emanção da vontade do povo, é necessário o ajuste constante.

serialidade na sociedade. A importante lição de Sartre (2002) é mostrar que a *práxis livre* é fundamento de toda ação. Se olhamos um fenômeno social como um monstro, um fato natural, é porque há aí um complexo sistema de condicionamento, que transforma a *práxis* em processo planejado e alienado. Para enfrentar isso é preciso combater o fatalismo e a descrença, cultivados pelos difíceis anos de neoliberalismo. A ausência de recentes experiências coletivas vitoriosas, da classe ou de setores dos trabalhadores, é um forte elemento para renovar o pessimismo. Mas o período de crise também é o momento em que a classe dominante mostra descontrole. Abre-se, assim, um espaço para a *práxis comum* pelos poros do grupo soberano. A esse resta, além da tentativa de restauração

do *extero-condicionamento*, a repressão aberta. Ao expor sua ação como repressora, seja por intermédio do Estado, da mídia, ou de grupos diretamente ligados à burguesia, provoca-se um efeito contrário: o enfraquecimento do controle por meio do *extero-condicionamento* – inclusive por incapacidade do governo em fazer concessões aos trabalhadores – pode causar descolamento das ações do Estado em relação à *práxis* individual. Situações em que a necessidade de repressão desnuda o caráter de classe do Estado e a estrutura de serialidade é rompida, pela perda de eficácia do grupo soberano, obrigam os indivíduos a agirem pela *práxis* comum. Essas experiências podem ocorrer em diversos ambientes do cotidiano, no ônibus, na vizinhança, na escola, no local de trabalho etc.. No entanto, entre o surgimento de situações de *práxis* comum e a ruptura com a opressão e a alienação há um caminho a percorrer. Sartre não oferece elementos claros sobre isso. Mas, eu gostaria de apontar aquilo que vejo como algumas das ações necessárias para que a *serialidade* se rompa e que uma alternativa da classe trabalhadora surja. Identifico três aspectos principais: o enfrentamento da burocratização nas organizações dos trabalhadores; a apresentação de um programa de reivindicações que supere a lógica do sistema; e a

construção de um projeto estratégico socialista.

O movimento dos trabalhadores deve incentivar as lutas de base, os enfrentamentos que, necessariamente, insurgirão. Para que isso ocorra, torna-se fundamental mudar o ritmo e, principalmente, a forma de atuação sindical que se tornou hegemônica, no período recente. Sartre (*Ibid*, p. 760) faz questão de lembrar que a *classe* não se resume ao sindicato ou ao partido, assim como também ela não é somente a massa dos trabalhadores, ela tem vários níveis. A direção do sindicato pode agir como *grupo soberano* sobre os trabalhadores (como *coletivo*). Os processos frios de eleição sindical, de assembléias protocolares se fundamentam na *relação serial* entre os trabalhadores. Lutar contra essa distância, entre o sindicato totalmente institucionalizado e a massa de trabalhadores, é o primeiro desafio para que uma real alternativa contra a crise apareça.

Se o que sustenta a ordem é o fato de que as pessoas, imersas na *serialidade*, se pensam impotentes, não podemos resumir nossas propostas sobre a crise a partir daquilo que é visível. Pois o visível, hoje, é baseado em nossa imaginação, criada no período passado de avanço neoliberal. Às vezes esquecemos que as condições que identificamos para propor políticas dependem das ferramentas materiais que temos, assim como da nossa organização interna. Devemos rejeitar as medidas que querem transformar o desemprego, a diminuição de salários, a piora da qualidade dos serviços públicos, em conseqüências inevitáveis da crise. O discurso fundamentado no economicismo – que só visualiza ajustes nas taxas de juros, no incentivo ao crescimento econômico, como o propalado por centrais sindicais (CUT e Força Sindical, em particular) – precisa ser superado por propostas concretas ligadas a um salto organizativo dos trabalhadores. O desafio é aliar o passo organizativo com a reivindicação concreta. Ou seja, a pauta da estatização de uma empresa é, hoje, considerada descabida para a maioria das pessoas, mas, no momento em que ocorre demissão em massa, comoção dos trabalhadores e, principalmente, uma ruptura com as *relações seriais* entre esses, a estatização pode se colocar como uma possibilidade a ser alcançada.

Toda inevitabilidade precisa ser confirmada pela

práxis, e ela depende de nossa chancela. Como vimos, essa chancela está longe de ser uma livre escolha, pois estamos impotentes na *serialidade*. Serão as experiências de ruptura com a serialidade que mostrarão o novo horizonte do possível. No entanto, se as lutas e reivindicações não se configurarem num projeto que tenha como objetivo alterar as relações sociais, ou seja, num projeto socialista, os momentos de *práxis* comum serão espasmos e a serialidade se reconstituirá.

NOTAS

1. Agradeço a leitura atenciosa e as sugestões dadas por Sonia Lúcio Lima ao presente artigo.
2. *Yuppies*: jovem profissional urbano ambicioso e próspero. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=yuppie>
3. Ver HOSSEINI, Khaled. *O Caçador de Pipas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
4. Ver BYRNE, Rhonda. *The Secret - O Segredo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
5. Recentemente um importante passo foi dado por Mauro Iasi (2006) para tirar a contribuição de Sartre ao marxismo do limbo no Brasil.
6. O debate entre Sartre e Lévi-Strauss pode ser acompanhado por meio do livro *Crítica da Razão Dialética* de Sartre (2002) e a resposta a ele no *Pensamento Selvagem* (1997).
7. O Tratado de Lisboa foi assinado pelos representantes dos países da União Européia em dezembro de 2007. Foi uma reformulação da proposta de Constituição Européia rejeitada em referendo pelos votantes da França e da Holanda em 2005. Apenas na Irlanda o tratado foi submetido a referendo e foi rejeitado com 53,4% dos votos.
8. O mecanismo é similar à forma como hoje se constroem os enredos das *novelas* de televisão. O autor de novela parte de um enredo que é influenciado diariamente pela pesquisa de audiência. Uma personagem ganha mais tempo de aparição, torna-se boa, volta a ser má, nasce um novo casal, numa relação com o aumento e diminuição do interesse do público.

REFERÊNCIAS

- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- IASI, Mauro. *As Metamorfoses da Consciência de Classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas: Papirus, 1997.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da Razão Dialética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- _____. *A Náusea*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. Edição comemorativa.
- ŽIŽEK, Slavoj. “Pós-facio: a escolha de Lênin” in *Às Portas da Revolução – escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005. 

Repressão Institucionalizada: os acontecimentos na USP, junho de 2009

A aceitação acrítica de ordens dos escalões superiores, em níveis hierárquicos descendentes, a banalização do autoritarismo e da arbitrariedade destas ordens e a política de avestruz dos subalternos, levaram a Alemanha – berço de conhecidos pensadores – à calamidade dos anos 30/40 do século passado. Assusta constatar o nível de aceitação cega, que está se espalhando, atualmente, em parte da comunidade universitária brasileira, a exemplo de serem aceitas, como normais, diversas intervenções sobre a autonomia das instituições e de seus programas de ensino e pesquisa, que vêm sendo toleradas, de forma aparentemente alienada, por reitores e, infelizmente, também por parcela da própria comunidade.

Em especial, é preciso notar que vem tomando conta da sociedade brasileira – como, também de várias outras – um fenômeno que precisa de muita atenção para evitar que se transforme em novo ovo da serpente: a naturalização do uso da violência contra quem age e/ou pensa de modo que defira da opinião, aparentemente, hegemônica, com destaque para a repressão violenta de movimentos sociais organizados. Em edição anterior desta nossa revista *Universidade e Sociedade*, a de nº 43, apresentamos artigo que fornecia detalhes sobre a repressão desencadeada pelo governo gaúcho e sua polícia militar sobre o MST, sendo muitos exemplos adicionais encontrados em outros meios de comunicação.

A repressão sobre os movimentos de docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos também vem se intensificando, nos últimos anos, e sabemos todos como foram reprimidas as manifestações contra o projeto REUNI, de reestruturação rebaixada das universidades federais: com o uso da força policial, chamada pelas próprias reitorias, que aceitaram a chantagem do governo e colocaram este projeto goela abaixo da comunidade universitária, sem o espaço necessário para a discussão das graves conseqüências deste ato. Tal atitude seria impensável, apenas uma década atrás.

Neste contexto, julgamos importante, no calor dos próprios acontecimentos, mostrar aos nossos leitores algumas facetas, menos divulgadas, dos fatos que vêm ocorrendo na Universidade de São Paulo (USP). Valer-nos-emos, para tanto, de depoimentos de colegas, de artigos divulgados na internet e de manifestos de várias origens. Obviamente, tendo em vista o prazo para a finalização da presente edição 22/06/09, a seleção estará longe da abrangência desejada, mas esperamos que, mesmo assim, acabe por aclarar um pouco o quadro, que vem sendo obscurecido, de maneira proposital, pela atual administração da universidade e pela mídia escrita e televisiva.

Para historiar, brevemente, visando à compreensão dos fatos que viriam a se desenrolar, é necessário resgatar que a inconformidade da comunidade acadêmica da USP foi se construindo a partir de uma sucessão de atos unilaterais da reitoria, particularmente em fins de 2008 e neste começo de 2009: mudanças repentinas, mal-fundamentadas, tomadas em um Conselho Universitário pouco representativo e em sessões, por vezes, tumultuadas, sobre assuntos de larga repercussão, até mesmo, na sociedade como um todo, que se referiram à reestruturação das carreiras docente e de técnico-administrativos, a mudanças importantes no vestibular, à institucionalização do ensino à



Fotos: Daniel Garcia/Adusp

distância, em especial para a “formação” de professores”. É notável, por sinal, a semelhança com encaminhamentos sobre os mesmos temas a nível federal, deixando em aberto a interpretação de que possa estar em curso uma execução, obviamente independente, do mesmo tipo de política pelo governo opositor de São Paulo.

Por parte dos sindicatos de docentes e funcionários – Adusp e Sintusp – havia, em pauta, ainda, a demissão arbitrária de um dirigente sindical, após processo administrativo, eivado de ilegalidades, ligado a atividades em defesa da categoria.

Maió é data-base das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza. A pauta de reivindicações, construída no conhecido Fórum das Seis, foi entregue antes do prazo, mas recebeu como resposta que a primeira reunião de negociação se daria apenas no dia 18 de maio. Os servidores técnico-administrativos entraram em greve já no começo de maio, muito também em função de pressão para a readmissão do sindicalista demitido, a qual consta da pauta.

Fechada a “negociação”, unilateralmente, pelos representantes das reitorias, já no primeiro contato, a percepção de que as direções das universidades, em especial a da USP, estavam caminhando, a passos largos, para uma atuação cada vez mais autoritária foi reforçada. A conseqüente decisão do Sintusp por construir piquetes de convencimento, com faixas e pessoas obstruindo o acesso a locais que foram determinados em assembléia, foi um passo previsível e legítimo.

A reitora convocou força policial especial para obter a reabertura dos locais. Alertada para o fato de que policiais, empunhando submetralhadoras, em frente ao prédio da administração e em outros locais, poderiam ocasionar eventos imprevisíveis, a reitora, Suely Vilela, não alterou sua conduta. Frente a estes fatos, gravíssimos, docentes da USP declaram-se em greve, no dia 4 de junho, e o Fórum chamou uma manifestação das comunidades universitárias para o dia 9 do mesmo mês. Este foi o dia em que a USP foi invadida por tropa de choque e policiais da Força Tática da polícia militar, que perseguiram os manifestantes com todo tipo de atos violentos até o prédio dos Departamentos de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

A presente coletânea de textos tem muito a ver com a violência, assim perpetrada contra a instituição, que deveria representar, por excelência, um espaço de reflexão e diálogo. Ela está organizada em quatro partes.

PARTE I

Os antecedentes da violência do dia 9 de junho de 2009 na USP...



...presença da polícia militar, com submetralhadoras, no campus Butantã, desde o dia 1º/06/2009

**Boletim Extraordinário, de 8 de junho, da Associação dos Estudantes de Pós-graduação apresenta uma visão de alguns antecedentes históricos da repressão, desencadeada com a entrada da polícia militar no campus Butantã da USP, em 1º de junho, e que acabou por culminar na inominável agressão do dia 9 de junho.*

Boletim USP/Capital EXTRAORDINÁRIO

Gestão 2009

REFLEXÃO
e ousadia
REFLEXÃO
e ousadia
REFLEXÃO
e ousadia

NOTA PÚBLICA DA APG-USP / CAPITAL

A Universidade de São Paulo, campus Butantã, desde o início desta semana, vem servindo de cenário para insólitas operações da Polícia Militar. Por pelo menos três dias, contingentes de policiais armados, colocaram-se a entrada de prédios de seus órgãos administrativos, faculdades, institutos, museus e bibliotecas. Essas operações seguem a execução de um pedido de reintegração de posse por parte da Reitoria da USP. Em nota, a medida é justificada sob o argumento de que o "funcionamento da universidade" teria sido transtornado por ações "isoladas", "tumultuosas" e "violentas" de obstrução do acesso a prédios da universidade por "piquetes", atribuídas a um "grupo de servidores". A Reitoria, então, reivindica a sua responsabilidade em manter a regularidade do funcionamento da universidade.

O Sindicato dos Trabalhadores da USP, em comunicado publicado no mesmo dia, respondeu à nota da Reitoria contestando as descrições e qualificações dadas às manifestações de seu movimento que, atualmente, encontra-se em greve, conjuntamente com os funcionários da UNICAMP, em prol de uma lista de reivindicações que eles não julgam contempladas pelas propostas do Cruesp. O SINTUSP afirma que nos acessos aos prédios citados só havia faixas com os dizeres "Estamos em Greve" e, em algum deles, encontravam-se também "Comissões de Orientação e Esclarecimentos", compostas por funcionários das respectivas unidades que lá estavam por deliberação da assembléia dos funcionários da USP. As ações do movimento teriam sido todas baseadas em "decisões legitimadas em reuniões de unidades e assembleias gerais da categoria"

Fotos de batalhões policiais armados na USP colocam, agora, de maneira emblemática e à vista de todos, a cultura política vigente na atual estrutura de poder da USP diante das reivindicações da comunidade acadêmica. Emblemáticas porque condensam em imagem uma série de outras medidas que compõem um movimento mais amplo de avanço de forças reacionárias às demandas de democratização da universidade. Nesse sentido, basta lembrar que das últimas nove reuniões do Conselho Universitário (Co), cinco foram realizadas em área militar (IPEN), sob forte esquema de segurança. Some-se a isso, que tais reuniões foram marcadas por graves problemas na convocação da representação discente e de servidores, além de violações a normas regimentais, principalmente no tocante ao procedimento das votações. A recorrência desses fatos e as suas conseqüências extremamente anti-democráticas levaram a APG-USP/Capital a recorrer à Justiça, impetrando um mandado de segurança pedindo a anulação da reunião em que foi aprovado o orçamento da universidade para 2009.

Há ainda de se elencar o novo plano de segurança da USP, orçado em mais de 2,5 milhões de reais, tocado pelo ex-prefeito do campus, prof. Adilson Carvalho. Em reportagem de uma revista semanal, em que é fotografado ao lado de uma central de monitores de televisão com imagens da universidade e apelidado de o "xerifão do campus", ele declara: "Apesar de muitos estudantes afirmarem o contrário, a polícia entra na USP sempre que é chamada".

ASSEMBLÉIA DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO DOS CAMPI DA CAPITAL

**LOCAL: Espaço Verde
(Prédio de Ciências Sociais e Filosofia)
Segunda-feira, 08 de junho de 2009, às 19horas**

PAUTAS

- + **Entrada da PM nos Campus e outras medidas da reitoria em relação ao movimento grevista**
- + **Não homologação dos RDs das pós no Conselho de Pós-graduação (CoPGr)**
- + **Mandado de segurança pela anulação do Conselho Universitário de 16 de dezembro de 2008**

Em outra reportagem, esta publicada no Jornal do Campus, instado a comentar a suspeita de um estudante de que o sistema de câmeras de segurança pudesse se reverter em "uma forma de vigiar o movimento estudantil", o Prefeito nega, mas relativiza: "Elas vão ser usadas, claro; para identificação quando houver excessos."

As recentes políticas de segurança da USP precisavam de um esclarecimento: a presença da polícia no campus são necessários diante dos problemas enfrentados pelos frequentadores da Cidade Universitária ou são instrumento de investigação e perseguição política? Contudo, infelizmente, não foi nos dada a oportunidade de ouvir as razões da Prefeitura do Campus, que negou o pedido de audiência pública feito formalmente pela APG-USP/Capital, em Conselho Universitário realizado no dia 30 de setembro de 2008.

Podemos ressaltar, ainda, as sindicâncias sofridas por alunos que participaram da ocupação da reitoria de 2007; as diversas restrições, por parte dos órgãos administrativos da universidade, ao uso dos espaços do campus pelos estudantes e suas diversas entidades; a invasão da Faculdade de Direito do Largo São Francisco pela Tropa de Choque em agosto de 2007; a implantação de catracas; a censura realizada diretamente pela reitoria ao STOA (fórum digital da USP); as demissões sumárias de servidores e diretores de sindicato dentro da universidade. Poderíamos continuar listando inúmeras outras manifestações da atual política vigente na USP, porém preferimos voltar nossa atenção ao movimento mais amplo a que todas elas remetem.

CONTINUA NO VERSO

discussão sobre a reforma do Estatuto da USP. As forças do movimento pela democratização da universidade – representadas pelo movimento de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos – encontrava-se, então, completamente alijado do processo de discussão da reforma do Estatuto. A principal conquista do movimento de ocupação da reitoria de 2007 foi o compromisso, por parte da reitoria, de realização do V Congresso da USP, que acabou sendo agendado para maio de 2008. Esse movimento voltou para o V Congresso as suas esperanças de se articular em torno de um projeto concebido democraticamente por todos os segmentos da universidade, conseguindo, assim, disputar o processo de reforma do estatuto da USP, já em curso naquele momento. Na melhor das hipóteses, ganharia força o projeto de uma estatuinte democrática. Como bem se sabe, o V Congresso não se realizou porque a reitoria não liberou, em sua totalidade, o segmento dos funcionários. A não-realização do V Congresso foi a senha para que os grupos descontentes com as conquistas do movimento de ocupação da reitoria e, mais particularmente, com a idéia de se ampliar a discussão da reforma do estatuto, avançasse para estabelecer a sua hegemonia política dentro da universidade. O marco – não só simbólico, mas também jurídico – desse acontecimento foi o Conselho Universitário extraordinário do dia 28.05.08, o primeiro a ser realizado no IPEN, com graves problemas na convocação da representação discente e dos funcionários.

A pauta se resumia à discussão de um parecer elaborado pela Comissão de Legislação e Recursos (CLR) do Co respondendo a uma consulta, a posteriori, sobre um pedido da Reitoria da USP pela entrada da polícia militar no campus. O prédio da reitoria encontrava-se, naquele momento, obstruída por manifestantes que reivindicavam o agendamento de uma nova data para a realização do V Congresso, desta vez, com a previsão expressa de liberação dos funcionários. A relatoria do parecer foi feita pelo presidente da CLR, prof. João Grandino Rodas. O parecer não só respaldava a medida da Reitoria, como insinuava que houve etapas desnecessárias para se chegar a ela, como a do diálogo: "...houve um pedido escrito e oficial de desobstrução, entretanto, essa desobstrução (acredito que aqui a referência seja na verdade ao pedido de desobstrução) não se fez antes de possibilitar o diálogo, coisa que nem seria necessária – um diálogo nas circunstâncias, justamente porque a obstrução não tem fundamento, em absoluto, ela é ilegal por natureza". Havia também o diagnóstico de que vigeria na universidade uma "tradição de uma benevolência exagerada", remontando talvez "algumas décadas", que comprometia o funcionamento da universidade. Na parcela mais jurídica do parecer, ponderava-se que a necessidade da constância no funcionamento da universidade estava prevista em lei e que a prerrogativa de assegurá-la era função da reitoria. O argumento chega a soar, ao menos para quem lê a ata da reunião, quase como uma ameaça: "deve existir, sob forma de responsabilização, um rigor no cumprimento do calendário, ou seja, da não obstrução dos órgãos centrais da Universidade". A responsável, neste caso, seria a Reitoria que por ser "a autoridade administrativa máxima...é responsável legalmente pelo que faz e pelo que deixa de fazer...".

Mesmo professores com uma história recente de fortes atritos com o movimento estudantil e dos servidores, mas minimamente zelosos pela tradição democrática dentro da universidade, diante do precedente que estava prestes a ser aberto – cuja conseqüência não era outra que a legitimação da entrada da polícia no campus – fizeram falas no sentido de tentar adiar a votação do parecer da CLR. No entanto, o parecer foi colocado em votação e aprovado por ampla vantagem. Desde então, a cultura universitária do diálogo, da crítica, da manifestação e da discussão está em xeque, podendo ser suspensa quando, oportunamente, forem verificados "excessos", bastando um chamado para o uso da força e da intimidação armadas. Os episódios desta semana são prova disso.

Na já mencionada nota da reitoria a respeito da ocupação militar desta segunda, a referência ao parecer de março do ano passado da CLR é patente, ao invocar a "responsabilidade de garantir o funcionamento da universidade". Queremos deixar claro que não estamos fazendo, aqui, a insinuação de que a reitoria esteja agindo como está agindo por estar sendo pressionada a tomar esta atitude. Afinal, se o constrangimento for efetivo há sempre a possibilidade de se renunciar ao cargo. Contudo, a forma como a reitoria rifou as forças mais democráticas que lhe ajudaram na eleição, depois de se julgar assegurada no cargo, apontam que dificilmente há qualquer crise de consciência nas medidas que vêm sendo tomadas.

bastante prejudicada de universidade pode levar a acreditar que seja possível assegurar o seu "funcionamento" através do medo e do constrangimento, físico ou moral, imposto por uma força policial armada nas suas dependências. Um juízo desses chega ao mínimo possível da escalada em que foi reduzindo vertiginosamente o âmbito do que é o "funcionamento da universidade". Essa idéia é a expressão mais dramática do patamar medíocre em que se encontra, para alguns, a discussão sobre o que significa o "funcionamento da universidade". Para os que prezavam o sentido de uma cultura universitária, está claro que nos últimos anos abriu-se mão da interação com a comunidade a sua volta, da convivência em seus espaços, do seu lugar como espaço público e cultural da cidade em nome do "funcionamento da universidade". No momento, vemos aonde chega esta concepção: o "funcionamento da universidade" seria a mera conservação vegetativa de seu metabolismo burocrático; uma estrutura de poder que só se mantém em pé porque se assenta sobre um pesado jogo de interesses, que se fosse minimamente legitimado pela comunidade uspiana não precisaria fazer a USP amanhecer tomada, em seus diferentes institutos, por centenas de policiais armados.

Também é nossa convicção que a principal carência para garantir o funcionamento da nossa Universidade – pensado aqui em uma chave que faça jus à pluralidade de manifestações políticas, artísticas e culturais que, aliada à prática científica, deve definir uma instituição universitária – não é a tropa de choque, mas uma radicalização da democracia na sua estrutura de poder.

A APG/USP-CAPITAL PRECISA DE SUA CONTRIBUIÇÃO!

Há mais de 3 anos, alegando necessidade de reforma, a reitoria retirou das entidades centrais estudantis os espaços que ajudavam a financiar suas atividades das entidades. Por conta disso, a APG/USP-Capital encontra-se totalmente sem recursos financeiros além das contribuições da sua própria gestão que não são suficientes para sustentar minimamente suas atividades. Assim pedimos àqueles que quiserem contribuir com o movimento da pós-graduação que entre em contato com os membros da gestão ou enviem um email para: apg_uspcapital@yahoo.com.br

Quer participar do Movimento de Pós-graduação???

Visite o nosso site: www.usp.br/apg

Participe do o fórum dos pós-graduados da USP: www.usp.br/apgforum

Entre no nosso e-group: www.grupos.com.br/group/pgusp

No calor dos acontecimentos...



...depoimentos de quem presenciou a invasão policial no dia 9 de junho de 2009.



* Mensagem encaminhada por Pablo Ortellado

* Mensagem encaminhada por Tatiana Freitas Stockler das Neves



No calor dos acontecimentos...

*Mensagem encaminhada, em 09/06/2009 por Pablo Ortellado**

Representante dos professores assistentes doutores no Conselho Universitário da USP

Prezados colegas,

O que os senhores lerão abaixo é um relato em primeira pessoa de um docente que vivenciou os atos de violência que aconteceram poucas horas atrás na cidade universitária (e que seguem, no momento em que lhes escrevo – acabo de escutar a explosão de uma bomba). Peço perdão pelo uso desta lista para esse propósito, mas tenho certeza que os senhores perceberão a gravidade do caso. Hoje, as associações de funcionários, estudantes e professores haviam deliberado por uma manifestação em frente à reitoria. A manifestação, que eu presenciei, foi completamente pacífica. Depois, as organizações de funcionários e estudantes saíram em passeata para o portão 1 para repudiar a presença da polícia no campus. Embora a Adusp não tivesse aderido a essa manifestação, eu, individualmente, a acompanhei para presenciar os fatos que, a essa altura, já se anunciavam. Os estudantes e funcionários chegaram ao portão 1 e ficaram cara a cara com os policiais militares, na altura da avenida Alva-renga. Houve as palavras de ordem usuais dos sindicatos contra a presença da polícia e xingamentos mais ou menos espontâneos por parte dos manifestantes.

Nesta altura, saí da manifestação, porque se iniciava assembléia dos docentes da USP que seria realizada no prédio da História/Geografia. No decorrer da assembléia, chegaram relatos que a tropa de choque havia agredido os estudantes e funcionários e que se iniciava um tumulto de grandes proporções. A assembléia foi suspensa e saímos para o estacionamento e descemos as escadas que dão para a avenida Luciano Gualberto para ver o que estava acontecendo. Quando chegamos na altura do gramado, havia uma multidão de centenas de pessoas, a maioria estudantes correndo e a tropa de choque avançando e lançando bombas de confusão (falsamente chamadas de “efeito moral” porque soltam estilhaços e machucam bastante) e de gás lacrimogêneo. A multidão subiu correndo até o prédio da História/Geografia, onde a assembléia havia sido interrompida e começou a chover bombas no estacionamento e entrada do prédio (mais ou menos em frente à lanchonete e entrada das rampas). Sentimos um cheiro forte de gás lacrimogêneo e dezenas de nossos colegas começaram a passar mal devido aos efeitos do gás – lembro da professora Graziela, do professor Thomás, do professor Alesandro Soares, do professor Cogiolla, do professor Jorge Machado e da professora Lizete todos com os olhos inchados e vermelhos e tontos pelo efeito do gás. A multidão de cerca de 400 ou 500 pessoas ficou acuada neste edifício cercada pela polícia e 4 helicópteros. O clima era de pânico. Durante cerca de uma hora, pelo menos, se ouviu a explosão de bombas e o cheiro de gás invadia o prédio. Depois de uma tensão que parecia infinita, recebemos notícia que um pequeno grupo havia conseguido conversar com o chefe da tropa e o persuadido a recuar. Neste momento, também, os estudantes no meio de um grande tumulto haviam conseguido fazer uma pequena assembléia de umas 200 pessoas (todas as outras dispersas e em pânico) e deliberado descer até o gramado (para fazer uma assembléia mais organizada). Neste momento, recebi notícia que meu colega Thomás Haddad havia descido até a reitoria para pedir bom senso ao chefe da tropa e foi recebido com gás de pimenta e passava muito mal. Ele estava na sede da Adusp se recuperando.

Durante a espera infinita no pátio da História, os relatos de agressões se multiplicavam. Escutei que a diretoria do Sintusp foi presa de maneira completamente arbitrária e vi vários estudantes que haviam sido espancados ou se machucado com as bombas de concussão (inclusive meu colega, professor Jorge Machado). Escutei relato de pelo menos três professores que tentaram mediar o conflito e foram agredidos. Na sede da Adusp, soube, por meio do relato de uma professora da TO que chegou cedo ao hospital que pelo menos dois estudantes e um funcionário haviam sido feridos. Dois colegas subiram lá agora há pouco (por volta das 7 e meia) e tiveram a entrada barrada – os seguranças não deixavam ninguém entrar e nenhum funcionário podia dar qualquer informação. Uma outra delegação de professores foi ao 93º DP para ver quantas pessoas haviam sido presas. A informação incompleta que recebo até agora é que dois funcionários do Sintusp foram presos – mas escutei relatos de primeira pessoa de que haveria mais presos.

A situação, agora, é de aparente tranquilidade. Há uma assembléia de professores que se reuniu novamente na História e estou indo para lá. A situação é gravíssima. Hoje me envergonho da nossa universidade ser dirigida por uma reitora que, alertada dos riscos (eu mesmo a alertei em reunião na última sexta-feira), autorizou que essa barbárie acontecesse num campus universitário. Estou cercado de colegas que estão chocados com a omissão da reitora. Na minha opinião, se a comunidade acadêmica não se mobilizar diante desses fatos gravíssimos, que atentam contra o diálogo, o bom senso e a liberdade de pensamento e ação, não sei mais.

Por favor, se acharem necessário, reenviem esse relato a quem julgarem que é conveniente.

Cordialmente,

***Prof. Dr. Pablo Ortellado**

Escola de Artes, Ciências e Humanidades Universidade de São Paulo

*Mensagem encaminhada, em 11/06/2009 por
Tatiana Freitas Stockler das Neves**

Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e da Memória da USP(NIME).

Olás!

Peço desculpas pela extensa mensagem, mas dado o ocorrido se faz necessário.

Escrevo-lhes hoje, no feriado, com uma mistura de imensa indignação e grande tristeza. As atitudes da atual reitora da USP, com uso de força policial (incluindo aí a tropa de choque da PM) dentro do campus Butantã da Universidade - inadmissível!

Talvez vocês tenham visto algumas reportagens, talvez não.

Preferi fazer um relato pessoal do que presenciei de perto no dia 09/06, em contraponto às versões oficiais que têm saído em diversos jornais (excetuando-se uma reportagem que saiu na Record no fim da tarde, início da noite do dia 09/06 e da Folha de São Paulo no dia 10/06/09, no caderno Cotidiano).

Na 3a. feira, 12h, um grupo grande de funcionários, estudantes e professores da USP, UNESP e UNICAMP, reuniram-se em frente à reitoria da USP, em um ato de protesto à presença, desde o dia 01/06, da tropa de choque e da PM no campus Butantã, com o pretexto de um processo judicial de reintegração de posse de algo que não havia sido tomado (nem ocupado, invadido ou seja lá como queiram se referir).

No ato, houve distribuição de flores por professores, apresentações diversas de estudantes (performances), declarações de funcionários, docentes e alunos, além de representantes de outras instituições. O ato durou cerca de duas horas e meia, a partir do qual, realizou-se uma marcha, organizada pelos funcionários e pelos estudantes, em direção ao portão 1 da USP até av. Alvarenga.

Lá houve diversas manifestações, incluindo um momento em que um grupo de pessoas jogou próximo à tropa de choque, que se encontrava em um canto da rua Afrânio Peixoto, inúmeras flores. Havia também gritos de “Fora Pm” (referindo-se à saída da PM e da Tropa de Choque do campus), combinados com pessoas que mostravam à tropa de choque livros ou flores.

A tensão que poderia haver aí referia-se à presença desnecessária da tropa de choque nessa manifestação, cujo sentido era apontar de modo pacífico a contradição entre o discurso da reitoria de ser “aberta ao diálogo” e as constantes negativas de se agendar reuniões de negociação e a presença ofensiva da tropa de choque em uma universidade pública e dita democrática.

Ao final dessa manifestação um grupo de alunos permaneceu um pouco mais na av. Alvarenga, enquanto os outros manifestantes decidiram voltar à universidade, por volta das 16h30.

Nesse momento, decidi permanecer por perto, com receio de alguma ação repressiva da polícia com relação aos alunos, que logo decidiram voltar a USP.

Meu receio deveu-se à movimentação que começou a ocorrer de carros policiais (que até então não estavam lá), perto de onde se encontravam os alunos.

Voltando à universidade, próximo à Faculdade de Educação (FE), esses alunos resolveram parar para mais uma manifestação, encontrando um grupo de PMs de moto. Parte dos alunos, gritando “Fora PM” do campus, dirigiu-se aos policiais, que se sentiram acuados. Logo em seguida, porém, apesar da tensão, os policiais saíram dali, sem maiores problemas.

Daí por diante não pude acreditar no que vi. Estava no outro lado da avenida, que se encontrava interditada, próximo a algumas pessoas, quando quase fomos atropelados por duas caminhonetes da PM que vieram repentinamente na contramão.

Posicionaram-se para atacar os alunos, que nesse momento só estavam se manifestando com palavras, gritos e faixas e parando o trânsito da cidade universitária. Tudo isso foi muito rápido. Os policiais começaram a atirar bombas de gás lacrimogêneo, a tropa de choque armou-se e direcionou-se contra os alunos, com cacetetes, gás pimenta, balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e as chamadas “bombas de efeito moral”, que fazem um grande estrondo e invariavelmente lançam estilhaços. “Detalhe”: essas bombas também atingiram pessoas que estavam andando a pé pela avenida, pessoas no ponto de ônibus, pessoas que estavam dentro de carros etc.

O pânico foi geral e isso foi o estopim do que foi visto em grande parte da mídia.

A partir daí, alguns manifestantes começaram a arremessar o que encontravam para se defender (incluindo aí sim pedras).

Mesmo quando essas pessoas pararam de atirar pedras e já haviam se dispersado e fugido para outros lugares ou quando parte dos alunos levantaram as mãos para cima, pedindo que os policiais parassem de atirar, a tropa de choque seguiu marchando e atirando, e o contingente de PMs aumentando ainda mais.

Consegui me refugiar na Faculdade de Educação, onde ainda sentíamos o cheiro forte do gás lacrimogêneo.

O clima era de terror e tentávamos avisar o máximo de pessoas possíveis do que estava acontecendo e pedindo para saírem de lá de perto.

Segui com um grande amigo, que filmou o que houve desde o começo, até a praça do relógio, onde vimos mais e mais cenas absurdas. As explosões continuavam, havia uma espécie de neblina constante advinda das bombas lançadas intermitentemente.

As pessoas que como nós estavam correndo e tentando fugir para outros lugares narravam-nos cenas semelhantes ao que vimos em frente a Faculdade de Educação, só que em outros pontos da USP (em frente à reitoria, no Crusp etc.). Em cima de nós, sobrevoavam três helicópteros da PM.

Sentiamo-nos acuados, estupefatos, apavorados, impotentes, diante de uma força policial absolutamente desmedida.

Fomos para um prédio da Escola de Comunicação e Artes (ECA) e depois para um do Instituto de Psicologia (IP). Lá encontrei um grupo de alunos e soube de alguns que haviam se machucado. Já era noite e os barulhos continuavam. Os helicópteros da PM permaneceram voando com os facho de luz iluminando o chão, como quem procurava bandidos.

Sitiados. Essa era a palavra que melhor sintetizava o que muitos de nós vivemos.

Por telefone conversava com uma grande amiga, professora, que estava em uma assembléia de docentes na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), suspensa logo que souberam do que estava ocorrendo. Soube por ela que lá no prédio da História também haviam sido arremessadas bombas de gás lacrimogêneo. Desde quando souberam do que havia ocorrido, um grupo de professores tentava entrar em contato com a reitora ou outro representante da Universidade que pudesse parar essa barbaridade. Em vão. Ninguém era localizado.

Por ironia, soube no dia seguinte, pelo jornal, que a reitora encontrava-se dentro da reitoria da USP. Em silêncio, assistindo a tudo. E sem fazer nada.

Aliás, fez sim, foi a pedido e solicitação dela que esse efetivo todo foi deslocado para dentro do campus.

Apenas mais tarde, por volta das 19h30, efetivou-se o contato com o vice-reitor, por intermédio de um deputado estadual.

Uma comissão foi encontrar-se com ele solicitando a saída imediata da polícia do campus. O vice-reitor comprometeu-se a fazê-lo. E fez. Por duas horas o efetivo retirou-se da USP, voltando próximo às 23h. Continuava lá no dia seguinte, perto da reitoria.

A Universidade de São Paulo não é a casa de qualquer reitor, que deva ser guardada por policiais. E não se trata de arruaceiros, baderneiros, grupos radicais ou qualquer forma de desqualificação que se queira utilizar. Foram inúmeras as tentativas de conversa e negociação com a reitoria tanto em relação à pauta de reivindicações como em relação à retirada desse efetivo policial do campus. Em um local supostamente democrático, onde se privilegiaria o diálogo e a possibilidade de existência de posições diferentes ou discordantes, os conflitos passaram a ser tratados como casos de polícia. Ironicamente, foi muitas vezes lá na universidade que aprendi a atentar, criticar e me posicionar contrariamente a ações autoritárias. E foi lá também que muitas vezes vi esse autoritarismo expressar-se. O que lamentavelmente ocorreu no dia 09/06 foi expressão contundente da falta de diálogo e do autoritarismo vigente.

Sinto muito. E sentirei ainda mais se houver silêncio diante do ocorrido.

Não se trata de algo episódico ou que possa ser minimizado como exceção.

Abraços, Tati.

*Psicóloga e pesquisadora do Centro de Psicologia Aplicada ao Trabalho (CPAT) e pesquisadora e integrante do Laboratório de Estudos do Imaginário (LABI) do Instituto de Psicologia da USP.

Desconstruindo a fala dos dirigentes:

- * texto de Osvaldo Coggiola (professor do Departamento de História da FFLCH-USP), publicado na internet, analisando artigos da “Folha de São Paulo”, de 11/06/2009, que estão em anexo;
- * artigo de Ruy Braga (professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP), publicado no “Estado de São Paulo”, de 22/06/2009;
- * artigo de Roberto Boaventura da Silva Sá (professor de Literatura da UFMT), publicado no site do ANDES-SN de 17/06/2009;
- * extratos do “Observatório da Imprensa”, de 16/06/2009, analisando a cobertura dada aos eventos pela imprensa e pela televisão.



O INVERNO DE NOSSO DESCONTENTAMENTO

(Veja, em anexo, os dois artigos aqui comentados)

Oswaldo Coggiola

Professor do Departamento de História da FFLCH/USP

Depois de perpetrar a agressão à instituição, que deveria representar com a devida dignidade associada ao cargo, sendo culpada direta pela violenta repressão desencadeada sobre as comunidades universitárias pela PM, a 9 de junho, na USP, a Reitora Suely Vilela recebeu, de pronto, como era de se esperar, o apoio do editorial d'O *Estado de S. Paulo*. A concorrente direta deste jornal, reconhecidamente conservador, a *Folha de S. Paulo*, deveria, segundo sua propaganda reiterada, tratar a questão, supostamente, com mais objetividade e *imparcialidade*. Contudo, em sua conhecida "página 3", na seção chamada "Tendências & Debates", a *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 11 de junho, negou seu próprio nome, pois apresentou dois artigos da mesma *tendência* e, em conseqüência, nenhum *debate*. Os seus autores foram a Reitora da USP e o professor emérito da FFLCH, José Arthur Giannotti. O tema: o conflito da USP e, em especial, os acontecimentos de 9 de junho.

Para a Reitora, todo o problema reside em que "minorias radicais pretendem manter a universidade refém de suas idéias e métodos de ação política, fazendo uso sistemático da violência para alcançar seus fins". O problema seria antigo, pois "há 20 anos um mesmo grupo de militantes políticos profissionais domina alguns movimentos na USP". A Reitora deve saber que, no Brasil ou na USP, a militância política não está proibida; sua condenação dirigir-se-ia, portanto, ao "profissionalismo" da mesma, o que indicaria uma preferência sua pelo amadorismo (seus três anos de gestão à frente da USP corroborariam plenamente essa suposição).

O Prof. Giannotti reconhece a gravidade dos acontecimentos de 9 de junho ("Felizmente só houve feridos", nos diz, o que significa, corretamente, que poderia ter havido mortes), e estende a culpabilidade pelos mesmos à "indiferença da maioria dos atores (que) termina criando espaço para os ditos "radicais"", ou seja, mesmo réu, mais cúmplices. A solução, para o autor, seria que os cúmplices deixassem de sê-lo, para "explorarem as ambigüidades da legislação vigente para mobilizar a sociedade civil visando forçar mudanças nas leis pelas leis", o que admite diversas interpretações, a mais óbvia das quais seria a de que os movimentos sindicais deveriam ser liderados por juristas *experts* em ambigüidades legais. Piadas à parte, o Prof. Giannotti deve seguramente ignorar que essa "exploração" constitui o pão nosso de cada dia de cada professor, funcionário ou aluno que se propõe, na USP ou na universidade pública, fazer algo a mais do que obedecer a cartilha burocrático/privatista hegemônica.

Condescendente, a Reitora admite que "tudo indica que, de modo geral, intelectuais e cientistas têm dificuldades em lidar com a violência quando esta se expressa no âmbito dos conflitos políticos e, especialmente, em eventos nos quais estamos diretamente envolvidos". Somos também informados que, felizmente, "alguns de nós se dedicam ao estudo da crescente violência na sociedade brasileira atual, e avançamos muito na compreensão desse fenômeno". Infelizmente, entretanto, não somos informados acerca da identidade desse grupo de estudiosos, e menos ainda de suas conclusões, que lhes permitiriam "lidar sem dificuldades" com a violência, o que poria o Brasil (e, especialmente, a USP) na vanguarda mundial da pesquisa a respeito. Se a ação da PM de 9 de junho foi produto desses "estudos" devemos suspeitar, porém, que eles não primam pela originalidade.

Os acontecimentos de 9 de junho, segundo a Reitora, foram devidos a que "reduzido grupo de ativistas presentes na manifestação *que se desenvolvia pacificamente*, decidiu partir para provocações seguidas do confronto físico com os policiais", os quais, "provocados" (!), atacaram - com bombas de efeito moral, balas de borracha e cassetetes - o "reduzido grupo", os manifestantes todos, e toda pessoa ou coisa que se movimentasse, no percurso entre a rua Alvarenga e o prédio de História/Geografia, bastante longo. Para o Emérito Giannotti, "tendo os estudantes se associado a *grupos baderneiros*, não cabia à reitora chamar a polícia para garantir o patrimônio público?", premissa a partir da qual chegou-se a que quando "estudantes,

funcionários e professores se manifestavam contra a presença da polícia no campus... alguns extravasaram os limites do bom senso, *acuando a polícia*, que, reforçada, reagiu com violência”. Na mesma edição da *Folha*, a Profa. Maria Hermínia Tavares de Almeida, do Departamento de Ciência Política da FFLCH, entrevistada, coincidiu: “Na televisão, parece que os manifestantes foram atacados sem razão. Mas eles provocaram” (Informe de dirigente do Sintusp à assembléia da Adusp afirmou que, ao contrário, as provocações partiram da PM, especificamente contra as mulheres manifestantes, provocações acompanhadas – detalhe para nada secundário – da exibição de armas com poder letal).

A certeza absoluta, bastante imprudente, da Reitora, do Emérito e da Cientista, não revela, além disso, o teor das “provocações” que teriam “acuado” a PM (Teriam os manifestantes, ou um “grupo” deles, feito perigosos gestos obscenos contra os policiais? Ou, talvez, gritado de modo ensurdecido, ao ponto de seus insultos penetrarem capacetes especialmente desenhados para impedir a passagem de altos decibéis?), nem estabelece qualquer (des)proporção entre a suposta “provocação” e a reação policial, tarefa que, no mesmo caderno da *Folha*, fica reservada para o Governador José Serra (a cada um sua tarefa), segundo o qual “a Polícia Militar não exagerou no confronto”.

A Profa. Tavares de Almeida reconhece que “os salários da USP não são excepcionalmente altos”, pensando seguramente nos salários docentes. Os salários dos funcionários, com raras exceções, são simplesmente baixos. Afirma, porém, que não se poderia “começar uma negociação sobre salário invadindo o prédio da direção da universidade”, o que é uma informação falsa. Na USP há 15.221 funcionários técnico-administrativos, sem contar os aposentados (que também fazem parte da folha de pagamentos). Os salários dos docentes (R\$ 5.434), em especial em início de carreira, são também baixos, em relação à qualificação básica (doutorado).

Poucas empresas ou indústrias do estado têm tal quantidade de funcionários, nenhuma os têm tão concentrados. Nessas condições, só se poderia extirpar a luta de classes na universidade mediante o recurso sistemático à polícia, ou governando sob Estado de Sítio, em nome, claro, da função precípua da universidade, produzir e transmitir conhecimento. É o *sous-entendu* de alguns discursos que parecem invejar a “paz” da “*uniberçydade privada*”, com seus brilhantes dirigentes, elevado nível de ensino, pesquisa avançada e dotada de vastos recursos (extraídos dos lucros delirantes não-taxados das mantenedoras), democracia na discussão, e preocupação social (com as exceções de praxe).

A *Folha* nos informa também que já temos, na USP, um certo CDIE (Comissão para a Defesa dos Interesses dos Estudantes), composto por estudantes de direito, economia e engenharia, que fez um abaixo assinado *contra a greve* (ou seja, não contra o piquete, ou qualquer outra ação discutível, mas contra o direito elementar de uma categoria de trabalhadores se organizar em defesa própria), além de realizar, pelo que se sabe, outras ações bem menos pacíficas. Ou seja, que já teríamos um grupo com objetivos, e provavelmente métodos, de natureza fascista. A universidade seria, como outras vezes, um micro-cosmo antecipatório da sociedade em geral.

Não houve nenhuma tentativa de invasão, logo de cara, na campanha salarial (assim como não houve invasão pré-concebida dos estudantes em 2007), mas só um piquete dos funcionários. Cabe supor que nossos cientistas políticos e eméritos não ignorem que, perto dos *secondary pickets* do movimento sindical inglês, ou dos históricos piquetes móveis do movimento sindical norte-americano – dois países que os apóstolos da “excelência” e da “internacionalização” da USP não cansam de citar como exemplos – os piquetes do Sintusp parecem bailes de iniciantes na Ilha Porchat.

A universidade pública não poderia deixar de ser palco das contradições sociais gerais da sociedade, e de suas expressões políticas, a não ser que se pretenda (ilusoriamente) suprimi-las mediante o tacão policial (suprimindo também, nesse caso, todo debate acadêmico ou científico, e matando com isso a produção e transmissão de conhecimento, crítico ou não – aliás, todo conhecimento é crítico). É por isso que ela só pode ser eficazmente administrada por um governo oriundo da democracia em todos seus níveis de organização. O que os detratores consideram a fraqueza da universidade pública (a expressão aberta, social/sindical, política,

ideológico/científica, de seus conflitos internos) é justamente sua força, interna (para produzir conhecimento) e externa (para transformar a sociedade). O autoritarismo só produz administrações incompetentes (sob pretexto de “eficiência”), ensino degradado (agora também “à distância”) e pseudo-conhecimento rotineiro, baseado na cultura do produtivismo relatorial – obsequioso.

A democracia não suprime o conflito, nem o “institucionaliza”: faz dele a mola propulsora do progresso geral. O autoritarismo, ao contrário, o transforma-o no fator do impasse geral.

A luta da USP interessa a toda a universidade pública, interessa a todos. Não estamos diante de um “conflito elementar” exagerado por administradores incompetentes. O seu alcance é maior, é muito mais o que está em jogo, para a USP, para a universidade pública, para o Brasil.

Para que a obra de arte do Governador, da Reitora, do Emérito, da Cientista, e da *Folha*, ficasse completa, faltava, em nome da “democracia” (diferente, claro, da “ditabranda”), dar a palavra a algum dissidente, no caso o professor, também emérito, Francisco (Chico) de Oliveira, que afirma, na mesma edição, em entrevista com espaço menor, que o despreparo (“ribeirãopretense”) da Reitora transformou um “conflito elementar” num escândalo geral, devido à “decadência das instituições” (da USP): “Há uma crise geral de representatividade. O sindicato dos professores, por exemplo, é fraco. Não há com quem negociar”. Chico é favorável à renúncia da Reitora, e reconhece que o piquete dos funcionários “é um direito”.

ANEXOS

Artigos publicados na Seção “Tendências e Debates” da “Folha de São Paulo”, em 11/06/2009*

*CONFLITOS NA USP: NEM TUDO SÃO FLORES...

Suely Vilela

A comunidade universitária e a opinião pública têm acompanhado os últimos acontecimentos na Universidade de São Paulo.

A USP, nos seus 75 anos de existência, evoluiu, significativamente, no ensino, na pesquisa e nas atividades de cultura e extensão, mas há, ainda, muito por fazer para melhorar o seu desempenho.

Quero reconhecer, publicamente, que a maioria dos docentes, funcionários e estudantes demonstra seu comprometimento em corresponder às expectativas da sociedade, o que se pode constatar, também, no presente conflito. A quase totalidade da nossa comunidade acadêmica mantém suas atividades regulares, a despeito das tensões e dos constrangimentos a que vem sendo submetida, além das agressões aos órgãos da Administração Central. Lamentavelmente, minorias radicais pretendem manter a Universidade refém de suas ideias e métodos de ação política, fazendo uso sistemático da violência para alcançar os seus fins.

Há vinte anos, um mesmo grupo de militantes políticos profissionais domina alguns movimentos na USP. Durante esse período, tais grupos atuam sistematicamente do mesmo modo. Fazem-no mediante script conhecidíssimo e que se repete a cada período anual de negociações salariais. O enredo se inicia com pauta imensa de reivindicações e, em seguida, mobilizam, em torno dela, reduzido, mas aguerrido grupo de colegas, preferencialmente, nos órgãos de apoio da Reitoria, para então decidir entre eles por greve, não raro, deflagrada antes mesmo do início das negociações. Piquetes nas portas dos edifícios e até seu fechamento com correntes e cadeados, sem falar nas depredações do patrimônio público, compõem o cenário com o qual a USP é confrontada nessas oportunidades.

Organizações sindicais, movimentos reivindicatórios e o direito à greve para servidores públicos compõem, ao lado de outras instituições e formas de manifestação, a cena política típica de sociedades democráticas e, por isso, é imperativo que sejam reconhecidos e protegidos pela Constituição Federal e respeitados em nosso ambiente universitário.

Porém, o que quero destacar, no presente episódio, é o repúdio da ampla maioria a comportamentos que, rotineiramente, configuram a violação de preceitos fundamentais de sociedades democráticas, tais como a tolerância, o diálogo e a convivência social pacífica, além do respeito aos direitos individuais e coletivos, como o livre acesso aos locais de trabalho.

O fato é que devemos reconhecer que ainda não encontramos os meios adequados para enfrentar esse grave problema. Alguns de nós se dedicam ao estudo da crescente violência na sociedade brasileira atual e avançamos muito na compreensão desse fenômeno. Tudo indica, entretanto, que, de modo geral, intelectuais e cientistas têm dificuldades em lidar com a violência, quando esta se expressa no âmbito dos conflitos políticos e, especialmente, em eventos nos quais estamos diretamente envolvidos.

Há tempos que diversas manifestações do público externo e, sobretudo, da comunidade uspiana expressam claramente o seu desejo de que a Reitoria adote providências enérgicas visando a coibir esse tipo de comportamento das minorias radicais da Universidade.

Por essa razão, solicitei, e foi deferida na Justiça, a reintegração de posse dos edifícios com acessos bloqueados. O descumprimento dessa decisão judicial motivou a presença da Polícia Militar nesses locais.

A persistência dos piquetes exigiu, por parte das forças policiais, a continuidade das suas ações, visando a assegurar o livre trânsito e a integridade das pessoas e do patrimônio público.

Esse ambiente de crescente tensão culminou nos lamentáveis episódios da última terça-feira, quando reduzido grupo de ativistas presentes na manifestação, que se desenvolvia pacificamente, decidiu partir para provocações seguidas do confronto físico com os policiais.

As medidas recentes adotadas pela Reitoria para enfrentar o problema representam clara inflexão face a experiências anteriores, pois procuram combinar adequadamente, o respeito aos direitos constituídos e o rigor na aplicação do arcabouço legal de que dispõem as autoridades universitárias para atuar nesses casos.

Enfim, quero reafirmar que a defesa dos princípios democráticos e, nesse caso, a nossa disposição para o diálogo

*USP: FAZ DE CONTA E VIOLÊNCIA

José Arthur Giannotti

MESMO QUANDO um professor chama a polícia para combater alunos desordeiros, ele simplesmente abdica de sua tarefa de professor; trata-os como se fossem transgressores, esquecendo que precisam ser educados.

Porém, tendo os estudantes se associado a grupos baderneiros, não cabia à reitora chamar a polícia para garantir o patrimônio público?

Se, entretanto, a reitora pode ter razão nesse ponto, cabe examinar como se chegou a essa crise em que ela deixa de ser professora para vestir o uniforme da repressão.

Na tarde de terça-feira, estudantes, funcionários e professores se manifestavam contra a presença da polícia no campus. Alguns extravasaram os limites do bom senso, acuando a polícia, que, reforçada, reagiu com violência. Felizmente só houve feridos.

Fora os esquentados de sempre, sobretudo o pessoal da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais) e da ECA (Escola de Comunicações e Artes), o resto da universidade funcionava normalmente, mantendo o curso das atividades costumeiras. Total esquizofrenia. Como todos não se mobilizaram para impedir a barbaridade do conflito?

É evidente que as lideranças atuais perderam qualquer legitimidade. Reiteradamente no mês de maio comecem as negociações para reposição salarial e outras reivindicações.

O orçamento das três universidades paulistas está bloqueado, sobretudo porque, durante a negociação da autonomia universitária, não se criou um fundo de pensão responsável pelo pagamento dos aposentados. Hoje, eles representam por volta de 30% do orçamento da USP, que, segundo última informação, teria chegado a

gastar 85% com pessoal. Obviamente o restante não basta para tocar uma universidade. A USP estaria falida se não fosse a Fapesp.

A falta de recursos disponíveis leva ao impasse. O sindicato de funcionários decreta a greve, algumas unidades diminuem suas atividades, a biblioteca, o “bandejão”, a creche e os ônibus circulares param (a greve parece ser contra os estudantes pobres).

A maioria, no entanto, continua trabalhando como se nada estivesse acontecendo.

Em geral, as lideranças dos professores e dos alunos acabam aderindo.

Na base de reivindicações abstratas, a greve se resume a uma triste encenação. Depois de algumas escaramuças, as partes cedem, obviamente sem ônus para os grevistas. Terminada a greve, eles fazem de conta que repõem as atividades retidas.

A repetição desse ritual não causaria grandes danos se não abrisse cunhas para a violência. Durante a greve, prédios são ocupados, o patrimônio passa a ser depredado e grupos entram em choque. Até onde vai esse apodrecimento?

A indiferença da maioria dos atores termina criando espaço para os ditos “radicais”. São aqueles que acreditam piamente que, dado o caráter repressor do aparelho do Estado, devem mudar, mediante violência, a universidade e o país.

Em vez de explorarem as ambiguidades da legislação vigente para mobilizar a sociedade civil visando forçar mudanças nas leis pelas leis, simplesmente se tomam como agentes sem compromissos com a legalidade. Consideram legítima sua violência e espúria qualquer reação.

Já que a maioria dos universitários não embarca nesses enganos -eles não se confundem com a sociedade nem acreditam que, no mundo de hoje, uma crise no Estado de Direito pode aprofundar a democracia-, os ditos radicais se isolam de seus representados, transformando uma possível violência política numa simples ação criminosa.

Nos últimos anos, cresceu a violência nas três universidades públicas paulistas, assim como aumentou o descrédito das lideranças. O que fazer para evitar o desastre?

Não sejamos ingênuos: passada a agitação presente, tudo voltará ao “normal” antigo. A não ser que professores, estudantes e funcionários se mobilizem e assumam a dualidade de suas funções sociais.

Se, de um lado, devem ser bons profissionais, de outro, não podem ignorar suas responsabilidades políticas, inclusive bloquear a burocracia para que possam agir por inteiro.

Repensar as pautas fantasiosas que têm marcado as últimas reivindicações é a tarefa mais elementar. No final das contas, que universidade queremos?



Foto: Daniel Garcia/Adusp

USP: UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA, SOB AS ORDENS DO MERCADO

O Estado de S.Paulo, em 22/06/2009

Por **Ruy Braga***

*“A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção”
em que vivemos é, na verdade, a regra geral.”*

Walter Benjamin

O ataque militar com bombas de gás, bombas de concussão e tiros de borracha ao prédio da FFLCH, na Cidade Universitária, é tão chocante quanto emblemático. É chocante, pois os professores, reunidos em assembléia no prédio dos cursos de História e Geografia, nunca representaram ameaça à ordem pública. Emblemático, pois violentou uma escola que se notabilizou internacionalmente por sua produção acadêmica crítica, reflexiva e, por isso mesmo, tradicionalmente insubmissa aos poderosos de plantão e seus projetos antidemocráticos de universidade.

Evidentemente, trata-se de uma violência interessada. O governador de São Paulo, José Serra, e a professora Suely Vilela, reitora da USP, sabem o que se encontra em disputa hoje: dois projetos antagônicos de universidade enfrentaram-se em 2007, quando então o governador buscou eliminar a autonomia universitária por meio de seus mal-afamados decretos. Naquela ocasião, a ação de forças de oposição fizeram-no recuar, impondo-lhe uma incontestável derrota. A reação não tardou e o armistício simbolizado pelo decreto declaratório de maio daquele ano parece estar sendo revogado aos poucos.

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo, a nova carreira docente, a política de moderação salarial permanente, a demissão de um dirigente sindical em pleno mandato e o recurso à Polícia Militar para reprimir um protesto pacífico de estudantes desarmados mostram, inequivocamente, que o ataque à autonomia universitária voltou. O objetivo de Serra e Suely Vilela é aprofundar a fratura que já existe na universidade, entre cursos desprestigiados e destinados a formar força de trabalho semiquificada em larga escala e cursos prestigiados e organicamente, vinculados a empresas interessadas em obter conhecimento tecnocientífico subsidiado pelo Estado.

Uma das principais ameaças à autonomia universitária consiste na progressiva submissão dos pesquisadores ao despotismo de mercado. A heteronomia acadêmica se impõe como regra, limitando a natureza criativa e inovadora do campo científico. Assim, a prática do pesquisador se vê degradada e sua liberdade, cerceada. Um novo regime disciplinar de produção e difusão do conhecimento científico vai se consolidando na universidade que responde, sozinha, por cerca de 28% da pesquisa científica brasileira. Um regime cujo sentido consiste em fazer com que a pesquisa científica se submeta às estratégias do modelo de acumulação vigente no país.

Contra esse projeto, setores universitários insubordinaram-se novamente este ano, sendo duramente reprimidos pela PM. Não causa espanto: tal projeto é incompatível com qualquer forma, ainda que incipiente, de democracia. Não é sem razão que no colégio eleitoral que escolheu o nome de Suely Vilela como primeiro da lista tríplice a ser levada ao governador, os votos dos representantes de entidades empresariais de agricultores, pecuaristas, comerciantes e industriais eram equivalentes em número aos votos de todos os representantes dos servidores não-docentes da USP.

A falta de participação da comunidade atenta contra o Artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que trata dos princípios da Gestão Democrática. O colégio do segundo turno contou com apenas 300 votantes entre 97.000 professores, estudantes e funcionários. Ou seja, 0,3% daqueles que participam da universidade indicaram o dirigente máximo da instituição. Mas mesmo isso já não é suficiente. Serra e Suely Vilela mostraram-se dispostos a aprofundar essa situação: cinco das últimas nove reuniões do Conselho Uni-

versitário foram realizadas no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). Por se tratar de uma instituição estratégica para o programa nuclear brasileiro, toda a área é fortemente militarizada.

Pela mesma razão, a nova carreira docente da USP, que submete promoções por mérito ao arbítrio da reitoria, foi aprovada de forma sumária em uma votação reconhecida pela própria assessoria jurídica da universidade como ilegal. Em síntese, temos acordos salariais não cumpridos, demissão de sindicalistas, recusas em negociar com entidades representativas, reuniões em áreas militarizadas, votações ilegais... Para realizar seu projeto, a reitora, apoiada pelo governo do Estado, necessita atentar contra a LDB, os acordos, as normas e as regras da própria universidade.

Suely Vilela não agiu irrefletidamente ao chamar a PM para ocupar o campus. E Serra sabia o que estava fazendo ao autorizar o ataque à USP. A repressão aos piquetes não passa de mero pretexto. Na verdade, esse projeto não tolera nenhuma forma de dissenso, de conhecimento crítico, reflexivo, por isso fomos encerrados em um verdadeiro “estado de exceção” não-declarado, sob o ataque de bombas de gás, bombas de concussão e tiros de borracha.

* *Professor do Departamento de Sociologia da USP e autor, entre outros livros, de Infoproletários (com Ricardo Antunes, Boitempo, 2009)*

Fonte: O Estado de S.Paulo

OPINIÃO: UNIVERSIDADES E AS REPRESSÕES

ADUFMAT, em 17/06/2009

Por **Roberto Boaventura da Silva Sá***

A quem não vive o cotidiano das universidades pode parecer estranho falar de repressões em tais espaços; afinal, a ditadura militar já encerrou seu ciclo há pouco mais de duas décadas. No entanto, por mais absurdo que possa ser, as universidades estão desdenhando a democracia. Na esteira da pós-modernidade, algumas confusões conceituais - produzidas por conveniência - estão facilitando ações institucionais e particulares que beiram o fascismo nesses espaços públicos.

O mote para tratar dessa questão foi o recente confronto ocorrido entre a PM-SP e alunos da USP. Motivo do estopim: protesto de estudantes e funcionários contra a presença da polícia naquele campus universitário. Motivo precedente: solidariedade de acadêmicos e de professores à reivindicação salarial dos servidores, em greve desde 05 de maio.

A solidariedade - coisa rara entre os contemporâneos - encaminhou para a ocupação de prédios, dentre eles, o da Reitoria. Seja como for, desde 1968, a PM não entrava na USP. Dessa vez entrou, sendo chamada pela Reitora; seu argumento: “manutenção da ordem” e garantia do “direito e ir e vir de todos”, principalmente daqueles que não concordavam com a greve. Sei que, neste momento, pode haver algum leitor dizendo para si próprio: “ela está certa”. Não. Ela não está certa. Daqui a pouco, volto a falar disso.

Antes, registro: programas sensacionalistas da TV usaram as fortes imagens do combate durante longo tempo de suas programações. Em um deles, por questões óbvias que movem algumas figuras, seu apresentador condenou a atuação dos acadêmicos, embora confessasse que não sabia sequer o motivo de tudo aquilo. Ao vivo, um repórter passou-lhe algumas informações, mas a “sentença” já havia sido lançada; e confirmada depois.

Até aí, nenhuma novidade. Infelizmente, muitos da mídia incriminam todas as manifestações que agregam certo número de pessoas. Ainda há quem atue como se fosse colaborador daqueles “hipócritas que viviam rondando ao redor” nos sombrios tempos da ditadura militar. Pior: os atos dessas criaturas não são questio-

nados; todas as violências vão sendo naturalizadas no país. E, assim, cada vez mais, temos menos democracia, embora o tempo cronológico vai, a cada dia, se distanciando daquele período em que tantos partiram “num rabo de foguete”, deixando “Marias e Clarices” a chorarem por tais “partidas”.

Agora, volto a falar da ação da Reitora ao chamar a PM para resolver problemas de ordem interna. Outro registro: sua absurda ação tem respaldo de muitos da comunidade. Contudo, passo a falar numa perspectiva ampla, pois não é apenas na USP que a PM tem sido chamada; também não é apenas por lá que muitos da comunidade dão aval a isso.

Quando a polícia é requerida para entrar numa Universidade, prova-se que um dos lócus privilegiado para o diálogo e para a vigência da democracia está entrando em absoluta falência. A continuar assim, perderá o sentido essencial de sua própria existência em pouco tempo. Por isso, nunca é demais lembrar: “as ações diretas que desobedecem ao poder político não são um mero uso de força por aqueles que não detêm o poder, mas um uso que aspira mais legitimidade que as ações daqueles que controlam os meios legais de violência”. (In: “Manifesto em defesa da desobediência civil”, *Jornal da Ciência*: ed. 3273, de 29/05/2007. Tal documento foi assinado por 31 intelectuais em 2007, por conta de outra e necessária ocupação estudantil ao prédio da Reitoria da USP).

No mesmo documento, lê-se também que “desqualificar a desobediência civil e a ação direta em nome da legalidade e da civilidade das instituições é desaprender o que a história ensinou”. Eis aí o cerne do problema: nas universidades, muita gente desaprendeu a lutar; enquadrou-se melhor ao sistema do que nos tempos ditatoriais. Com isso, muitos passaram a desrespeitar decisões coletivas, das quais abriram mão de participar. Optaram pelo silêncio mórbido de gabinetes e laboratórios. Esse silêncio dos “inocentes”, em tempos ditos democráticos, é o início do cortejo da instituição chamada Universidade. Esse poderá ser o maior dos débitos sociais deste momento para as futuras gerações. Parece que a prática da covardia será a grande lição aos mais jovens; pior: essa covardia está sendo protegida pelas armas dos militares em nome da urbanidade. Que retrocesso! Que perigo!

**Dr. em Jornalismo/USP. é Prof. de Literatura da UFMT*

Fonte: ADUFMAT

USP EM CRISE:

Cobertura da greve não tem fôlego analítico

*Observatório da Imprensa**, em 16/06/2009

Por **Tatiane Klein**, Estudante de jornalismo da ECA-USP

Colaboraram **Lucas Rodrigues de Campos** e **Guilherme Balza Corrêa Netto**, estudantes de *Jornalismo da ECA-USP*, e **Bruno Mandelli** e **Daniela Alarcon**, jornalistas formados pela ECA

“Invasão” e “confronto” estão entre as palavras centrais. O tipo de cobertura reservado à repressão dos movimentos sociais é aquele que estamos acostumados a ver: manifestantes baderneiros, pautas mostradas de forma desconexa, apoio à ação policial. Com a exceção de fotografias que desmontam a imagem de delinquência construída pelos textos como as que estão nas primeiras páginas da Folha de S.Paulo (26/5) e do Estado de S.Paulo (10/6), no geral, a cobertura é manchada pelo preconceito.

Conforme observou no domingo (14/6) o ombudsman Carlos Eduardo Lins da Silva, a Folha (e o Estadão também) não notou, ou preferiu não notar, o que subjaz ao que vem sendo denominado “crise na USP”. Os jornais a tacham como algo “político” e “radicalizado”, e que, por sê-lo, não merece crédito ou uma leitura

pausada. As reportagens caem com facilidade nesse alçapão, sem prestar atenção ao fato de que quase tudo o que se noticia sobre a USP desde o começo do ano tem estritamente a ver com a mobilização atual.

Para esses jornalistas, a greve dos funcionários da USP surgiu como que do nada, teve a “adesão” de professores e estudantes e, na última semana, se “radicalizou” de forma inexplicável, demandando violenta ação policial. Essa leitura estanque dos fatos faz só aprofundar a impressão de falta de consequência política entre os movimentos organizados da USP. Ninguém atentou, entretanto, para o fato de que o único confronto existente nessa conjuntura é a disputa entre projetos distintos para a universidade pública: um, dos manifestantes, que tem como foco a manutenção do caráter público e crítico da universidade, e outro, que se apegava à lógica de entidades como o “mercado”.

Ávidos por descobrir o grau de adesão à greve em número de unidades paradas, os jornalistas, de maneira geral, esquecem de prestar atenção às falas de estudantes, professores e funcionários nas assembleias que detalham as reivindicações. Os textos não juntam “lé com cré” e não se dispõem a tentar analisar o fenômeno fora da regra geral em que os fatos aparecem, autóctones, às vistas do leitor.

Desrespeito profundo

Sob o título “Curso para professor virou um alvo”, matéria publicada no domingo (14) pelo Estadão é a única que se propõe a analisar uma das pautas de forma mais atenta. Ainda assim, o faz sem consultar sequer uma fonte contrária à implantação do Ensino à Distância, como tem sido proposto para as universidades estaduais. Na Faculdade de Educação, na Associação dos Docentes e no movimento estudantil há quem discuta cientificamente a questão e essas pessoas simplesmente não foram procuradas. Por falta de informação, a contrariedade diante da Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo) vem sendo mostrada como uma pauta ingênua e elitista, contrária à democratização do ensino superior.

Com o título “Dos 16% para o ‘fora Suely’”, matéria também dada no Estadão (14/6) ironiza as pautas com base em um pressuposto falso: o de que, após o início da greve de professores e de estudantes, as reivindicações tenham sido alteradas ao sabor da desordem do movimento. O jornalista esqueceu de consultar a pauta unificada de reivindicações do Fórum das Seis, que congrega as entidades representativas das três universidades públicas estaduais. Ali, a pauta salarial, a readmissão do líder sindical Claudionor Brandão, a contrariedade com a Univesp nos moldes como está sendo proposta, entre outras pautas, já estavam presentes. A adição do “Fora Suely!”, conforme testemunham os movimentos, deve-se à presença e ação da PM no campus.

Destaque para a pauta “política de convivência estudantil”, que parece ter sido inventada pelo repórter, mas faz referência às políticas de permanência estudantil. No mais, o Estadão não se preocupou em verificar a quantas andam as políticas de permanência estudantil na universidade; de que forma a USP foi expandida (para a Zona Leste de São Paulo, por exemplo) sem ampliação de verbas; como o estatuto da USP tem sido reformado paulatinamente, sem consulta à comunidade. A Associação de Pós-Graduandos (APG), por exemplo, está impetrando um mandado de segurança contra a reitoria da USP por ilegalidades cometidas em votações do Conselho Universitário: nenhuma linha publicada sobre isso.

As reportagens também pecam por não terem consultado documento divulgado pela Associação dos Docentes sobre as perdas salariais dos professores e funcionários das universidades estaduais em comparação com a evolução da arrecadação do ICMS. De 1989 até 2009, as perdas salariais acumularam 42%. O reajuste salarial ganha mais sentido se observada essa queda em relação às arrecadações recorde do ICMS no último ano.

Se parte da comunidade uspiana hoje se insurge contra o projeto de universidade que a gestora Suely Vilela representa, isso é porque esta administração esteve marcada pelo profundo desrespeito à gestão

democrática da instituição. Quando fala em democracia, a imprensa a resume ao direito de ir e vir, evitando expor a greve, os piquetes e as manifestações também como instrumentos democráticos.

O fetiche do “outro lado”

A Folha de S.Paulo, em especial, tem passado sensação de equilíbrio na cobertura mais recente da greve. No entanto, o fetiche de mostrar o “outro lado” como uma forma de supostamente produzir equilíbrio não livra a cobertura do jornal de textos bastante editorializados.

Um elemento revelador dessa orientação é a cronologia “Crise na USP já se arrasta há mais de um mês” (12/6). O texto foge da objetividade factual ao deixar de mencionar acontecimentos importantes para essa greve, como o fato de as negociações da campanha salarial entre o Cruesp (Conselho de Reitores) e o Fórum das Seis terem sido interrompidas unilateralmente pelo primeiro, no dia 25/5. Isso é o que contribuiu para acirrar os ânimos entre as categorias, e não a ocupação de parte da reitoria por um grupo de manifestantes. Tal procedimento desmonta a aura de objetividade da cobertura.

As críticas à ação policial aparentam ganhar força por conta dos ferimentos causados pela PM a um dos funcionários de Folha que trabalhavam na cobertura; e do fato de a reitora Suely ter negado, sistematicamente, entrevistas ao jornal.

Organização sindical como problema

Por que existem piquetes na USP? Esta pergunta não passou sequer perto das redações. Ora: se em qualquer indústria o direito de organização sindical e o direito constitucional à greve deve ser assegurado, e a demissão de grevistas em represália, condenada, também na universidade isso tem de acontecer. Mas as reportagens simplesmente não dão conta de quais tipos de ilegalidade a administração da USP comete contra seus grevistas: se há relatos de assédio moral, por exemplo, o leitor não sabe, nem viu.

A matéria “Líder sindical na USP já fez 12 greves e prega revolta armada”, publicada pela Folha (13/6), também dá conta do viés que costura as posições do jornal sobre o sindicalismo. O destaque da manchete e da abertura da matéria para a filiação do líder sindical Claudionor Brandão a uma agremiação política que acredita na revolução armada é o signo do discurso que, subjacente ao texto, desqualifica o movimento. O texto atrela o movimento à violência da “revolta armada” e constrói a esdrúxula certeza de que uma vanguarda do movimento recorrerá a armas para expulsar a PM da USP.

Além disso, a reportagem parece esquecer que no Brasil, pelo menos desde 1988, há liberdade de organização política. Por certo não são expostos da mesma forma os sujeitos políticos que apoiaram o regime militar no passado.

Atitudes amenas

Ao narrar a ação repressiva da polícia na universidade, os jornais têm se valido das versões de manifestantes, reitoria e policiais, sem relatar o que muitos repórteres viram efetivamente na terça-feira (9/6). Exemplo é o destaque dado para o uso de bombas de suposto efeito “moral”. O leitor que nunca esteve perto de uma das granadas de borracha usadas pela PM, não saberá que elas realmente colocam em risco a integridade física dos atingidos. A explosão de uma bomba de efeito “moral” pode causar queimaduras graves, mutilar dedos das mãos, rasgar e penetrar a carne, bem como cegar.

Na USP, a indignação contra o que aconteceu naquela terça-feira é grande e os jornais não estão nem perto de mostrar esse impacto. Dos repórteres que viram parte da comunidade uspiana ser acuada e violentada no interior de uma ambiente que se pretende autônomo, a maioria calou.

*Fonte: Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=542IMQ010>. Acesso em: 23 jun. 2009.

USP EM CRISE:

TV reproduz versões e se exime de apurar

*Observatório da Imprensa**, em 16/06/2009

Por Bruno Mandelli e Daniela Alarcon em 16/6/2009, Jornalistas, formados pela ECA-USP Colaboraram Guilherme Balza Corrêa Neto, Lucas Rodrigues de Campos e Tatiane Klein, estudantes de Jornalismo da ECA-USP

A cobertura televisiva da mobilização na USP em especial, do ataque da Polícia Militar a estudantes, funcionários e professores ocorrido na terça-feira (9/6) é exemplo de uma prática jornalística que se resume à reprodução de “aspas”, em que os jornalistas abdicam de apurar e ser testemunhas mesmo havendo estado lá.

Essa tendência não é exclusiva da mídia eletrônica. Verifica-se um fenômeno semelhante na imprensa. Porém, na televisão, em que as imagens cumprem um papel central, a ausência de apuração causa uma espécie de curto-circuito: os apresentadores e repórteres não são capazes de dar conta das cenas transmitidas em seus próprios programas. Satisfazem-se em veicular “versões” (muitas vezes de um só dos “lados”), mesmo quando essas são desmentidas pelo que se vê.

Abdicando de informar

Em depoimento ao SPTV 2ª edição (9/6), da Rede Globo, o comandante da operação da PM, Cláudio Longo, afirma: “Existe uma ordem pra prender alguns líderes que estão incitando essa greve”.

A frase chama a atenção por dois motivos. Por um lado, indica que a ação da PM foi premeditada. Por outro, revela que não se visava garantir o propalado direito de ir e vir ou o cumprimento de mandato de reintegração de posse, como sustentam, em uníssono, a reitora e o governador do estado. Tratou-se, sim, de repressão ao direito constitucional à greve. O repórter, contudo, não compartilha do assombro; Longo não é interpelado a respeito do que dissera e a declaração não recebe o devido destaque. Posteriormente, a Globo passa a aceitar outras versões da PM, em clara contradição com essa. Apurar para quê?

Nos programas veiculados nas diferentes emissoras da TV aberta, há confusão generalizada sobre o grau de adesão à greve, as datas em que cada categoria ou unidade aderiu à mobilização e, especialmente, em relação à pauta. A edição do Jornal Nacional de segunda-feira (15/6) se esforça por apresentar de modo “didático” as reivindicações, que, segundo o telejornal, “incluem até o fim do ensino à distância”. Ora, ao que saibamos, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) sequer começou a funcionar.

O tratamento conferido pela mídia a essa pauta específica torna evidente a abdicção do papel de informar. Os veículos afirmam, em coro, que os estudantes são contra “a criação de cursos à distância pela universidade”.

Essa simplificação torna a informação incorreta. Os estudantes não são contra o ensino à distância em todas as suas manifestações, mas sim contra um projeto específico, com características específicas. O projeto que os estudantes colocam em questão, porém, foi escondido, pelas emissoras, do telespectador. O termo Univesp sequer é citado.

Tal expediente abre espaço para estigmatizar o movimento estudantil como elitista e contrário a ampliação de vagas da universidade, ao mesmo tempo em que poupa os veículos de apresentarem ao público as críticas concretas formuladas pelos estudantes ao projeto do governo do estado de São Paulo.

Ao mesmo tempo, proliferam erros pontuais: no SPTV 2ª edição, o comandante Cláudio Longo vira Cláudio Lobo; no Em cima da hora, também da Rede Globo, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas se transforma em Instituto de Filosofia e Ciências Humanas... Para evitar o enfado, nos furtamos de elencar um a um.

YouTube x televisão

Nenhum canal de televisão foi capaz de mostrar ao telespectador uma das cenas mais importantes dos acontecimentos da terça-feira (9/6): o momento exato em que teve início a repressão policial contra os estudantes. Só tiveram acesso a essas imagens aqueles que assistiram, no YouTube ou em outros espaços semelhantes na internet, aos vídeos produzidos pelos próprios estudantes.

Os cinegrafistas das emissoras de TV que estavam no local não captaram esse momento? Se esse tiver sido o caso, não era possível reproduzir as imagens independentes? Ao não fazê-lo, as emissoras deixaram de transmitir uma informação relevante a sua audiência.

As imagens mostram com clareza que o início do “confronto” foi, na verdade, uma ação unilateral da força policial. No momento em que a polícia jogou a primeira granada contra os manifestantes (como registrado aqui), não havia policiais cercados ou sob ameaça e, muito menos, qualquer agressão dos estudantes contra eles.

Na falta de imagens, os veículos da grande imprensa abdicaram da busca pelos fatos, optando por apresentar como possíveis as diferentes versões sobre o início ainda que algumas delas, como a apresentada por Longo, pudessem ser postas abaixo pelas imagens que a televisão deixou de exibir.

Para militantes e apoiadores do movimento grevista, a veiculação de vídeos pela internet converteu-se em valioso instrumento informativo e de disputa da opinião. Celulares, câmeras fotográficas e de vídeo foram amplamente utilizados. As imagens, que se proliferaram rapidamente, constituem um registro muito mais abrangente e diversificado que o veiculado pela televisão comercial (a não ser, é claro, pelas imagens aéreas, uma exclusividade da grande mídia).

A televisão parece perder o bonde em meio a tal efervescência. Crescem os acessos aos vídeos de imagens por vezes desfocadas, trêmulas, reveladoras. Que formalmente trazem as marcas de sua fatura: imagens feitas entre golpes. Quando a câmera repentinamente aponta para o chão é o cinegrafista-estudante a apanhar da polícia. “Ô, louco, pra que isso irmão?! Cobertura [jornalística]!”

“A verdade é que, ao que parece..., né?”

Cabe especial atenção à cobertura dada aos acontecimentos pelo programa Brasil Urgente, da Rede Bandeirantes, conduzido por José Luiz Datena (disponível no site da Bandeirantes).

O apresentador reservou mais de 20 minutos de seu programa (9/6) para cobrir, ao vivo, a ação policial na USP, e contou para tanto com um helicóptero, que sobrevoava o campus Butantã, e uma equipe de reportagem no solo. O aparato permitia uma visão privilegiada da movimentação no campus, possibilitando um acompanhamento dinâmico e detalhado da situação. Ainda assim, Datena foi incapaz de transmitir aos espectadores as informações básicas sobre o ocorrido.

O que se revela é a completa dissociação entre a rua e o estúdio; o comentário do apresentador e as imagens colhidas ao vivo não se concatenam.

Enquanto as imagens aéreas mostram as fileiras da Força Tática posicionadas na Cidade Universitária, em um longo e repetitivo monólogo Datena vaza suas opiniões pessoais, alternando momentos exaltados (“o pau vai comer”, “vai ter porrada” etc.), com aconselhamentos conciliatórios, em tom paternalista, aos estudantes.

Ao lembrar a ocupação da reitoria da USP ocorrida em 2007, Datena comenta: “Da outra vez até que o governador Serra demorou demais pra intervir”. Para ele, Serra “teve até paciência extrema”, foi “condescendente demais”. Com a linguagem que lhe é peculiar, Datena afirma que, violado o direito de ir e vir, os “princípios democráticos são arranhados” e “o couro come”.

A falação é interrompida apenas quando novas imagens surgem na tela, captadas pela equipe no solo. Um homem caído. Por quê? Datena especula: teria ele desmaiado, nervoso com o clima de tensão? Em uma passagem símbolo da extrema dissociação entre os fatos e o comentário, vemos uma mulher que, ao lado do homem caído, gesticula e grita diante da câmera. Uma imagem muda. Em lugar de suas palavras, que pode-

riam trazer elementos sobre as circunstâncias nas quais o homem passou mal, ouvimos o falar de Datena, que segue aventando hipóteses.

Ora, o homem era uma vítima visível de spray de pimenta. Contudo, até esse momento, Datena não se dera conta de que a ação da polícia já acontecera. A cobertura tivera início quando o “confronto” já estava em sua fase final, isso é, quando estudantes e funcionários estavam refugiados no prédio da História e Geografia, depois de terem sido perseguidos pela polícia por mais de 1 quilômetro.

“Parece que a PM até agora não agiu”, diz Datena. Ele fala em “desobstruir ruas”, quando o que se vê é um grande vazio. Por mais surreal que possa parecer, Datena apresentador de um telejornal, ou seja, aquele na posição de informar simplesmente desconhece o que acabara de ocorrer.

Quando, em seguida, surge a imagem de um estudante com a perna ferida por uma bala de borracha, Datena se dá conta, no ar, de que a polícia já agira. Aos 8 minutos de reportagem, conclui: “A verdade é que, ao que parece, o local já foi desobstruído, né?”. A altura da coluna de fumaça focalizada na sequência apenas reafirma o atraso da cobertura.

Uma vez constatado que a operação já ocorrera, vão ao ar imagens frias, de horas antes, que Datena identifica como “o momento em que o pau quebrou”. As imagens, contudo, se referem ao início do ato pacífico diante do portão da USP, que ocorrera mais de uma hora antes do “confronto”.

Em meio a esses tropeços, amplo espaço para a versão da PM, uma ode ao “Estado de direito” e o encampar irrestrito da tese de que a polícia só agiu porque foi provocada com pedras.

*Fonte: Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=542IMQ011>. Acesso em: 23 jun. 2009.



Foto: Natalia Guerreiro/CMI

E, a comunidade se posiciona...

Fotos: Daniel Garcia/Adusp e Natalia Guerrero/CMI

O QUE ESTÁ ACONTECENDO NA UNIVERSIDADE NÃO ATINGE VOCÊ?

Por que a universidade pública é importante para nosso país? É a universidade que forma profissionais para diversas áreas necessárias ao nosso desenvolvimento. É a universidade que discute e busca soluções para os problemas que afligem nossa sociedade, que promove a disseminação do conhecimento e da cultura do país.

A universidade pública precisa ser exercida plenamente suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade, mas tem sofrido vários ataques. O mais recente deles é a presença no campus da USP da Polícia Militar, chamada pela sua reitoria, para intimidar o movimento de reivindicação de estudantes, funcionários e professores das três universidades estaduais paulistas (Unesp, Unicamp, Usp e Ceeteps). As coisas se agravaram no dia 9 de junho quando a polícia reprimiu violentamente, usando bombas de gás lacrimogêneo, granadas de impacto e balas de borracha, estudantes e funcionários em manifestação dentro da Usp e atacou os professores que tentaram mediar o conflito.



- Em vez de negociar, Suely Vilela, reitora da Usp, preferiu chamar a PM, abdicando do diálogo e mostrando-se incapaz de resolver seus conflitos de forma pacífica e democrática.
- Nosso movimento reivindica:**
- a PM fora do campus da USP!
 - uma universidade democrática!
 - mais vagas nas universidades públicas!
 - mais recursos para a educação!

Comissão de Mobilização/Adusp - Associação dos docentes da USP
São Paulo, 18 de junho de 2009

...textos e manifestos a respeito da repressão policial.

Conteúdo:

- * Declaração da Assembléia da Adusp de 10/06/2009;
- * Manifesto do Conselho do Departamento de Geografia da FFLCH-USP;
- * Carta aberta de repúdio assinada pelos Professores da Escola de Aplicação da Universidade de São Paulo;
- * Posição da Congregação da Faculdade de Educação da FE-USP;
- * Comunicado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-FFLCH-USP;
- * Manifesto da Congregação da Escola de Comunicação e Artes-ECA-USP;
- * Nota de repúdio do ANDES-SN;
- * Carta Aberta da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação- ANPED;
- * Carta aberta da Associação Nacional de Política e Administração da Educação-ANPAE;
- * Nota de repúdio da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais-ABONG;
- * Relato sobre o ato, em 16/06/2009, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-FFLCH-USP, contra a repressão policial, com os professores Antonio Candido e Marilena Chauí;
- * Relato sobre a passeata e ato, em 18/06/2009, contra presença da PM na USP.

Adusp

DECLARAÇÃO DA ASSEMBLÉIA DA ADUSP DE 10/06/2009

A Universidade de São Paulo tem desrespeitado, há anos, no seu cotidiano e nas suas instâncias de decisão, o Artigo 206 da Constituição Federal que define o princípio da gestão democrática do ensino público. O desrespeito fica evidenciado pela ausência de diálogo sempre que deliberações de Conselhos de Departamentos, Congregações e do Conselho Universitário acontecem sem a devida participação de alunos, docentes e funcionários. Nos últimos meses testemunhamos algumas dessas deliberações que, no lugar do diálogo, impõem de maneira autoritária suas decisões, gerando conflitos e desgastes desnecessários entre as partes envolvidas: demissão política de um dirigente sindical, o ingresso da USP na Univesp, a reforma estatutária da carreira, as mudanças no exame vestibular, entre outras. As três últimas, aliás, foram tomadas sem razões acadêmicas que as sustentem.

A crise atual vivenciada pela USP, originada pela negociação de data-base, como vem acontecendo nas negociações dos últimos anos, a ausência de diálogo exacerbada pela ruptura por parte do Cruesp da continuidade da negociação, culminou com a solicitação, por parte da reitoria da USP, da presença da Polícia Militar, provocando a violenta repressão que vivenciamos na tarde de ontem no campus Butantã da USP.

Em função dessa sucessão de acontecimentos:

“Os professores da Universidade de São Paulo, reunidos em Assembléia no dia 10 de junho de 2009, em face dos graves acontecimentos envolvendo a ação violenta da Polícia Militar no campus Butantã, vêm a público exigir:

1. a renúncia imediata da professora Suely Vilela como reitora da Universidade de São Paulo;
2. a retirada imediata da Polícia Militar do campus;
3. que a nova administração adote uma medida firme para impedir que as chefias e direções assediem moralmente os funcionários que exercem o direito de greve, de modo a criar condições objetivas para que os funcionários possam suspender os piquetes;
4. que se inicie também imediatamente um processo estatuinte democrático.

São Paulo, 10 de junho de 2.009.

Adusp-S.Sind.
Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo

À Comunidade Universitária

MANIFESTO

O Conselho do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no dia 17 de junho de 2009, viu-se no dever de manifestar-se sobre a gravidade dos fatos ocorridos, especialmente os do dia 09 /06/2009 que, desafortunadamente, reaviva nossa memória de situações lamentáveis da história recente brasileira.

Nesse dia 09, a área de nosso Prédio foi alvo de ações violentas e ultrajantes por parte da polícia militar. Esse prédio, dadas as suas possibilidades arquitetônicas, é tradicional espaço de reuniões e debates e, principalmente, locus tradicional de reflexões para construção de conhecimento sobre a sociedade, na busca de superação de seus problemas, foi violado.

Naquele momento, diversas atividades acadêmicas se desenvolviam e, inúmeros alunos, docentes e funcionários, foram fisicamente vitimados por atos policiais como: lançamento de bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha, spray de pimenta e aparatos similares, configurando uso despropositado de força. Isso traduziu-se em lesões corporais, desmaios, vulnerabilidade de mulheres grávidas e pânico generalizado.

Pela primeira vez na história, esse prédio transformou-se em local de refúgio para aqueles que fugiam acuados da ação policial. Nessa circunstância, mesmo diante da tentativa de intermediação junto ao comando da ação, por parte de docentes e até por parte da Diretora desta Faculdade, as agressões se intensificaram.

Contrariando toda a natureza acadêmica desse prédio como espaço de reunião e de debates, ele transformou-se em um refugio violado.

Sentimo-nos na obrigação de escrever esse manifesto para esclarecer a comunidade uspiana e externa sobre os fatos vivenciados por nós, que não só nos atinge, mas principalmente a sociedade como um todo.

Mais do que expressar nossa indignação frente à agressão sofrida, repudiamos a abertura das portas da USP para a presença e atuação da Polícia Militar.

São Paulo, 17 de junho de 2009.

**Conselho do Departamento de Geografia
FFLCH/USP**

CARTA ABERTA DE REPÚDIO À AÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, EM 09 DE JUNHO DE 2009.

Nós, professores da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, manifestamos veemente repúdio aos atos violentos da Polícia Militar no interior do campus da USP, ocorridos em nove de junho de 2009.

Tais atos, além de atingirem alunos, docentes e funcionários desta e de outras universidades, colocaram em risco a segurança e a integridade física e psicológica de nossos alunos – crianças e adolescentes com idade entre cinco e dezessete anos.

Ao solicitar a ação da Polícia Militar, a Reitoria evidenciou desconsiderar a existência de uma **escola de educação básica** que pertence à própria universidade e, como tal, está sob a sua responsabilidade.

A escola encontrava-se em funcionamento na ocasião dos confrontos, que aconteceram no momento da saída dos alunos, em frente à Faculdade de Educação, o que provocou INSEGURANÇA entre aqueles que ainda estavam na escola, e PÂNICO por parte dos pais e familiares que desconheciam como estavam seus filhos

Além disso, várias crianças e adolescentes, que haviam participado de atividades no período da tarde, foram expostos ao confronto direto e aos efeitos das bombas, gases, balas de borracha e à truculência da Polícia Militar.

A suposta defesa do patrimônio físico não justifica essas ações que, na verdade, demonstram a recusa ao diálogo como meio de resolução de conflitos e apontam para a destruição dos princípios de uma sociedade democrática, pelos quais lutam aqueles que atuam nesta universidade.

É triste que as comemorações dos 75 anos desta universidade, em curso neste ano, sejam marcadas por fatos que remontam a períodos autoritários e repressores da história do nosso país.

Professores da Escola de Aplicação da Universidade de São Paulo

FEUSP

Posição da Congregação da Faculdade de Educação da USP

Diante da gravidade dos acontecimentos ocorridos no *campus* da USP na tarde de 09/06/2009, a Congregação da FEUSP, reunida em 15/06/2009, vem a público manifestar o que segue:

1. A presença da força policial no *campus* da USP não se coaduna, sob qualquer pretexto, com as características do ambiente acadêmico e sua retirada imediata é absolutamente imprescindível.
2. Não podemos aceitar passivamente que atos violentos instalem-se em um espaço constituído para o pensamento e a reflexão. É preciso encontrar formas de reabrir o diálogo e reinstalar a confiança na palavra, de modo a permitir que os meios próprios para a solução de conflitos universitários prevaleçam sobre a força bruta.
3. Considerando que é responsabilidade de todos nós, professores, alunos e funcionários da USP, encontrar meios de afastar todas as formas de violência no *campus*, para preservar a Universidade como um espaço plural e democrático, de geração e partilha do saber, sugerimos a constituição de uma comissão, formada por professores da USP, com autoridade reconhecida pelas partes envolvidas, para mediar o presente conflito e encaminhar, em regime de urgência, propostas de soluções para as questões cruciais.

Professora Doutora Sonia Teresinha de Sousa Penin
Presidente da Congregação da Faculdade de Educação da USP

S. Paulo, 15/06/2009.



MOÇÃO DA CONGREGAÇÃO DA FFLCH-USP

Em vista dos acontecimentos recentes que chocaram a comunidade universitária e a opinião pública, a Congregação da FFLCH-USP, reunida em 18/06/09, vem a público manifestar, como já tem feito sua Direção, a mais veemente repulsa à violenta e brutal agressão de que foi vítima, no dia 9 de junho, por parte da Polícia Militar. Tal ação, precedida pela presença ostensiva dessa força armada no campus da USP, gerou acontecimentos incompatíveis com o funcionamento normal da vida universitária.

Esta Congregação também rejeita todas as formas de violência praticadas por grupos ou indivíduos impedindo que professores e alunos possam exercer livremente e sem quaisquer constrangimentos, as atividades acadêmicas a que tem direito.

A preservação de um ambiente pacífico – interno e externo – é condição essencial para que o pensamento prospere e, portanto, para a própria existência da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

São Paulo, 19 de junho de 2009.

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini
Diretora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Manifesto da Congregação da ECA em 16.06.09

A Congregação da Escola de Comunicações e Artes, em Reunião Extraordinária realizada em 16.06.2009, traz a público as seguintes considerações:

1. Reconhece que a Universidade de São Paulo sempre se pautou pela proposição e enfrentamento de ideias e valores na condução dos seus objetivos de ensino, pesquisa, cultura e extensão em permanente exercício de aplicação de princípios democráticos de negociar o dissenso. É a esta concepção de Universidade Pública que a ECA se integra.
2. Entende que o contexto atual de conflitos que nos envolve precisa ser enfrentado dentro de princípios democráticos, garantindo a governabilidade da instituição.
3. Compreende que a negociação de conflitos deve preservar o lugar articulador dos representantes institucionais.
4. Em defesa da autonomia da Universidade propõe o compromisso de funcionários, professores e estudantes para que voltem à negociação, sem uso de qualquer tipo de força interna ou externa à Universidade, seja na obstrução do acesso aos prédios, e sobretudo da força policial, no equacionamento do modo de solucionar os conflitos salarial, acadêmico ou de qualquer outra natureza.
5. Propõe que se elabore uma pauta de trabalho tendo em vista repactuar as relações entre Reitoria e as entidades representativas de funcionários, estudantes e professores.

São Paulo, 16 de junho de 2009.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

SCS (Setor Comercial Sul) Quadra 2, Bloco C,
Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF - Brasil
CEP: 70302-914
Telefone: (0xx61) 3962-8400
Fax: (0xx61) 3224-9716
E-mail: secretaria@andes.org.br
URL: <http://www.andes.org.br>

ANDES-SN REPUDIA VIOLÊNCIA POLICIAL NA USP

No dia de ontem (9/06) assistimos, perplexos, a Polícia Militar do Estado de São Paulo agredir violentamente professores, estudantes e funcionários que voltavam de uma manifestação no portão principal do Campus do Butantã da USP, contra a intransigência da reitoria e a ocupação da PM. A reitora Suely Vilela, ao chamar a PM para o interior da Universidade, a pretexto de coibir piquetes dos funcionários em greve por melhoria das condições salariais e de trabalho, transforma o Campus Universitário, lugar por excelência de diálogo, de formação, produção de conhecimentos, onde deve vigorar o debate democrático, em um campo de guerra.

O ANDES-Sindicato Nacional repudia veementemente a ação da PM e exige do governo Serra e da reitora Suely Vilela, a retirada imediata das tropas do Campus, a libertação dos detidos e a reabertura das negociações.

Brasília, 10 de junho de 2009

Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional

Ensino Público e Gratuito: Direito de Todos, Dever do Estado.

CARTA ABERTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd AOS DIRIGENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, empenhada na defesa da educação nacional, acompanha com grande preocupação os últimos acontecimentos na Universidade São Paulo - USP, que culminaram com a entrada de força policial no campus universitário.

É patente o reconhecimento da sociedade brasileira por essa instituição, que mediante o esforço intelectual de seus doutores, mestres e estudantes, tem ajudado o país a se tornar cada vez mais respeitado no seio das nações pelo alto nível da sua produção científica e tecnológica. Desfruta a USP a condição de ser uma das melhores universidades da América Latina, motivo de orgulho para todos os acadêmicos e para a sociedade.

Nesse momento de crise, é necessário encontrar mecanismos democráticos que possibilitem superar os impasses honrando a tradição democrática da instituição e os valores da comunidade científica.

A ANPEd, entidade científica que congrega mais de 2000 sócios e 86 Programas de Pós-Graduação em Educação, reitera, nesta ocasião, às autoridades competentes dessa instituição, que intensifiquem os esforços na busca de soluções para as problemas existentes, de modo a garantir a instauração de um clima propício ao desenvolvimento das necessárias e importantes atividades acadêmicas, resguardando a tradição democrática dessa grande universidade que o Brasil aprendeu a admirar e respeitar.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2009.

Profa. Dra. Márcia Angela da Silva Aguiar
Presidente



Associação Nacional de Política e Administração da Educação
Rua Otávio Carneiro 100, Conjunto 807, Niterói, RJ 24230-190
anpae@anpae.org.br - <http://www.anpae.org.br>

CARTA ABERTA DA ANPAE AOS DIRIGENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) acompanha com preocupação os tristes episódios ocorridos na Universidade de São Paulo (USP) que culminaram com a ocupação do campus universitário pela força policial.

A comunidade acadêmica nacional e internacional reconhece a Universidade de São Paulo como instituição líder de educação superior na América Latina por sua extraordinária contribuição à construção e socialização do saber científico, tecnológico e cultural, nas mais áreas do conhecimento e da atividade humana. A ANPAE, entidade da sociedade civil organizada no campo da política e da gestão da educação que hoje congrega mais de 2.000 associados, adere a esse reconhecimento nacional e internacional de uma maneira muito particular, pois foi pela liderança da Faculdade de Educação da USP que nasceu a entidade em 1961, com a missão de lutar pelo direito à educação de qualidade para todos assegurada ao longo da vida.

Nesse contexto, a ANPAE, comprometida com as causas da política e da gestão democrática da educação, reitera às partes envolvidas no conflito, em particular às autoridades competentes da Universidade a intensificar os esforços visando à retirada da força policial do campus universitário e à busca, através do diálogo e da negociação, de soluções relevantes para a comunidade acadêmica, na melhor tradição histórica da Universidade de São Paulo.

Niterói, Rio de Janeiro, 17 de junho de 2009

Benno Sander

Presidente da ANPAE

Associação Brasileira de Organizações não Governamentais

Nota de repúdio

A Associação Brasileira de ONGs (ABONG) vem por meio desta manifestar seu repúdio e profunda indignação com os atos de explícita truculência da Polícia Militar de São Paulo, apoiada pela atitude autoritária da Retoria da USP, contra funcionários/as, estudantes e professores/as que protestavam contra a presença do policiamento ostensivo que, desde o início do mês de junho, que tem se feito presente na referida Universidade.

Se já não bastasse a desnecessária presença de tal policiamento, que ao invés de garantir direitos na verdade ameaça e constrange, A PM paulista agiu na noite de 9 de junho seguindo a sua pior tradição de opressão pela força bruta.

Os/as manifestantes exerciam a sua liberdade e seu irreduzível direito de dizer “não” a situações de injustiça a que estão submetidos/as. Sindicatos, associações ,entidades do movimento estudantil estavam sendo sujeitos dos seus projetos e lutas. A ação da PM paulista, a partir da demanda da Reitoria,ao usar da violência tenta transformar sujeitos em objetos, impede a palavra com bombas diversas e cassetetes. Imposição do silêncio no barulho das bombas e pancadas.

Por não aceitar em silêncio que fatos como este da USP possam acontecer aumentando a já imensa na lista cotidiana de violentas opressões é que a ABONG vem prestar sua solidariedade política a todas/a os que enfrentam a truculência e o autoritarismo de instituições públicas que ao invés de possibilitar que os sujeitos construam futuros dignos, justos e igualitários nos empurra para modos passados de um fazer político em que sujeitos e futuros eram negados.

São Paulo, 10 de junho de 2009

Associação Brasileira de ONGs.

ADUSP*, em Boletim Especial 17/06/09:

Ato contra repressão policial reúne mais de mil pessoas “Reitoria enfeixou nas suas mãos um poder excessivo”, diz Marilena Chauí

O auditório da Geografia ficou lotado para a realização do ato contra a repressão na USP, no dia 16/6, convocado pela Adusp e apoiado por várias entidades. Foi preciso instalar um telão no vão livre do prédio da História e Geografia. Estudantes e docentes aglomeraram-se diante do telão e nos corredores laterais da Geografia, para assistir aos depoimentos de Marilena Chauí e Antonio Candido, convidados especiais, aos quais se juntou, a convite da mesa, Maria Victoria Benevides. O ato foi coordenado pelo professor Marco Brinati, vice-presidente da Adusp.

“Não fazemos outra coisa senão defender a Universidade, a educação, a cultura neste país”, disse Marilena. “Vocês são parte de uma luta histórica, que não começa com vocês e provavelmente não terminará, se a cada momento de discordância, de oposição, de cidadania, a resposta for a Polícia”.

A professora criticou duramente a reitora Suely Vilela: “Numa única gestão, a Reitoria conseguiu trazer duas vezes a Polícia ao campus”. No entender de Marilena, “a Reitoria enfeixou nas suas mãos um poder excessivo”. “A resposta é policial porque não temos fórum de discussão”.

Neste sentido, argumentou, a eleição direta do reitor é necessária, mas insuficiente para democratizar a instituição. “Não bastam diretas já. É preciso desestruturar essa estrutura vertical e centralizada da USP”, disse, recebendo fortes aplausos.

Ela também fez referência à imagem distorcida da Universidade que os meios de comunicação de massa têm produzido: “Uma construção lenta, gradual e segura de que aqueles que se colocam em defesa da Universidade Pública sejam aqueles que querem destruí-la”. Para Marilena, a resposta a essas e outras distorções, como a Univesp, só pode ser uma: “A luta”.

Política, sim!

Maria Victória Benevides, professora da Faculdade de Educação, expressou apoio às opiniões de Marilena, e destacou a noção de soberania popular como principal constituidora da democracia. Além disso, defendeu o exercício da política, “a ação política que se volta para o bem público” (em contraposição à política daqueles que têm exclusivamente projetos pessoais).

“A política anda muito desmoralizada. Somos seres essencialmente políticos. Fora da política só existe a violência. Política pressupõe a busca do diálogo, respeito à opinião diferente e participação igualitária”, disse. “Fora da política não há salvação”.

Protesto veemente

Antonio Candido fez questão de frisar o motivo que o trouxe à USP: “Estou aqui em protesto veemente contra a intervenção da força policial no campus”, disse, arrancando os primeiros aplausos da audiência. Para ele, a ação da tropa de choque foi um “atentado aos direitos mais sagrados, de debater e de agir sem interferência do poder público”.

A seu ver, a tarefa central do movimento é “aproximar a Universidade, cada vez mais, da realidade social do país, em favor da luta contra a desigualdade e pela justiça social”. A frase definitiva de Antonio Candido recebeu entusiásticos e prolongados aplausos dentro do auditório, onde todos ficaram de pé, e fora dele, marcando assim o final do ato, em clima de apoteose.

A sessão da assembléia permanente da Adusp realizada no dia 15/6 deliberou:

- Continuidade da greve;
- Manutenção da pauta de reivindicações como aprovada pela assembléia de 10/6;
- Comparecer a reunião entre o Fórum das Seis e os Reitores, em 16/6, para estabelecer as bases da próxima reunião de negociação;
- Construção de um memorial sobre a ação de repressão da Polícia Militar ao movimento de estudantes, funcionários e professores da USP;
- Que o Fórum das Seis considere como ambiente necessário para as negociações a retirada da PM no campus;
- Próxima sessão da assembléia permanente no dia 17/6, às 16 horas, no auditório da Geografia.

Parlamentares apóiam

A assembléia contou com a presença do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e do deputado federal Ivan Valente (PSOL-SP). Ambos colocaram seus cargos e assessoria à disposição do movimento. Valente comentou sua solicitação, à Câmara Federal, de criação de uma Comissão Externa para acompanhar o movimento na USP, comissão esta que não tem caráter investigativo, mas de esclarecimento para a sociedade. A proposta recebeu o apoio do PT e PCdoB, mas foi derrubada por ações de obstrução feitas pela bancada do PSDB em duas sessões consecutivas.

*Fonte: ADUSP. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/noticias/Boletim/170609/index.htm>. Acesso em: 24 jun. 2009.

Texto retirado do Informativo Adusp nº 286*, de 22 de junho de 2009.

Passeata e ato contra presença da PM na USP reúne 5 mil

Na tarde de 18/6, a Avenida Paulista e o Largo São Francisco foram palco de grande manifestação pública. Professores, funcionários e estudantes das três universidades estaduais paulistas reuniram-se, em ato promovido pelo Fórum das Seis, para repudiar a presença da PM na Cidade Universitária e lutar por uma universidade livre e democrática.

Em concentração no vão livre do Masp para a saída em passeata, os cerca de 5 mil manifestantes prepararam suas faixas e ensaiaram palavras de ordem. Também ali, a Adusp distribuiu 3 mil gérberas, plaquetas e adesivos que diziam “PM na USP, nunca mais!” e “Fora Suely! Democracia já”.

A PM acompanhou toda a passeata, que desceu a Avenida Brigadeiro Luís Antônio e chegou ao Largo São Francisco aproximadamente às 15 horas. Não houve incidentes entre os manifestantes e a PM. Cartas produzidas pelas entidades (Adusp, Sintusp e DCE da USP) e pelo Fórum das Seis foram distribuídas à população, explicando os motivos do ato público e as reivindicações das categorias.

“A professora Suely e o diretor da Faculdade de Direito inventaram um novo jeito de administrar a universidade”, avaliou o presidente da Adusp, professor Otaviano Helene, referindo-se à intervenção policial na USP. “Parece que a universidade não precisa de reitora, precisa de PM; que a Faculdade de Direito não precisa de diretor, precisa de PM. Pessoas que chamam a polícia para dialogar não podem ocupar esses cargos”, disse Otaviano. O presidente da Adusp criticou a política deliberada do governo Serra de incentivo ao ensino privado, pois só 10% dos estudantes do ensino superior estão nas instituições públicas: “É preciso lutar pela expansão do ensino público em São Paulo”.

O coordenador do Fórum das Seis, João da Costa Chaves, presidente da Adunesp, repudiou a ação policial no campus, que viu como uma “demonstração cabal da incompetência da Reitora da USP e do Cruesp para negociar”. “A Apeoesp cerra fileiras com vocês. A educação nesse Estado não admite truculência do governo”, manifestou Roberto Guido, representante da Apeoesp-Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

Ciro Correia, presidente do Andes-SN, relacionou a política de Suely Vilela e Grandino Rodas à onda de repressão ao movimento contra o Reuni (Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) nas universidades federais: “A gente vê, ao longo de 2007 e 2008, que foram as reitorias das universidades federais que chamaram as PMs pelo Brasil inteiro para impor o Reuni”. Correia manifestou também “o mais veemente repúdio” a esse tipo de ação.

Também compareceram as seguintes entidades: DCE da UFRJ, DCE da UFMG, Confederação dos Trabalhadores do Brasil, Fasubra, CUT-SP, Intersindical, Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Conlutas, UNE, Sindisprev e ANEL.

***Fonte:** ADUSP. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/noticias/Informativo/286/inf28603.html>. Acesso em: 25 jun. 2009.

Foto: Daniel Garcia/Adusp



Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF

Kátia Lima

Professora da UFF

E-mail: katiaslima@globo.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as reformulações político-pedagógicas em curso na Universidade Federal Fluminense - importante instituição federal de ensino superior/IFES sediada no Estado do Rio de Janeiro. Considera que estas reformulações, implementadas nos marcos da política de expansão e reestruturação das universidades federais, difundida pelo MEC por meio do Programa REUNI, estão alterando a estruturação dos cursos de graduação e o trabalho docente desenvolvido nesta IFES, ressignificando as funções sociais da universidade pública.

Palavras-chave: Contra-reforma na Educação Superior; Programa REUNI; Universidades Federais.

Apresentação

Este artigo apresenta alguns resultados da pesquisa, que está sendo desenvolvida sobre as reformulações político-pedagógicas em curso nas universidades federais sediadas no Estado do Rio de Janeiro, financiada pelo CNPq e pela FAPERJ. Primeiramente, o texto indica que estas reformulações fazem parte das profundas alterações realizadas na política de educação superior brasileira nos anos de neoliberalismo. O item *As Universidades Federais e o REUNI* aborda a política de reestruturação e expansão das universidades federais elaborada pelo Ministério da Educação/MEC, procurando desvendar seu significado político-pedagógico.

Por fim, o texto apresenta as análises do processo de reestruturação do ensino de graduação, que está sen-

do realizado na Universidade Federal Fluminense, a partir da consideração de que este processo constitui importante estratégia de reconfiguração das funções sociais da universidade, concebida como “universidade de ensino” baseada no modelo neoprofissional, heterônimo e competitivo (SGUISSARDI, 2003).

A contra-reforma na educação superior brasileira

Para situar a discussão específica, tema deste texto, é necessário apresentar, brevemente, o contexto em que o programa REUNI está sendo instalado nas universidades federais.

A reformulação da educação superior, que está sendo realizada pelo governo Lula da Silva, encontra-se inserida em um amplo reordenamento do Estado brasileiro, caracterizado pela sistemática di-

luição das fronteiras entre o público e o privado, a partir da materialização da noção de *público não-estatal*, operada pelas parcerias público-privado. Esse processo atravessou o governo Cardoso, quando a educação foi incluída no setor de atividades não-exclusivas do Estado (SILVA JR. e SGUISSARDI, 1999), e está sendo aprofundado no atual governo, por meio de mais uma fase da reforma da educação superior (NEVES, 2004; NEVES e SIQUEIRA, 2006 e LIMA, 2007).

No atual governo, resumindo o que já foi analisado em outros textos¹, podemos afirmar que a intensa reformulação da política de educação superior ocorre a partir de um conjunto de leis, decretos e medidas provisórias, como (i) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) – Lei nº 10.861/2004; (ii) o Decreto nº 5.205/2004, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado, viabilizando a captação de recursos privados para financiar as atividades acadêmicas; (iii) a Lei de Inovação Tecnológica (nº 10.973/2004) que trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas; (iv) o Projeto de Lei nº 3.627/2004 que institui o Sistema Especial de Reserva de Vagas; (v) os projetos de lei e decretos que tratam da reformulação da educação profissional e tecnológica; (vi) o Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) (Lei nº 11.079/2004), que abrange um vasto conjunto de atividades governamentais, (vii) o Programa Universidade para Todos (ProUni) – Lei nº 11.096/2005 – que trata de “generosa” ampliação de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior; (viii) o Projeto de Lei 7.200/06 que trata da Reforma da Educação Superior, está anexado a um grande conjunto de outros projetos de lei, dentre eles, pelo menos, 2 com teor altamente favorável à iniciativa privada, em trâmite no Congresso Nacional; (ix) a política de educação superior a distância, especialmente a partir da criação da Universidade Aberta

O reordenamento do Estado brasileiro, é caracterizado pela sistemática diluição das fronteiras entre o público e o privado, a partir da materialização da noção de *público não-estatal* operada pelas parcerias público-privado. Esse processo atravessou o governo Cardoso, quando a educação foi incluída no setor de atividades não-exclusivas do Estado (SILVA JR. e SGUISSARDI, 1999), e está sendo aprofundado no atual governo, por meio de mais uma fase da reforma da educação superior.

do Brasil e, mais recentemente (2007), (x) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI e o Banco de Professores-Equivalente.

A fundamentação teórica desta reformulação está expressa em algumas nucleações básicas como (i) a noção da educação como “bem público”; (ii) a diversificação das instituições de ensino superior, dos cursos e das fontes de financiamento e (iii) as concepções de desenvolvimento, expansão e avaliação da educação superior brasileira.

A noção da educação como um descaracterizado “bem público” cria as bases políticas e jurídicas para a diluição das fronteiras entre o público e o privado: se a educação é um “bem público” e instituições públicas e privadas prestam esse serviço público (não-estatal), está justificada, por um lado, a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e a ampliação da isenção fiscal para estas instituições, e, por outro, o financiamento privado das atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições públicas.

Neste sentido, o empresariamento da educação superior (NEVES, 2002), que foi iniciado com o governo Collor-Itamar, ganhando nova racionalidade com o governo Cardoso, é conduzido, no atual governo, a partir de um duplo mecanismo: a ampliação do número de cursos privados e a privatização interna das instituições públicas (LIMA, 2008). Neste contexto, a burguesia de serviços educacionais (BOITO JR., 1999) sai vitoriosa com os resultados da pressão exercida: a ampliação da isenção fiscal realizada pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES e pelo Programa Universidade para Todos/ProUni. A outra face deste empresariamento ocorre pela abertura para participação do capital estrangeiro na educação brasileira e pelo estabelecimento de parcerias e/ou compra de pacotes educacionais para viabilização da política de educação superior a distância conduzida pelo governo federal (LIMA, 2007).

A diversificação das instituições de ensino superior e dos cursos também foi aprofundada. Além da estruturação em universidades, centros universitários e faculdades isoladas, a reformulação da política de educação superior apresenta os cursos sequenciais, cursos de curta duração, com cursos de formação geral e de formação específica e a emissão de diplomas, certificados e atestados de aproveitamento como formas de aligeiramento da formação profissional. Uma das mais importantes referências desta certificação em larga escala é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI divulgado pelo MEC em 2007 como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE².

No interior das Instituições Federais de Ensino Superior/IFES, a lógica que tem prevalecido na formulação do respectivo Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI é aquela favorecida pela política de avaliação implementada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/SINAES, o qual mantém a lógica meritocrática e produtivista que orientou a política de avaliação do governo Cardoso. Naturaliza, assim, a privatização interna das IFES, pela diversificação das suas fontes de financiamento, realizada por meio da constituição de “receitas próprias”, geradas com a venda de “serviços educacionais” por meio das fundações de direito privado (MELO, 2006).

As universidades federais e o REUNI

O REUNI foi divulgado pelo governo Lula da Silva por meio de um Decreto Presidencial (6096/07) e apresenta os seguintes objetivos: elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%; aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, por meio da flexibilização dos currículos, da criação dos cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissional) e da educação a distância, incentivando a criação de um novo sistema de títulos e a mobilidade estudantil entre as instituições (públicas e/ou privadas) de ensino. Todas estas metas deverão ser atingidas no prazo de cinco anos.

A proposta de diversificação dos cursos de graduação, apresentada pelo REUNI, não constitui, entretanto, nenhuma novidade, mas sim a atualização das políticas elaboradas pelo Banco Mundial para os países da periferia do capitalismo, que expressam a concepção de educação para estes países: adaptação e difusão de conhecimentos (LEHER, 1998). Analisando as bases de fundamentação teórica e política do REUNI, encontramos como referência a reformulação da educação superior européia denominada “processo de Bolonha”, que tem seu início em 1999 e prossegue no início do novo século, com a finalidade de construir um espaço europeu de educação superior até o ano 2010, por meio da adoção de sistema de graus inter-comparável; este é um sistema baseado, essencialmente, em ciclos e pretende promover a mobilidade de estudantes. Este próprio processo vem sofrendo duras críticas, pela fragmentação da formação profissional que realiza e pelo indicativo de formação de um promissor “mercado educacional” europeu, facilitando a ação das empresas educacionais (ROSA, 2003). Ao mesmo tempo, o Programa REUNI é uma face do Projeto Universidade Nova (UFBA, 2007), que o antecedeu. Apesar de o REUNI e o UniNova apresentarem as mesmas argumentações e a mesma proposta de elaboração de uma “nova arquitetura curricular” para as universidades públicas, por meio da organização de bacharelados interdisciplinares/BI (ciclos básico - comum a várias áreas de conhecimento - e ciclos profissionalizantes), o UniNova, na medida em que centralizou sua proposta nesta “nova arquitetura curricular”, gerou um conjunto de críticas de reitores e demais administradores das universidades federais que reivindicavam financiamento público para a realização das metas de expansão e reestruturação destas instituições. O Programa REUNI, portanto, é o UniNova com (pouco) financiamento público, condicionado ao estabelecimento de metas expressas em um *contrato de gestão*.

Para viabilizar esta política, as Portarias Interministeriais, de números 22 e 224/07 (Brasil, MEC/MPOG, 2007), representam as primeiras medidas efetivas de implementação do Decreto presidencial, constituindo, em cada Universidade, “um instrumento de gestão administrativa de pessoal”: o *Banco de*

professores-equivalente. O “banco” está sendo operacionalizado dando-se a cada docente, em exercício em 31/12/06, um peso diferenciado, segundo o seu regime de trabalho. Na medida em que o REUNI objetiva a expansão do ensino de graduação, fica evidente que ações do governo estimulam as universidades federais à contratação de professores em regime de trabalho de 20 horas para o trabalho em sala de aula, esvaziando o sentido do regime de trabalho em dedicação exclusiva, base para a realização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Retomando análises, já apresentadas nesta própria revista U&S³ e outras⁴ divulgadas nos demais instrumentos do sindicato ANDES-SN, pode-se afirmar que a adesão das universidades federais ao REUNI implica diretamente dois níveis de precarização: a da formação profissional e a do trabalho docente. A precarização da formação ocorre por meio do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa. Considerando a necessidade do cumprimento das metas de “expansão”, indicadas no decreto, através do aumento do número de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação, a dinâmica de contratação de professores nas universidades está pautada no “*Banco de professores-equivalente*”, precarizando, ainda mais, as condições de trabalho docente.

Desta forma, o REUNI e o *Banco de professores-equivalente* alteram substantivamente os objetivos das universidades federais (LIMA, 2008a), transfigurando suas funções sociais, reduzidas às atividades de uma “universidade de ensino”, baseada no modelo neoprofissional, heterônomo e competitivo (SGUISSARDI, 2003). É uma “universidade de ensino” ou uma “escola profissional”, heterônoma, no sentido de que suas atividades político-pedagógicas estão cada vez mais subsumidas à lógica do mercado e do Estado e, competitiva, nos marcos da “produtividade” e do

“empreendedorismo”, que, já hoje, atravessam e modificam o trabalho docente e a formação profissional nas universidades federais.

O REUNI na Universidade Federal Fluminense UFF

A análise do processo de reformulação político-pedagógico, em curso na UFF, está sendo realizada a partir do estudo sistemático dos principais documentos que regulamentam as atividades acadêmicas na universidade. Na primeira fase de abordagem dos dados, analisamos os documentos referentes à política de ensino de graduação, pela relevância que adquiriram no contexto de debates sobre a proposta da reitoria da UFF, de elaboração de um projeto de adesão da universidade ao REUNI. Tratamos, especialmente, nos limites deste artigo, da análise dos eixos centrais do (i) Projeto Pedagógico Institucional/PPI; (ii) do Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI; (iii) do Projeto da UFF de adesão ao Programa REUNI; (iv) do Regulamento dos Cursos de Graduação, elaborado pelo Fórum dos Coordenadores de Curso de Graduação sob a condução da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos/PROAC e aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF, em 2008; e (v) do Termo de Acordo de Metas celebrado entre a UFF e o MEC /SESU⁵.

Em julho de 2002, a Comissão de Redação do Projeto Pedagógico Institucional/PPI/UFF divulgou, para o conjunto da universidade, o resultado dos trabalhos desenvolvidos desde outubro de 2001: o PPI constitui-se um plano de referência para o trabalho pedagógico desenvolvido na universidade. A partir dos princípios de autonomia, liberdade de ensino e pluralidade de práticas pedagógicas, considera como tarefa central da universidade pública a produção do conhecimento e a formação de profissionais capacitados para ingresso no mercado de trabalho em “um mundo em constantes mudanças”. No item “Referenciais para o ensino na UFF”, o documento destaca a necessidade de substituição do “para-

O REUNI implica diretamente dois níveis de precarização: a da formação profissional e a do trabalho docente. A precarização da formação ocorre por meio do atendimento de um maior número de alunos por turma, da criação de cursos de curta duração e/ou ciclos (básico e profissionalizante), representando uma formação aligeirada e desvinculada da pesquisa.

digma da disciplinaridade, que até agora conduziu o padrão de ensino e aprendizagem na educação superior, pelo de interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade, através da **flexibilização das estruturas curriculares**” (UFF, 2002, grifos nossos). Esta proposta é retomada no item “Em direção a uma dinâmica curricular integradora”, que apresenta um conjunto de atividades integradoras do processo de formação, especialmente, a pesquisa, o estágio, a monitoria, os projetos de apoio social ao estudante, os cursos se-quenciais e a educação a distância.

Se o PPI pode ser considerado como o documento de referência institucional para a execução da política de ensino na Universidade, o Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI visa criar condições de operacionalização desta política no cotidiano institucional. Em janeiro de 2004, os conselhos superiores da UFF aprovaram o PDI com o objetivo de priorizar as ações a serem realizadas pela universidade. Assim como o PPI, o PDI parte da consideração de que “estamos em um mundo em constantes mudanças, marcado pelo paradigma da pós-modernidade, o desgaste das utopias, o progressivo desenvolvimento e disseminação das novas tecnologias de comunicação e a descentralização da produção do conhecimento” (UFF, 2004, p.10). Estas mudanças indicam um conjunto de desafios para a UFF, caracterizada, segundo o documento, pela sistemática ampliação do número de cursos, pela qualificação de seu corpo docente e pela crescente diversificação das suas fontes de recursos financeiros. Neste sentido, o PDI aponta como prioridades institucionais a expansão da graduação, da pós-graduação e da extensão; a interação com a sociedade e a organização interdisciplinar do ensino, da pesquisa e da extensão. Para efetivação destas prioridades institucionais, o PDI apresenta quatro áreas estratégicas: graduação e pós-graduação; pesquisa e extensão; gestão de pessoas e planejamento e gestão. Destaco, destas estratégias, as seguintes ações, indicadas no documento: redução da retenção e evasão dos estudantes; estímulo à cria-

Se estas propostas já estavam presentes nos dois documentos fundamentais da política pedagógica da UFF e já eram, portanto, prioridades institucionais, com a divulgação, em 2007, do Decreto de criação do REUNI, elas serão consideradas como eixos centrais da reformulação político-pedagógica, em curso na universidade.

ção de cursos noturnos; implantação de novos cursos de graduação; implementação no Núcleo de Educação Assistida por Meios Interativos/NEAMI, de um programa de apoio à utilização de novas tecnologias educacionais na UFF; definição de políticas de inclusão social; criação de cursos de caráter interdisciplinar e estímulo à participação da comunidade universitária na captação de recursos financeiros para a universidade ⁶.

Se estas propostas já estavam presentes nos dois documentos fundamentais da política pedagógica da UFF e já eram, portanto, prioridades institucionais, com a divulgação, em 2007, do Decreto de criação do REUNI, elas serão consideradas como eixos centrais da

reformulação político-pedagógica, em curso na universidade. **Estes eixos serão explicitados nos seguintes documentos:** o Projeto de Adesão da UFF ao REUNI, aprovado pelo Conselho Universitário em novembro de 2007; o novo Regulamento dos Cursos de Graduação da UFF, divulgado pela Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos/PROAC e aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, em 2008, e o Termo de Acordo de Metas, celebrado entre a UFF e o MEC por intermédio da SESU, assinado aos 13 dias do mês de março de 2008.

O documento que trata da adesão da UFF ao REUNI considera que as principais finalidades dos recursos, *prometidos* pelo governo federal a partir da assinatura do *contrato de gestão* com a universidade, serão: a realização de concursos para docentes e para técnico administrativo; a distribuição de gratificações para chefias; a atualização do Plano Diretor da UFF, especialmente no que diz respeito à infra-estrutura física, assistência estudantil e a concessão de bolsas discentes.

Para viabilizar a expansão e reestruturação da UFF, o documento retoma a principal meta indicada pelo REUNI: a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%. Para tal, apresenta ações de combate à evasão e de reposição das vagas ociosas. O combate à evasão será realizado por meio:

da criação de programa tutorial (monitoria *on line*); do uso da educação a distância/EAD; da criação de cursos de férias semipresenciais e de nivelamento; da criação de uma rede formada por estudantes dos programas de pós-graduação e da graduação com excelente desempenho (ainda que não defina os critérios de avaliação de desempenho), para orientação dos estudantes de graduação; da filmagem de aulas em disciplinas com altos índices de reprovação; da distribuição de bolsas e da assistência estudantil; e da criação de novos cursos ou turnos (noturno), para elevação da relação professor/aluno. No que diz respeito à reposição das vagas ociosas, indica o “novo” Regulamento dos Cursos de Graduação (documento que analisaremos adiante).

A leitura atenta do documento de adesão da UFF ao REUNI demonstra de que forma ocorrerá a expansão na universidade: criação de, pelo menos, 25 cursos ou turnos, preferencialmente no interior (pólos) e aumento do número de matrículas nos cursos de graduação já existentes (em Niterói). Apesar do documento não fazer referência explícita aos bacharelados interdisciplinares/BI, propostos pelo UniNova, ou ciclos (básico e profissional), indicados pelo REUNI, propõe um conjunto de “inovações curriculares”, evidenciando a lógica de aceleração dos cursos. Este aligeiramento da formação está claramente expresso na seguinte afirmativa:

A organização dos cursos em turnos mais concentrados permitirá a otimização de espaços físicos e, portanto, maior oferta de vagas, além de facilitar para o aluno a organização de seu tempo. Também seria interessante perguntar qual o estímulo que oferecemos aos bons alunos para que aprofundem e acelerem seus estudos. Se um estudante, por sua própria conta, estudar determinado tema, que contenha a matéria de uma ou mais disciplinas, não existem, hoje, instrumentos

para que seja dispensado delas [...] (UFF, 2007, p. 23, grifos nossos).

Dois importantes metas a serem alcançadas na revisão da estrutura acadêmica da UFF também explicitam a lógica de aligeiramento da formação profissional: “que cada aluno possa cursar suas disciplinas/atividades no menor número possível de turnos e que sejam criados mecanismos de aprofundamento e aceleração de estudos para os bons alunos” (UFF, 2007, p.23).

No item “Reorganização dos cursos de graduação”, o documento critica o que identifica como rigidez curricular: o elevado número de pré-requisitos, co-requisitos e disciplinas obrigatórias e o baixo número de disciplinas optativas, indicando que a reorganização dos cursos de graduação ocorrerá a partir da escolha de cada aluno por seu próprio “itinerário formativo” e, ainda que não faça referência aos BI e aos ciclos básicos, como já sinalizado, o documento apresenta como meta a “Integração acadêmica de áreas afins”, ou seja, “é importante que se busque integrar academicamente áreas afins e que se flexibilizem um pouco mais os currículos, de modo que o estudante possa ser mais autônomo na escolha de seu itinerário formativo” (UFF, 2007, p.25, grifos nossos).

As metas da reorganização dos cursos de graduação, apontadas pelo documento, são as seguintes: que os cursos realizem alguma redução em seus pré-requisitos e co-requisitos; que possuam alguma disciplina obrigatória em comum com outros cursos e/ou compartilhamento de disciplinas comuns com cursos afins; e aumentem a relação entre o número de disciplinas optativas e o número de disciplinas obrigatórias. As estratégias para alcance destas metas são anunciadas da seguinte forma (UFF, 2007, p. 26):

O documento não defende claramente a “Diversificação das modalidades de graduação”, por meio dos

Cronograma de Execução de Mudanças nas Graduações

	2008	2009	2010	2011	2012
Redução de pré-requisitos	Pelo menos 2% dos cursos	Pelo menos 4% dos cursos	Pelo menos 6% dos cursos	Pelo menos 8% dos cursos	Pelo menos 10% dos cursos
Compartilhamento de alguma disciplina obrig. entre cursos afins	Pelo menos 6% dos cursos	Pelo menos 12% dos cursos	Pelo menos 18% dos cursos	Pelo menos 24% dos cursos	Pelo menos 30% dos cursos
Aumento da relação optativas/obrigatórias	Pelo menos 2% dos cursos	Pelo menos 4% dos cursos	Pelo menos 6% dos cursos	Pelo menos 8% dos cursos	Pelo menos 10% dos cursos

BI ou ciclos, mas realiza dois movimentos: “espalha” essa lógica de fragmentação e aligeiramento no conjunto das estratégias de reorganização acadêmica e, neste item específico (“Diversificação das modalidades de graduação”), avalia que existem cursos da universidade com configuração mais flexível e multidisciplinar que poderão funcionar por intermédio da oferta de disciplinas obrigatórias comuns, o que significa, na prática, a implantação dos ciclos/BI em alguns cursos de graduação, considerados mais “flexíveis”. Em relação à estratégia de “espalhar” a diversificação das modalidades de graduação pelas várias ações propostas, destaco o item “Implantação de regimes curriculares e de um novo sistema de títulos”, que apresenta a possibilidade de certificação, ao longo do itinerário formativo, e da emissão de diplomas quando o aluno completar o seu itinerário.

Três importantes ações de reformulação político-pedagógica da UFF foram apresentadas neste documento e detalhadas no Regulamento dos Cursos de Graduação: o uso das tecnologias educacionais⁷, a inserção de alunos na docência⁸ e a proposta de mobilidade estudantil⁹. Em relação às políticas de inclusão social, o documento apresenta metas, desde a adoção de cotas para egressos do sistema público de ensino médio até a proposta de “reversão à atividade” de docentes e técnicos administrativos aposentados, por meio de “voluntária contribuição para o ensino” (UFF, 2007, p.35).

Em relação às políticas de extensão universitária, o documento está limitado à apresentação de um mapeamento dos programas de extensão e a intenção de apoio aos projetos, pela formação de comitês técnicos para elaboração de editais e concessão de bolsas. No que diz respeito às políticas de pós-graduação e pesquisa, apresenta a listagem dos programas em curso na UFF, reduzindo a articulação da graduação com a pós-graduação à “inserção dos alunos de pós-graduação nos processos de docência”, ou ainda, a proposta de “aumentar a participação de estudantes da pós-graduação no ensino de graduação/estágio

à docência e tutoria com bolsas/incentivar o aluno de pós-graduação a interagir com os alunos da graduação”(UFF, 2007, p.45/46).

Fica, portanto, evidente que a política de expansão e reestruturação da UFF está pautada em seis nucleações centrais: 1) a reestruturação pedagógica dos cursos de graduação, realizada a partir da organização de disciplinas afins ou de ciclos básicos, fundamentada no discurso sobre a necessidade de utilização do paradigma da interdisciplinaridade; 2) a flexibilização das estruturas curriculares, pela redução do número de pré e co-requisitos e de disciplinas obrigatórias e do aumento do número de disciplinas optativas; 3) o uso intensivo das tecnologias educacionais, seja por meio dos cursos de graduação a distância, dos cursos semipresenciais, do uso da EAD nos cursos presenciais e do uso de teleconferências; 4) a substituição do professor pelo aluno monitor ou tutor, de graduação ou de pós-graduação, considerado com “bom desempenho”; 5) a implantação de novos itinerários ou regimes curriculares e de um novo sistema de títulos que operacionalize a emissão de atestados de aproveitamento, certificados para cursos de curta duração e diplomas para integralização dos cursos de graduação e, por fim; 6) a mobilidade estudantil entre IES públicas e/ou privadas, operacionalizando mais uma possibilidade de diluição das fronteiras entre o público e o privado na política educacional.

O documento avalia que existem cursos da universidade com configuração mais flexível e multidisciplinar que poderão funcionar por intermédio da oferta de disciplinas obrigatórias comuns, o que significa, na prática, a implantação dos ciclos/BI em alguns cursos de graduação, considerados mais “flexíveis”.

Na UFF estes núcleos constitutivos da reformulação político-pedagógica, estabelecida pelo REUNI, também estão devidamente estruturados no Regulamento dos Cursos de Graduação, elaborado pelo Fórum de Coordenadores dos Cursos de Graduação, sob a condução da PROAC e aprovado no Conselho de Ensino e Pesquisa da universidade, em 2008. O artigo 1º. do documento trata da terminologia utilizada no Regulamento. Neste artigo são apresentadas as principais reformulações político-pedagógicas para os cursos de graduação da UFF, especialmente: 1) o exame de proficiência e demais

estratégias de “aproveitamento de estudos”, a serem realizadas pelo aluno que solicita dispensa de disciplina ou atividade do Currículo do seu curso; 2) a revinculação, isto é, a “concessão de nova matrícula ao aluno formado, tendo em vista o ingresso nas titulações, habilitações e ênfases oferecidas pelo respectivo Curso, ou em novo curso de graduação de área afim” (UFF, 2008, p.08); 3) a oferta de disciplinas e atividades a distância, por intermédio do Núcleo de Educação Assistida por Meios Interativos/NEAMI, como evidenciam os parágrafos 5 e 6 do artigo 35:

§ 5º - Os Departamentos, através da PROAC/NEAMI poderão disponibilizar, com a autorização do Colegiado do Curso, algumas disciplinas na modalidade de ensino a distância, **sendo que cada aluno poderá cursar no máximo 20% das disciplinas de seu Curso exclusivamente nesta modalidade.**

§ 6º - As disciplinas às quais se refere o § 5º, supra, poderão ser utilizadas pelos Cursos com os seguintes objetivos: Nivelamento de estudos; Aproveitamento de estudos; Aceleração de estudos; Reforço de ensino; e Apoio didático a disciplinas do curso (UFF, 2008, p. 22, grifos nossos).

A lógica de aligeiramento da formação será explicada no artigo 61 do citado documento, que trata do “Aproveitamento de Estudos”, a partir dos seguintes mecanismos: dispensa de disciplinas/atividades; equivalência de disciplinas/atividades; estudos semi-presenciais proporcionados pelos Departamentos por intermédio do NEAMI/UFF; exame de proficiência e mobilidade acadêmica. O parágrafo 7 deste artigo apresenta, ainda, a possibilidade de que o aluno seja dispensado de até 20% da carga horária de cada disciplina ou atividade, que tenha cursado na própria UFF ou em outra instituição de ensino superior/IES pública ou privada, brasileira ou estrangeira:

O aluno da UFF poderá obter dispensa ou equivalência de disciplina/atividade, sempre que tenha cursado com aproveitamento, na graduação ou pós-graduação, ou através da modalidade de disciplinas isoladas, em outra Instituição de Ensino ou nesta Universidade, disciplina(s)/atividade(s) cujo(s) programa(s) seja(m) considerado(s) equivalente(s) em conteúdo, **e cuja carga horária corresponda, no mínimo, a 80% da carga horária destinada à disciplina/atividade equivalente**

nesta Universidade (UFF, 2008, p.32, grifos nossos).

Este mesmo artigo, no parágrafo 15, considera que até 40% da carga horária total do curso poderá ser dispensada, por meio da realização do *Exame de Proficiência*.

Da análise do referido documento, destacamos a reflexão sobre o significado da reformulação político-pedagógica que está sendo realizada na UFF e que indica, na configuração do “novo” Regulamento dos Cursos de Graduação, a possibilidade de que 20% das disciplinas sejam cursadas a distância, 20% da carga horária das disciplinas seja cursada em outra IES, pública ou privada, brasileira ou estrangeira e que 40% da carga horária total do curso possa ser dispensada pelo *Exame de Proficiência*.

Outra importante referência deste intenso processo de reformulação político-pedagógica na universidade é o **Termo de Acordo de Metas n. 44, celebrado entre a UFF e o MEC**. O documento apresenta, na *Cláusula primeira*, o objeto do Plano de Reestruturação e Expansão da UFF, encaminhado pela reitoria da universidade ao MEC, estabelecendo as seguintes metas: “elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos da graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início da assinatura deste termo” (BRASIL/MEC/SESu, 2008, p.02). Para o cumprimento destas metas, o Acordo define, na *Cláusula quarta*, os *Indicadores Globais* da reestruturação e expansão propostas pela universidade. Uma análise detalhada destes *Indicadores* demonstra que:

Até 2011, a UFF se comprometeu a realizar um aumento da ordem de 106% nas vagas da graduação, sendo que a ênfase está no noturno (ensino), onde o aumento proposto é de 254% em relação aos números de 2007. Já o total de concluintes terá que aumentar em 228%, sendo que no noturno a meta a ser atingida implica num aumento de 521% (ADUFF, 2008).

Trata-se, portanto, de uma ampliação do número de vagas e do total de concluintes, particularmente no noturno, sem a contrapartida do financiamento correspondente que cimta as bases para a reconfiguração das funções sociais da universidade, sendo a UFF, em particular, concebida como “universidade de ensino” (SGUISSARDI, 2003).

A *Cláusula segunda* apresenta as responsabilidades do MEC, assumidas no Acordo: custear as despesas da execução do Plano de Reestruturação da UFF; fiscalizar a execução do Acordo de Metas; fiscalizar a prestação de contas por parte da universidade; verificar o cumprimento das metas, através da Plataforma PINGIFES. À UFF cabe: executar o Plano acordado com o MEC; cumprir integralmente as obrigações compactuadas; promover licitações para obras e concursos públicos para provimento de pessoal; registrar os dados relativos à reestruturação na Plataforma PINGIFES; permitir o livre acesso do MEC a inspeções cabíveis aos bens e serviços adquiridos.

O Termo de Acordo de Metas deixa claro, na *Cláusula sétima*, quais serão os efeitos aplicados, no caso de descumprimento das metas acordadas:

Subcláusula Primeira: suspensão do envio de recursos da parcela orçamentária programada, no ano subsequente à aferição das metas; **Subcláusula segunda:** a suspensão do acréscimo de professores ao banco de professores-equivalente da instituição, quando da atualização anual do mesmo (BRASIL, MEC/SESU, 2008, p. 7).

Além destas penalidades, destaca, na *Subcláusula quinta*, que “o Acordo de Metas também poderá ser rescindido, a critério do MEC/SESU, por motivo de interesse público, caso sofra alguma restrição” (*idem*).

Fica evidente, portanto, que o financiamento indicado pelo governo federal para reestruturação e expansão das universidades federais está condicionado ao cumprimento de metas expressas nos *contratos de gestão*, efetivando a conversão destas IES em organizações de ensino, nos termos bancomundialistas (BARRETO e LEHER, 2008), descaracterizando, assim, o conceito de universidade, pautado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Esta reconfiguração está sendo conduzida pelas reitorias, como ocorre na UFF, por meio de ações implementadas pelas diferentes pró-reitorias, segundo diferentes documentos/normatizações internas, abrangendo as atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão nas universidades. É neste sentido, portanto, que a proposta de criação de um Observatório da Universidade, em cada seção sindical do ANDES/SN, aprovada no 28º Congresso realizado em fevereiro de 2009, ganha sentido e relevância, constituindo um importante espaço de socialização

A título de conclusão

As análises dos documentos acima indicados demonstram que está em curso uma profunda reconfiguração da formação profissional e do trabalho docente realizado nas universidades federais brasileiras, como é o caso da Universidade Federal Fluminense. Uma reconfiguração operacionalizada pela diversificação das modalidades da graduação e de itinerários formativos que criam as bases para a fragmentação e o aligeiramento da formação e a quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tripé da universidade pública brasileira; pela reafirmação da educação a distância e do uso intensivo de tecnologias de aprendizagem no ensino presencial; pelo aproveitamento de créditos, prova de proficiência e a circulação de estudantes, entre cursos e programas, e entre instituições de educação, públicas e privadas, operacionalizando mais uma possibilidade de diluição das fronteiras entre o público e o privado na política educacional.

Estas análises também evidenciam que esta reconfiguração está sendo conduzida pelas reitorias, como ocorre na UFF, por meio de ações implementadas pelas diferentes pró-reitorias, segundo diferentes documentos/normatizações internas, abrangendo as atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão nas universidades. É neste sentido, portanto, que a proposta de criação de um *Observatório da Universidade*, em cada seção sindical do ANDES/SN, aprovada no 28º Congresso realizado em fevereiro de 2009, ganha sentido e relevância, constituindo um importante espaço de socialização do que vem ocorrendo em cada universidade federal, proporcionando informações e análises que contribuam na luta pela defesa da universidade pública, laica, gratuita e de qualidade.

NOTAS

1. Ver, por exemplo, (TRÓPIA, 2009), (PINTO, 2008) e (LIMA, 2007).
2. Para aprofundar as análises sobre o PDE consultar SAVIANI, 2007.
3. Ver: TONEGUTTI e MARTINEZ, 2008, e LIMA, 2008a idem.
4. Ver: Notas da Diretoria (ANDES-SN, 2007, 2009)
5. Além dos documentos indicados, estamos analisando os documentos organizados nas diversas pró-reitorias da universidade (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PROPP, Pró-Reitoria de Extensão/PROEX, Pró-Reitoria de Planejamento/PROPLAN, Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos/PROAC), na Comissão Própria de Avaliação/CPA/UFF, na Divisão de Assuntos Comunitários/DAC (que implementa a política de assistência estudantil na UFF) e na Fundação Euclides da Cunha/FEC, fundação de direito privado, cujo objetivo formal é dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico à Universidade Federal Fluminense.
6. Desde 2004, a cada ano, são elaborados programas para a utilização dos recursos do PDI no ano seguinte, sem alterar, contudo, a essência do Plano elaborado em 2003 e aprovado em 2004. Para conhecer os programas, acessar www.uff.br/pdi Acesso em 04 de abril de 2008.
7. O uso das tecnologias educacionais, por intermédio do Núcleo de Educação Assistida por Meios Interativos/NEAMI, ocorrerá em três direções: para os cursos a distância; para os cursos semipresenciais; e para os cursos presenciais, que poderão utilizar 20% da carga horária exclusivamente nesta modalidade.
8. A capacitação pedagógica para esta “nova arquitetura curricular” de universidade será realizada por meio da associação entre docentes de áreas afins e pela “inserção de alunos nos processos de docência” (UFF, 2007, p.31), como o estágio-docência, a monitoria e a tutoria.
9. Mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior, públicas e privadas.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Nota da Diretoria do ANDES-SN: REUNI – a hora demorada atenção máxima - análise dos acordos de metas.** Disponível em: http://www.andes.org.br/secretaria/arquivo/default_circulares_2004.asp?pagina=3. Acesso em: 18 jun.2009.

ADUFF/ Associação dos Doentes da UFF – Seção Sindical do ANDES/SN. **Boletim eletrônico da ADUFF de 02/12/2008.** Seminário da ADUFF discute implementação do REUNI na UFF. Disponível em: http://www.aduff.org.br/boletim/2008a_12m_02d.htm> Acesso em: 28 de jan.de 2009.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** SP: Xamã, 1999.

BRASIL/Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Portarias Interministeriais n. 22 e 224. Constituído em cada universidade federal um banco de professor-equivalente.** Disponível em: http://www.adunb.org/portaria_inter-ministerial22.pdf>.Acesso em: 22 de ago.de 2007.

BRASIL/Ministério da Educação. **Diretrizes gerais do Decreto 6096 - REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 22 de ago. de 2007.

BRASIL/Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=593&Itemid=910&sistemas=1>. Acesso em 22 de ago. de 2007.

BRASIL/MEC/SESU. **Termo de Acordo de Metas celebrado entre a UFF e o MEC por intermédio da SESU assinado aos 13 dias do mês de março de 2008 e publicado no Diário Oficial da União em 19 de março de 2008, seção 3.** Disponível em: <http://www.aduff.org.br/especiais/observatorio01.htm>>. Acesso em: 28 de jan.de 2009.

BRASIL/Presidência da República. **Decreto 6096 de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 22 de ago. de 2007.

BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Rev. Bras. Educ.,** Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, Dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de maio de 2009.

LEHER, Roberto. (1998). **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza.** Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Educação da USP, SP, 1998.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma da educação superior em FHC e Lula.** SP: Xamã, 2007.

_____. Reformas e políticas de educação superior no Brasil In MAN-CEBO, D., SILVA JR. J.R. e OLIVEIRA, J. F. (org.) **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil.** Campinas, SP: Alínea, 2008. p. 53-72.

_____. REUNI e Banco de professor equivalente: novas ofensivas da contra-reforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva. **Revista Universidade e Sociedade,** ano XVII, nº 41, jan. 2008a, p.69 a 77.

_____. REUNI, UNIVERSIDADE NOVA E PROFESSOR-EQUIVALENTE: faces da reforma universitária. **Caderno ANDES,** Brasília, n. 25, p. 21-29, ago. 2007.

MELO, Adriana Almeida S. Avaliação institucional do ensino superior: controle e condução de política educacional, científica e tecnológica. In NEVES, Lucia Maria W.; SIQUEIRA, Ângela (org.). **Educação superior: uma reforma em processo.** SP: Xamã, 2006. p. 125-145.

NEVES, Lucia Maria W. (org). **O empresariamento da educação.** Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. SP: Xamã, 2002.

_____. **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate.** SP: Xamã, 2004.

NEVES, Lucia Maria W.; SIQUEIRA, Ângela (org.). **Educação superior: uma reforma em processo.** SP: Xamã, 2006.

PINTO, Marina Barbosa. O REUNI como estratégia de adequação

da universidade pública brasileira às necessidades do capital. **Revista Universidade e Sociedade**, ano XVIII, nº 42, jun. 2008, p.127 a 135.

ROSA, Rui Namorado. **Ensino superior: a reforma ditada pela União Européia**. Disponível em: <http://resistir.info/ru/educacao_ameacada_5.html>. Acesso em: 28 de jan. de 2009.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100, Oct. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300027&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jan. 2009. doi: 10.1590/S0101-73302007000300027.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**. Reforma do estado e mudança na produção. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar. **A universidade neoprofissional, heteronomia e competitiva**. 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/valdemarsguissardi.rtf>> Acesso em: 28 de jan. de 2009.

TONEGUTTI, Claudio Antonio; MARTINEZ, Milena. O REUNI e a precarização nas IFES. **Revista Universidade e Sociedade**, ano XVII, nº 41, jan. 2008, p.51 a 67.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. Apoio e alianças de classe à política para o ensino superior no governo Lula. **Revista Universidade e Sociedade**,

ano XVIII, nº 43, jan. 2009, p.169 a 181.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/UFBA. **Nova arquitetura curricular para um novo tempo**. Disponível em: <<http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova>> Acesso em: 22 de ago. de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/UFF. **Projeto Pedagógico Institucional/PPI**. 2002. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/index.php?searchword=PPI&option=com_search&Itemid>. Acesso em: 04 de abr. de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/UFF. **Plano de Desenvolvimento Institucional/PDI**. 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/pdi/>> Acesso em: 04 de abr. de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/UFF. **Projeto de adesão da UFF ao Programa REUNI**. 2007. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/index.php?option=com_search&Itemid=99999999&searchword=REUNI&submit=Pesquisar&searchphrase=any&ordering=newest> Acesso em: 04 de abr. de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/UFF. **Regulamento dos Cursos de Graduação**. 2008. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/index.php?option=com_search&Itemid=99999999&searchword=regulamento+gradua%E7%E3&searchphrase=any&ordering=newest> Acesso em: 04 de abr. de 2008. 

O movimento estudantil não é coisa do passado: do maio de 1968 às mobilizações e ocupações de 2007 e 2008

Raquel Dias Araujo

Professora da Universidade Estadual do Ceará. Ex-militante do movimento estudantil. Membro da Secretaria Executiva da Conlutas/CE
E-mail: raquel.dias69@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como propósito analisar o significado das mobilizações estudantis, desencadeadas em 2007 e 2008, com as ocupações de reitorias em diversas partes do País, relacionando-as com os protestos de 1968. Para tanto, põe em destaque o papel cumprido, no passado, pelo movimento estudantil dirigido pela UNE no contexto da ditadura militar, e, mais recentemente, em relação ao processo de reforma universitária implementada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, bem como frente às ocupações estudantis contra o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Nesses processos de luta, merece destaque o protagonismo das alternativas de direção, gestadas em oposição à Entidade Nacional.

Palavras-chave: Movimento Estudantil; Maio de 1968; Mobilizações e Ocupações, de 2007 e 2008.

Introdução

Ao longo da história, a juventude tem protestado por coisas palpáveis. Uma delas tem sido a defesa da educação pública e gratuita, em todos os níveis – bandeira que, inclusive, unifica, *em luta*, estudantes e trabalhadores.

Este artigo se insere no debate acerca da importância e do papel do movimento estudantil no contexto da luta classes, buscando situar o significado dos protestos estudantis, de grande envergadura, que marcaram o **maio de 1968**, na França e no mundo, relacionando-os com o levante estudantil, no Brasil, iniciado em maio de 2007, com a **ocupação da reitoria da Universidade de São Paulo – USP**, estendendo-se

à **ocupação da reitoria da Universidade de Brasília – UnB**, em abril de 2008.

Importa esclarecer que trazer o **movimento estudantil** para o centro desse debate não significa atribuir a ele uma primazia, no confronto da luta de classes, mas, sim, o reconhecimento de suas especificidades e de seu papel nesse contexto, uma vez que ele também se expressa em função do antagonismo principal que medeia as relações sociais no âmbito da sociabilidade capitalista – o conflito entre capital e trabalho.

Além do mais, vale enfatizar que, na perspectiva histórico-dialética, como bem explicou Engels (1997, p. 18) referindo-se à “grande lei da marcha da história” descoberta por Marx,

[...] todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente [...].

O presente artigo, portanto, está dividido em três partes. Na primeira, resgatamos o significado do maio de 1968, na França, no mundo e no Brasil, com a ajuda de Arcary (2008), Carneiro (2008), Mantovi (2008), Weber (1999), Poerner (1995), complementados com as informações contidas no Encarte Especial sobre Maio de 1968 do periódico *Opinião Socialista* (PLENÁRIA ORGANIZA..., 2008). Na segunda, historiamos o movimento estudantil brasileiro, no período posterior a maio de 1968, com apoio das reflexões produzidas pela autora deste artigo, por ocasião da realização da pesquisa de doutorado que versa sobre o movimento estudantil – Araújo (2006) e de autores que discutem a problemática da universidade pública brasileira, a saber, Lima (2004), Coggiola (2004), Tonet (2007), dentre outros. Na terceira, analisamos o sentido das ocupações de reitorias das universidades brasileiras, em 2007 e 2008, com destaque para a ocupação da USP e da UnB, tomando de empréstimo as análises produzidas pelos próprios estudantes e entidades estudantis *no e sobre* o processo de ocupação, divulgadas nos *sites e blogs* específicos que tratam das respectivas ocupações, referidas neste trabalho, contando, ainda, com as contribuições de Bianchi, Braga e Carneiro (2008).

Resgatando o significado do Maio de 1968

Para tratar das mobilizações que marcaram a história do movimento estudantil, não poderíamos deixar de iniciar referindo-nos àquela que foi um dos

Naquele ano, na França, as mobilizações começaram com a ocupação da sala do Conselho Universitário da Universidade Paris-X, localizada na periferia de Paris, em Nanterre, desencadeando outras ocupações. Os estudantes lutavam contra a reforma do ensino superior.

maiores exemplos de revolta juvenil de todos os tempos – o famoso **maio de 1968**, que, na análise de Weber (1999, p. 21), “conserva um aspecto enigmático e fascinante”.

Carneiro (2008) destaca a particularidade da sucessão de acontecimentos franceses do maio de 1968, que, segundo o autor, teria sido,

[...] sem dúvida, a mais marcante [...] pois foi a que surgiu com maior surpresa, a maior profundidade em provocar um amplo movimento social que se expressou através de greve geral, que provocou a crise política de mais envergadura e que teve as ações insurrecionais, na cidade europeia que já foi o epicentro revolucionário de muitos episódios passados.

Na mesma direção, Weber (1999, p. 21) ressalta a magnitude desse movimento, que teria se expressado na “sublevação simultânea em 40 países da juventude das escolas, com as mesmas palavras de ordem, as mesmas formas de ação, as mesmas bandeiras vermelhas [...] um movimento de alcance internacional [...]”.

Naquele ano, na França, segundo nos informa Arcary (2008), as mobilizações começaram com a ocupação da sala do Conselho Universitário da Universidade Paris-X, localizada na periferia de Paris, em Nanterre, desencadeando outras ocupações. Os estudantes lutavam contra a reforma do ensino superior.

O que motivou os protestos estudantis? Segundo o Encarte Especial do periódico *Opinião Socialista* (2008), que trata, especificamente, do maio de 1968, a educação superior na França havia experimentado um “boom”, crescendo 150% em número de matrículas, em menos de dez anos, passando de 200 mil alunos para 500 mil. Esse crescimento, sem planejamento, acarretou diversas conseqüências, a saber, superlotação das salas, falta de professores, insuficiência de bibliotecas e laboratórios e evasão, que atingia 50% dos estudantes.

O referido periódico (2008) nos conta ainda que, em face desse caos, o então ministro da Educação, Alain Peyrefitte, proclamou que a universidade pre-

cisaria passar por uma reforma urgente, pois, em sua opinião, havia “estudante demais na universidade” (*apud* OPINIÃO SOCIALISTA, 2008). Tal afirmação gerou uma revolta junto à comunidade estudantil, que, por sua vez, compreendia a necessidade da reforma, mas, ao contrário do ministro, identificava as causas de tantos problemas na falta de investimento compatível com o crescimento observado.

Assim, conforme destaca o referido Encarte Especial (2008), os estudantes passaram, de imediato, a se posicionar contrários à reforma e, ao mesmo tempo, exigindo melhorias na infra-estrutura. À medida que as mobilizações iam avançando, a compreensão acerca das raízes dos problemas ia se ampliando. Daí, os estudantes passaram a questionar a própria universidade, a sua estrutura de poder autoritária, seus métodos, e a quem servia o conhecimento produzido.

Dessa forma, a juventude passou a compreender que a crise da universidade não era algo isolado, mas refletia a crise de todo um sistema – o sistema do capital.

No dia 10 de maio de 1968, Paris se transforma num campo de batalha:

Postes derrubados, carros virados, calçadas arrancadas. O calçamento fornecia um arsenal inesgotável de pedras, que seriam lançadas com coquetéis molotov. A revolta atingiria tamanha proporção que o governo, a polícia e demais instituições já não podiam controlar a situação.

E a partir dos protestos reprimidos no Quartier Latin (bairro de Paris) e a noite das barricadas, em 10 de maio, se desencadeia a greve geral (OPINIÃO SOCIALISTA, 2008, p. 2).

O Encarte Especial (2008) registra que os protestos estudantis evoluíram para uma greve geral, aproximando, mais ainda, estudantes e trabalhadores. Cerca de 10 milhões de trabalhadores pararam e as cinco centrais sindicais, então existentes, aderiram à greve. Foram constituídos comitês, compostos por estudantes, operários e camponeses, para discutir e decidir sobre os rumos dos acontecimentos. Tais organismos expressavam a organização do poder

dos trabalhadores.

Mas, apesar da gigantesca dimensão que os protestos assumiram, na análise expressa no citado periódico (2008), a ausência de uma direção revolucionária, que canalizasse os descontentamentos dos setores envolvidos no processo de mobilização, impediu que as lutas fossem direcionadas para a tomada do poder e a constituição de um Estado operário. Nesse sentido, o Partido Comunista e o Partido Socialista da França conseguiram conter as lutas em curso, empurrando-as para a arena parlamentar, mediante convocação de eleições gerais (OPINIÃO SOCIALISTA, 2008).

É importante ressaltar que as mobilizações estudantis na França repercutiram no mundo inteiro, acendendo a chama da luta. Nos Estados Unidos, multiplicaram-se os protestos contra a Guerra do Vietnã. Na Inglaterra, os estudantes ocuparam a Universidade de Oxford e a *London School of Economics*. Na Itália, a classe operária protagonizou uma greve de milhões e os estudantes ocuparam as universidades. No México, o exército invadiu a Universidade Autônoma do México – UNAM, para reprimir os estudantes que estavam mobilizados. Na Polônia, ocorreram greves nas universidades. Na Tchecoslováquia, a juventude se confrontou com a burocracia stalinista (OPINIÃO SOCIALISTA, 2008).

No Brasil, vivíamos sob uma ditadura militar, caracterizada pela mais brutal repressão e perseguição a todos os movimentos de contestação do regime.

O ano de 1968 foi marcado por grandes mobilizações, mas, ao mesmo tempo, por um recrudescimento do autoritarismo, com a intensificação da repressão, mediante a edição do Ato Institucional (AI) 5.

Após um período de descenso, que se iniciou em 1966 e se estendeu a março de 1968, o movimento estudantil retomou o fôlego, movido por um sentimento de protesto contra a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, no dia 28 de março daquele ano, assassinado pela polícia, no restaurante Calabouço. A polícia invadiu, de surpresa, o recinto, onde dezenas de estudantes

Nos Estados Unidos, multiplicaram-se os protestos contra a Guerra do Vietnã. Na Inglaterra, os estudantes ocuparam a Universidade de Oxford e a London School of Economics. Na Itália, a classe operária protagonizou uma greve de milhões e os estudantes ocuparam as universidades.

faziam suas refeições, e abriu fogo. O corpo de Edson Luis foi levado para a Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, onde foi velado por uma grande multidão de pessoas, dentro e fora do prédio, que permaneceram até a manhã do dia seguinte, seguindo daí para o Cemitério de São João Batista (POERNER, 1995).

Poerner nos informa que, no momento em que “[...] o corpo baixou à sepultura, as mais de 50 mil pessoas que lograram acesso ao interior da necrópole, ouviram o solene juramento prestado por milhares de jovens: ‘Neste luto, começou a luta’ [...]” (1995, p. 271).

Edson Luis não foi a primeira, nem seria a última vítima da repressão, no período que abrange os anos da ditadura no nosso país, mas sua morte, sem dúvida, desencadeou no Brasil o “[...] processo de liberalização que em 1968 sacudiu tantos outros países [...]”, tornando-o um ano “intelectual e culturalmente [...] profícuo nos principais setores da vida nacional” (POERNER, 1995, p. 290-1).

Esta seria, até então, a maior manifestação popular de protesto pós-golpe, seguida de dezenas de outras mobilizações em vários pontos do país, culminadas no primeiro de abril – quarto aniversário do golpe, com um grande movimento de protesto, no Rio de Janeiro, duramente reprimido pela polícia.

Outras manifestações se sucederam, ao longo do ano de 1968, destacando-se como as mais importantes, na avaliação de Poerner (1995), as realizadas no Rio de Janeiro, em 26 de junho e 4 de julho, conhecidas como as “Passeatas dos Cem Mil”, porque ambas reuniram, mais de cem mil manifestantes.

Esse período de ascenso do movimento estudantil vai se encerrar no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, no Estado de São Paulo, em outubro de 1968, quando os 920 delegados participantes foram cercados e presos pela polícia, estando, dentre eles, as principais lideranças estudantis à época: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luis Travassos e Jean-Marc Charles Frederic Von der Weid (POERNER, 1995).

O movimento estudantil retomou o fôlego, movido por um sentimento de protesto contra a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, no dia 28 de março daquele ano, assassinado pela polícia, no restaurante Calabouço. A polícia invadiu, de surpresa, o recinto, onde dezenas de estudantes faziam suas refeições, e abriu fogo.

Com o terror instaurado com o AI-5 e a falta de perspectivas de participação política, o ano de 1968 chega ao seu termo.

As manifestações que atravessaram o famoso maio de 1968 apontaram, ao nosso ver, para a necessidade de se lutar para mudar o mundo. Nas palavras de Mantovi (2008), o maio de 1968 teria sido

uma extraordinária experiência revolucionária, nascida no coração da Europa do Capital. A audaciosa rebelião estudantil do Maio francês – em pouco tempo – assume a forma de uma tendência internacional, abrindo caminho a uma imponente greve geral e à radicalização das lutas operárias [...].

As reivindicações específicas que impulsionaram os protestos estudantis

– melhoria da infra-estrutura da universidade e da qualidade do ensino ministrado – chocaram-se rapidamente com a própria estrutura da sociedade, que não permitia que sequer as exigências mínimas fossem atendidas. Daí que os protestos estudantis tenham se unificado com as lutas dos trabalhadores e, a partir desse momento, tenham levantado a bandeira do “fim do sistema”.

Por isso, consideramos importante resgatar as lições do maio de 1968, pois há, ainda, motivos para se lutar – há uma sociedade para se transformar!

O movimento estudantil no Brasil após 1968: o refluxo e a retomada¹

O movimento estudantil, após o longo interregno, de quase absoluto silêncio, entre 1969 e 1979 – embora, nesse período, tenham surgido algumas ações isoladas, como, por exemplo, os atos pelo transcurso do segundo aniversário da morte de Edson Luis, em 1970; os movimentos em São Paulo, deflagrados a partir da USP, após o assassinato, no Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/Codi) paulista, do professor e jornalista Vladimir Herzog, em 1975; etc. – volta às ruas em 30 de março de 1977, numa passeata que reuniu cerca de quatro mil estudantes, em São Paulo.

Além da luta política contra a ditadura, o movimento estudantil acrescentou novas reivindicações à sua plataforma: defesa do ensino público e gratuito, mais verbas para a universidade, melhoria do nível de ensino, dentre outras (POERNER, 1995, p. 302).

Em 1978, não ocorreram grandes manifestações estudantis, mas as atividades se voltaram para a organização e preparativos do Congresso de Reconstrução da UNE, no ano que se sucederia. Assim, em janeiro de 1979, a Comissão Nacional Pró-UNE, integrada por 27 diretórios estudantis – Diretório Central dos Estudantes (DCE), realizou a sua oitava reunião para deliberar acerca dos últimos detalhes da organização do 30º Congresso, o qual fora marcado para os dias 29 e 30 de maio, em Salvador.

Antes disso, em 15 de março, a UNE promoveu um Dia de Luto Nacional em protesto contra a posse do General João Baptista Figueiredo na Presidência da República.

O Congresso aconteceu, apesar da “não-autorização”, contando com a participação de mais de cinco mil estudantes, marcando o fim da fase da clandestinidade da UNE, sendo a primeira entidade nacional de massa a se reestruturar. Em nossa opinião, seu papel de vanguarda dos movimentos sociais, foi devido, dentre outros fatores, ao fato de a classe trabalhadora – operária-industrial – ter iniciado um processo de reorganização em organismos classistas, autônomos em relação ao Estado, retomando, assim, seu lugar de vanguarda na luta de classes.

A partir da década de 1980, com o “fim da ditadura” e com o processo de “redemocratização” do País, o movimento estudantil (ME) assume uma feição mais reivindicatória, de defesa da continuidade do caráter público da educação e, em particular, da universidade. Assim, as lutas encampadas, neste período, direcionam-se, mais especificamente, à conquista e à manutenção de bandeiras relacionadas à defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para as classes trabalhadoras. No caso do movimento estudantil universitário, a defesa de eleições diretas para reitor, de concurso público para professores efetivos ou,

ainda, a luta contra a cobrança de quaisquer taxas na universidade, dentre outras propostas passam a ocupar destaque nas discussões e mobilizações.

Não é por acaso que se dá essa mudança de eixo do ME, a partir da década de 1980, pois, até então, na ausência de organismos sindicais e partidários que assumissem a direção das lutas, os estudantes constituíam a principal resistência ao regime ditatorial. Com a criação do Partido dos Trabalhadores - PT, em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores - CUT, em 1983, o ME redefine seu papel no contexto da luta de classes e dos movimentos organizados das classes trabalhadoras, assumindo um lugar secundário nas lutas de caráter mais geral, embora mantivesse estreita ligação com os movimentos dos trabalhadores, principalmente, por via da defesa da educação/universidade pública, bandeira que, historicamente, comparece nas pautas dos movimentos estudantil e sindical.

Vale destacar, nessa década, duas importantes greves nacionais estudantis. Uma, em setembro de 1980, promovida pela UNE, com duração de três dias e que paralisou cerca de um milhão de estudantes e professores de 32 instituições do ensino superior, inclusive 20 das 34 universidades federais existentes. A plataforma de luta incluía a defesa de mais verbas para a educação e a luta contra aumentos das anuidades, nas universidades privadas, superiores a 35%. A outra, em 1989, atingiu as universidades federais, considerada a maior greve dos últimos 20 anos, envolvendo 41 universidades, em greve de professores, 39 paralisadas com greve de funcionários e 19 em greve estudantil, mobilizando cerca de 300 mil pessoas.

Poerner (1995) destaca que, após as grandes manifestações da década de 1980, tais como, “As Diretas Já!”, o movimento pela anistia, dentre outras, simpáticas à opinião pública, os estudantes retornaram às ruas, em grande estilo, em agosto de 1992, para exigir o *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Melo. O movimento começou em Curitiba, em 7 de agosto, coincidindo com a ocupação estudantil da Reitoria da Universidade Católica do Paraná, em protesto contra

As lutas encampadas, neste período, direcionam-se, mais especificamente, à conquista e à manutenção de bandeiras relacionadas à defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para as classes trabalhadoras.

os aumentos abusivos das mensalidades. No dia 10, ocorreu passeata “pela ética na política” em Manaus; no dia 11, em São Paulo e, assim, sucessivamente, não houve capital brasileira que não tenha realizado passeatas e manifestações diversas pelo “Fora Collor”. Essas passeatas levaram milhares de pessoas às ruas, culminando com a destituição de Collor da presidência e sua substituição pelo vice, Itamar Franco, em outubro de 1992, apesar das posições contrárias a tal encaminhamento. Por fim, constituiu-se, em torno deste, um governo de unidade nacional.

Após essas gigantescas mobilizações, o movimento estudantil inicia um momento de refluxo, realizando, nesse ínterim, em 1993, a última greve estudantil nacional de que se tem notícia, que mobilizou cerca de 20 milhões de estudantes em defesa da educação pública e gratuita.

Vale lembrar, ainda, nas décadas de 1980 e 1990, o *Dia Nacional de Luta em Defesa do Ensino Público e Gratuito*, realizado periodicamente e aprovado em plenário do Congresso da UNE, sendo considerado um dos eventos de âmbito nacional mais importantes da agenda do ME. Nesse dia, os estudantes de todo o País manifestavam-se, de diversas maneiras, mediante passeatas, atos, audiências públicas etc., em defesa do caráter público e gratuito da educação em todos os níveis. Apesar da importância de tal atividade, esta foi apagada da pauta do ME nacional, tendo-se a notícia de que teria acontecido, pela última vez, no dia 1 de abril de 1998, por intermédio da convocação oficial da UNE.

Como se pode notar, a UNE cumpriu um importante papel na centralização das lutas, a partir de sua criação, em 1937. Atuou, diversas vezes, em defesa da soberania nacional, como na Campanha “O Petróleo é nosso”, em 1947; na resistência à ditadura militar; na defesa da autonomia e democracia universitárias, a exemplo da greve de 1/3, em 1962. Mas, a partir da década de 1990, alguns indícios revelam que ocorreram mudanças, tanto na concepção quanto nas formas de luta do movimento estudantil,

provavelmente decorrentes das mudanças, também processadas, na estratégia e na concepção sindicais, uma vez que as forças políticas, atualmente em maior evidência no movimento sindical, são as mesmas que dirigem, ou buscam dirigir, as principais entidades estudantis, a saber, Partido Comunista do Brasil – PCdoB e Articulação Sindical (PT). Desta maneira, a UNE foi, de forma cada vez mais acelerada, deixando de cumprir seu papel de organização e centralização das lutas estudantis e de defesa dos interesses dos estudantes, principalmente, após a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, quando passa, de malas e bagagens, para o lado do governo.

Tomemos o exemplo da atual *Reforma Universitária* como ilustração para demonstrarmos como essa mudança de estratégia e concepção, assentada na “participação” e “proposição”, se dá no movimento estudantil. Chama-nos a atenção não apenas o espírito da *Reforma*, privatista, do governo Luiz Inácio Lula da Silva, mas, sobretudo, a posição assumida pela UNE – a exemplo da CUT, em relação às reformas sindical e trabalhista –, de apoio explícito a essa reforma.

Faz-se necessário abrir um breve parêntese para situar o teor dessa Reforma.

A essência da *Reforma* é a defesa da **universidade pública não estatal**, que implica, em última instância, no fim da gratuidade do ensino superior. De acordo com Buarque (*Apud* LIMA,

2004, p. 34),

[...] esta universidade sustentável, pública, mas não necessariamente estatal, deveria ‘ser aberta à possibilidade de receber recursos de setores privados que desejem investir em instituições, sejam elas privadas ou estatais; e tanto as instituições privadas quanto as públicas devem estar estruturadas de modo a servir aos interesses públicos, sem torná-las prisioneiras dos interesses corporativos dos alunos, dos professores e dos funcionários’.

Defender o caráter essencialmente público da universidade e seu não atrelamento aos interesses

Vale lembrar, ainda, nas décadas de 1980 e 1990, o Dia Nacional de Luta em Defesa do Ensino Público e Gratuito, realizado periodicamente e aprovado em plenário do Congresso da UNE. Apesar da importância de tal atividade, esta foi apagada da pauta do ME nacional, tendo-se a notícia de que teria acontecido, pela última vez, no dia 1 de abril de 1998.

imediatos do mercado (públicos?) significa, a seu ver, torná-la *prisioneira dos interesses corporativos dos alunos, dos professores e dos funcionários...*

Vale destacar, ainda, que o Programa Universidade para Todos – o PROUNI – é considerado o carro-chefe da reforma. Segundo entendimento do Ministério da Educação – MEC, a realização desse Programa se justificaria, face à existência de uma demanda para as matrículas na universidade, que teria dobrado, entre 1998 e 2002, de 5,7 milhões para 9,8 milhões. Nesse mesmo período, as instituições de ensino superior privadas teriam tido uma expansão espetacular, apresentando, no entanto, 37% de vagas ociosas.

Nesse sentido, o governo, buscando estimular as referidas instituições a destinarem “gratuitamente” 10% de suas vagas para estudantes de baixa renda, propôs como contra-partida, a isenção de impostos federais a quem aderisse ao PROUNI, o que, em última instância, significa recurso não arrecadado (diga-se de passagem, um percentual em torno de R\$ 1 bilhão, de acordo com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES) e, portanto, não disponível para investimento nos serviços públicos, em particular, na universidade pública.

Na avaliação de Coggiola,

O Prouni destina-se a financiar, com recursos públicos, as universidades privadas, sob a alegação de compras de “vagas ociosas”, destinadas a alunos carentes, negros e ex-presidiários. A isenção fiscal prevista nesse projeto é superior ao investimento do governo federal com as Universidades Federais [...] A proposta do “Universidade para Todos” cria um mercado cativo para o setor privado, subvencionado pelo Estado, agravando os problemas crônicos (2004, p. 4-5).

Trata-se, aqui, de partes da *Reforma*, que a UNE, não apenas defendeu, como para a qual se apresentou como co-autora, em especial do projeto de Lei 7200/06, tendo acompanhado o MEC, nas, assim chamadas, *caravanas*, que visitaram algumas universidades, com o intuito de propagandear a *Reforma*, revelando uma

estratégia política propositiva e de colaboração com o governo.

O apoio da UNE à *Reforma Universitária* tem sido veementemente contestado por vários setores do movimento estudantil universitário, resultando, inclusive, em muitos processos de ruptura com essa entidade, a exemplo da criação, em 2004, da Coordenação Nacional de Lutas Estudantis – *Conlute* e da *Frente de Luta contra a Reforma Universitária*.

Os estudantes, contrariando a sua entidade máxima, vêm se mobilizando e realizando atos e encontros estaduais, em todo o país, contra essa *Reforma Universitária*. Assim, em maio de 2004, realizou-se o Encontro Nacional contra a Reforma Universitária, no Rio de Janeiro. O evento contou com a participação de mais ou menos 1.500 estudantes de 17 estados e de

70 universidades, além de 18 escolas de nível médio (EBERHARDT, 2004a, p. 12). Em junho do mesmo ano, mais de 500 estudantes realizaram um ato contra a 1ª Audiência Pública Regional sobre a Reforma Universitária, promovida pelo MEC (RABELO; VICTOR, 2004). Em setembro de 2004, realizou-se a Plenária Nacional contra a Reforma Universitária, que reuniu 1.200 pessoas. O objetivo da plenária era unificar estudantes, funcionários e docentes contra a reforma (EBERHARDT, 2004b).

A UNE, numa postura autoritária, desconsiderou todo esse processo, de debate e de resistência, à atual proposta de *Reforma*, que se tem desen-

volvido no País.

Pudemos testemunhar, na nossa trajetória de militância estudantil², o processo de burocratização sofrido pela UNE, levado a efeito pela União da Juventude Socialista – UJS, braço estudantil do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no ME, revelando-se no aparelhamento da entidade, no seu distanciamento das lutas e das entidades estudantis de base, no seu imobilismo, apostando, outrossim, na estratégia da negociação compartilhada com os setores governistas³.

Portanto, a posição da UNE frente à proposta de *Reforma Universitária* reflete, ao nosso ver, o processo

O processo de burocratização, sofrido pela UNE, revelou-se no aparelhamento da entidade, no seu distanciamento das lutas e das entidades estudantis de base, no seu imobilismo, apostando, outrossim, na estratégia da negociação compartilhada com os setores governistas.

de atrelamento institucional da entidade aos governos e ao Estado, desde a conquista gradual da hegemonia do PCdoB na UNE, a partir do 41º Congresso da União Nacional dos Estudantes – CONUNE, em 1991.

Em contraposição, em julho de 2008, realizou-se o Encontro Nacional dos Estudantes, em Betim – Minas Gerais, antecedendo o I Congresso da Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas, o qual debateu, dentre outros assuntos, a realização de um Congresso Nacional de Base, a ser realizado entre os dias 11 e 14 de junho de 2009, para discutir os encaminhamentos relativos à criação de uma nova entidade estudantil representativa dos estudantes universitários, em face da falência da UNE⁴.

O ME não é coisa do passado: o significado das ocupações de reitorias em 2007/2008

Na década atual, em face dos posicionamentos que a UNE vai assumindo e do seu processo de burocratização, revelado no abandono da tática das mobilizações, no afastamento da base, na priorização da disputa pelo aparelho da entidade etc., vários setores do ME passam a questionar a sua legitimidade política como entidade representativa dos estudantes universitários.

Esse processo de ruptura com a UNE e de criação de uma nova entidade justifica-se, em última instância, por sua adesão declarada à *Reforma Universitária* do governo Lula e ao REUNI – uma parte da reforma, direcionada às universidades federais.

Em 2007, quando o governo federal tentou, por meio dos órgãos de decisão das universidades federais, implementar o REUNI, sem sequer consultar a comunidade estudantil, desenvolveu-se uma onda de protestos, em várias partes do País, com a ocupação de reitorias de importantes universidades, tais como, Universidade Federal da Bahia – UFBA (01/10/2007)⁵, Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (25/10/2007)⁶, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (18/10/2007)⁷, Universidade Federal do Ceará – UFC (25/10/2007)⁸, dentre outras.

O método utilizado pela administração das uni-

versidades ocupadas para solucionar o problema, em todos os casos, foi o mesmo, ou seja, o uso da repressão. Em alguns deles, poderia ter causado inveja aos militares de plantão na ditadura militar. Na UFBA, após 46 dias de ocupação, no dia 15 de novembro de 2007, ironicamente, o dia da Proclamação da República, o reitor Naomar de Almeida Júnior, acionou a “Tropa de Elite” da Polícia Federal, que, de forma truculenta, procedeu à reintegração de posse da reitoria, devolvendo-a, supostamente, ao seu “dono”⁹.

Roberta Maiane, da UFRJ, entrevistada por Jefferson Choma, do editorial do jornal *Opinião Socialista*, em 27 de outubro de 2007, falou sobre os motivos da ocupação:

Nossa ocupação é parte de todo um processo nacional de lutas contra o REUNI. Esperamos que, a partir delas, possamos atrasar e impedir a implementação desse projeto, mas também achamos que nossa ocupação poderá servir como apoio político para as outras ocupações e lutas que estão acontecendo. O processo de lutas contra o REUNI é nacional. Por isso, é necessária a luta em cada uma das universidades. Mas, essa luta é dirigida contra o governo e contra a UNE. Por isso, devemos organizar uma alternativa de luta para os estudantes¹⁰.

Sobre essa seqüência de ocupações contra o REUNI, o Centro Acadêmico Paulo Freire da UFRJ declarou que “[...]

a luta dos estudantes da UFRJ e de todo território nacional não é uma luta isolada, é a luta de todos que defendem um mundo radicalmente diferente que não seja pautado pela mercantilização das coisas e da vida” (2007).

Corroborando essa análise, expressa pela entidade estudantil carioca – de que a luta específica contra o REUNI é um reflexo da luta mais ampla contra mercantilização de todas as coisas, inclusive da educação, Tonet ressalta que:

O que está em curso, nos dias de hoje, no mundo todo e, em especial, no Brasil, no bojo das transformações por que passa a sociedade atual, é uma reconfiguração das relações entre o setor público e o setor privado [...]

O método utilizado pela administração das universidades ocupadas para solucionar o problema, em todos os casos, foi o mesmo, ou seja, o uso da repressão. Em alguns deles, poderia ter causado inveja aos militares de plantão na ditadura militar.

a tônica mais geral deste processo é a privatização [...]. Como se manifesta esta privatização? [...] [dentre outros fatores] pela **intensificação do caráter mercantil da educação** [...] (grifos nossos) (2007, p. 87-8).

O autor (2007) também compartilha a convicção de que o “[...] sentido da luta não se esgota nos interesses imediatos de uma categoria [...] mas faz parte de um embate social mais amplo [...]” – a defesa do caráter público da universidade.

Há, ainda que se destacar, como o caso mais ilustrativo da luta dos estudantes em defesa da universidade pública, a ocupação da Universidade de São Paulo – USP, que, iniciada em 3 de maio de 2007, durou 50 dias, motivada, inicialmente, pela tentativa do governador José Serra (PSDB) de implementar decretos que feriam, gravemente, a autonomia universitária. Numa atitude de total desrespeito, o governador Serra, recém-empossado, havia lançado uma série de decretos (sendo os de nºs 51.460/07; 51.461/07 e 51.471 os mais relevantes), publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo no, inusitado, dia primeiro de janeiro de 2007. Apesar da ADUSP – S.Sind. (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo) ter se dado conta tardiamente do fato, apenas em fevereiro, logo a seguir, a entidade desencadeou uma campanha de esclarecimento (ADUSP, 2007), que, no entanto, apenas atingiu seu objetivo de mobilização, junto aos próprios docentes, quando os estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas se apossaram do verdadeiro conteúdo dos referidos decretos, em maio de 2007.

Na avaliação do Diretório Central dos Estudantes da USP e outras entidades (2007):

[...] a ocupação da reitoria se constituiu como em um ato político legítimo dos estudantes da universidade, que barrou parcialmente os ataques do governador José Serra à autonomia universitária. Além disso, a ocupação da reitoria colocou em cena os estudantes, não mais apenas como aprendizes, mas como agentes da construção política. Abriu-se assim uma nova pers-

pectiva a ser construída com toda comunidade USP e com a sociedade, de uma efetiva democratização dos mecanismos arcaicos e autoritários de poder desta universidade.

Pelos mesmos motivos, os estudantes da Universidade Estadual Paulista – Unesp¹¹ e da Universidade de Campinas – Unicamp¹² deflagraram greve, paralisando vários *campi* de diversas cidades paulistas, configurando, assim, uma greve unificada das universidades estaduais paulistas, definida em plenária dos estudantes das referidas instituições, no dia 06 de junho de 2007, na reitoria ocupada da USP¹³. No caso da Unicamp, diante da indisposição da Reitoria em dialogar e negociar, os estudantes decidiram em assembléia, no dia 18 de junho de 2007, ocupar o prédio da Diretoria Acadêmica – DAC.

Após 51 dias e muitas dificuldades para estabelecer negociação com a representante da administração superior da Universidade – a reitora Suely Vilela, que chegou a afirmar, poucos dias antes do fim da ocupação, que “não [haveria] negociação com os ocupantes sem a prévia desocupação do prédio”¹⁴, os estudantes decidiram pela desocupação, considerando a aceitação por parte da reitoria de atender alguns pontos da pauta de reivindicação do movimento, a saber: 334 novas moradias no campus do Butantã, de Ribeirão Preto e São Carlos; reforma dos prédios da FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) e do FOFITO

(Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional); restaurante universitário aos fins de semana na Cidade Universitária; ampliação do transporte interno na Cidade Universitária; contratação de professores; dentre outros pontos¹⁵.

Em termos mais amplos, as greves dos três setores – estudantes, docentes e técnico-administrativos – das universidades estaduais paulistas e a ocupação infligiram pesada derrota ao governo Serra, que teve que retirar, dos decretos mencionados, cláusulas que feriam a autonomia das instituições por meio de um, também inusitado, Decreto Declaratório nº 1, de 30 de maio de 2007.

Em termos mais amplos, as greves dos três setores – estudantes, docentes e técnico-administrativos - das universidades estaduais paulistas e a ocupação infligiram pesada derrota ao governo Serra, que teve que retirar, dos decretos mencionados, cláusulas que feriam a autonomia das instituições.

Vale dizer que o maior saldo da ocupação da USP, além das conquistas elencadas, embora parciais e limitadas, na avaliação de Fonseca (2007), “[...] foi o início de uma mobilização que se espalhou pelo país inteiro, o que pode dar um salto de qualidade na organização do movimento estudantil e na superação da UNE [...]”.

Dando seqüência ao levante estudantil, iniciado em 2007, os estudantes da Universidade de Brasília – UnB, entoando a palavra de ordem “eu já falei, vou repetir: só saio quando o Timothy sair!” (CAMPOS, 2008), ocuparam a reitoria da Instituição, em 3 de abril de 2008, em protesto às denúncias de corrupção de seu reitor – Timothy Mulholland, o qual teria se beneficiado dos recursos da Finatec (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos) para mobiliar seu apartamento. Este ato estudantil de protesto e luta não agiu, simplesmente, contra um particular reitor, potencialmente corrupto, mas tomando para si as análises do Sindicato ANDES-SN e de suas Seções Sindicais - que haviam exposto, claramente, a apropriação indevida do espaço público pelas Fundações Privadas ditas de “apoio” e suas conseqüências privatizantes sobre o caráter e o funcionamento das instituições (ADUSP, 2001, 2006 e 2007) e ANDES-SN (2004, 2006, 2008) - foi alcançando abrangência maior, impulsionando a exigência do fim da atuação de tais Fundações, em todas as universidades públicas.

Desde o início, o movimento estabeleceu claramente quais seriam seus objetivos, conforme foram sendo repetidos, nas palavras de ordem e nos discursos dos ocupantes. Após o anúncio do delegado da Polícia Federal, Sérgio Menezes, da ordem de retirada dos estudantes da reitoria, uma estudante, conforme informou Campos (2008), declarou que o objetivo não era chamar a atenção, mas o “[...] fim da corrupção e uma educação de qualidade para todos”.

Mais uma vez, a fala dos estudantes reafirma o sentido mais geral da luta – de defesa da educação pública de qualidade para todos, sem desconsiderar os aspectos específicos que constituem parte desse processo, como a luta pela democracia e autonomia universitárias, que se expressam na defesa de eleições diretas e paritárias para os cargos de direção da universidade, destacada na ocupação da UnB.

Nove dias após o início da ocupação e diversas tentativas por parte da reitoria para desmobilizar o movimento, como, por exemplo, o desligamento de água e energia, o impedimento de entrada de comida, a ameaça de cobrança de multa ao Diretório Central dos Estudantes, os estudantes conseguiram uma importante vitória: o reitor, o vice e todo o decanato renunciaram. Assim, abriu-se um debate acerca da autonomia e democracia universitárias, bem como sobre a própria estrutura elitista da universidade brasileira.

De acordo com a avaliação das Entidades Estudantis de Bauru,

A primeira vitória dos companheiros e companheiras da UnB, com a renúncia calculada dos corruptos Mulholland e Mamyra, comprova o poderio do movimento estudantil e a capacidade, agora ainda maior, de se avançar. [...] [Acreditam], ainda, numa possibilidade histórica de lutas em 2008 – **40 anos após o triunfante “maio de 68”** – iniciada na Universidade de Brasília. (CONSELHO DE ENTIDADES ESTUDANTIS DA UNESP DE BAURU, 2008) (Grifos nossos).

Faz-se mister salientar que a UNE não apareceu, em nenhum dos casos citados, sequer um único dia, para prestar solidariedade à ocupação, à greve ou à mobilização, ou mesmo se dignou a enviar uma moção de apoio. Portanto, é importante afirmar que essas manifestações e protestos aconteceram apesar da UNE e contra a ela. Fonseca (2007) ratifica essa informação ao dizer que “quanto à UNE, nem neste dia [23/05/2007] nem em qualquer outro dia da greve das estaduais chegou a mostrar a sua cara, mostrando que não consegue nem mesmo pousar de oposição [...]”.

Bianchi, Braga e Carneiro (2008, p. 23-4) analisando o significado dessas ocupações pelos estudantes, afirmam que:

A ocupação nas reitorias e universidades é um ato simbólico por meio do qual tem lugar a reapropriação pelo público daqueles espaços que teoricamente são ou deveriam ser públicos. Como tal, a ocupação é uma ressignificação de território na qual a sede da autoridade universitária, da tradição acadêmica e da burocracia universitária passa a ser a sede de sua contestação, transgressão e questionamento. O espaço da imobilidade passa a ser assim o espaço do movimento.

A ocupação é, também, um ato por meio do qual os estudantes interpelam as autoridades universitárias e governamentais, colocando em evidência uma agenda política que de outro modo permaneceria na penumbra. Exercendo seu direito à rebelião, os estudantes estão redefinindo os termos da discussão e argumentando, com seus atos, em favor da autonomia universitária e da defesa de uma universidade pública.

Ao nosso ver, as formas de lutas adotadas – greve com ocupação constituem instrumentos de grande poder educativo, pois uma greve pode mostrar aos trabalhadores ou, no caso, aos estudantes, em que repousa a sua força, ensinar-lhes a pensarem não apenas em si, a se unirem, fazendo-os perceber que somente unidos podem agüentar a luta contra os seus inimigos. Por fim, a greve abre os olhos dos trabalhadores e dos estudantes quanto ao caráter dos governos e às leis.

Vale a pena conferir uma belíssima passagem do texto de Lênin “Sobre as greves”, no qual discorre acerca dos ensinamentos da greve, da “grande influência moral das greves” sobre aqueles que dela participam:

Durante uma greve, o operário proclama em voz alta suas reivindicações, lembra aos patrões todos os atropelos de que tem sido vítima, proclama seus direitos, não pensa apenas em si ou no seu salário, mas pensa também em todos os seus companheiros, que abandonaram o trabalho junto com ele e que defendem a causa operária sem medo das provações. Toda greve acarreta ao operário grande número de privações, e além disso tão terríveis que só podem comparar com as calamidades da guerra: fome na família, perda do salário, freqüentes detenções, expulsão da cidade em que residia e onde trabalhava. E apesar de todas essas calamidades, os operários desprezam os que se afastam de seus companheiros e entram em conchavos com o patrão. Malgrado as calamidades da greve, os operários das fábricas próximas sentem entusiasmo sem-pre que vêem que seus companheiros iniciaram a luta (1979, p. 43-4).

As greves e ocupações estudantis, de 2007 e 2008, colocaram em evidência o ME brasileiro, após

anos, aparentemente, adormecido, revelando que **o movimento estudantil não é coisa do passado!** Reafirmaram a legitimidade de formas de luta, já consideradas ultrapassadas pelo discurso dominante. Colocaram em xeque a representatividade da UNE, como entidade dos estudantes universitários, não apenas pela sua ausência, que já seria um fato digno de nota, mas, sobretudo, pela postura contrária que assumiu, em alguns casos, à luta dos estudantes. Além disso, apontaram para a necessidade da construção de uma nova direção para o movimento estudantil.

Por fim, consideramos que todos esses movimentos se inserem num processo mais amplo de reorganização do movimento de massas no Brasil, que, no caso específico do movimento estudantil, se expressa, por um lado, na ruptura de importantes setores com sua entidade nacional e, por outro, na criação de uma alternativa de organização e de luta, que seja capaz de impulsionar e unificar as diversas mobilizações estudantis em curso.

Por outro lado, afirmaram outro modelo – uma universidade pública, gratuita e de qualidade, com ampla democracia e autonomia internas, voltada para atender às necessidades daqueles que a sustentam, os trabalhadores.

Considerações finais

É importante salientar que todas essas mobilizações, independente de suas reivindicações específicas, colocaram em contestação o próprio modelo de universidade existente, trazendo à tona as seguintes questões: é esse modelo de universidade que queremos?; uma universidade onde se evita o debate,

convocando a polícia?; admitiremos armas, botas, camburões e até helicópteros, impedindo a arte, o saber e o conhecimento crítico?

Por outro lado, afirmaram outro modelo – uma universidade pública, gratuita e de qualidade, com ampla democracia e autonomia internas, voltada para atender às necessidades daqueles que a sustentam, os trabalhadores.

Ao nosso ver, as lições que podemos extrair de todos esses movimentos, dos protestos de maio de 1968 às ocupações de 2008, permitem-nos duas conclusões, pelo menos: 1) **que o movimento estudantil não é coisa do passado**, tese esta reivindicada, inclusive, pelos estudantes da USP, ao desocuparem a reitoria, entoando a palavra de ordem: “Nas ruas,

nas praças, quem disse que sumiu? Aqui está presente o movimento estudantil!”¹⁶; 2) que a conquista dessa nova universidade, pautada nas diversas mobilizações, só será possível se estiver colada à luta da classe trabalhadora por outro modelo de sociedade – livre, igualitária, fundada no trabalho associado – a sociedade socialista.

NOTAS

1. Esse sub-item do texto foi elaborado com base na nossa Tese de Doutorado, intitulada “O movimento estudantil em tempos de barbárie: a luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública” (ARAUJO, 2006). Nesse sentido, dispensaremos a referência ao nosso trabalho ao longo desse tópico, complementando apenas com as indicações bibliográficas provenientes de outras obras que contribuíram para complementar o texto.
2. Militamos no ME durante os anos de 1989 a 1994, à frente do Centro Acadêmico de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, do Diretório Central dos Estudantes da UECE, das Executivas Estadual e Nacional dos Estudantes de Pedagogia.
3. O PCdoB não apenas apoiou como compôs o chamado Governo de Unidade Nacional de Itamar Franco (1992-4), assim como, atualmente, compõe a base governista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
4. No momento que finalizamos este artigo está ocorrendo o Congresso Nacional dos Estudantes – CNE, no Rio de Janeiro.
5. Conferir <http://www.ocupacaoufba.blogspot.com>.
6. Conferir <http://www.ocupaufes.wordpress.com>.
7. Conferir <http://www.ufrjocupada.blogspot.com>.
8. Conferir <http://www.ocupacaodaufc.blogspot.com>.
9. Conferir <http://www.ocupacaoufba.blogspot.com>.
10. Conferir o conteúdo completo da entrevista em <http://www.pstu.org.br>.
11. Na Unesp de Marília, a greve foi deflagrada em 15 de maio de 2007 (<http://www.ocupacaounesp.blogspot.com>) ; na Unesp de Rio Claro, a greve teve início no dia 24 de maio de 2007 (<http://www.ocupacaorioclaro.blogspot.com>).
12. Na Unicamp, a greve foi deflagrada em 23 de maio de 2007 (<http://www.ocupacaodaunicamp.blogspot.com>).
13. Conferir (<http://www.ocupacaorioclaro.blogspot.com>).
14. Declaração feita em nota oficial divulgada pela USP, acessada em <http://www.stoa.usp.br>.
15. Conferir (<http://www.arquivoocupa.blogspot.com/2007/07/usp-desocupada-51-dias-conquistam/com.html>).
16. Conferir em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u303852.shtml>.

REFERÊNCIAS

ADUSP- Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo. *Revista Adusp*. São Paulo, n° 22, mar. 2001.

_____. *Revista Adusp*. São Paulo, n° 23, set. 2001.

_____. *Revista Adusp*. São Paulo, n° 24, dez. 2001.

_____. *Revista Adusp*. São Paulo, n° 36, jan. 2006.

_____. *Revista Adusp*. São Paulo, n° 40, abr. 2007.

ANDES-SN- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília-DF, ano XIV, n.º 33, 2004.

_____. Descontrole e ilegalidade marcam atuação das fundações “de apoio” no Brasil todo. *Dossiê Nacional 1*. Publicação especial do ANDES-SN. Brasília-DF, 2006.

_____. Fundações privadas “de apoio” intervenções judiciais, inquéritos, prisões, renúncia de reitores: o modelo entra em crise. *Dossiê Nacional 2*. Publicação especial do ANDES-SN. Brasília-DF, 2008.

_____. Fundações privadas x Universidades públicas. Uma relação incompatível. Publicação do ANDES-SN. Brasília-DF, 2008.

ARAUJO, Raquel Dias. *O movimento estudantil em tempos de barbárie: a luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública*. Tese (Doutorado em Educação). 2006. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação. Fortaleza, 2006.

ARCARY, Valério. *Maio de 68: a última onda revolucionária que atingiu o centro do capitalismo*. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/esp68_artigos11.asp>. Acesso em: 10 jun. 2009.

BIANCHI, Álvaro; BRAGA, Ruy; CARNEIRO, Henrique. O movimento estudantil e as ocupações. IN: BIANCHI, Álvaro (Org.). *Transgressões: as ocupações de reitoria e a crise das universidades públicas*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008. (Coleção 10, v. 11).

CAMPOS, João. Ioga, rebeldia e negociação. *Correio Braziliense*. Brasília, 05 abr. 2008.

CARNEIRO, Henrique. *O maio francês de estudantes e operários*. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/esp68_artigos3.asp>. Acesso em: 24 maio 2009.

CENTRO ACADÊMICO PAULO FREIRE – UFRJ. *Nota de apoio*. Rio de Janeiro, 29 out. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrjocupada.blogspot.com>>. Acesso em: 24 maio 2009.

COGGIOLA, Osvaldo. *Entrevista como Professor Osvaldo Coggiola*. Por Rodolfo Vianna. São Paulo, 2004(b) (Mimeo).

CONSELHO DE ENTIDADES ESTUDANTIS DA UNESP DE BAURU. *Moção de apoio à ocupação da UnB*. Bauru, 14 abr. 2008. Disponível em: <<http://grevenaoferias.blogspot.com>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA USP *et al*. *Carta pública à comunidade USP e sociedade civil*. São Paulo, 16 jul. 2007. Disponível em: <<http://ocupacaousp.noblogs.org>>. Acesso em: 12 ago. 2008.

EBERHARDT, Júlia. Encontro reúne 1.500 contra a reforma universitária. São Paulo: *Opinião Socialista*. Ano IX, edição 176, 03 a 09/05/2004a. Seção Juventude (p. 12).

ENGELS, Friedrich. Prefácio de Engels para a terceira edição alemã (1885). In: MARX, Karl. *O dezoito brumário e cartas a Kugelmann*.

6 ed. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FONSECA, Priscila Frohmut. **Lições da ocupação**. 2007. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/ocupacaosp/weblog/6363.html>>. Acesso em: 12 jun. 2009.

LENIN, Vladimir Ilich Ulianov. Sobre as greves. In: **Sobre os sindicatos**. São Paulo: Editorial Livramento, 1979.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Reforma universitária do governo Lula: o relançamento do conceito público não-estatal. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Reforma Universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

MANTOVI, Ruggero. **68 na Itália**: a herança de uma revolução que faltou ao encontro da história. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/esp68_artigos8.asp>. Acesso em: 10 jun. 2009.

OPINIÃO SOCIALISTA. Juventude. Encarte especial. Edição 337. São Paulo, 08-14 maio 2008.

PLENÁRIA ORGANIZA luta, mas poupa o governo e a UNE. São Paulo: **Opinião Socialista**. Ano IX, edição 191, 16 a 22/09/2004b. Seção Reforma Universitária. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=2490&cida=0> Acesso em: 05 jul. 2005.

POERNER, Artur José. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes brasileiros. 4 edição ilustrada, revisada, ampliada e atualizada. São Paulo: Centro de memória da juventude, 1995.

RABELO, José; VICTOR, Paulo. Estudantes impedem audiência do MEC em Manaus. **Opinião Socialista**. Ano IX, edição 180, 01 a 07/07/2004. Seção Juventude. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=2132&cida=0>. Acesso em: 5 jul. 2005.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

UNE. **Convocatória da UNE**. São Paulo, 1998.

WEBER, Henri. Um balanço de 1968. In: GARCIA, Marco Aurélio; VIEIRA, Maria Alice (Orgs.). **Rebeldes e contestadores: 1968 – Brasil/França/Alemanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999. 

Conquistas e reafirmações do Estatuto do Idoso

Simone Kelly Cetolin

Mestranda em Psicologia na Universidade Federal da Bahia – UFBA

Sirlei Favero Cetolin

Doutora em Serviço Social (PUCRS)

Clarete Trzcinski

Professora da UNOESC

E-mail: clarete@desbrava.com.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a Lei nº 10.741/03, o Estatuto do Idoso, contemplando sua construção social e histórica, com vistas a verificar as principais conquistas e/ou reafirmações de garantias de tutela dos Direitos Fundamentais conferidos aos idosos. A Carta Magna brasileira, que apregoa o tratamento desigual aos desiguais, visando, assim, à equidade e à operacionalidade das premissas Constitucionais, reconheceu os idosos como uma categoria social que necessita de tutela diferenciada, em função das peculiaridades que lhes são conferidas pelo processo de envelhecimento. O Estatuto do Idoso nasce num momento de insatisfação popular, cercado de debates, tanto da opinião pública, quanto da mídia e dos movimentos dos aposentados. Mais do que reconhecer a importância social do idoso, faz-se necessário uma reflexão acerca das conquistas e/ou reafirmações de direitos fundamentais a que o Estatuto se propõe.

Palavras-Chave: Idoso; Velhice; Direitos Sociais; Direitos Fundamentais.

Introdução

A idade de um indivíduo não pode ser considerada um critério estático, divisor das ações que lhe competem, bem como do exercício da cidadania. Contudo, tal distinção faz-se necessária no tocante a procurar tutelar, de forma singular e diferenciada, os sujeitos de acordo com suas necessidades. Porém, infelizmente, agrupar os indivíduos por idade acarreta também a rotulação dos mesmos. Na sociedade capitalista da contemporaneidade, o Estado é responsável por fixar a idade em que o indivíduo é considerado idoso. E, no Brasil, especificamente, segue-se a resolução da Organização das Nações

Unidas (ONU), fixando esta idade em 60 anos. Com frequência, porém, a sociedade considera pessoas com muito menos idade como idosas, restringindo vagas no mercado de trabalho, por exemplo, e, ao não lhes possibilitar a aposentadoria, acaba por engrossar as estatísticas do desemprego (BEAUVOIR, 1990).

Versar sobre o idoso é remeter os cidadãos à condição inexorável do ser humano: a transformação. Todos, desde o nascimento à puberdade, à maturidade e à velhice, transformam-se, tanto física quanto psicologicamente. Modificam-se as necessidades, as prioridades. Porém, não se modifica a natureza humana e a obrigação do Estado em garantir, da melhor forma

possível, a tutela dos direitos fundamentais, proporcionando uma existência sadia e digna a todas as categorias sociais.

A Constituição vigente (1988), no seu texto, tentou garantir a proteção aos idosos, porém, foi percebida insuficiência desta tutela e a necessidade de uma proteção legal, mais completa, que assegure o respeito à dignidade humana, base do Estado Democrático de Direito.

Neste contexto, foi promulgada a Política Nacional do Idoso, Lei nº 8842/94, que figura, de certa forma, como um plano de ação, estabelecendo princípios e diretrizes que, posteriormente, viriam a reger não somente as ações propostas pela mesma, mas também o Estatuto do Idoso, aprovado em 2003 (Lei nº 10.741/03) ¹.

Em concordância com Bruno (2003), a importância histórica do Estatuto do Idoso, está em que, além de ratificar os direitos demarcados pela Política Nacional do Idoso, também acrescenta novos dispositivos e cria mecanismos para coibir a discriminação contra os sujeitos idosos. Prevê penas para crimes de maus-tratos de idosos e a concessão de vários benefícios. Consolida os direitos já assegurados na Constituição Federal, tentando, sobretudo, proteger o idoso em situação de risco social.

Direito à vida e suas conseqüências práticas

O direito fundamental à vida se encontra elencado nos artigos 8º e 9º do Estatuto do Idoso (EI). Tal direito é amplamente reconhecido, se não o mais celebrado, podendo-se ressaltar dispositivos concernentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos arts. 1º, 3º, 5º, 6º e, ainda, no nº 196 da CF/88. Não há em tais dispositivos inovação, mas sim uma reafirmação dos direitos que são universais a todos os indivíduos, sejam estes crianças, adolescentes, adultos ou idosos.

Ressalta-se que o dever do Estado em garantir a vida e a saúde incorre na existência de um direito subjetivo do idoso, podendo este invocá-lo a qualquer tempo. A propositura de políticas públicas que criem

mecanismos que possibilitem o envelhecimento sadio, da mesma forma, se apresenta como um dever de governo, que deverá dentro de suas atividades estabelecer atenções e ações específicas a este público (MARTINEZ, 2005).

Como um exemplo de atividade política voltada a criar mecanismos de atenção ao idoso, destaca-se a 1ª Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada na cidade de São Miguel do Oeste, que teve como local de realização o Salão Paroquial da Igreja Matriz, em 13 de março de 2006, da qual participamos como ouvintes. Contou com cerca de 300 idosos da região pertencente à Regional de São Miguel do Oeste.

Na ocasião, foram proferidas palestras pelo Curso de Serviço Social da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, contemplando resultados de pesquisas acadêmicas, realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre o Estado, Políticas e Práticas Sociais, que deram conta de socializar informações relacionadas à caracterização do perfil sócio-econômico dos idosos na Região do Extremo-Oeste de Santa Catarina, e, após, foram abertos núcleos de debates sobre propostas, que foram levadas à Conferência Estadual, realizada no mês de abril, daquele ano, na cidade de Florianópolis/SC. Ressaltam-se destas propostas, várias manifestações e reivindicações de direitos, em princípio,

contemplados no Estatuto do Idoso, que são: implementação do Estatuto do Idoso no que se refere à efetivação da lei sobre transporte gratuito; realização de palestras sobre o Estatuto do Idoso, que deve ser fornecido gratuitamente ao idoso; realização de palestras sobre os direitos sociais - saúde, educação, previdência social etc.; criação de Casas de Convivência para o idoso desamparado; disponibilização de médicos especialistas no atendimento à pessoa idosa (geriatra, cardiologista, oftalmologista etc.); garantia da continuidade do tratamento via Sistema Único da Saúde - SUS; garantia, ao outro membro do casal que recebe benefício no valor de um salário mínimo, do

Todos, desde o nascimento à puberdade, à maturidade e à velhice, transformam-se, tanto física quanto psicologicamente. Modificam-se as necessidades, as prioridades. Porém, não se modifica a natureza humana e a obrigação do Estado em garantir, da melhor forma possível, a tutela dos direitos fundamentais.

direito ao benefício assistencial (LOAS); considerar a renda per capita, necessária para a concessão do benefício assistencial, como a de um salário mínimo; na ausência de qualquer benefício, que o idoso, independentemente de sua renda, seja incluído, a partir dos 65 anos, no benefício social; incentivo das três esferas para a implantação de Conselhos Municipais do Idoso; capacitação dos Coordenadores para o trabalho com a terceira idade, de forma permanente; contratação de profissionais (educação física, fisioterapia) para atender a terceira idade quanto ao esporte e à ginástica.

Ressalta-se também que, em decorrência do tipo de atividades convocadas, a partir das Conferências Regionais resultaram, em âmbito estadual e nacional, com maiores dimensões, as Conferências Estaduais e a Nacional. Assim, realizou-se, de 23 a 26 de maio do mesmo ano (2006), em Brasília, a I Conferência Nacional dos Direitos do Idoso – Construindo a Rede Nacional de Proteção à Pessoa Idosa (RENADI)-(BRASIL, 2006).

Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

O art.10º do Estatuto do Idoso discorre “explicando” o art. 9º, exaltando três direitos básicos de qualquer indivíduo: a liberdade, o respeito e a dignidade (BRASIL, 2003).

O direito à liberdade, no caso em tela, diz respeito tanto à liberdade física, o direito de ir e vir, ressaltando-se os acessos diferenciados para melhor locomoção dos idosos, como à liberdade de expressão, de crença religiosa, da prática de esportes, atividades adjacentes, à participação na vida familiar e política, bem no como à faculdade de recorrer a auxílio, quando necessário. (BRASIL, 2003).

Faz-se mister ressaltar que ao idoso, maior de 70 anos, o exercício do voto é facultativo, conforme versa o art.14,§ 1º,II, “b” da CF/88, porém não há dispositivo que o impeça de filiar-se a partido ou associação política, pela condição da idade (MARTINEZ, 2005).

Conforme Ceccone (2004, p.83): “garantir a liber-

dade ao idoso pressupõe reconhecê-lo como cidadão de direitos civis, políticos, individuais, sociais e culturais, na mais ampla concepção”.

Quanto ao direito ao respeito, este fundamenta-se sobre os preceitos da integridade física, moral e psicológica, a que todos têm direito. O legislador tentou inscrever aí o respeito que os mais novos deverão ter em relação aos velhos, pela condição de idoso, de maior vivência e sabedoria.

Porém, como ressalta Martinez, o referido artigo, por si só, não é o suficiente:

Não cria o respeito aos mais velhos. Isso só será obtido culturalmente com a educação da população, em particular no seio da família e dentro das escolas. Mas suscitará o hábito e, com isso, e o passar do tempo, talvez lograremos copiar a Europa e o Japão (2005, p.19).

A dignidade da pessoa idosa também se encontra referida no artigo 10º do EI; o princípio da dignidade da pessoa humana é base do Estado Democrático de Direito, sendo tutelado pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Especificamente, quanto ao idoso, a dignidade humana diz respeito à sua “fragilidade”, haja vista que suas condições físicas modificaram-se, havendo necessidade, também, de defendê-lo de situações vexatórias ou constrangedoras (MARTINEZ, 2005).

A necessidade de se explanar estes direitos, que já existiam em outras legislações, advém das necessidades diferenciadas desta categoria social.

Segundo orientação de Ceccone (2003), partimos do pressuposto que o idoso é um ser humano com todas suas características, ou seja, tem um corpo físico e as necessidades inerentes a este; tem o aspecto emocional, baseado nos relacionamentos afetivos; tem seu sentido gregário, que lhe permite participar de um grupo e de suas atividades; tem suas raízes, ligadas a expressões e manifestações culturais e artísticas que lhe agradam; tem sua religiosidade, que expressa por meio de sua fé em algo transcendente à realidade material; e a sua cidadania, que lhe permite atuar de forma participativa e opinativa, no sentido

Do ponto de vista vivencial, o idoso está numa situação de perdas continuadas: a diminuição do suporte sócio-familiar, a perda do status ocupacional e econômico, o declínio físico continuado, a maior frequência de doenças físicas e a incapacidade prática crescente compõem o elenco de perdas.

de contribuir para a coletividade, seja por meio de um trabalho produtivo, seja participando de grupos, de outras organizações. Do ponto de vista vivencial, o idoso está numa situação de perdas continuadas: a diminuição do suporte sócio-familiar, a perda do status ocupacional e econômico, o declínio físico continuado, a maior frequência de doenças físicas e a incapacidade prática crescente compõem o elenco de perdas, suficientes para um expressivo rebaixamento da sua qualidade de vida. Também do ponto de vista biológico, para o autor (CECCONE, 2003), na idade avançada é mais freqüente o aparecimento de fenômenos degenerativos ou doenças físicas capazes de produzir sintomatologia depressiva.

Direito a alimentos

O direito à prestação de alimentos pode ser considerado uma inovação no campo dos direitos fundamentais dos idosos. O Código Civil (CC) de 2002 traz, em seu art. 1694 e seguintes, a prerrogativa de se prestar alimentos entre parentes, cônjuges ou companheiros, não havendo menção à figura do idoso. O artigo 1696 do CC dita, ainda, que “O direito à prestação de alimentos é recíproco entre os pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em graus, uns face de outros” (BRASIL, 2002).

Porém, no art. 14 do Estatuto do Idoso, mais do que a prerrogativa de se solicitar alimentos, foi conferido ao idoso o direito de solicitar ao Estado que cumpra com a obrigação de prestar alimentos, quase que o obrigando solidariamente (BRASIL, 2003).

Nas palavras de Martinez:

O Estado substitui o particular na obrigação e em relação a ele: decantando o direito subjetivo, presume-se a capacidade. Se as despesas crescerem desmesuradamente, ainda mais agora que o art.34 ampliou a clientela dos beneficiários, o governo deverá buscar outras fontes de financiamento, não podendo alegar despreparo nem dificultar o deferimento do benefício. Elege-se preferência, isto é, na dúvida sobre quem primeiro tem o ônus, se o Estado ou o particular; é esse último (2005, p.55).

Contudo, tem-se, no mesmo texto, que os auxílios propiciados pelo Estado são limitados à capacidade do INSS e aos benefícios dispostos nos art. 33 a 36 do

EI, tão somente (MARTINEZ, 2005).

Direito à saúde

O direito à saúde faz parte do “tripé” de direitos que compõe a Seguridade Social. Esta se compõe, ainda, pela Previdência e pela Assistência Social. Cabral descreve (a seguridade):

como um sistema de proteção social que decorre do direito social e que deve ser entendido como garantia e dever a ser assumido principalmente pelo Estado, respeitando os princípios da universalidade, da uniformidade, da equidade e da descentralização (CABRAL *apud* BORGES, 2003, p. 86).

A Constituição Federal expõe, em seu art.196, de forma um tanto abrangente, que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”, definindo, destarte, que o poder e a obrigação daí provenientes deverão ser instrumentalizados em políticas sociais e ações que visem não somente à redução de risco de doenças, mas também à universalidade e à igualdade, na promoção dos serviços de saúde, bem como na proteção e recuperação da mesma (MARTINEZ, 2005).

Conforme Martinez

É visível a preocupação em circunscrever o universo do direito-dever de forma difusa, de maneira a não desnudar a incapacidade governamental, de proporcionar não só a universalidade de atendimento, mas também o mesmo nível de qualidade aos habitantes de todos os quadrantes (2005, p.61).

O conceito de saúde, para a Organização Mundial da Saúde (OMS), é mais do que a ausência de doenças, mas uma situação de perfeito bem-estar físico, mental e social. Percebe-se, no entanto, que tal conceito está ultrapassado, haja vista que é praticamente impossível o ser humano encontrar-se num perfeito estado de harmonia entre todos os aspectos acima elencados.

Há de se ressaltar que uma visão diferenciada de saúde, especialmente quanto aos idosos deve ser promovida. Neste sentido coloca Borges:

[...] Do ponto de vista de saúde pública, a capacidade funcional surge como um novo conceito de saúde, mais adequado para instrumentalizar e operacionalizar uma moderna e inovadora política de atenção à saúde do idoso. Os idosos não constituem uma massa homogênea no que diz respeito ao uso dos serviços de saúde. Uma parcela substancial da utilização deve-se

a uma demanda extensiva gerada por um subgrupo relativamente pequeno. No entanto, as mudanças que ocorrem com a idade não se devem apenas ao processo de envelhecimento; alterações sociais e patológicas desempenham um papel importante, e em muitas situações a deflagração desses problemas pode ser atenuada com a adoção de medidas mais eficazes, visando à promoção e prevenção da saúde (2003, p. 13).

Sem dúvidas, uma atenção diferenciada ao idoso é imprescindível, já que, conforme Borges (2003): “é amplamente reconhecido que os idosos são usuários dos serviços de saúde em taxa mais alta do que os demais grupos etários” (p.11). O próprio processo de envelhecimento, como é bem conhecido, acarreta degeneração física, resultando geralmente em diversas doenças.

Ao elencar o direito à saúde no Estatuto, o legislador dispôs o Sistema Único de Saúde (SUS) como o mecanismo responsável pela operacionalização do acesso à prevenção, promoção e recuperação da saúde dos idosos, reiterando, destarte, o que já havia sido posto com a criação da Portaria 1395/99, que instituiu a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994). Também reitera os cuidados especificamente voltados ao idoso, por meio da geriatria e da gerontologia. Além de toda sorte de medicamentos, o Estado se comprometeu, também, a fornecer, aos idosos, próteses (aparelhos, implantados ou não, tais como: dentaduras, aparelhos auditivos, marca-passos, pinos, entre outros) e órteses, dos quais estes necessitem. Existe muita jurisprudência embasada nesta premissa (MARTINEZ, 2005).

Destaca-se, ainda, o parágrafo único do artigo 17 do EI, que dispõe que “não estando mais o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita” e, em seus incisos, encontra-se a seguinte ordem de antecedência: pelo curador; pelos familiares; pelo médico, se não houver tempo ou se há risco iminente de morte, ou ainda se não houver curador, nem familiares, devendo este comunicar o fato ao Ministério Público (BRASIL, 2003). Sem dúvida tal

dispositivo gerará controvérsias, frente ao desejo do idoso e à decisão da família ou do médico. Soma-se a isto a questão da co-responsabilidade do médico, que, anteriormente ao EI, era velada. Porém, sobre tal questão, tão importante no campo dos Direitos Fundamentais, não se encontrou discussão.

Direito à educação, cultura, esporte e lazer

Vislumbrando que, com o passar dos anos, a experiência humana aumenta, mas as aptidões físicas, geralmente, diminuem, o legislador reservou o Capítulo V do Título II, do EI, do art. 20 ao art. 26, especialmente para dispor sobre tais direitos.

Incumbiu o Poder Público de criar oportunidades de acesso à educação dos idosos, bem como garantir a inserção de conteúdos, no nível fundamental da escolarização, sobre a velhice e o processo de envelhecimento. Novamente, percebe-se a intenção do legislador em “ensinar” aos mais jovens o respeito para com os mais velhos, conforme explana Martinez:

O disposto no art.22 além de elogiável é recomendável. Provavelmente o respeito ao idoso não nascerá de palestras bem urdidadas, mas a explicitação dos seus direitos, desde o curso fundamental, contribuirá para difundir a idéia de que o cidadão deve compreender o significado do envelhecimento. A que todos estamos condenados. Melhor do que comemorar o dia do idoso ou do vovô é

homenageá-lo todos os dias, reverenciá-lo à altura, pois merece quem foi capaz de propiciar algumas das conquistas da humanidade, procurando entender por que da mesma forma, ele foi responsável pelas mazelas da nossa civilização (2005, p. 70).

Louvável é a inovação, elencada no art. 23 do EI, com a disposição de serem oferecidos 50% (cinquenta por cento) de desconto em atividades culturais, artísticas, esportivas e de lazer, propiciando, também, acesso preferencial a estes locais. O que, antes, era apenas privilégio dos mais jovens, portadores de carteirinhas estudantis, agora se ampliou também a esta classe, já tão marginalizada. Sem dúvida, é uma forma inteligente de continuar estimulando o desenvolvimento humano, que ocorre durante toda a vida de um indivíduo.

O artigo 17 do EI, dispõe que “não estando mais o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita” e, em seus incisos, encontra-se a seguinte ordem de antecedência: pelo curador; pelos familiares; pelo médico, se não houver tempo ou se há risco iminente de morte.

Criam-se, também, com o art. 24, do EI, espaços ou horários voltados aos idosos, ao processo de envelhecimento e à velhice, e garante-se o apoio estatal às Universidades que se voltarem à chamada “terceira idade” (BRASIL, 2003). Pode-se afirmar que o apoio às Universidades da Terceira Idade tem como escopo, também, desmistificar a idéia de que só se aprende quando se é jovem, contribuindo com a derrubada de alguns preconceitos. Percebe-se este fenômeno nas palavras de Pacheco: “barreiras relacionadas à idade têm produzido ao longo do tempo uma forma de dividir as instituições eminentemente humanas em três segmentos: a educação para os jovens, o trabalho para os adultos e o descanso para os velhos” (2003, p.231).

No que concerne esta disposição, Pacheco expõe a dificuldade de aceitação, por parte de algumas universidades e dos próprios acadêmicos:

No caso de programas para idosos, alguns fatores dificultaram ou retardaram a tomada de consciência pelas instituições universitárias, assim como pelas outras instituições humanas, de que a educação deveria ser um processo contínuo e aberto à todas as idades, inclusive aos velhos, sem barreiras de acesso, participação ou saída (2003, p. 227).

No âmbito municipal, ressalta-se o apoio de ações da sociedade civil para que estes artigos se efetivem. A Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, Campus São Miguel do Oeste - SC, desenvolve, há cerca de um ano, o Projeto Filantrópico *UNOESC: Para Melhor Idade*, que conta com a efetiva participação de cerca de 150 idosos deste município. Estes participam de várias atividades integrativas, tais como, musculação, ginástica, dança, expressão e modelagem, teatro e informática, proporcionando lazer e cultura a estes idosos.

Direito à profissionalização e ao trabalho

O artigo 26 do EI, que versa sobre o direito ao exercício profissional do idoso, reproduz, segundo Martinez (2003), o disposto no art. 5º, XIII, da Constituição vigente, onde se expõe que é livre o exercício do trabalho, se atendidas as qualificações a que a lei, que versa sobre

O EI discorre acerca da impossibilidade, excetuados os casos em que a função o exigir, da delimitação de faixa etária para contratação. Está, deste modo, aberto o conflito com a regra constitucional da aposentadoria compulsória.

a profissão, estabelecer, tão somente. Destarte, por analogia, tem-se que, preenchidos os requisitos necessários à contratação, é vedada a não contratação, em virtude da idade.

No artigo seguinte, o EI discorre acerca da impossibilidade, excetuados os casos em que a função o exigir, da delimitação de faixa etária para contratação. Está, deste modo, aberto o conflito com a regra constitucional da aposentadoria compulsória, que obsta a vontade ou a necessidade do idoso em permanecer no mercado (MARTINEZ,

2005). Há a preocupação, concomitante, com a preparação do idoso para a aposentadoria, pois a perspectiva da aposentadoria desencadeia diferentes reações nos indivíduos, daí a importância de que esta se dê de maneira planejada.

Direito à Previdência Social

Outro direito concernente à Segurança Social é o direito à Previdência Social; o Estatuto do Idoso contém três importantes dispositivos, que são pertinentes aos idosos e aos não enquadrados (MARTINEZ, 2005). No seu art. 29, há um certo “equivoco”, ao se referir a “salário” ao invés de “salário-de-contribuição”, expressão consagrada no art. 201, §3º da CF/88, que constitui a base de cálculo, mensalmente corrigida, abstraindo-se os últimos 12 meses. Inova-se quando, no parágrafo único deste mesmo artigo, é definida a data-base dos reajustes. Incluem-se, quando se trata de aposentados e pensionistas, os demais segurados: detentores de auxílio-doença, auxílio-reclusão, entre outros (BRASIL, 2003). Mantém-se o mecanismo, definido pela Lei. nº. 9.876/99, que estabelece como período básico de cálculo, para fins de mensurar a renda inicial, os salários-de-contribuição compreendidos entre julho de 1994 e o mês anterior do pedido do benefício (MARTINEZ, 2005). Inova-se, também, no art.32 do EI, com o estabelecimento, por parte do legislador, do dia 1º de maio, de cada ano, como a data-base para aposentados e pensionistas.

Direito à Assistência Social

O art. 33 do EI, que dispõe sobre a Assistência

Social, terceiro direito formador do “tripé” componente da Seguridade Social, é norma meramente declaratória, reiterando os preceitos da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº. 8.742/93, do Programa Nacional de Imunizações (PNI) - Lei nº. 8.842/94 e do SUS - Lei nº. 8.080/90.

Martinez define Assistência Social como:

[...] Um conjunto de atividades estatais e particulares direcionadas para o atendimento dos hipossuficientes, consistindo os bens oferecidos em pequenos benefícios em dinheiro, ações de saúde, serviços de saúde, fornecimento de alimentos e ou a pequenas prestações, sem contribuição (1992, p. 33).

O art. 34 do EI veio regulamentar a LOAS, baixando o critério de idade de concessão do Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC) de 67 para 65 anos. Tal benefício possui caráter personalíssimo, sendo intransferível. Sendo um benefício, não há necessidade de qualquer contribuição para a sua concessão, porém quanto ao critério do idoso possuir renda *per capita* inferior a um quarto de salário-mínimo, nada se modificou (BRASIL, 2003).

Conforme jurisprudência, já existem entendimentos no sentido de que o benefício de aposentadoria também deve ser excluído do cálculo da renda per capita familiar, previsto na LOAS, conforme estabelecido no artigo 34, parágrafo único, do Estatuto do Idoso. Tenta-se, destarte, minimizar a miserabilidade.

Direito ao acolhimento de idosos

O art.35 do EI, sinaliza quanto à necessidade de serem instituídas entidades que abriguem os idosos, frente à problemática social do abandono ou dos idosos que não possuam família, elencando duas formas de abrigo: em entidades de longa permanência e em casa-lar. Sobre a primeira, pode-se defini-la como constituída por estabelecimentos, tais como clínicas de repouso, centros de saúde ou asilos, que abriguem idosos doentes ou não, em caráter permanente. Sobre a casa-lar, define-se esta, segundo Martinez (2005), como uma residência que

abriga idosos num ambiente doméstico, familiar. O acolhimento do idoso tanto pode ser proporcionado por uma família, como por uma pequena pousada, atendendo alguns deles. Quanto à cobrança pela permanência nestes locais, esta é facultada pelo §1º do mesmo artigo, sendo precariamente regulamentada pelo §2º (BRASIL, 2003).

O art. 36 do EI, é uma inovação, sendo que entende a idéia de dependência econômica; ou seja, literalmente, o art. 36 determina que, se um idoso é acolhido por uma pessoa ou por uma família, entende-se que este é dependente juridicamente para fins de imposto de renda (IR) (MARTINS, 2003).

Direito à habitação

O direito à habitação digna se encontra disposto no Estatuto do Idoso no art. 37. O artigo faz uma importante consideração, ao expor que a moradia digna pode ser “no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou ainda em instituição pública ou privada”. Ou seja, independente do local físico da habitação, esta incorpora o princípio da dignidade da pessoa humana, que deverá nortear a existência de qualquer cidadão.

Direito ao transporte

O Estatuto do Idoso, em seu art. 39, retificou o direito concedido pela CF/88, em seu art. 230, §2º, concedendo aos idosos gratuidade no transporte público, municipal e interestadual, porém furtando-se a regulamentar sobre o transporte intermunicipal, amplamente utilizados pelos idosos do interior do Brasil. Também nada dispôs sobre outros tipos de transporte, tais como aviões, trens ou táxis. Tal prerrogativa é concedida às pessoas maiores de 65 anos, que deverão apresentar uma série de documentações para obter a gratuidade (MARTINEZ, 2005).

O EI definiu também que, presentes mais de 2 idosos no veículo de transporte (a lei lhes reserva 2 assentos), ao preço da passagem dos demais se cresce 50%. Também estipula a reserva de 5% vagas em estacionamentos e a

O art. 36 do EI, é uma inovação, sendo que estende a idéia de dependência econômica; ou seja, literalmente, o art. 36 determina que, se um idoso é acolhido por uma pessoa ou por uma família, entende-se que este é dependente juridicamente para fins de imposto de renda.

prerrogativa de serem os primeiros a entrar e a sair do veículo de transporte. (MARTINEZ, 2005).

Considerações finais

Os autores fizeram, desta forma, uma análise dos artigos que elencam os direitos fundamentais dos idosos, classificação esta que a própria Lei nº 10.741/03 estabelece.

Pode-se perceber que as inovações no campo dos Direitos Fundamentais foram ínfimas, haja vista que o EI, na maioria de seus artigos se limita a regular ou explicar os dispositivos, antes já elencados em outros dispositivos jurídicos.

Porém, quando pensado dentro da conjuntura social existente, se tomado como reconhecimento das necessidades especiais de uma categoria social, pode-se afirmar que a promulgação da Lei nº. 10.741/03 foi um grande avanço no reconhecimento dos idosos como cidadãos com Direitos Fundamentais, bem como quanto ao reconhecimento da categoria velhice e do processo de envelhecimento como questões inerentes ao ser humano, sendo que, devido seu caráter peculiar, os idosos deverão dispor de atenção diferenciada.

Se o referido Estatuto é a melhor forma de proteção das garantias ali apregoadas, não foi possível responder, pelo presente estudo.

A Constituição Federal de 1988 denomina o Brasil um Estado Democrático de Direito, fundado sob a égide da dignidade da pessoa humana e o respeito aos direitos fundamentais, tutelando de maneira específica cada categoria social, assegurando-se o disposto no art. 5º: o tratamento desigual aos desiguais, visando a equidade.

O processo de envelhecimento não pode ser considerado um fenômeno novo nas culturas humanas. A figura do idoso sempre existiu e a categoria social da velhice possuía diferentes significados, ao longo dos tempos, nas diferentes sociedades. Com o avanço da medicina e o aumento da expectativa de vida, o Brasil, um país em desenvolvimento, encontra-se em

acelerado processo de envelhecimento populacional.

Desta população surgem demandas diferenciadas, que exigem do legislador garantias e mecanismos de exigibilidade compatíveis com suas necessidades peculiares. Em consonância com este fenômeno, surgiram leis protetivas, voltadas especificamente aos idosos. Tais dispositivos, encontrados na CF/88 e na Política Nacional do Idoso (Lei nº8842/94) mostraram-se insuficientes para tal finalidade e, devido à intensa pressão da mídia e dos sujeitos desta categoria, em 1º de outubro de 2003, promulgou-se a Lei nº 10.741/03, denominado Estatuto do Idoso.

O presente trabalho propôs-se a analisar os artigos do Estatuto do Idoso que versam sobre os Direitos Fundamentais, visando elencar as inovações e/ou reafirmações destes direitos, a que este Estatuto se propõe.

Percebendo que poucas foram as inovações nos Direitos Fundamentais, destacamos, mesmo assim, alguns: o direito a alimentos, a disponibilidade de atendimento geriátrico e gerontológico nos ambulatórios, o desconto de 50 % em atividades culturais, a redução do critério de idade de 67 anos para 65 anos, para a concessão do benefício previsto pela LOAS (BPC) e muitas reafirmações dos direitos já existentes em outros ordenamentos, como a reafirmação do direito à vida, à habitação, à assistência e à saúde.

Verificamos que a maior inovação da referida Lei é a adequação destes artigos à condição do sujeito idoso. Ou seja, sinalizaram-se as particularidades

do idoso, a sua condição física e psicológica, as necessidades diferenciadas e adequou-se as normas a estas.

O legislador expôs, em vários momentos, a necessidade do respeito aos mais velhos, legislou no sentido de garantir este direito. Porém, será que uma norma é suficiente para transpor o abismo entre o preconceito e a realidade? Não se estaria normatizando uma utopia?

Parece-nos que o legislador percorreu o caminho inverso: primeiro, impôs a lei, para, posteriormente, mudar a sociedade. Não seria o contrário o mais correto?

Nasceu a prerrogativa, o dever a ser exigido, o

A figura do idoso sempre existiu e a categoria social da velhice possuía diferentes significados, ao longo dos tempos, nas diferentes sociedades. Com o avanço da medicina e o aumento da expectativa de vida, o Brasil, um país em desenvolvimento, encontra-se em acelerado processo de envelhecimento populacional.

direito a ser tutelado, porém a eficácia prática somente será verificada no futuro, com uma educação diferenciada, que aborde as questões referentes ao processo de envelhecimento de uma forma voltada a desmistificar os preconceitos, bem como, quando forem criadas condições de operacionalidade e instrumentalidade para a Lei nº 10.741/03, de modo que os resultados possam ser medidos.

Cabe à sociedade exigir que estes mecanismos sejam eficientes, bem como, também, é dever de cada um, na sociedade, de assumir seu posto de co-responsável por seus idosos. Ações, por parte da sociedade civil, como por exemplo, o programa desenvolvido pela UNOESC, são iniciativas a serem continuadas, por possuírem uma importância ímpar. Sem dúvida, é uma questão preponderante, para a sobrevivência digna dos mais velhos, que a sociedade esteja preparada e disposta a receber o grande contingente de “novos velhos”, que ainda virão.

O Estatuto do Idoso, pensamos, pode ser visto, sim, como inovação e reafirmação dos Direitos Fundamentais, pois tutela, de modo específico, uma categoria “esquecida” da sociedade. Nada mais justo que se tutele de maneira diferenciada esta classe, uma classe que o legislador visou contemplar e que muito lutou por seus direitos. A condição do idoso é peculiar, por tratar-se de sujeitos que já viveram muito, que tiveram inúmeras experiências.

Nas palavras de Bruno (2003), reiteramos o respeito ao ser humano, as diferenças que o tornam esse ser fantástico, capaz de viajar à lua, realizar feitos inimagináveis, transformando-se e superando-se a cada dia. O ser humano, genérico, deveria ser a prioridade de qualquer governo, em qualquer país.

Assim, em concordância com Bruno (2003), um novo cenário para a velhice poderá ser construído, levando-se em conta duas atitudes fundamentais: cultivar uma cultura de tolerância, na qual o respeito às diferenças seja o valor fundamental, e considerar o ser humano como prioridade absoluta, independente de sua faixa etária, na efetivação de políticas públicas que busquem garantir a inclusão social para todos.

NOTA

1. No anexo a este texto encontra-se a versão completa do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice: O mais importante ensaio contemporâneo sobre as condições dos idosos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BORGES, Maria Cláudia Moura. O Idoso e as Políticas Públicas e Sociais no Brasil. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von; NERI, Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire. (orgs). **As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil**. São Paulo: Alínea, 2003.
- BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. **Programa de Preparação de saúde do idoso**. Brasília, 1999. Disponível em: <www.saúde.gov.br> Acesso em 22 mar. 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Direitos Humanos e Violência Intrafamiliar: informações e orientações para agentes comunitários de Saúde**. Ministérios da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde; Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em: 9 jun. 2009.
- BRASIL. **Constituição de 1988**. República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei nº 10.741/2003. Brasília: Senado Federal, 2003.
- BRASIL. Constituição de 1988. **Lei nº 8842 de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e de outras providências. Brasil, jan, 1994.
- BRUNO, Maria Regina Pastor. Cidadania não tem idade. In **Revista Serviço Social e Sociedade**. Velhice e Envelhecimento. nº 75. Ano XXIV. São Paulo: Cortez, set. 2003.
- CECCONE, Jádina. Direito à liberdade, ao Respeito e à dignidade. In: ABREU FILHO, Hélio [et.al] (orgs). **Comentários sobre o Estatuto do Idoso**. Brasília: Secretária Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social; Legislação Suplementar. Ministério da Previdência e Assistência Social, Secretaria do Estado e Assistência Social. Brasília: MPAS, SEAS, 2001.
- MARTINEZ, Wladimir Novaes. **A seguridade social na Constituição Federal**. São Paulo: LTr, 1992.
- _____. **Comentários ao Estatuto do Idoso**. 2ª ed. São Paulo: Ltr, 2005.
- MARTINS, Valdete de Barros. PAIVA, Beatriz Augusto. A Implantação da Lei Orgânica da Assistência Social: uma nova agenda para a cidade no governo Lula. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Políticas Públicas e Sociedade Civil. Ano XXIV. São Paulo: Cortez, mar. 2003.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembléia Mundial sobre envelhecimento**: resolução 39/125. Viena, 1982.
- _____. **Segunda Assembléia Mundial Sobre Envelhecimento Conclui em Madrid: Aprova Plano de Ação e Declaração Política. Governos Afirmando Conceito de ‘Sociedade para Todas as Idades’**. Comunicado de imprensa do Departamento de Informação Pública da ONU. Símbolo SOC/4619, de 12 de Abril de 2002. Disponível em: <www.onuportugal.pt/idosos>. Acesso em: 15 mar. 2006.
- PACHECO, Jaime Lisandro. As universidades abertas à terceira idade como espaço de convivência entre as gerações. In: SIMSON; NERI e CACHIONI. **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2003. p. 223-250.
- RENADI - TEXTO BASE - I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO. CONSTRUINDO A REDE NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA. Brasília, maio 2006. 

Anexo

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Mensagem de Veto
Vigência

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
- II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
- III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;
- IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;
- V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;
- VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;
- VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;
- VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.
- IX – prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda. (Incluído pela Lei nº 11.765, de 2008).

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.

§ 2º As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 5º A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade à pessoa física ou jurídica nos termos da lei.

Art. 6º Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

TÍTULO II

Dos Direitos Fundamentais

CAPÍTULO I

Do Direito à Vida

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta Lei e da legislação vigente.

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

CAPÍTULO II

Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

- I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II – opinião e expressão;
- III – crença e culto religioso;
- IV – prática de esportes e de diversões;
- V – participação na vida familiar e comunitária;
- VI – participação na vida política, na forma da lei;
- VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

CAPÍTULO III

Dos Alimentos

Art. 11. Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.

Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça ou Defensor Público, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil. (Redação dada pela Lei nº 11.737, de 2008)

Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

CAPÍTULO IV

Do Direito à Saúde

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

- I – cadastramento da população idosa em base territorial;
- II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;
- III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;
- IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;
- V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

Art. 16. Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

Art. 17. Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.

Parágrafo único. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita:

- I – pelo curador, quando o idoso for interditado;
- II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;
- III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;
- IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

Art. 18. As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de auto-ajuda.

Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra idoso serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de

saúde a quaisquer dos seguintes órgãos:

- I – autoridade policial;
- II – Ministério Público;
- III – Conselho Municipal do Idoso;
- IV – Conselho Estadual do Idoso;
- V – Conselho Nacional do Idoso.

CAPÍTULO V

Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

CAPÍTULO VI

Da Profissionalização e do Trabalho

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

- I – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;
- II – preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;
- III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

CAPÍTULO VII

Da Previdência Social

Art. 29. Os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de cálculo que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados na mesma data de reajuste do salário-mínimo, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os critérios estabelecidos pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 30. A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.

Parágrafo único. O cálculo do valor do benefício previsto no caput observará o disposto no caput e § 2º do art. 3º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, ou, não havendo salários-de-contribuição recolhidos a partir da competência de julho de 1994, o disposto no art. 35 da Lei nº 8.213, de 1991.

Art. 31. O pagamento de parcelas relativas a benefícios, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, será atualizado pelo mesmo índice utilizado para os reajustamentos dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, verificado no período compreendido entre o mês que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

Art. 32. O Dia Mundial do Trabalho, 1º de Maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas.

CAPÍTULO VIII

Da Assistência Social

Art. 33. A assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica

da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

Parágrafo único. O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do caput não será computado para os fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a Loas.

Art. 35. Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

§ 1º No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

§ 2º O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

§ 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o caput deste artigo.

Art. 36. O acolhimento de idosos em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais.

CAPÍTULO IX

Da Habitação

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1º A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

§ 2º Toda instituição dedicada ao atendimento ao idoso fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

§ 3º As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles, bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

- I – reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos;
- II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;
- III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;
- IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

CAPÍTULO X

Do Transporte

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no caput deste artigo.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: (Regulamento)

- I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos;
- II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Art. 42. É assegurada a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo.

TÍTULO III

Das Medidas de Proteção

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 43. As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;
- III – em razão de sua condição pessoal.

CAPÍTULO II

Das Medidas Específicas de Proteção

Art. 44. As medidas de proteção ao idoso previstas nesta Lei poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;
- IV – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;
- V – abrigo em entidade;
- VI – abrigo temporário.

TÍTULO IV

Da Política de Atendimento ao Idoso

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 47. São linhas de ação da política de atendimento:

- I – políticas sociais básicas, previstas na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994;
- II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;
- III – serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV – serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;
- V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos;
- VI – mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso.

CAPÍTULO II

Das Entidades de Atendimento ao Idoso

Art. 48. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei nº 8.842, de 1994.

Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos:

- I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- II – apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei;
- III – estar regularmente constituída;
- IV – demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

Art. 49. As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- V – observância dos direitos e garantias dos idosos;
- VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Parágrafo único. O dirigente de instituição prestadora de atendimento ao idoso responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento do idoso, sem prejuízo das sanções administrativas.

Art. 50. Constituem obrigações das entidades de atendimento:

- I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;
- II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos;
- III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente;
- IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade;
- V – oferecer atendimento personalizado;
- VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares;
- VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;
- VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso;

- IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;
 - X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
 - XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso;
 - XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas;
 - XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei;
 - XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos;
 - XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;
 - XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;
 - XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica.
- Art. 51. As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita.

CAPÍTULO III

Da Fiscalização das Entidades de Atendimento

Art. 52. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

Art. 53. O art. 7º da Lei nº 8.842, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta Lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.” (NR)

Art. 54. Será dada publicidade das prestações de contas dos recursos públicos e privados recebidos pelas entidades de atendimento.

Art. 55. As entidades de atendimento que descumprirem as determinações desta Lei ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às seguintes penalidades, observado o devido processo legal:

I – as entidades governamentais:

- a) advertência;
- b) afastamento provisório de seus dirigentes;
- c) afastamento definitivo de seus dirigentes;
- d) fechamento de unidade ou interdição de programa;

II – as entidades não-governamentais:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas;
- d) interdição de unidade ou suspensão de programa;
- e) proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.

§ 1º Havendo danos aos idosos abrigados ou qualquer tipo de fraude em relação ao programa, caberá o afastamento provisório dos dirigentes ou a interdição da unidade e a suspensão do programa.

§ 2º A suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas ocorrerá quando verificada a má aplicação ou desvio de finalidade dos recursos.

§ 3º Na ocorrência de infração por entidade de atendimento, que coloque em risco os direitos assegurados nesta Lei, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.

§ 4º Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o idoso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da entidade.

CAPÍTULO IV

Das Infrações Administrativas

Art. 56. Deixar a entidade de atendimento de cumprir as determinações do art. 50 desta Lei:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), se o fato não for caracterizado como crime, podendo haver a interdição do estabelecimento até que sejam cumpridas as exigências legais.

Parágrafo único. No caso de interdição do estabelecimento de longa permanência, os idosos abrigados serão transferidos para outra instituição, a expensas do estabelecimento interdito, enquanto durar a interdição.

Art. 57. Deixar o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de saúde ou instituição de longa permanência de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso de que tiver conhecimento:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 58. Deixar de cumprir as determinações desta Lei sobre a prioridade no atendimento ao idoso:

Pena – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.000,00 (um mil reais) e multa civil a ser estipulada pelo juiz, conforme o dano sofrido pelo idoso.

CAPÍTULO V

Da Apuração Administrativa de Infração às Normas de Proteção ao Idoso

Art. 59. Os valores monetários expressos no Capítulo IV serão atualizados anualmente, na forma da lei.

Art. 60. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.

§ 1º No procedimento iniciado com o auto de infração poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração.

§ 2º Sempre que possível, à verificação da infração seguir-se-á a lavratura do auto, ou este será lavrado dentro de 24 (vinte e quatro) horas, por motivo justificado.

Art. 61. O autuado terá prazo de 10 (dez) dias para a apresentação da defesa, contado da data da intimação, que será feita:

I – pelo autuante, no instrumento de autuação, quando for lavrado na presença do infrator;

II – por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 62. Havendo risco para a vida ou à saúde do idoso, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

Art. 63. Nos casos em que não houver risco para a vida ou a saúde da pessoa idosa abrigada, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

CAPÍTULO VI

Da Apuração Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento

Art. 64. Aplicam-se, subsidiariamente, ao procedimento administrativo de que trata este Capítulo as disposições das Leis nºs 6.437, de 20 de agosto de 1977, e 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 65. O procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não-governamental de atendimento ao idoso terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.

Art. 66. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade ou outras medidas que julgar adequadas, para evitar lesão aos direitos do idoso, mediante decisão fundamentada.

Art. 67. O dirigente da entidade será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

Art. 68. Apresentada a defesa, o juiz procederá na conformidade do art. 69 ou, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento, deliberando sobre a necessidade de produção de outras provas.

§ 1º Salvo manifestação em audiência, as partes e o Ministério Público terão 5 (cinco) dias para oferecer alegações finais, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

§ 2º Em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará a autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, fixando-lhe prazo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder à substituição.

§ 3º Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento do mérito.

§ 4º A multa e a advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou ao responsável pelo programa de atendimento.

TÍTULO V

Do Acesso à Justiça

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 69. Aplica-se, subsidiariamente, às disposições deste Capítulo, o procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil, naquilo que não contrarie os prazos previstos nesta Lei.

Art. 70. O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

CAPÍTULO II
Do Ministério Público

Art. 72. (VETADO)

Art. 73. As funções do Ministério Público, previstas nesta Lei, serão exercidas nos termos da respectiva Lei Orgânica.

Art. 74. Compete ao Ministério Público:

I – instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso;

II – promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

III – atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme o disposto no art. 43 desta Lei;

IV – promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, nas hipóteses previstas no art. 43 desta Lei, quando necessário ou o interesse público justificar;

V – instaurar procedimento administrativo e, para instruí-lo:

a) expedir notificações, colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado da pessoa notificada, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar;

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

c) requisitar informações e documentos particulares de instituições privadas;

VI – instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção ao idoso;

VII – zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

VIII – inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta Lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

IX – requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços de saúde, educacionais e de assistência social, públicos, para o desempenho de suas atribuições;

X – referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos nesta Lei.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuser a lei.

§ 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade e atribuições do Ministério Público.

§ 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso.

Art. 75. Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta Lei, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

Art. 76. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Art. 77. A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

CAPÍTULO III

Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos

Art. 78. As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

I – acesso às ações e serviços de saúde;

II – atendimento especializado ao idoso portador de deficiência ou com limitação incapacitante;

III – atendimento especializado ao idoso portador de doença infecto-contagiosa;

IV – serviço de assistência social visando ao amparo do idoso.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, próprios do idoso, protegidos em lei.

Art. 80. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Art. 81. Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, consideram-se legitimados, concorrentemente:

I – o Ministério Público;

II – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III – a Ordem dos Advogados do Brasil;

IV – as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa, dispensada a autorização da assembléia, se houver prévia autorização estatutária.

§ 1º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei.

§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.

Art. 82. Para defesa dos interesses e direitos protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ação pertinentes.

Parágrafo único. Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público, que lesem direito líquido e certo previsto nesta Lei, caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandado de segurança.

Art. 83. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, na forma do art. 273 do Código de Processo Civil.

§ 2º O juiz poderá, na hipótese do § 1º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente do pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 3º A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado.

Art. 84. Os valores das multas previstas nesta Lei reverterão ao Fundo do Idoso, onde houver, ou na falta deste, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ficando vinculados ao atendimento ao idoso.

Parágrafo único. As multas não recolhidas até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas por meio de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados em caso de inércia daquele.

Art. 85. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

Art. 86. Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.

Art. 87. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada, igual iniciativa aos demais legitimados, como assistentes ou assumindo o pólo ativo, em caso de inércia desse órgão.

Art. 88. Nas ações de que trata este Capítulo, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

Parágrafo único. Não se imporá sucumbência ao Ministério Público.

Art. 89. Qualquer pessoa poderá, e o servidor deverá, provocar a iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os fatos que constituam objeto de ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 90. Os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra idoso ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, devem encaminhar as peças pertinentes ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

Art. 91. Para instruir a petição inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, que serão fornecidas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 92. O Ministério Público poderá instaurar sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 1º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil ou de peças informativas, determinará o seu arquivamento, fazendo-o fundamentadamente.

§ 2º Os autos do inquérito civil ou as peças de informação arquivados serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público.

§ 3º Até que seja homologado ou rejeitado o arquivamento, pelo Conselho Superior do Ministério Público ou por Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, as associações legitimadas poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados ou anexados às peças de informação.

§ 4º Deixando o Conselho Superior ou a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público de homologar a promoção de arquivamento, será designado outro membro do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

TÍTULO VI Dos Crimes

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 93. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

CAPÍTULO II Dos Crimes em Espécie

Art. 95. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.

Art. 97. Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Art. 98. Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Art. 100. Constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa:

I – obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;

II – negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho;

III – recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;

IV – deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

V – recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta Lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 101. Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente o idoso:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Art. 103. Negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Art. 105. Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso:

Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 107. Coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 108. Lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

TÍTULO VII

Disposições Finais e Transitórias

Art. 109. Impedir ou embarçar ato do representante do Ministério Público ou de qualquer outro agente fiscalizador:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 110. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 61.

.....

II -

.....

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida;

.....” (NR)

"Art. 121.

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

....." (NR)

"Art. 133.

§ 3º

III – se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

"Art. 140.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

..... (NR)

"Art. 141.

IV – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria.

....." (NR)

"Art. 148.

§ 1º.....

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge do agente ou maior de 60 (sessenta) anos.

....." (NR)

"Art. 159.....

§ 1º Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

....." (NR)

"Art. 183.....

III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos." (NR)

"Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

....." (NR)

Art. 111. O art. 21 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei das Contravenções Penais, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 21.....

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos." (NR)

Art. 112. O inciso II do § 4º do art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 4º

II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;

....." (NR)

Art. 113. O inciso III do art. 18 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.....

III – se qualquer deles decorrer de associação ou visar a menores de 21 (vinte e um) anos ou a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou a quem tenha, por qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação:

....." (NR)

Art. 114. O art 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei." (NR)

Art. 115. O Orçamento da Seguridade Social destinará ao Fundo Nacional de Assistência Social, até que o Fundo Nacional do Idoso

seja criado, os recursos necessários, em cada exercício financeiro, para aplicação em programas e ações relativos ao idoso.

Art. 116. Serão incluídos nos censos demográficos dados relativos à população idosa do País.

Art. 117. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei revendo os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, de forma a garantir que o acesso ao direito seja condizente com o estágio de desenvolvimento sócio-econômico alcançado pelo País.

Art. 118. Esta Lei entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, ressalvado o disposto no **caput** do art. 36, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2004.

Brasília, 1º de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Antonio Palocci Filho

Rubem Fonseca Filho

Humberto Sérgio Costa Lima

Guido Mantega

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Benedita Souza da Silva Sampaio

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 3.10.2003

Fonte: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 20 jun. 2009.

O trabalho escravo e a geografia da miséria: os desafios da indignação necessária

Paulo Henrique Costa Mattos

Professor da UNIRG

E-mail: phcmattos@ibest.com.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é demonstrar que o trabalho escravo é uma herança antiga, que se perpetua como prática de exploração da mão-de-obra. Na Amazônia, o trabalho escravo moderno resultou inicialmente da exploração do ciclo da borracha, mas continua, dentro desta cultura de exploração da mão-de-obra, que vem sustentando a ocupação regional. A ocorrência do trabalho escravo resiste porque tem vínculos com a expansão das atividades do agronegócio, que possui um poderoso lobby no Congresso Nacional. Com a crise econômica mundial, essa é uma realidade social que ameaça aprofundar-se nos próximos anos, caracterizando uma situação de barbárie.

Palavras-chave: Trabalho-escravo; Agronegócio; Lobby-político; Crise Econômica; Barbárie Social.

Introdução

Alguns fatos históricos, transformados em imagens, povoam nossas mentes com tanta força e carga dramática que nossa memória coletiva parece impregnada de sinais inequívocos da necessidade de a humanidade indignar-se e reagir contra tais acontecimentos, pois representam a última fronteira entre a humanidade e a selvageria total.

Para lembrar apenas alguns exemplos, quem não se recorda da imagem do chefe de polícia de Saigon, assassinando a sangue frio, com um tiro na cabeça, um suspeito de ser guerrilheiro do vietcong; ou do rapaz que enfrenta sozinho a fila de tanques de guerra, em Pequim, para evitar o massacre de estudantes na Praça da Paz Celestial; ou, ainda, uma fotografia tomada na região de Ayod no Sudão, numa pequena aldeia, que

mostra a figura esquelética de uma pequena menina, totalmente desnutrida, recostando-se sobre a terra, esgotada pela fome e a ponto de morrer, enquanto, num segundo plano, a figura negra expectante de um abutre se encontra espreitando e esperando o momento preciso da morte da garota para devorá-la?

A mesma indignação que sentimos com essas imagens tem que ser renovada em relação ao crescimento e à difusão do trabalho escravo, que vem se alastrando, como um câncer em metástase, pelo Brasil contemporâneo. As imagens esqueléticas de brasileiros sem registro de nascimento, sem dignidade, sem esperança e sem justiça, marcados pelo abandono, pelo descaso político, têm que ser difundidas, pois têm a mesma carga emotiva. O que está em questão é a luta da civilização contra a barbárie, da justiça social contra

a indignidade e a falta de oportunidades democráticas.

A escravização de milhares de brasileiros, como forma de baratear os custos de produtos exportáveis e obter vantagens econômicas, é uma prática largamente usada no Brasil e ameaça virar um sistema de escravidão moderna. Na ponta de linha está uma população vulnerável, sem acesso à educação, à terra, a oportunidades de trabalho e ainda iludida com o governo Lula, que agora chama de “heróis” grandes usineiros e produtores de álcool e biodiesel.

Cada vez mais se faz necessário uma segunda abolição, uma luta decisiva contra a opressão e humilhação de milhares de brasileiros sem voz, sem vez, submetidos a uma situação vexatória e sem acesso aos direitos sociais mais elementares. Os procedimentos da escravização contemporânea não devem nada aos da escravidão antiga. São metodicamente padronizados, do Mato Grosso ao Pará, de Rondônia ao Maranhão, do Piauí ao Tocantins, fazendo da Amazônia Legal o palco privilegiado desse tipo de exploração e crime hediondo. Contudo, este é um tipo de manifestação cri-

Cada vez mais se faz necessário uma segunda abolição, uma luta decisiva contra a opressão e humilhação de milhares de brasileiros sem voz, sem vez, submetidos a uma situação vexatória e sem acesso aos direitos sociais mais elementares. Os procedimentos da escravização contemporânea não devem nada aos da escravidão antiga.

minosa também presente no Centro Oeste, no Nordeste, no Sul e Sudeste do Brasil.

O trabalho escravo é uma prática econômica historicamente presente nas relações sociais da produção brasileira, aceitável e vista, durante muitos séculos, dentro de uma lógica mercadológica em que a mão-de-obra não deveria onerar o custo do produto e em que o produtor tinha pouco valor.

O recrudescimento dessa prática econômica, que volta a assolar o mundo contemporâneo, em especial o Brasil, afronta as relações sociais, econômicas e políticas que sejam marcadas, minimamente, por perspectivas democráticas, sustentáveis e contrárias à barbárie e desumanidade. O trabalho forçado ou obrigatório é um problema que vem desde o início das civilizações,

daí não ter nascido nos tempos atuais; entretanto, ganhou, na sua versão contemporânea, a dimensão de chaga social encoberta, que dilacera vidas e destinos de milhares de pessoas e grupos humanos.

Os dados do Ministério do Trabalho, apresentando o número de trabalhadores resgatados da situação de trabalho escravo (veja Tabela 1), reforçam que

Tabela 1

Ano	Nº Operações	Nº de Fazendas Fiscalizadas	Trabalhadores Resgatados
2007	116	206	5.999
2006	109	209	3.417
2005	85	189	4.348
2004	72	276	2.887
2003	67	188	5.223
2002	30	85	2.285
2001	29	149	1.305
2000	25	88	516
1999	19	56	725
1998	17	47	159
1997	20	95	394
1996	26	219	425
1995	11	77	84
Total	626	1.884	27.767

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2009.

esse tipo de barbárie tem crescido no Brasil e que o país precisa, urgentemente, implementar uma luta sistemática contra essa manifestação criminosa. Por outro lado, a Tabela 1 mostra, também, que apesar de o número de operações realizadas e o de fazendas fiscalizadas ter crescido, nos últimos 9 anos, está ainda muito aquém de valores razoáveis para o tamanho do Brasil.

Colonização portuguesa e a origem do caos

No Brasil, quando pensamos em trabalho escravo reportamo-nos, normalmente, à época colonial, quando milhões de indígenas e negros foram massacrados, e exterminados, nas ações visando a arregimentar serviçais para os senhores proprietários das gigantescas capitâneas, sesmarias ou outros tipos de grandes propriedades rurais, com a finalidade de produzirem lucro e riqueza para uma minoria latifundiária branca, parasitária, ligada à ambiciosa coroa portuguesa. Os colonizadores portugueses, para estruturarem seu sistema de exploração colonial, consideraram homens, mulheres e crianças como selvagens, sem alma, fôlego vivo e mera mão-de-obra a ser usada nos canaviais, engenhos e outras atividades produtivas.

Na vasta extensão territorial do Brasil, até então praticamente inexplorada, mas já definida, legalmente, como de terras públicas pertencentes à Coroa de Portugal, a escravidão passou a ser, assim, o elemento fundante da economia brasileira, sendo a propriedade da terra o elemento principal da diferenciação social e da garantia de poder político e econômico. Consolidou-se um regime de propriedade baseado nos grandes conglomerados de terras, em outras palavras, nos *latifúndios*, como descreve Ascensão: “Dificultou-se o acesso à terra em vez de o facilitar, porque muito poucos estariam em condições de vencer a burocracia e esta funcionava, consciente ou inconscientemente, no sentido da manutenção do *status quo*” (1993, p. 5).

Com o latifúndio nasceu o modo de produção baseado na monocultura extrativista (minérios, madeira, pescado, sementes, frutas, plantas etc.) e predatória, mantendo-se como prática, bem conhecida, a segregação social, a institucionalização da miséria e da pobreza e o trabalho escravo, seja negro ou indígena, transformando a mão-de-obra num mero

acessório produtivo.

Conforme Barata,

No período da ocupação colonial a estratégia da colonização portuguesa na Amazônia assentou-se na atividade produtiva extrativista. A Companhia de Jesus conseguiu que tribos inteiras descessem de suas aldeias para as missões, onde eram repartidos entre os colonos, missionários e a servço da coroa em troca de um salário que camuflava a escravidão. O valor desse salário era inferior ao de uma jaca (1995, p. 48).

E, assim, implementou-se o tráfico de escravos, submetendo milhões de seres humanos, que foram aprisionados em suas aldeias ou lotaram os porões infectos dos navios negreiros, cortando o Oceano Atlântico em direção ao Brasil, nos períodos colonial e imperial.

Contudo, a mão-de-obra indígena, por sua versatilidade cultural e tipo de vida, não suportava a regularidade, a vigilância ostensiva e a fiscalização de estranhos. Isso, somado a questões de mercado, levou, por fim, os portugueses a reforçar o tráfico negreiro da África. Os negros transplantados da África, apesar de sua também constante resistência e luta contra os maus tratos da senzala, eram oriundos de culturas onde já havia o desenvolvimento do trabalho sistemático, da própria escravidão e sujeição ao esforço físico constante.

Assim, o historiador Holanda descreve, em “Raízes do Brasil”, que:

Todo o serviço era feito por negros e mouros cativos, que não se distinguiam de bestas de carga, senão na figura [...]. Dificilmente se encontraria habitação onde não houvesse pelo menos uma negra. A gente mais rica tinha escravos de ambos os sexos, e não faltava quem tirasse bons lucros da venda dos filhos de escravos (2000, p. 54-55).

A mão-de-obra escrava negra chegou ao Brasil como uma moeda de grande valor financeiro para o seu dono, pois servia na lavoura e tinha boa cotação no mercado de escravos. No geral, os proprietários de escravos tinham-nos como um investimento caro, difícil de comprar e, por isso mesmo, submetidos a cuidados com sua saúde e sua força, sendo necessários alimentação e abrigos razoáveis para que não houvesse perdas e prejuízo no plantel.

Ao contrário, os escravos contemporâneos dei-

xaram de ser, eles próprios, uma mercadoria, não possuem senzala e nenhum cuidado específico, nem com sua alimentação, saúde ou condições de trabalho, pois são brasileiros pobres, encontrados aos montes em pensões infectas, nas periferias das cidades ou à beira de estradas, facilmente “contratáveis” e “substituíveis”, como mão-de-obra descartável.

A exploração da borracha e a escravidão do século XIX na Amazônia

Na Região Amazônica, em particular, o escravismo destacou-se, desde o período colonial, como um elemento fundamental do processo de expansão. A “ação civilizadora” dos europeus, na verdade, deixou sua marca desde 1499, quando o navegador espanhol Vicente Pinzón entrou na foz do Rio Amazonas, apreendendo índios para vender como escravos. Os portugueses começaram a ocupação efetiva da Amazônia apenas em 1616, com a fundação de Belém. Parte das características da colonização ibérica na região se deu com a coleta de drogas da floresta como a principal atividade produtiva. Esta ocupação nada apresentava em comum com a do litoral nordestino, baseada na *monocultura* da cana-de-açúcar (FERRAZ, 1998).

No século XIX, no período inicial da exploração da borracha, a escravidão continuou a ser praticada na Amazônia, mesmo depois da “libertação dos escravos” pela Lei Áurea, pois ela não era propriamente uma escravidão negra, mas indígena, branca e mestiça, que gerava a riqueza de uma pequena elite que vivia, principalmente, em Manaus e Belém. Era uma elite incapaz de gerar um povoamento planejado na região e mesmo uma colonização objetivando um futuro de produção sustentável e qualificador de mão-de-obra.

A pirataria genética e o roubo de mudas do seringueira amazônica para a Ásia, que também passou a produzir grandes quantidades de borracha, fez esse ciclo econômico entrar em um longo declínio até o início do século vinte, por volta de 1910. Isso reforçou a miséria social, voltando a haver uma pequena melhora somente no período da segunda gran-

de guerra, quando, mais uma vez, o país teve que suprir os países aliados com a borracha brasileira, estratégica para as máquinas de guerra lideradas pelos Estados Unidos.

Para alimentar e suprir o consumo mundial da borracha, produto vindo basicamente da Amazônia, a floresta sofreu profundas transformações, bem como a ocupação com trabalhadores denominados “soldados da borracha”, vindos principalmente do Nordeste brasileiro. Eram migrantes pobres, que vieram para os grandes seringais amazônicos para serem, quase sempre, explorados em regime que, em tudo, se assemelha à escravidão.

Esses trabalhadores inauguraram o modelo de escravização “moderno”, em que o trabalhador já deixava a sua terra com uma grande dívida de deslocamento, alimentação, instalação, adiantamento de ferramentas de trabalho e remédios. Quase sempre viravam, deste modo, reféns de uma dívida falsa, que os impedia de ir embora, principalmente porque a consciência do trabalhador era aquela de que “se eu devo, eu pago, sou homem de palavra e não quero dever a ninguém”. Foi assim que o trabalho escravo se tornou uma presença constante nos castanhais, seringais e latifúndios da região, até os dias atuais.

Apenas depois de embrenhar-se na mata, passando por rios e enfrentando todo tipo de obstáculo, trabalhando duro por dias a fio, o trabalhador se dava conta do nível de submissão a que estava sujeito, pois, para se manter, era obrigado a comprar os produtos de sua necessidade no comércio do patrão, com preços abusivos. Era impossível deixar o ambiente de trabalho, já que sempre estava devendo. A fuga é difícil, em função das condições geográficas do local, e muito arriscada, em função da vigilância permanente dos capangas. Entretanto, muitas vezes o trabalhador, já não suportando mais sua situação, resolvia fugir e tentar a liberdade. Em conseqüência, surgiram diversas comunidades ou grupos sociais isolados, principalmente os ribeirinhos, extrativistas, brancos pobres, homens e mulheres, jamais vistos como cidadãos.

Esses trabalhadores inauguraram o modelo de escravização “moderno”, em que o trabalhador já deixava a sua terra com uma grande dívida de deslocamento, alimentação, instalação, adiantamento de ferramentas de trabalho e remédios.

A cultura de alta exploração da mão-de-obra perdurou, principalmente com o trabalho escravo moderno, porque a produção de baixo custo, baseada na mão-de-obra braçal e de pouca tecnologia, ainda era rentável e compensava para os grandes produtores rurais. A lógica capitalista de acumular riqueza a partir do “esfolamento do couro do trabalhador”, para manter a taxa de lucratividade do capital, ainda não enfrentava uma ação decisiva do Estado, nem uma postura combativa da sociedade.

A escravidão contemporânea e o agronegócio

Com o passar dos tempos, os métodos e formas de escravização da pessoa humana continuaram existindo e sendo aprimorados, revestindo-se apenas de uma nova roupagem. O escravo moderno é o branco, o mestiço, o negro, são os pobres, são os excluídos sociais, os que vivem sem direitos, sem a proteção do Estado, sem políticas públicas e, acima de tudo, sem os direitos humanos mais elementares. Os escravizados de hoje são facilmente encontrados e contratados. Muitos já não têm mais família ou quaisquer laços afetivos, são peões do trecho, brasileiros abandonados à sua própria sorte. Muitos, inclusive, não têm documentos ou registro de qualquer forma, pois nunca foram entrevistados pelo IBGE ou precisaram de um documento para serem fichados em um trabalho.

No Brasil, e em praticamente todas as suas regiões, a dinâmica da exclusão social e do escravismo é mantida, ainda hoje, devido ao elevado nível de concentração de terras e com base na exploração dos recursos naturais ou na agropecuária.

A escravidão de hoje é diferente daquela existente no Brasil do século XIX, mas tão perversa quanto ela ou mais. Devido à seca, à falta de terra para plantar, sem incentivos governamentais para a fixação do homem no campo, devido, ainda, ao desemprego nas pequenas cidades do interior, ou a tudo isso junto, o trabalhador acaba não vendo outra saída senão deixar sua casa, em busca de sustento para a família. Ao ouvir rumores de que existe serviço farto em fazendas, ele vai para esses locais espontaneamente ou é aliciado por *gatos* (contratadores de mão-de-obra que fazem a ponte entre o empregador e o peão). Estes, muitas vezes, vêm buscá-lo de ônibus ou caminhão - o velho

pau-de-arara. As promessas dos *gatos*, geralmente, são muitas e bonitas: carteira assinada, boa remuneração, alojamento, boas condições de trabalho etc..

Já na chegada ao local de trabalho, o peão vê que a realidade é bem diferente da que lhe haviam apresentado. A dívida que tem, por conta do transporte, aumentará em um ritmo constante, uma vez que o material de trabalho pessoal, como botas, é comprado na “cantina” do próprio *gato*, do dono da fazenda ou de alguém indicado por eles. Os gastos com refeições, remédios, pilhas ou cigarros vão para um “caderninho” e o que é cobrado por um produto dificilmente será o seu preço real. Um par de chinelos pode custar o triplo. Além disso, é costume do *gato* não informar o montante cobrado, só o anotando. Saber o valor correto não adiantaria muito, pois, na maioria das vezes, o local de trabalho fica em áreas isoladas e os peões não têm dinheiro. Cobra-se, também, pelos alojamentos precários, sem condições de higiene.

No dia do pagamento, a dívida do trabalhador é maior do que o total que ele teria a receber – isso, considerando que o acordo verbal, feito com o *gato*, é usualmente quebrado, tendo o peão, de saída, direito a um valor bem menor do que o combinado. Em algumas situações, até os próprios *gatos* da fazenda são enganados pelo proprietário. Ao final, quem trabalhou meses acaba sem receber nada, acaba devedor do *gato* e do dono da fazenda e tem de continuar suando para poder quitar a dívida. Um poço sem fundo.

A realidade do trabalho escravo, no Brasil atual, continua diretamente associada à exploração da terra e dos recursos naturais. Em tempos mais recentes e com processos organizativos de defesa dos direitos da pessoa humana, um novo debate iniciou-se por meio da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que se pronunciou formalmente sobre essa prática abominável, na sua Convenção n. 29, artigo 2º, número 1: “Para fins desta Convenção, a expressão (trabalho forçado ou obrigatório) compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”.

Todas as formas de escravidão no Brasil são clandestinas, mas têm sido difíceis de combater, tendo em

vista a dimensão geográfica do país, as dificuldades de acesso, a precariedade da comunicação, as limitações do combate e a necessidade de sobrevivência dos trabalhadores.

O crescimento do agronegócio tem provocado um aumento sistemático dos números do trabalho escravo, à medida que a fronteira agrícola avança em direção ao sul de Rondônia, ao centro do Pará, ao norte do Mato Grosso e aos demais estados da Amazônia legal. Hoje, 60% das denúncias de trabalho escravo recebidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) se referem à pecuária, seguida pela soja, algodão, cana e carvoarias. Todos estes produtos são insumos de exportação e elementos centrais do agronegócio brasileiro. De acordo com a CPT, as ocorrências de trabalho escravo, até agora, resistiram porque têm vínculos com a expansão das atividades agrícolas, voltadas ao mercado internacional. De todos os produtos produzidos, apenas o carvão não é um produto para exportação, mas serve para alimentar os fornos das grandes siderúrgicas da região norte, que também exportam alumínio e outros produtos elaborados.

Segundo a CPT, em 2008, foram libertadas pelas equipes móveis do Ministério do Trabalho mais de 6,9 mil pessoas submetidas a condições semelhantes às da escravidão. Desse total, quase três mil estavam no Centro-Oeste e cerca de duas mil no Norte. São regiões de fronteira agrícola, onde as grandes propriedades se aliam às altas taxas de desemprego, favorecendo a contratação de trabalhadores em condições degradantes (CPT, 2009).

Na região Amazônica, mais uma vez, se repete o ciclo de deslocamento de produtores rurais vindos do Sul, principalmente do Paraná e Rio Grande do Sul, que compram milhares de hectares de terras para plantar soja ou criar gado. Esses grandes produtores, geralmente, realizam grandes derrubadas, introduzem grandes quantidades de pesticidas, equipamentos agrícolas sofisticados e a super-exploração da mão-de-obra.

Hoje, 60% das denúncias de trabalho escravo recebidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) se referem à pecuária, seguida pela soja, algodão, cana e carvoarias. Todos estes produtos são insumos de exportação e elementos centrais do agronegócio brasileiro. De acordo com a CPT, as ocorrências de trabalho escravo, até agora, resistiram porque têm vínculos com a expansão das atividades agrícolas, voltadas ao mercado internacional.

Crise econômica mundial e aprofundamento da barbárie

Vivenciamos, atualmente, uma grave crise econômica mundial, que atinge em cheio o modelo neoliberal de funcionamento de nossa economia. As conseqüências da crise sobre a economia brasileira serão trágicas, pois os capitalistas internacionais procurarão jogar todo o peso de seus custos sobre a população trabalhadora brasileira. Como dependemos de exportações primárias, de matérias-primas agrícolas ou minerais (dos 20 principais produtos exportados, 18 são matérias-primas) e os preços no mercado internacional foram rebaixados, prevê-se um déficit na balança comercial. Ou seja, vamos gastar mais na compra, na importação, do que receberemos nas vendas, nas exportações.

Prevê-se, também, que a taxa de investimento, que é medida pelo valor a ser aplicado em máquinas sobre

a produção total, vai cair. No auge do milagre econômico, chegamos a investir até 30% de tudo o que era produzido. Durante o neoliberalismo essa taxa caiu para 20%; e, possivelmente, durante a crise, a taxa de investimento deve ficar abaixo de 20%. Portanto, a recuperação do crescimento da produção, que está diretamente relacionado à taxa de investimento nos anos anteriores, vai demorar ainda mais.

Teremos uma série de outros acontecimentos, também muito nocivos, a exemplo da própria diminuição das remessas de dólares e euros, que os trabalhadores brasileiros, no exterior, faziam para suas famílias no Brasil. Esse valor chegou a atingir 4 bilhões de dólares por ano e já sofreu uma diminuição, pois muitos trabalhadores migrantes estão desempregados ou retornando do Japão, da Europa e dos Estados Unidos, afetados pela crise naqueles países.

Por onde se busca olhar para a crise, percebemos que as conseqüências, para a classe trabalhadora e para o povo em geral, serão muito nefastas. A conseqüência mais grave será o aumento do desemprego. Milhares de trabalhadores perderão seus empregos nos

próximos meses e anos, sobretudo os de carteira assinada, na indústria e no setor de serviços. Terão que sobreviver na informalidade, no trabalho semi-escravo ou escravo, nas condições inumanas, que se aprofundarão.

Para piorar a situação, os preços que os pequenos agricultores poderão cobrar por seus produtos deverão cair, fazendo com que milhares destes, que ainda conseguem produzir leite, aves, porcos, frutas, de forma integrada com as agroindústrias, sejam ainda mais explorados. Isso ocorrerá porque essas indústrias são grandes empresas, que tiveram prejuízos com a crise. Provavelmente, tentarão repassar o prejuízo para os agricultores. Ou seja, os agricultores receberão menos pelo seu trabalho, embutido nos produtos vendidos para as empresas. E as empresas não baixarão os preços repassados aos supermercados: ao contrário, aumentarão os preços desses mesmos produtos, com o objetivo de recompor suas taxas de lucro, explorando nos dois lados. Além de tudo, a queda na renda média da classe trabalhadora e a informalidade crescente farão com que o governo arrecade menos, tendo, pois, menos recursos públicos para aplicar em educação, saúde, transporte e outros investimentos sociais, afetando, adicionalmente, as condições de vida da população mais pobre.

Na atual conjuntura de aprofundamento da crise econômica mundial, há intensificação do trabalho escravo e da grilagem de terras, como uma forma de manter a alta lucratividade de setores que apostaram todas suas fichas no cassino da especulação financeira global e foram surpreendidos por um tsunami. Essa crise, que ainda não demonstrou todas as suas graves conseqüências, está longe de ser superada, ao contrário do que vem afirmando o governo atual. Como sempre, nos momentos de crise são os trabalhadores que pagam o maior preço, com o desemprego, as diminuições de salários, o aumento da precarização das condições de trabalho, o desrespeito à legislação trabalhista e a escravidão.

Na atual conjuntura de aprofundamento da crise econômica mundial, há intensificação do trabalho escravo e da grilagem de terras, como uma forma de manter a alta lucratividade de setores que apostaram todas suas fichas no cassino da especulação financeira global e foram surpreendidos por um tsunami. Essa crise, que ainda não demonstrou todas as suas graves conseqüências, está longe de ser superada.

Se a crise mundial já está gerando situações sociais terríveis no meio urbano, hoje, no meio rural temos o envolvimento de um grande número de famílias em situações de total desrespeito aos seus direitos. Milhões de Sem Terras e lavradores têm sido vítimas da especulação fundiária, provocada pela implementação de grandes empreendimentos agrícolas voltados a produzir, em grande escala, para o mercado internacional. Quase sempre esses grandes proprietários de terras não assumem compromissos empregatícios legais, sonogando garantias trabalhistas e realizando a super-exploração da mão-de-obra. Direitos como carteira assinada, 13º salário, indenização ou fundo de garantia, inscrição no INSS ou férias não são cumpridos e são praticamente desconhecidos nas regiões de expansão das fronteiras agrícolas e em muitas regiões onde há o agronegócio.

A impunidade e o desrespeito aos direitos humanos são tão grandes, nessas regiões, que até mesmo conhecidos políticos praticam trabalho escravo, sem que haja qualquer tipo de sanção; se, excepcionalmente, são sancionados, é notório que conseguem amenizar as decisões judiciais. Esse foi o caso, por exemplo, do Senador da República pelo Tocantins, João Ribeiro, denunciado pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, ao Supremo Tribunal Federal por aliciar 38 trabalhadores rurais e sujeitá-los à condição de escravos na fazenda Ouro Verde, de sua propriedade, no município de Piçarra, no Sudeste do Pará. De acordo com o procurador-geral, os acusados incorreram nas penas dos artigos de número 207, § 1º; e 203, § 1º, I e 149, do Código Penal, que tratam da redução de uma pessoa à condição análoga à de escravo, o que poderia acarretar em reclusão de até oito anos (CDV DHÇ, 2004).

Os trabalhadores haviam sido libertados em ação do grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, que contou com a participação do Ministério Público do Trabalho e da Polícia Federal, entre os

dias 10 e 13 de fevereiro de 2004. Eles estavam em alojamentos precários, feitos com folhas de palmeiras, e sem acesso a sanitários. Segundo o procurador Fonteles: “a repugnante e arcaica forma de escravidão por dívidas foi o meio empregado pelos denunciados para impedir os trabalhadores de se desligarem do serviço”. Como a fazenda é distante da zona urbana “os trabalhadores eram obrigados a comprar alimentação na cantina do “gato” (contratador de mão-de-obra) da fazenda, onde os preços eram maiores que os cobrados normalmente. Também eram cobrados por equipamentos de proteção individuais, cuja distribuição deve ser garantida pelo empregador” (CDV DHÇ, 2004).

O mais impressionante é que, apesar de o político escravocrata ter sido condenado a pagar uma multa de mais de sete milhões de reais, ele usou sua influência e amizades entre os seus pares poderosos e acabou conseguindo pagar apenas cerca de 10% do valor, demonstrando, mais uma vez, porque muitos fazendeiros flagrados cometendo esse crime são reinidentes.

Pelo grau de conluio entre o poder político e o econômico, a luta contra o trabalho escravo só alcançará resultados efetivos se transformar-se em uma segunda campanha abolicionista, com envolvimento efetivo da intelectualidade, dos defensores dos direitos humanos e da população em geral. Hoje, as medidas já adotadas para coibir essa prática nefasta têm sido insuficientes. Uma delas é a chamada “lista suja”, que impede os julgados, envolvidos em abuso com trabalho escravo, de receber empréstimos de recursos públicos. Entre os que figuram, ou já figuraram, na “lista suja”, estão políticos e grandes empresas, muitas delas exportadoras.

Apesar disto, políticos inescrupulosos e escravocratas são “incensados” como “celebridades” e lembrados como futuros candidatos(as) a governos estaduais e até mesmo à vice-presidência, como é o caso da Senadora do DEM Kátia Abreu, atualmente presidente nacional da poderosa CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

O tamanho do problema

No Brasil, atualmente, apenas 50% das denúncias são investigadas e a tendência é a de que esse tipo de

crime cresça, em função da crise econômica mundial.

Segundo estimativas da CPT (Comissão Pastoral da Terra), cerca de 25 mil trabalhadores por ano devem estar sendo aliciados para o trabalho escravo e já existem evidências de que 2009 baterá o recorde de trabalhadores nesse regime de trabalho - basta ver que o número de trabalhadores libertados vem aumentando. De acordo com o Frei Xavier Plassat, frade dominicano, coordenador da Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra e membro da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo:

nos últimos sete anos aumentou sistematicamente o número de fazendas denunciadas com essa prática, principalmente no Pará, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins. Entre 2003 e 2008 somente no Tocantins cerca de 2.000 trabalhadores foram libertados de fazendas e muito mais foram aliciados para trabalhar fora do Estado, de norte a sul, na pecuária, nas lavouras de soja, no carvão ou nos canaviais (CDV DHÇ, 2004).

De acordo com a CPT, as ocorrências de trabalho escravo, no Brasil, resistem porque têm vínculos diretos com a expansão das atividades do agropêlo, que contam com preços internacionais favoráveis. Segundo a CPT, em 2007 foram libertadas pelas equipes móveis do Ministério do Trabalho 5,9 mil pessoas submetidas a condições semelhantes às da escravidão. Desse total, quase três mil estavam no Centro-Oeste e mais de duas mil no Norte. Essa é a sina das regiões de fronteira agrícola, onde as grandes propriedades se aliam às altas taxas de desemprego, favorecendo a contratação de trabalhadores em condições degradantes (PLASSAT, 2009).

Em função das novas áreas de fronteira agrícola, de concentração mais antiga ou de expansão recente da cana-de-açúcar, aumentou dramaticamente a participação de libertados em flagrantes de trabalho escravo, nos últimos dois anos. Basta constatar que a região Norte, que sempre liderou esses números no passado, esteve, em 2008, no terceiro lugar pelo número de libertados (19,1%), após o Nordeste (28,6%) e o Centro-Oeste (32,1%). Em 2007, o Centro Oeste já havia assumido uma liderança inquestionável (40,3% dos libertados), seguido pelo Norte (34,1%) e pelo Nordeste (12,4%). No detalhamento por estado, o *ranking* de 2008 é bas-

tante esclarecedor: Goiás ascende ao 1º lugar (867 libertados, em seis fazendas), seguido pelo Pará (811 libertados, em 109 fazendas), Alagoas (656, em três fazendas) e Mato Grosso (578, libertados em 32 fazendas). Pelo número de casos encontrados, porém, o Norte continua líder incontestável entre as regiões, com cerca da metade (47,9%) das ocorrências de trabalho escravo, contra “apenas” 18,6% no Centro-Oeste ou 17,9% no Nordeste, e 7,9% no Sul e 7,9% no Sudeste. Território de difícil acesso para os fiscais, a Amazônia Legal concentrou, em 2008, 69% dos registros de trabalho escravo e 32% dos resgatados (PLASSAT, 2009).

A prova mais recente de que, em função da grande crise econômica que se abateu sobre mundo, cada vez mais, os trabalhadores rurais e urbanos serão esfolados, com desrespeito aos direitos trabalhistas e direitos humanos mais elementares, ocorreu com a mais recente libertação de trabalhadores em regime de escravidão, no mês de março do corrente ano, na Fazenda Bacaba, no município de Caseara, em Tocantins, a 230 km da capital, Palmas. Uma denúncia anônima levou o grupo de fiscalização rural da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Tocantins (SRTE/TO) até aquela fazenda, onde foram libertadas 280 pessoas de trabalho análogo à escravidão. A propriedade pertence à empresa Saudibras Agropecuária Empreendimentos e Representações Ltda. Os trabalhadores eram responsáveis pela plantação do pinhão-mansão, utilizado para a fabricação de biodiesel. Como sempre, constatou-se todo tipo de violação à legislação trabalhista, quando botinas, facões, luvas e outros Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) - e até a água de beber - eram cobrados pelo empregador. O valor das compras era descontado diretamente dos salários que, por conta da prática criminosa, não chegavam nem a um salário mínimo (R\$ 465). Os funcionários eram moradores de Caseara e Marianópolis (TO) - outro município da região - e eram transportados por um ônibus, sem licença regular. O veículo estava em péssimo estado de conservação e, nas frentes de trabalho, não havia

Até mesmo conhecidos políticos praticam trabalho escravo, sem que haja qualquer tipo de sanção; se, excepcionalmente, são sancionados, é notório que conseguem amenizar as decisões judiciais.

instalações sanitárias e os trabalhadores eram obrigados a utilizar o mato como banheiro. Segundo Humberto Célio Pereira, auditor fiscal que coordenou a retirada dos trabalhadores do local:

as mulheres, não ficavam à vontade por causa da presença masculina e passavam até um dia inteiro sem urinar. Além disso, as refeições eram feitas no chão, sem qualquer espaço adequado ou proteção contra intempéries e as marmitas servidas pela empresa não eram armazenadas corretamente (PFDC, 2009).

Na Fazenda Bacaba, os fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego constataram excesso na jornada: os empregados cumpriam até 12 horas por dia e o grupo de fiscalização relatou, ainda, que trabalhadores foram intoxicados pela não utilização de EPIs na aplicação de agrotóxicos. No flagrante, foram lavrados autos de infração e as verbas rescisórias devidas pela Saudibras chegaram, aproximadamente, a R\$ 450 mil. Também será pago o Seguro Desemprego do Trabalhador Resgatado.

Ao serem flagrados, como sempre, os empresários do agronegócio negaram, vigorosamente, as irregularidades e atacaram os fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego. Segundo Ari José Santana Filho, advogado da Saudibras:

a realidade dos fatos foi distorcida e a empresa não cobrava EPIs e outros artigos básicos dos trabalhadores. O que havia realmente eram pequenas irregularidades, simples de serem sanadas, como o local para as refeições nas frentes de trabalho e o cinto de segurança do ônibus utilizado. O Ministério do Trabalho e Emprego não concedeu prazo para regularizar a situação e foi completamente parcial (PFDC, 2009).

Na verdade, além do crime de trabalho escravo, a empresa Saudibras também causou problemas aos agricultores familiares, principalmente aos assentados pela reforma agrária. A empresa mantinha parcerias com pequenos produtores, por meio da Companhia Produtora de Biodiesel do Tocantins (Biotins Energia), que é parceira da Saudibras na Fazenda Bacaba. O Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil esteve no Tocantins

para registrar, checar e analisar os impactos sociais e ambientais da produção do pinhão-manso e encontrou um cenário de prejuízos para os pequenos agricultores consorciados, constatando que a parceria entre a empresa e os agricultores começou em 2006 e, de lá para cá, a Biotins financiou alguns assentados, ajudando na instalação da cultura em áreas de um a três hectares. Contudo, a maior parte dos parceiros tomou financiamentos no Banco Amazônia (Basa), com prazo de dez anos para pagar. A previsão de produção da empresa não se concretizou e, no segundo ano de plantio, a maioria dos agricultores não atingiu a produtividade prevista e já estavam em prejuízo. Principalmente, porque, para produzir o pinhão-manso, deixaram de produzir porcos, galinhas, mel, mandioca e outros produtos básicos e tradicionais.

O agricultor Francisco Alvarista da Silva, do assentamento de Caiapó, em Caseara, recebeu, por exemplo, R\$ 66,00 pelos 190 kg de pinhão que produziu em 3,5 hectares. “Pelo que a empresa falou, o pinhão daria muito dinheiro, e fomos pela cabeça deles e tomamos prejuízo”, disse Francisco ao Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil. Até o fim de 2008, a dívida de Francisco já era de R\$ 6 mil junto ao Banco (REPÓRTER BRASIL, 2009).

Esse exemplo é emblemático, não apenas por seu simbolismo, mas porque explica que os maus resultados da parceria são o resultado direto da falta de orientação técnica e de informações adequadas ao agricultor, tanto as disponíveis sobre a planta quanto sobre as condições econômicas repassadas aos agricultores, manejo, em muitos casos, inadequado, problemas de adaptabilidade do pinhão-manso às condições locais, sobretudo clima e solo. O resultado final não podia ser diferente e o prejuízo ficou com os pequenos agricultores e não com a empresa.

O lobby da escravidão e o seu combate no Congresso Nacional

A Senadora Kátia Abreu, presidente nacional da CNA (Confederação Nacional da Agricultura), e outros políticos ligados ao agronegócio têm usado os holofotes da mídia, em particular da Rede Globo, para desqualificar, constantemente, a ação do governo federal no combate ao trabalho escravo, inclusive rea-

lizando, segundo ela, uma “jornada cívica” contra os Sem Terras, que ganhou um capítulo tragicômico com um pedido da Senadora de intervenção federal no Estado do Pará para combater a ação dos Sem Terras.

A Senadora, inclusive, realizou uma visita, junto com outros senadores, à Fazenda Pará Pastoral Agrícola, Pagrisa, da qual o Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho retirou mais de mil trabalhadores em condição de escravidão, no mês de junho de 2007. Nessa fazenda, no município de Ulianópolis (PA), 1108 trabalhadores estavam em situação análoga à escravidão, dormindo em alojamentos superlotados, com esgoto a céu aberto, recebendo comida estragada e água sem condições de consumo, além de salários que chegavam a R\$ 10,00 por mês. Esses trabalhadores eram essenciais para que a Pagrisa produzisse anualmente cerca de 50 milhões de litros de álcool e os vendesse para a Petrobrás.

Na contramão da história, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propuseram requerimento que criou uma Comissão Externa para visitar e questionar com veemência a atuação do grupo móvel de fiscalização e condenar a “interferência da fiscalização” no desenvolvimento das atividades econômicas da Pagrisa. Esse foi mais um processo de lobby em favor do agronegócio e ataque ao Ministério do Trabalho e Emprego. A Senadora Kátia Abreu depois da “visita” discursou no plenário do Senado:

a situação da Fazenda Pagrisa é diferente da supostamente encontrada pelos fiscais da operação. A operação realizada na fazenda de Ulianópolis (PA) é uma verdadeira aberração e houve falsificação de documentos para incriminar a Pagrisa. Além disso, toda a comunidade se colocou ao lado da empresa neste caso e também ao lado dos trabalhadores, porque a preocupação com relação ao emprego é muito importante naquela região. Os relatórios da comissão dos deputados estaduais do Pará e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará (Fetagri/PA) concluíram que não há absolutamente resquício de trabalho escravo na Pagrisa. Se quiséssemos proteger ou esconder o ilícito, não teríamos feito uma comissão suprapartidária, não teríamos levado pessoas tão importantes e não teríamos levado a imprensa da nossa Casa, o Senado Federal, como fizemos. É função desta Casa, é nossa função fazer a vigilância e a fiscalização

do Estado brasileiro. Se entendermos que qualquer ministério está praticando abuso de poder ou fazendo o que não está escrito na legislação brasileira, vamos fiscalizá-lo (REPÓRTER BRASIL, 2009).

Na seqüência, Kátia Abreu contestou a própria legislação (§ 1º do art. 149 do Código Penal, incisos I e II) e a conceituação de trabalho degradante e fez sua declaração de fé no combate à fiscalização do trabalho escravo:

O que pode ser degradante para um trabalhador do Nordeste pode não ser degradante para um trabalhador do Sul. É essa indefinição que fez com que fosse criado esse grupo móvel de trabalho para as propriedades rurais. [...] Queríamos formar uma comissão suprapartidária para vermos o que de real está acontecendo no Brasil desde 1995, quando foi criada essa comissão móvel de fiscalização nas propriedades rurais. Fizemos a primeira visita e, com certeza, não será a última (REPÓRTER BRASIL, 2009).

Um dos poucos senadores a ter uma postura digna e de defesa dos trabalhadores rurais escravizados foi José Nery (PSol-PA), presidente da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, que apresentou dados que contrastaram com a postura dos outros senadores. Esse Senador salientou que em 13 fiscalizações, ocorridas na Pagrisa nos últimos oito anos, 11 constataram graves irregularidades. E, na fiscalização feita no mês de junho de 2007, foram identificadas, entre outras irregularidades, alojamentos inadequados, comida estragada e jornada exaustiva (de até 15 horas diárias).

O Senador do PSol lembrou que a empresa Pagrisa teve todos os meios para se defender na Justiça e que as distribuidoras de combustível Petrobras e Ipiranga, signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, decidiram cortar voluntariamente relações comerciais com a Pagrisa, depois da divulgação das libertações na propriedade que cultivava cana-de-açúcar. Por isso, em outra intervenção, Kátia Abreu chegou até a pedir à Petrobras e ao governo federal que “reveja a situação dessa empresa, cuja venda de álcool foi cortada na primeira vistoria, sem direito à defesa”.

O Senador do PSol José Nery, em entrevista à Agência de Notícias do Senado Federal, lembrou que:

A mão-de-obra escrava é utilizada no Brasil por um

grupo minoritário da elite rural, mas formado por empresários com força política e com expressiva representação no Congresso Nacional, essa parcela de empregadores envolvida com o crime de exploração do trabalho escravo, apesar de reduzida, tem o poder de impedir ações pela erradicação de tal prática no país. Hoje, o setor do campo que se envolve nessas práticas criminosas é um setor reduzido, mas com muita força política, com forte representação no Congresso Nacional, que, muitas vezes, influencia negativamente para brecar iniciativas que fortaleçam e aprofundem a luta pela erradicação do trabalho escravo. Por isso, é preciso repudiar as tentativas de intimidação política e a atitude dos senadores que têm atuado como patronos privados de empresas exploradoras da mão-de-obra escrava, afastando-se de seu dever de representar não interesses particulares, mas o interesse público e as expectativas de todo o povo brasileiro.

Hoje, a Senadora Kátia Abreu, junto com o Senador João Ribeiro, dois dos mais expressivos *lobbyistas* do agronegócio no Senado, são os virtuais candidatos a governador do Tocantins, sendo inclusive os mais bem cotados nas pesquisas. O Senador João Ribeiro chegou, inclusive, a espalhar por todo o estado grandes outdoors abraçado ao presidente Lula, com a seguinte frase atribuída ao mesmo: “João Ribeiro é um político imprescindível para o Tocantins. Nesse eu confio!”

Mesmo que o Brasil tenha avançado na propositura de ações de erradicação do trabalho escravo, ainda podemos constatar que a escravidão continua agregando seres humanos à histórica população de negros escravos, contudo, agora sem distinção de raça. Cento e vinte anos depois da “libertação dos escravos” percebemos, com tristeza, que a escravidão perdura, que houve uma diversificação de escravizadores, hoje munidos de mandatos públicos e/ou influência política nas três esferas de poderes, inclusive no judiciário e que a chaga social ainda está longe de ser totalmente erradicada de nosso meio social.

Agir é preciso!

Na verdade, as condições são, hoje, piores e mais degradantes do que no período colonial, pois o escravo na atualidade só vale pela mão-de-obra e não mais para ser comercializado como mercadoria ou

matéria prima de uma cadeia produtiva, de manutenção da escravidão negra, na época. São milhares de pessoas que, tangidas pela fome, miséria e desespero, vão espontaneamente em direção aos grillhões da neo-escravidão.

A estrutura montada para manter o processo de escravização da pessoa humana só demonstra que a luta e o combate a esse processo de barbárie terá que ocorrer de forma organizada e cada vez mais inserida nos meios (municípios e estados) que “fornecem” a mão-de-obra barata, que vem sendo transportada a cada dia em cima de pau-de-arara, com suas matulas cheias de esperança, disposição, coragem, vontade e sonho de vida melhor, para si e a família.

Cabe às três esferas de governo (municipal, estadual e federal) estabelecer políticas de geração de emprego, renda e um plano de reforma agrária eficaz, que objetive a mudança da realidade econômica e social desses trabalhadores libertos, evitando, assim, que a reincidência passe a ser uma possibilidade latente e real, no campo da sobrevivência. Há que se lembrar que ser escravo não é uma opção e, sim, uma condição de sobrevivência nesse país sem políticas públicas que valorizem e dignifiquem o trabalhador e a pessoa humana. Nossos rumos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos, ainda são marcados pela dependência externa, pela exploração e pela incapacidade da promoção social e do reconhecimento dos preceitos constitucionais. Mesmo governantes eleitos pela vontade popular são os primeiros a trair o voto daqueles que acreditaram neles e vivem propondo reformas constitucionais, supostamente modernizadoras, mas que, se efetivadas, irão facilitar a exploração do povo.

Vivemos numa democracia formal, que serve como fachada a um sistema que foi criado e é reproduzido para não haver mudanças; na realidade, para evitar, impedir e desestimular qualquer tentativa de mudança real e efetiva. Uma “democracia”, que só serve aos interesses de uma minoria, não é democracia. Por isso, mais do que denunciar, genericamente, “os políticos”, é preciso debater, conhecer e agir

A estrutura montada para manter o processo de escravização da pessoa humana só demonstra que a luta e o combate a esse processo de barbárie terá que ocorrer de forma organizada e cada vez mais inserida nos meios (municípios e estados) que “fornecem” a mão-de-obra barata.

contra as políticas que podem exterminar o futuro de milhões de brasileiros, em especial os que ainda estão no berço e não suspeitam o quanto estão condenados a uma sociedade desequilibrada, injusta, caminhando para a barbárie. Por esses brasileiros temos que nos indignar e lutar contra esse novo tipo de cativo, no qual não se colocam mais gargantilhas de ferro, nem correntes no pescoço, não se usam mais o tronco, nem a antiga senzala, mas a hipnose da alienação política, o ilusionismo fácil dos políticos demagogos e populistas, que prometem “espetáculos de crescimento”, enquanto destroem o país, numa

liquidação internacional e subserviente ao grande capital. A escravidão, que não usa chibatadas, mas hipnotiza pelos meios de comunicação, pela brutalização de nossos sentimentos, pela destruição de nosso espírito crítico e pela aceitação de todo tipo de violência como se fosse algo normal, é algo típico da sociedade contemporânea.

Nunca foi tão necessário nos sentirmos responsáveis por nosso destino, como agora. Cada um de nós pode fazer algo para evitar que o Brasil se transforme, definitivamente, numa grande nova-senzala. Nós somos capazes de agir, de julgar, de assumir responsabilidades, de lutar pelo tipo de sociedade que queremos. Cada um de nós pode despertar o sentimento de justiça, que está adormecido na grande maioria do povo dominado e explorado.

É preciso um trabalho político imenso, de uma paciência enorme, de uma persistência infinita para fazer despertar no povo a vontade de mudança, a capacidade de lutar por essas mudanças. O povo tem razão de estar desencantado, desestimulado e estafado. Mas, sem a participação efetiva da maioria da população, nada poderá ser mudado.

A mensagem da cultura dominante é a de que cada um defenda a si mesmo, cada um se salve como puder! Esta é a mensagem que se escuta mil vezes por dia: “Quem não é socialista aos 20 anos, não tem coração; quem continua socialista aos 60, não tem cabeça”. Esta é a mensagem em que o sistema quer nos fazer

acreditar, mas que precisamos inverter: “Quem não é socialista desde os 20 e chegou aos 60 sem o ser não soube viver bem!” Essa é a grande lição que a vida nos ensina a cada instante e que a humanidade ainda tem que aprender para derrotar a ganância, a fome, as guerras, a exploração e os novos cativos.

REFERÊNCIAS

- ASCENSÃO, J. Oliveira. **Direitos de Utilização da Terra**. Coimbra Editora, 1993.
- BARATA, Ronaldo, mimeo. **História da Ocupação da Amazônia**. SESE- Debate nº 4, ano 5, 1995.
- CDVDHÇ, BOLETIM DO CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS de Açailândia, MA, 17 jun. 2004.
- CPT - Coordenação da Campanha Nacional da CPT Contra o Trabalho Escravo, in: **Nova Geografia do Trabalho Escravo Brasileiro: mudança ou revelação?** mimeo, abr. 2009.
- FERRAZ, Siney in: **O movimento Camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo**. Imperatriz do Maranhão: Ética Editora, 1998, p. 32-33.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) - ONG REPÓRTER BRASIL. Campanha Nacional Para Erradicação do Trabalho Escravo – Guia Para Jornalistas, maio, 2004.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Não ao Trabalho Escravo. Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT Relativa a Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Conferência Internacional do Trabalho; OIT, 89ª reunião, Brasília, 2002.
- PFDC. Boletim Eletrônico da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, *clipping*, mar. 2009.
- PLASSAT, Xavier, in: **Nova Geografia do Trabalho Escravo Brasileiro: mudança ou revelação?** mimeo, abr. 2009.
- REPÓRTER BRASIL BOLETIM ELETRÔNICO. agência de notícia, de 20 mar 2009.
- REPÓRTER BRASIL. **Almanaque Alfabetizador: Escravo, Nem Pensar!** 2006. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/conteudo.php?id=45>. Acesso em: 16 jun. 2009. 



Cuba – 50 Anos de Revolução

Waldir José Rampinelli

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: rampinelli@globo.com

O livro *Fidel Castro – Biografia a dos vocês*, de Ignacio Ramonet (Buenos Aires: Debate, 2007, 760 páginas, edição ampliada e revisada), é o resultado de cem horas de entrevista com o principal líder da Revolução Cubana, que comenta, com muita propriedade, os acontecimentos que marcaram grande parte do século XX.

Fidel é um líder que marcou a segunda metade do

século XX, não apenas nas Américas, mas também em todo o mundo; proclamou o caráter socialista de sua *Revolução* (1961), vencedora, estando a, somente, 90 milhas do império mais poderoso do planeta e comandou com maestria uma grande e heróica resistência; enfrentou os Estados Unidos, como também a União Soviética, durante a Crise dos Foguetes (1962) e, soberanamente, não permitiu que

Washington inspecionasse o território cubano para certificar-se da retirada dos mísseis; varreu do país a contra-revolução da Serra do Escambray (1965) e passou incólume por mais de seiscentas tentativas de assassinato; desempenhou um papel proeminente contra o colonialismo na África e foi um dos grandes responsáveis pelo aceleramento do fim do *apartheid* na África do Sul, como também da independência da Namíbia (1988); comandou a travessia do *período especial* em Cuba, crise originada pelo fim da União Soviética, quando muitos davam por terminado o socialismo na Ilha “satélite” (1991); levantou grandes temas para discussão em toda a América Latina – como a dívida externa e a globalização neoliberal – dando à batalha das idéias uma dimensão universal na politização das relações internacionais. Estes foram alguns dos acontecimentos nos quais esteve envolvido, diretamente, Fidel Castro Ruz.

Fidel defende a concepção de *revolução* não como evento, mas, sim, como o resultado de um processo de longa duração. Perguntado por Ramonet quando começou a *Revolução*, respondeu que em 10 de outubro de 1868, início da *Guerra dos Dez Anos* contra o colonialismo espanhol. Preso e interrogado, logo após o assalto ao quartel Moncada, respondeu que o autor intelectual daquela façanha tinha sido José Martí, revolucionário cubano morto em 1895, em luta pela independência de Cuba. Portanto, não fora o *Movimento 26 de Julho* que criara as condições para desencadear o processo revolucionário, mas, sim, as circunstâncias históricas que marcaram a vida dos cubanos, por mais de cem anos. Entre elas, o desenvolvimento de um capitalismo dependente, na sua forma mais avançada de todo Caribe e um dos mais bem estabelecidos da América Latina, caracterizado pelo impacto secular do colonialismo espanhol, seguido da exploração do imperialismo estadunidense.

Este capitalismo dependente criou, durante a segunda metade do século XIX, efeitos modeladores e desenhou a composição econômico-social cubana, que vai aparecer no século XX, cabendo destacar três destes efeitos: 1) as condições da passagem de uma sociedade escravista para a capitalista; 2) a influência deformadora do mercado mundial, que produziu uma economia extrovertida e monoprodutora; e 3)

a entrada do imperialismo estadunidense, que reforçou as deformações geradas pelos fatores acima mencionados (PIERRE-CHARLES, 1987).

Fidel se considerava um marxista utópico em sua juventude. Entendia que a dialética da luta de classes movimentava os interesses da sociedade e que somente um processo revolucionário poderia reverter a exploração dos ricos sobre os pobres. Relata a Ramonet que, ele: “era já – em 10 de março de 1952, dia do golpe de Estado de Batista – [eu] um convicto marxista-leninista, há alguns anos” (2007, p. 111). As idéias de Marx e Lênin foram a matéria-prima essencial da *Revolução*, sem esquecer a influência de Miguel de Cervantes e de Victor Hugo sobre sua formação. Embora o caráter inicial da *Revolução* fosse democrático-popular, agrário, nacionalista e anti-imperialista, ela apontava para o socialismo a médio prazo. No entanto, as constantes agressões dos Estados Unidos, seguidas de uma tentativa frustrada de invasão armada da Ilha, obrigaram seus líderes a definir, rapidamente, o novo rumo. Os cubanos tinham bem presente a certeza de que a defesa de seu novo governo, se atacado, seria feita somente por eles, embora valorassem, como de suma importância, o apoio da União Soviética.

A Universidade de Havana contribuiu na formação da consciência marxista de Fidel Castro. Tanto que ingressou nela, simplesmente, com um espírito de rebeldia e algumas idéias de justiça, tornando-se, posteriormente, um revolucionário e incorporando valores pelos quais lutaria toda a vida. “E digo que se nesta universidade me tornei revolucionário foi porque fiz contato com alguns livros” (RAMONET, 2007, p. 100), entre eles, os de Martí, Marx e Lênin. Por esta mesma casa de estudos já havia passado, na década de 1920, Julio Antonio Mella, fundador do Partido Comunista e líder do Movimento Estudantil, um revolucionário e intelectual que marcou as lutas das organizações operárias e estudantis contra o imperialismo estadunidense e seu laiaio cubano, o ditador Gerardo Machado, que acabou assassinado no México.

Cuba e suas relações com os Estados Unidos

A tardia independência formal de Cuba, em 1898, transformou-a em uma autêntica neocolônia dos Es-

tados Unidos, por conta da *Emenda Platt* (1901) e do *Tratado de Reciprocidade Comercial* (1903). Se a *Emenda* deu a Washington, entre outras prerrogativas, o direito de intervir militarmente na Ilha e instalar bases navais, o *Tratado* condenou o país a um subdesenvolvimento permanente, transformando-o em um monoprodutor de açúcar. Contra estas duas violações do direito internacional, uma política e a outra econômica, o povo cubano lutou por largos anos, conseguindo eliminá-las, em 1934, e criando não apenas uma consciência nacionalista, mas sobretudo anti-imperialista.

Penso que Fidel, nesta entrevista, foi leniente com Franklin Delano Roosevelt, ao lhe atribuir mérito por haver suspenso a *Emenda Platt*, quando, na verdade, o término da mesma se deveu à resistência do povo cubano. Teve Castro, igualmente, outras leniências com certos presidentes dos Estados Unidos, como, por exemplo, com Kennedy, ao diminuir sua responsabilidade na invasão armada da Praia Girón, afirmando que tudo fora planejado pela administração anterior, cabendo a ele apenas a implementação (lembro que Kennedy provocou a Crise dos Mísseis, pondo o mundo na rota de uma guerra nuclear); com Carter, ao dizer que ele detinha uma ética religiosa muito forte e como tal se portava (lembro que Carter usou a política de direitos humanos na América Latina para atacar os comunistas de todo o mundo); e com o papa João Paulo II, ao comentar que fora um peregrino da paz em suas viagens internacionais (lembro que João Paulo II usou a estrutura da Igreja, juntamente com a Agência Central de Inteligência - CIA -, para ajudar a solapar o socialismo real, condenando a teologia da libertação na América Latina e apoiando-a na Polônia, já que lá ela se opunha aos comunistas). Roosevelt, Kennedy e Carter fizeram parte da *presidência imperial*, a qual é “a expressão institucional de uma realidade sistemática que surgiu da própria natureza do desenvolvimento capitalista, ainda que, sem dúvida, o regime de exceção instaurado depois do 11 de setembro de 2001 tenha acentuado de maneira inusitada a usurpação, por parte desta presidência, das funções legislativas e judiciárias em níveis ditatoriais” (SAXE-FERNANDEZ, 2006). Ou seja, a presidência imperial foi e é um tema com uma pauta imperialista.

A grande batalha de Cuba, diante dos Estados Unidos se deu, após a *Revolução*, na defesa de sua soberania. Por muito tempo, o governo cubano tornou-se o único da América Latina a criticar e condenar “energicamente a intervenção aberta e criminal que durante mais de um século tem exercido o imperialismo norte-americano sobre todos os povos da América Latina, povos que mais de uma vez têm visto invadido o seu território, no México, Nicarágua, Haiti, República Dominicana ou Cuba”; a rejeitar e rechaçar a Doutrina Monroe “utilizada até agora, como previra José Martí, “para estender o domínio na América” dos imperialistas vorazes; a defender o direito à “ajuda espontaneamente oferecida pela União Soviética a Cuba, em caso de que nosso país fora atacado por forças militares imperialistas”; a ter relações diplomáticas com todos os países socialistas do mundo; a lutar por uma democracia que “não pode consistir somente no exercício de um voto eleitoral, que quase sempre é fictício e está manipulado por latifundiários e políticos profissionais, senão no direito de os cidadãos decidirem [...] seus próprios destinos; a levantar o lema de cada povo e de cada categoria de lutar por sua libertação” (CASTRO, 1960). Estas idéias foram desenvolvidas de forma mais aprofundada na *Segunda Declaração de Havana* (CASTRO, 1962).

Por conta desta postura soberana, Washington se valeu do terrorismo de Estado para inviabilizar os avanços sociais de Cuba, começando com a guerra bacteriológica contra os canaviais, passando pela peste suína contra os animais e chegando à propagação da dengue contra os humanos. O terror praticado por Estados, diz Chomsky, é funcional, já que melhora o *clima de investimentos* no curto prazo. Segundo ele, a ajuda de Washington aos governos inclinados ao terrorismo está em “relação direta com o terror e a melhoria do clima de investimentos e em relação inversa com os direitos humanos”. Sendo os Estados Unidos um centro de poder, cujas opções políticas e estratégias calculadas produzem um sistema de clientes, que praticam sistematicamente a tortura e o assassinato em escala assustadora, pode-se afirmar que Washington se tornou a capital mundial da tortura e do assassinato político. É o *terror benigno*, permitido aos Estados clientes que lutam contra o comunismo

internacional, fazendo par ao *terror construtivo*, destinado aos Estados clientes que buscam manter e ampliar as áreas globais de investimentos estadunidenses (CHOMSKY; HERMAN, 1981).

Em 1992, o Congresso dos Estados Unidos promulgou a *Lei Torricelli*, que estabeleceu duas sanções fundamentais: 1) proibiu o comércio de filiais de companhias estadunidenses, estabelecidas em terceiros países, com Cuba; e 2) vetou aos barcos que entram em portos cubanos, com propósitos comerciais, tocar portos estadunidenses, ou de suas possessões, durante 180 dias, a partir da data em que deixaram a Ilha. Logo depois foi promulgada a *Lei Helms-Burton* (1996), que trata do “direito das pessoas afetadas pela Revolução Cubana” e das “medidas a adotar contra aqueles que realizam negócios com Cuba”.

A crísemigratória foi sempre a parte mais visível dos conflitos entre Havana e Washington. A *Lei de Ajuste Cubano*, adotada pelo Congresso dos Estados Unidos, em 2 de novembro de 1966, quando era presidente Lyndon B. Johnson, modificou o estatuto dos imigrantes cubanos, qualificando-os de “refugiados políticos”, com direito automático ao asilo político e, ao mesmo tempo, com a permissão de residência permanente nos Estados Unidos, estimulando-os, deste modo, a emigrarem ilegalmente. Tanto que o cubano imigrante ilegal que consegue pôr os pés (pés secos) em território estadunidense é automaticamente acolhido pela *Lei de Ajuste*, enquanto o interceptado no mar (pés molhados) pode ser devolvido a Cuba. Tudo isso acontece ignorando um acordo assinado entre os dois países que permite a entrada de 20 mil cubanos por ano nos Estados Unidos, pelas vias legais. Na realidade, o que Washington estimula e incentiva é o roubo de aeronaves e de barcos – os quais não são devolvidos – com alguma fuga espetacular, que possa ser manchete nos jornais do mundo.

O internacionalismo cubano

Esos que luchan”, afirmou Camilo Cienfuegos, “no importa donde, son nuestros hermanos”. O internacionalismo cubano vem das lutas por sua independência, quando Máximo Gómez, nascido em São Domingos, na República Dominicana, chefou o exército de libertação de Cuba na luta contra os espanhóis; vem do pensamento de José Martí, que, ao

formular *As Bases do Partido Revolucionário Cubano*, defendeu, no seu artigo primeiro, “a independência absoluta da Ilha de Cuba, e fomentar e auxiliar a de Porto Rico”; vem da participação voluntária de um contingente de cubanos – mais de mil – lutando ao lado dos Republicanos na Guerra Civil Espanhola; vem da intervenção de Fidel Castro no *Bogotazo*; vem da tentativa de um grupo de cubanos em auxiliar os dominicanos a derrubar a ditadura sanguinária de Leônidas Trujillo; vem do apoio à independência de Porto Rico e da defesa da devolução do Canal do Panamá, da manifestação pública aos direitos da Argentina sobre as Malvinas; e, principalmente, da participação de Cuba na África. No continente africano, Cuba teve um papel histórico importante, ao participar de várias guerras de libertação contra o colonialismo europeu. A epopeia mais notória se deu em Angola (*Operação Carlota*), quando os cubanos, juntamente com os angolanos, tiveram uma atuação decisiva no fim do *apartheid* na África do Sul, ao derrotarem o exército racista de Peter Botha na famosa batalha de *Cuito Cuanavale*, em março de 1988, obrigando o governo daquele país a assinar os Acordos de Paz para o Sudoeste da África que poriam fim às agressões aos seus vizinhos. Tais acordos, chamados também de Negociações Quadripartites, foram firmados entre Angola, Cuba e África do Sul, tendo os Estados Unidos como mediadores (quando na realidade eram parte, ao lado dos racistas, chegando ao extremo de fornecer oito bombas nucleares à África do Sul, intermediadas por Israel), em 20 de dezembro de 1988, na sede da ONU, garantindo a Angola a soberania sobre seu território, reconhecendo a independência da Namíbia e levando o regime segregacionista a uma crise interna, que culminou no término formal do *apartheid*. Razão tem Fidel Castro ao afirmar que a história da África será diferente, antes e depois, de *Cuito Cuanavale*. Apesar de todos os riscos associados a tais missões internacionalistas, Cuba perdeu apenas 2.077 compatriotas – dos 300 mil combatentes internacionalistas e cerca de 50 mil colaboradores civis que haviam passado por Angola, entre 1975 e 1990 – cujos restos foram levados de volta ao país e homenageados ao longo de toda a Ilha.

O internacionalismo cubano não se reduz apenas a voluntários combatentes revolucionários, mas tam-

bém a médicos enviados às mais diversas partes do mundo. As montanhas da Guatemala, o altiplano da Bolívia, as planícies do Haiti, o interior da Venezuela e as alturas do Paquistão são alguns dos lugares nos quais atuam estes médicos para resolver necessidades de pobreza crônica ou de desastres naturais, como terremotos. Para Fidel, isso se “constitui na mais extraordinária colaboração médica com os povos do Terceiro Mundo” (RAMONET, 2007). Ademais, hoje, passam de 24 mil, os jovens do mundo subdesenvolvido que cursam medicina em Cuba. Ironia à parte, se, quando do triunfo da *Revolução*, os Estados Unidos deslocaram para seu território mais da metade dos 6 mil médicos da Ilha, hoje Cuba manda seus profissionais da Medicina para muitos lugares carentes do mundo. Inclusive, ofereceu seus serviços quando da destruição de New Orleans, pelo furacão Katrina.

Para a América Latina, diz o grande sociólogo estadunidense Wright Mills (1960), a *Revolução Cubana* é o que foi a *Francesa* para a Europa, com toda a sua ambiguidade, mas também com suas promessas.

A Cuba de Fidel

Uma revolução, como a cubana, não subsistiria sem o apoio maciço de sua população. A estratégia de resistência consiste na guerra de todo um povo contra o invasor. Para defender seu processo revolucionário, as pessoas devem sentir, no seu cotidiano, as mudanças havidas na educação, na saúde, no emprego, na moradia, no meio ambiente, no esporte e na projeção internacional de seu país. Estas conquistas não apenas tornam a vida melhor e mais feliz, como também despertam o patriotismo, ou seja, o orgulho de ser cubano, em qualquer parte do mundo. Afinal, Cuba é o único país do Terceiro Mundo que resolveu problemas fundamentais, como o da fome. No setor educacional, não existe em Cuba um analfabeto funcional, tamanho é o investimento na escolaridade. Já na saúde, os índices se igualam aos dos países mais avançados do Mundo, como o Canadá e a Noruega.

Na economia, Cuba saiu da condição da monocultura do açúcar e, hoje, grande parte de sua produção é em biotecnologia. Basta ver os índices econômicos apresentados, a cada ano, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Por isso, a Revolução Cubana pode se esgotar, e até ser destruída, por suas próprias forças internas. Porém, nunca por uma intervenção externa, já que o povo aprendeu, ao longo de cinco décadas, a manejar uma cultura de resistência, a preservar suas conquistas sociais e a saber usar armas.

A longa entrevista do jornalista Ignácio Ramonet com Fidel Castro é uma espécie de memórias deste, já que foi totalmente revisada e ampliada, antes de ser publicada. O entrevistador cresce com seu interlocutor, na medida em que vai saindo de perguntas mais pessoais para o campo da política. Perde, às vezes, fatos importantes da história, como o que aconteceu com um grupo anti-Batista de cubanos armados que pretendia desembarcar no norte da província de Guantánamo, em maio de 1957, fazendo com que os guerrilheiros de Sierra Maestra atacassem o quartel de Uvero para distrair o exército repressor.

Fidel não se furta em dar sua opinião sobre chefes de governo e critica duramente alguns deles, como Felipe González, José Maria Aznar, Silvio Berlusconi e Tony Blair. Claro que George Bush é o mais atacado. Na sua lista de líderes admirados e respeitados, deve ter esquecido de Salvador Allende, embora o cite em outras passagens da entrevista.

Um grande livro, com uma grande entrevista, com um homem que tem uma grande qualidade: antever a história.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Fidel. *Primeira Declaração de Havana, 1960*. Documento publicado em vários livros e opúsculos.
- CASTRO, Fidel. *Segunda Declaração de Havana, 1962*. Documento publicado em vários livros e opúsculos.
- CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. *Washington y el fascismo en el tercer mundo*. México: Século XXI, 1981, p. 160.
- MILLS, C. Wright. *Escucha Yanqui: la Revolución Cubana*. Barcelona: Editora Grijalbo, 1960, p. 341.
- PIERRE-CHARLES, Gérard. *Génesis de la Revolución Cubana*. 7. ed. México: Editora Século XXI, 1987, p. 18.
- RAMONET, Ignácio. *Fidel Castro – Biografía a dos vocês*. Buenos Aires: Debate, 2007, 760 p., ed. ampliada e revisada.
- SAXE-FERNANDEZ, John. *Terror e império: la hegemonia política y económica de Estados Unidos*. México: Editora Debate, 2006, p. 15. 